

A person is shown from the back, wearing a light-colored t-shirt and dark shorts, with a backpack. Their right arm is raised in a fist, a gesture of protest or solidarity. The background is a cloudy, overcast sky, suggesting an outdoor setting like a street or a public square.

Dermeval Saviani
José Claudinei Lombardi
José Luís Sanfelice
István Mészáros
Ricardo Antunes
Giovanni Alves
Selma Venco
Raquel de Almeida Moraes
Paulino José Orso
Luiz Bezerra Neto
Júlia Malanchen
Antonio Bosco de Lima
José Eduardo Fernandes
Cristiane Betanho
Marcos Roberto Lima
Cílson César Fagjani
Robson Luiz de França
Patrícia Villen
Flávio Reis dos Santos
Sílvia Alves dos Santos
Aléxia Pádua Franco
Diva Souza Silva
Ivanise Hilbig de Andrade
Rafael Duarte Oliveira Venâncio
Vanessa Matos dos Santos
Vinícius Durval Dorne
Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis

A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Carlos Lucena • Fabiane Santana Previtali • Lurdes Lucena
(orgs)



Carlos Lucena
Fabiane Santana Previtali
Lurdes Lucena

A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2017



Navegando Publicações

CNPJ – 18274393000197



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG
Brasil

Conselho Editorial

Anselmo Alencar Colares – UFOPA

Carlos Lucena – UFU

Carlos Henrique de Carvalho – UFU

Dermeval Saviani – Unicamp

Fabiane Santana Previtalli – UFU

Gilberto Luiz Alves – UFMS

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU

José Claudinei Lombardi – Unicamp

José Luis Sanfelice – Univás/Unicamp

Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB

Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp

Copyright © by autores, 2017.

C715 – Lucena, Carlos; Previtalli, Fabiane Santana; Lucena Lurdes. A crise da democracia brasileira – Volume I –. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

ISBN: 978-85-92592-57-8

DOI: 10.29388/978-85-92592-57-8

1. Democracia 2. Política 3. Educação I. Carlos Lucena; Fabiane Santana Previtalli; Lurdes Lucena. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 370

Preparação/ Revisão – Lurdes Lucena

Arte Capa – José Eduardo Fernandes

Foto Capa – Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá.

Índices para catálogo sistemático

Educação 370

Ciências Sociais 300

Ciência Política 320

Sumário

Prefácio	1
O Brasil republicano: uma história de golpes de Estado José Claudinei Lombardi Marcos Roberto Lima	
Apresentação	31
PARTE I	41
O golpe parlamentar e a política internacional	
Atualidade histórica e ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar <i>István Mészáros</i>	43
A era das contrarrevoluções e o novo estado de exceção Ricardo Antunes	53
As influências norte-americanas no Golpe de 2016 Raquel de Almeida Moraes	63
Estado de Bem-Estar Social, Neoliberalismo e Estado Gestor: aproximações globais Fabiane Santana Previtall Cílson César Fagiani	79
A geopolítica internacional do petróleo e o golpe parlamentar no Brasil Carlos Lucena Lurdes Lucena Robson Luiz de França	97
A crise brasileira e as rachaduras do sistema <i>Patrícia Villen</i>	109
PARTE II	127
O golpe parlamentar e o estado no Brasil Notas sobre o Golpe de 2016 no Brasil Neodesenvolvimentismo ou Crônica de Uma Morte Anunciada Giovanni Alves	129
O golpe Antonio Bosco de Lima	149
Agosto de 2016: a verdadeira face do golpe de Estado no Brasil	157

Luiz Bezerra Neto Flávio Reis dos Santos	
O golpe parlamentar de 2016 e o reordenamento da hegemonia burguesa Sílvia Alves dos Santos	177
Julia Malanchen Através da janela: o signo do golpe no primeiro turno de votação da PEC 55	191
Aléxia Pádua Franco Diva Souza Silva Ivanise Hilbig de Andrade Rafael Duarte Oliveira Venancio Vanessa Matos dos Santos Vinícius Durval Dorne	
PARTE III	213
O golpe parlamentar e seus impactos na educação brasileira A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação	215
Dermeval Saviani Reformas educacionais em tempos de golpe ou como avançar andando para trás	233
Paulino José Orso Com o golpe de 2016, para onde caminhará a educação?	261
José Luís Sanfelice A ponte, o golpe, a travessia e o resultado: neo “deficientes cívicos”	279
Selma Venco Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis	
Os desafios da Economia Popular Solidária no pós–golpe de 2016 José Eduardo Fernandes Cristiane Betanho	291
Sobre os autores	301

PREFÁCIO

O BRASIL REPUBLICANO: UMA HISTÓRIA DE GOLPES DE ESTADO

José Claudinei Lombardi¹

Marcos Roberto Lima²

Na atual conjuntura mundial e nacional em que vivemos, é entendê-la e para isso é fundamental tecermos algumas breves observações sobre a história dos golpes de estado no Brasil. Para iniciar gostaria de lembrar a célebre frase de Karl Marx, em sua obra conjuntural “O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte”³, escrita no calor dos acontecimentos da primavera de 1852, referindo-se a uma observação de Hegel sobre os fatos e personagens da história universal que se repetem duas vezes, levando-o a refletir que de fato isso ocorria, na primeira vez como tragédia e na segunda como farsa.

Na formação social brasileira, entretanto, muitos fatos não se repetiram uma única vez e, tomando como objeto de debate o Golpe de Estado, entendemos que várias vezes se repetiram ao longo do tempo. Por Golpe de Estado estamos nos atendo rigorosamente ao conceito: é a derrubada de um governo constitucionalmente legítimo, podendo ser violento ou não. É golpe porque promove uma ruptura institucional, contrariando a normalidade da lei e submetendo o controle do Estado a alguém que não foi legalmente designado para o cargo. É golpe mesmo quando o impedimento estiver previsto na lei maior de um país, mas as condições formais para tanto não forem respeitadas pelos poderes do Estado – executivo, legislativo ou judiciário – como ocorrido em vários países da América Latina, ontem e hoje.

Convém lembrar que os Golpes de Estado já ocorreram historicamente em quase todos os países, mormente aqueles com problemas no funcionamento de seus mecanismos democráticos, uma vez que o Estado Democrático de Direito prevê e estabelece as formas e procedimentos para a destituição ou impedimento de seus mandatários ou de qualquer membro de um dos poderes do Estado. No caso do Brasil, os golpes não foram mera disputa no campo das ideias, ou de uma cultura golpista como herança maldita de um passado colonial. Como ocorre em grande parte da periferia capitalista, certamente que é uma ação política que vem desde os tempos da colônia; entretanto, não se pode esquecer que o golpismo tem uma profunda base material, econômica, e que no plano social e político expressa a luta entre classes e frações de classe.

¹ Professor do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp, Pesquisador Bolsista Produtividade do CNPq.

² Mestre e doutorando em Educação pela FE-UNICAMP; pesquisador do Grupo de Pesquisa HISTEDBR; Bolsista CNPQ

³ <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/>

No caso brasileiro, na colônia eram os senhores (metropolitanos) x indígenas e/ou negros (escravos) e depois os homens livres da terra. No império a estrutura social pouco mudou, mas a luta já se passava nos quadros de uma monarquia nacional com feições lusitanas. A República – que nunca chegou a se constituir como *res publica*, conceito latino para “coisa pública”, surgiu ainda nesse contexto monárquico, conflagrada por movimentos abolicionistas, Republicanos e positivistas, sob a tutela das forças armadas; uma estrutura partidária capenga e uma prática política clientelista e coronelista foram se instalando com o poder monárquico e continuou ao longo da Primeira República que já nasceu velha nas alianças e práticas políticas. Nesses tempos, os fazendeiros, enquanto oligarquia fundiária, dominaram a vida política nacional (e hoje ainda exercem forte influência, sob a carapaça do “agronegócio”), crescentemente em aliança com comerciantes, banqueiros e industriais, não sem conflitos e divisões entre essas frações de classe, contando com o suporte de suas organizações de classe (sindicatos), de organização e articulação (maçonaria), sob as bênçãos da Igreja e de agências de elaboração e difusão ideológica (jornais, revistas, rádios, televisões e hoje internet).

Para essas elites, os que vivem do trabalho não passam (ontem e hoje) de massa de manobra, passível de convencimento pela propaganda ideológica e pela manipulação eleitoral do clientelismo, do fisiologismo e da cooptação. Vivem do trabalho os trabalhadores assalariados do campo e da cidade, os pequenos produtores rurais e industriais e também a classe média, composta por pequenos comerciantes, profissionais liberais e funcionários públicos que, embora vivam do seu trabalho, se pensam como parte integrante da burguesia. No caso da classe trabalhadora, em sua difusa e complexa composição, desde o Império, suas organizações sociais e políticas (sindicatos, ligas, movimentos e partidos) vem ampliando, emergindo no cenário político de modo crescente, evidenciando a existência e a vitalidade da luta de classes, acobertada pelo fetiche da nebulosa ideologia burguesa dominante. No passado e no presente as forças jurídicas e repressivas (militares) atuaram e atuam para criminalizar e conter a marcha organizativa dos trabalhadores em suas mais diferentes manifestações, não se podendo esquecer que as forças repressivas (polícias militares e mesmo as forças armadas) nunca deixaram de intervir para conter dentro de limites aceitáveis (para os donos do poder) os movimentos sociais e para garantir a segurança e funcionamento do Estado burguês. Em vários momentos da história, os próprios militares assumiram o controle do poder, sob a justificativa da necessidade de garantir a ordem e a segurança para o progresso e desenvolvimento do país.

A garantia do pleno funcionamento do Estado burguês, cada vez mais putrefato, acompanhando o processo de decadência do modo de produção capitalista, está na organização dos instrumentos necessários à organização e defesa dos interesses da burguesia e suas frações de classe agrária (hoje agroindustrial), industrial, comercial e financeira. É para isso que se cria e transforma-se, em conformidade com as necessidades históricas dessas classes dominantes, o ordenamento legal, jurídico constitucional, com os necessários aparatos do Poder Judiciário e das forças repressivas. Mas quando esse ordenamento jurídico e constituinte trava, quaisquer que sejam os motivos, principalmente em decorrência do avanço dos movimentos e organizações políti-

cas dos trabalhadores, a garantia do pleno funcionamento da máquina do Estado em benefício da burguesia, o controle do poder ou o ordenamento legal precisa ser alterado.

Num Estado de Direito, nesse momento, entra em funcionamento processos democráticos de alteração da Carta Magna do Estado–Nação, quer seja através de Emendas Constitucionais ou de uma ampla Constituinte. Em Estados débeis e frágeis, característicos da periferia do mundo capitalista, sob o Imperialismo e a hegemonia de um capital monopolista, controlado pelo capital financeiro internacionalizado, realiza-se a quebra do ordenamento jurídico, através de um **golpe de estado**. E me parece muito adequado o uso da categoria **golpe de estado** como Florestan Fernandes definiu: como um ciclo permanente de contrarrevoluções preventivas, aspecto fundante do processo conservador da modernização periférica brasileira.

Os golpes de estado no Brasil sempre estiveram associados a um quadro de crise econômica e que, conseqüentemente, se articulam a uma crise social e política. As elites econômicas brasileiras, associadas ao grande capital internacional, não toleram crises e a conseqüente redução da lucratividade para as frações da burguesia vinculadas à produção, sendo o capital financeiro nutrido pelas crises para ampliar sua acumulação. Mais grave ainda, quando a crise se consorcia com avanços democráticos, por mais tímidas que sejam as conquistas, ampliando-se os movimentos sociais, um **golpe de Estado** é arquitetado. É preciso registrar que, desde as últimas eleições presidenciais de 2014, estamos em pleno golpe de Estado, no qual se consorciam a burguesia (que possui CIC e RG), a grande mídia (que também é monopólio do capital) e à qual cabe o papel de forjadora ideológica, o judiciário e que nunca passou, no Estado Burguês, de um poder conservador e que se ancora numa legislação que é suficientemente ambígua para toda e qualquer ação – acusatória ou absolviatória – e que se completa com uma política francamente reacionária e sabidamente uma grande banca de negócios.

Nessa perspectiva não há nenhuma dúvida quanto ao processo golpista que está em curso, com a plena participação dos meios de comunicação impresso (jornais e revistas, com exceções), falado e televisivo, com a quase totalidade dos sistemas de rádio e televisão controlados por poucos monopólios que, por sua vez, estão nas mãos de oligarquias políticas regionais. A internet é um capítulo à parte, possibilitando espaços contraditórios e ampla difusão de informações, ainda que controlada pelo capital e por órgãos de inteligência imperialistas.

A pedra de toque do cimento ideológico golpista se alicerça num tema reincidente nos históricos golpes de Estado no Brasil: a corrupção. A denúncia de corrupção aparece ciclicamente em nossa história, sempre que é necessário ou conveniente às elites dominantes, com o endosso do judiciário e o uso das forças repressivas do Estado burguês. Não se pode ser ingênuo ao discutir assunto complexo e que envolve várias dimensões da vida social. Num primeiro momento, somos quase levados a fazer um discurso pseudo ético, no qual não há como deixar de se posicionar contrário à corrupção. Entretanto, desde a perspectiva adotada sobre o assunto⁴, não há uma ética

⁴ Abordado por Lombardi em capítulo no livro *Ética e Educação* (Lombardi, 2005, p. 20 e ss).

universal, essencialista, independente do modo como os homens produzem a sua vida material e social. Em sociedades com classes, toda ética reporta-se aos valores da classe dominante e que, assumindo características universais, é ideologicamente difundida para todo o tecido social. Disso resulta que a ética apareça com uma característica essencialista e ahistórica, como se existissem princípios abstratos, gerais e universais sobre a conduta e a ação dos homens.

Na realidade, os valores característicos da burguesia nada possuem de repositório de regras morais universais e que buscam o bem-estar de toda a humanidade. Em termos econômicos, a corrupção é uma característica básica do *modus operandi* dos negócios do mundo burguês a garantia do máximo de lucratividade e os melhores negócios – e que se vincula ao processo de formação da burguesia como classe social que nada teve de idílica em sua trajetória, muito menos que sua existência seja explicada por uma suposta ética protestante⁵. Não se está aqui justificando a corrupção⁶, mas analisando como, no longo processo histórico de constituição do modo de produção capitalista, houve um longo processo marcado pelo roubo, pela rapina, e pela expropriação dos meios de produção dos camponeses e artesãos e a conseqüente exploração da mais valia do trabalhador. É um processo caracterizado pela existência de uma ampla teia de relações de apropriação, de intermediação e de prestação de serviços de apoio aos negócios, dos mais diversos setores da economia, com a vinculação dessas aos supostos interesses nacionais. Imaginar que esse mercado de negócios não tenha relação alguma com a política e com o Estado moderno, é desconhecer as características fundantes da política e da Nação moderna, como um aparelho a serviço da classe dominante: a burguesia como classe formada por várias frações de classe, seguindo a transformação que levou ao capitalismo se constituir como modo de produção dominante.

A corrupção é estrutural do capitalismo, posto que o princípio que a rege é a mercadoria e o fundamento do mercado (a troca) atravessa todas as relações societárias, atravessa a tudo e a todos. Na base da relação mercadológica está o capital, que pode comprar tudo e todos, evidenciando que a corrupção é um *modus operandi* intrínseco à forma mercadoria. Para o capital, não há limites econômicos, sociais, políticos, culturais, éticos ou morais para que ocorra o objetivo fundamental do capitalista: a acumulação, para a qual não existem fronteiras. A corrupção não diz respeito apenas ao Estado, mas atravessa toda a sociedade, abrangendo desde as pequenas corrupções cotidianas às grandes operações comerciais, econômicas e financeiras, atingindo os altos escalões gerenciais das empresas privadas.

⁵ Sugiro a leitura do capítulo XXIV – A Chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. p.827/877.

⁶ Não se está aqui buscando justificar historicamente a corrupção, mas entendendo suas raízes. Numa perspectiva de defesa dos interesses dos trabalhadores, não se pode estar favorável à corrupção burguesa, praticada no mundo empresarial ou nas relações entre empresas e a política e o Estado. A corrupção é, entre outros mecanismos, um instrumento de acumulação, de ampliação da exploração dos trabalhadores. De modo ainda mais radical, é injustificável qualquer tipo de corrupção, roubo, rapina, ou qualquer outra forma de apropriação da riqueza social. Não passam de formas de opressão, contrárias a uma ética coletivista da *res publica* e emancipatória.

Por isso a reflexão sobre a existência de um golpe em curso, implica em analisar uma dupla dimensão contida nesse processo: é caracteristicamente um golpe de Estado e também e principalmente é um golpe contra a classe trabalhadora. A categoria que melhor expressa os sucessivos golpes ocorridos no Brasil é **contrarrevolução**, conceito cunhado nas análises de Florestan Fernandes que adequadamente entendeu que a **Revolução Burguesa** ocorrida no Brasil foi uma revolução conservadora, da qual resultaram desdobramentos políticos antidemocráticos, antipopulares, anticomunistas, antinacionais e pró-imperialistas que, face à rigidez conservadora desses fatores condicionantes, obstaculizam os mais tímidos ganhos à classe trabalhadora, proporcionados pelo desenvolvimento da própria revolução burguesa (cf. Lima Filho, 2007). Refletindo sobre o Golpe de Estado de 1964, do qual resultou uma longa ditadura militar, Florestan Fernandes (1980) foi categórico em precisar o caráter contrarrevolucionário da ditadura, autodenominado de “revolução institucional”. Assim afirmou: “O regime... instituído em 1964 através de um golpe de Estado e em nome de ‘ideais revolucionários’, constitui, de fato, uma contrarrevolução” (FERNANDES, 1980, p.113). Reflete ainda que “[...] não estamos diante de uma revolução, mas de uma contrarrevolução (que, além do mais, é largamente planejada e programada), a qual se autoproclamou uma revolução (já que teve poder político, militar e legal para ir mais longe, autodeterminando sua ‘legitimidade’)” (FERNANDES, 1980, p.155). A profundidade teórica do autor o leva a entender uma característica básica dos Golpes de Estado que sistematicamente ocorreram no passado do Brasil e que ainda mantém atualidade. Para Florestan Fernandes delineou-se no Brasil uma república em que apenas vigora a autocracia burguesa, cuja essência está na “concentração de poderes, dissimulada e mistificada no plano institucional, mas posta em prática com a maior desenvoltura no plano do funcionamento do governo ‘Republicano’”, onde “a uma democracia restrita corresponde... um Estado constitucional e representativo restrito” que Florestan chama de “república burguesa autocrática” (FERNANDES, 1980, p.159–160).

Qualquer avanço social para os trabalhadores no Brasil, levado a cabo por governos politicamente desenvolvimentistas e nacionalistas, imediatamente são interpretados como um perigo para os interesses do capital. Da arguta análise de Florestan decorre que o projeto burguês é para “[...] manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore” (FERNANDES, 1975, p.294). É exatamente isso que faz com que o caráter político do golpe brasileiro seja antinacional, antipopular, antidemocrático e pró-imperialista; com boa dose de violência institucionalizada.

Aqui se está apenas levantando alguns pontos teóricos para uma análise conjuntural profunda e rigorosa que precisa ser feita. Não há como estar satisfeito com as análises que disponíveis, pois carecem de uma visão de conjunto e na qual as partes se articulam para explicar a realidade que estamos vivendo contemporaneamente no Brasil. A ausência de análises mais complexas, que apreendam o mundo que vivemos, tem nos levado a equívocos estratégicos e táticos lamentáveis. Enquanto as forças políticas conservadoras conseguem se articular para a manutenção e aprofundamento de suas bandeiras cada vez mais anacrônicas e reacionárias, lamentavelmente as forças

progressistas e de esquerda têm sofrido seguidas derrotas, padecendo sob um divisionismo e um fogo amigo destrutivo.

Um breve e sintético passeio pelos fatos de nossa história pode ajudar a compreender como e em que condições a história dos Golpes se repetem na formação social brasileira, bem como as características e particularidades que assumem caso-a-caso. Numa análise como essa, não se pode esquecer de nosso passado colonial – com suas relações de subordinação à metrópole, o patrimonialismo e a organização cartorial –, da recriação do trabalho escravo sob o capitalismo mercantil, inclusive sua devastadora influência ideológica sobre toda a organização social, notadamente sobre as classes dominantes, do processo de industrialização tardia brasileiro, com a imigração e a formação da mão-de-obra que era necessária à implementação da indústria e da qual resultou a constituição do proletariado urbano, as transformações da produção rural para atendimento da economia mundial, da qual resultou sucessivas levas de expulsão dos trabalhadores do campo e a consequente urbanização da sociedade, a formação e o papel das camadas médias urbanas em sociedades cada vez mais complexas, como é a brasileira. Isso exige um estudo aprofundado de suas bases materiais, das transformações da economia e das relações econômicas, sociais, políticas, ideológicas, etc. As transformações ocorridas na história brasileira resultaram em exposições ideológicas justificadoras das mudanças sociais e política e que colocam a necessidade de entender a base material (econômica) que anima as lutas entre as classes e frações de classe na busca por solução para as crises conjunturais.

A longa história do golpismo Republicano à brasileira começa com a própria Proclamação da República em 1889, depois em 1930, em 1937, em 1954, em 1958, em 1961, em 1964, em 1969, em 1985 com o fim ditadura militar e o início da Nova República, e a que vivemos atualmente desde as eleições em 2014. Mesmo em que pese um aparente “esquecimento” do passado pelas massas e a permanente tentativa de reinterpretar os fatos pelas elites dominantes, o exercício da ciência da História, numa perspectiva crítica, não é conivente com as tramas golpistas e acobertadoras do passado, registrando os fatos, os sujeitos e os papéis que desempenharam, numa incessante busca pela verdade histórica.

Segue um passeio panorâmico pelos momentos caracteristicamente golpistas de nossa história Republicana, deixando de lado as várias revoltas e rebeliões ocorridas ao longo de toda a história brasileira.

1889 – Proclamação da República

Aprendemos que em 15 de novembro de 1888 ocorreu no Brasil a Proclamação da República, como se isso tivesse ocorrido por uma decisão soberana de todo o “povo Brasileiro”. Sabe-se, entretanto, que a Proclamação da República resultou de um levante político-militar que culminou em 15 de novembro de 1889, com a derrubada da monarquia constitucional parlamentarista do Império do Brasil, pondo fim à soberania do Imperador D. Pedro II e instaurando a forma Republicana federativa pre-

sidencialista no Brasil. Foi esse golpe que passou à história como Proclamação da República do Brasil.⁷

Os sintomas da crise do Império já eram visíveis desde a década de 1870, quando teve início o movimento Republicano e o descompasso entre o governo imperial, o Exército e a Igreja, aos quais se soma o desgaste devido ao problema da escravidão. Tais sintomas não eram exclusividade da formação social brasileira, mas estavam permeados pelas profundas e rápidas transformações econômicas e sociais em curso, originando novos grupos sociais e a receptividade às ideias reformistas.

A crise da monarquia no Brasil, que culminou com o golpe da Proclamação da República, ocorreu quando o modo de produção capitalista experimentava sua primeira grande crise, ocorrida entre 1873 a 1896, também conhecida como “Grande Depressão”. Foi a primeira crise capitalista em escala mundial e que se fez sentir com grande intensidade na Europa e nos Estados Unidos. Essa crise decorreu do próprio desenvolvimento do capitalismo concorrencial: do colossal desenvolvimento das forças produtivas, com a maquinaria e grande indústria, da produção em massa de mercadorias; do desemprego de massas crescente de trabalhadores e que foram colocados, rapidamente, à margem do mercado. Com essa primeira grande crise decorreram algumas consequências mundiais e que afetaram profundamente a divisão internacional do trabalho. A primeira foi a falência de muitas empresas, notadamente as pequenas e médias, com a conseqüente concentração e centralização do capital e meios de produção nas mãos de poucos capitalistas industriais. Certamente o surgimento dos monopólios e cartéis foi uma das principais transformações resultantes dessa primeira grande crise, submetendo todos os setores da economia ao domínio das grandes empresas monopólicas, dos trustes e cartéis.

Uma segunda consequência, resultado do estreitamento dos mercados internos nas economias industrializadas, foi a busca por mercados consumidores externos, fora da Europa, nos continentes ainda não industrializados – Ásia, América Latina e África. Foi o início de um novo ciclo imperialista, caracterizado pelo chamado “neocolonialismo europeu”, do qual decorreu a partilha do mundo pelas grandes potências industriais no século XIX. Para Eric Hobsbawm, esse novo imperialismo decorreu “de uma economia internacional baseada na rivalidade entre as economias industriais concorrentes” (Hobsbawm, 1988, p. 101). Os principais objetivos da corrida imperialista foram a repartição do mundo entre os países industrializados em de controle de mercados, fontes de matérias-primas e a dominação colonial, principalmente por meio de mecanismos econômicos, notadamente a exportação de grandes empresas multinacionais. Ainda que a Inglaterra se mantivesse como a principal potência imperialista, ou-

⁷ A Proclamação deu-se na Praça da Aclamação (hoje Praça da República), na então capital do Império do Brasil, o Rio de Janeiro, quando um grupo de militares, liderados pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, destituiu o imperador e instituiu naquele 15 de novembro de 1889, um governo provisório Republicano. Esse governo foi assim composto: o marechal Deodoro da Fonseca como presidente da república e chefe do Governo Provisório; o marechal Floriano Peixoto como vice-presidente; e como ministros Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Quintino Bocaiuva, Rui Barbosa, Campos Sales, Aristives Logo, Demétrio Ribeiro e o almirante Eduardo Wandenkolk, todos membros atuantes da maçonaria. https://pt.wikipedia.org/wiki/Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica_do_Brasil

tras potências disputavam o mercado internacional, como a Alemanha, a Rússia, o Japão, os Estados Unidos da América, a França e a Holanda.

Na divisão internacional do trabalho grande parte da periferia capitalista, composta por muitas ex-colônias e colônias, na qual o Brasil estava incluído, exercia o papel de exportadora de “artigos coloniais” – como cobre, prata, salitre, algodão, café, açúcar, fumo, etc. – e importadora dos produtos manufaturados ingleses ou pelas luxuosas e finas mercadorias francesas. Nessa divisão internacional do trabalho o Brasil continuava um produtor e exportador de uns poucos produtos primários, como o café, a borracha, o cacau, o algodão, o açúcar, etc. Era apenas aparente a incipiência da relação do Brasil com a economia internacional, não se podendo menosprezar a importância das transformações em curso no capitalismo sobre o país (Singer, 2006, p. 381), inclusive o Golpe que levou ao fim da monarquia e a instauração da república. O desenvolvimento das forças produtivas brasileiras e a transformação da base material brasileira ao longo da segunda metade do Século XIX (Prado Junior, 1982, p. 192), deu-se com índices de crescimento em praticamente todos os setores econômicos, tendo como carro chefe a economia cafeeira, ampliação da malha ferroviária e das demais vias de transporte e comunicação, fortalecimento da produção manufatureira e industrial de bens de consumo. O crescimento da atividade econômica no Brasil deu-se pela ampliação da participação internacional nas atividades econômicas, notadamente, pela ação do capital financeiro internacional que passou a ser multiforme e ativo, constante e crescente em todos os setores econômicos que oferecessem perspectivas de bons negócios (Idem, p. 210). A concorrência entre os impérios tornava a América do Sul, e nesta o Brasil, um campo de batalha pela disputa de influência e controle econômico. As inversões britânicas para a América do Sul foram de 10,5 % na década de 1860–70 para mais de 20% na década de 1880–90 (Singer, 2006, p. 397). Para o Brasil os investimentos britânicos quase duplicam entre 1880 a 1890, passando de 39,9 a 68,7 milhões de libras esterlinas, sofrendo crescimento vertiginoso entre 1890 a 2013, quando atingir 223,9 milhões de libras esterlinas (idem, *ibidem*). Estavam em pleno funcionamento os mecanismos de dependência e controle do capital financeiro no contexto da guerra imperialista.

O conjunto das transformações econômicas em curso, também conduzia a mudanças na estrutura social, com a emergência de novas classes e frações de classes, tanto empresariais quanto de trabalhadores e que tornavam mais complexa a luta política que gradativamente vai se introduzindo no país. Era preciso como de um *aggiornamento* (“atualização”) no campo político e que colocasse o Brasil no caminho dos fluxos de capital e de força de trabalho dos países centrais para a periferia do mundo capitalista (Singer, 2006, p. 384).

Entre as forças sociais em disputa pela hegemonia política no Brasil, duas forças se destacaram no processo que resultou na queda da monarquia. Por um lado, os militares aos quais coube a iniciativa do episódio de 15 de novembro, de 1889, resultando na Proclamação da República pelo monarquista Marechal Deodoro da Fonseca. Por outro, a burguesia cafeeira paulista, organizada politicamente em torno do Partido Republicano Paulista (PRP), fornecendo uma base social estável para a instauração do regime Republicano (FAUSTO, 1996, p. 235).

Após a Proclamação da República, o descompasso entre os vários grupos que disputavam o poder era evidente. As elites de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul almejavam a conquista da autonomia das unidades regionais, defendendo um modelo Republicano federalista. Mas outro elemento fragilizava a jovem república: internamente as forças armadas não eram coesas. Enquanto o Exército havia sido o protagonista da proclamação da República, a Marinha tinha sua imagem ligada ao antigo regime monárquico. O próprio Exército polarizava-se em torno das figuras de Deodoro e Floriano, o primeiro identificado com os veteranos da Guerra do Paraguai, os quais defendiam o papel central do exército na organização do novo regime, enquanto os militares identificados com a imagem de Floriano defendiam os ideais positivistas de “ordem e progresso”, entendendo-se como “soldados-cidadãos”. Apesar das diferenças, estavam unificados no antagonismo aos defensores de uma República liberal (FAUSTO, 1996, p. 246).

A depressão econômica foi sendo sentida no Brasil gradativamente, até estourar em 1891, inicialmente manifestando-se como uma crise financeira, resultado da política de expansão das emissões monetárias que vinha dos tempos do Império (Prado Junior. 1982, p. 218–19). A crise financeira, agravada pela convulsão política do país, foi acompanhada da especulação financeira pura e simples: grande número de novas empresas – bancos, firmas comerciais, companhias industriais, estradas de ferro e todo tipo de negócios – eram criadas para a especulação e não tinham existência real, mas fictícia, apenas para viabilizar a emissão de ações e colocá-las no mercado de ações que passavam rapidamente de mãos (Prado Júnior, 1982, p. 220), a exemplo do que ocorria em todo mundo.

À crise econômica correspondia grave fragilidade política, manifesta na ausência de unidade nacional e no anseio dos grandes Estados por maior autonomia. Foi nesse contexto que Deodoro foi eleito presidente da República, em 25 de fevereiro, de 1891, tendo como vice Floriano Peixoto. Inspirando-se no antigo “Poder Moderador” do período monárquico, o qual dava ao imperador poderes decisórios excepcionais, colocando-o acima dos demais poderes. Por meio de um golpe em 3 de novembro Deodoro centralizou o poder nas mãos do executivo, pondo fim aos anseios de autonomia dos Estados (FAUSTO, 1996, p. 254). Por meio desse Golpe no Golpe, Deodoro da Fonseca instalou um Estado de Exceção, assinando dois decretos: um dissolvendo o Congresso e o outro instaurando o Estado de Sítio, suspendendo todas as disposições da nova constituição Republicana relativas aos direitos individuais e políticos. Em consequência, qualquer pessoa podia ser presa sem direito a *habeas corpus* ou defesa prévia. Nesse mesmo dia o Exército cercou a Câmara e o Senado, prendendo opositores e alguns ex-aliados de Deodoro, como Quintino Bocaiuva.

Toda a Primeira República foi marcada por crises econômicas, sociais e políticas. Foi um longo processo de adaptação do país à nova ordem imperialista internacional, com o crescente domínio do capital financeiro internacional sobre as formações sociais da periferia. A síntese de Prado Júnior é lapidar: foi um tempo em que a abolição da escravidão com a transformação do regime de trabalho, o rompimento do conservadorismo da monarquia e a exploração dos negócios e da especulação, não

passaram de passos para ajustar o Brasil ao papel de semicolônia no círculo internacional do imperialismo financeiro (Prado Junior, 1982, p. 224).

A chamada “Revolução de 1930”

No final da década de 1920 o mundo foi abalado pela segunda grande crise estrutural do modo capitalista de produção. Foi a Grande Depressão de 1929–1941 e que foi marcada por profundo *crash* financeiro. Essa crise foi se anunciando desde há muito e a Primeira Guerra Mundial foi a expressão beligerante de economias imperialistas que buscavam tornar-se hegemônicas na disputa por mercados para seus produtos industrializados, por fontes de matérias primas e combustíveis e investimentos de capital financeiro⁸. Contraditoriamente, o grande vencedor dessa guerra imperialista foi o USA (**United States of America**) e que não entrou na guerra, mas aproveitou-se dela para ampliar a exportação agrícola e industrial, comerciando com os dois lados no conflito. Finda a Primeira Guerra, os norte-americanos se dedicaram à abertura de créditos aos aliados, com a concessão de empréstimos à Inglaterra e à França. A economia americana cresceu vertiginosamente inaugurando o que ficou conhecido como o *American way of life* (estilo de vida americano). MAS, ao longo da década de 1920, os sinais de superprodução denunciavam o desenvolvimento econômico desenfreado, tanto na agricultura quanto na indústria. Foi a **especulação financeira** que, entretanto, explodiu em 24 de outubro de 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, deixando à mostra a profundidade da crise nos Estados Unidos e que se alastrou pelo mundo todo.

Foram muitos os efeitos da Grande Depressão para as formações sociais em todo o mundo, especialmente na Europa, onde os países deixaram de lado os princípios do liberalismo e passaram a defender a intervenção do Estado na economia, o protecionismo e a construir Estados fortes e, no limite, até mesmo autoritários. Não se pode esquecer que foi nesse contexto de crise que se deu a ascensão de Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália e ditadores esparramados pelos diferentes continentes. No Brasil a crise engendrou grande instabilidade política que levou à instauração do Golpe de 1930 que conduziu à Ditadura Vargas.

O golpe, em si mesmo, foi um movimento armado, liderado pelos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais realizadas em primeiro de março de 1930 e que deu vitória ao candidato governista, então governador do Estado de São Paulo, Júlio Prestes. Ele não tomou posse em virtude do golpe de estado desencadeado em 3 de outubro de 1930 e que em 24 de outubro derrubou o então presidente da república Washington Luís, impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes, colocando fim à República Velha.

⁸ Para um entendimento desse processo é clássico o escrito de Lênin “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, praticamente produzido no calor dos acontecimentos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. (LENIN, 2011). A apresentação está primorosa, merece uma cuidadosa leitura, e foi escrita por Plínio de Ardua Sampaio Junior, Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução.

Nesse 24 de outubro, antes que ocorresse o enfrentamento militar entre forças leais ao governo e os golpistas, os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha depuseram Washington Luís e formaram uma Junta Militar Provisória. A Junta Militar governou o Brasil até passar o governo a Getúlio em 03 de novembro de 1930. Washington Luís foi deposto apenas 22 dias antes do término do mandato presidencial, que se encerraria em 15 de novembro de 1930.

Para além da simples quartelada, o golpe decorria da cisão entre as oligarquias regionais que resultaram na deposição de Washington Luís e que ocorreu após a sua intransigência em relação à indicação do mineiro Antônio Carlos de Andrada que escolheu como seu sucessor o paulista Júlio Prestes, quebrando assim o acordo conhecido como “Política do café com leite”, fundamentado na alternância do poder executivo entre as oligarquias dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Para fazer frente as tentativas dos paulistas em perpetuar-se no poder, em meados de 1929, foi criada a Aliança Liberal, articulando os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, cujos interesses eram representados pela candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência, tendo como vice o paraibano João Pessoa. A Aliança Liberal tinha por objetivo conquistar a classe média, defendendo em seu programa o incentivo à produção nacional, até então restrita à produção cafeeira liderada pelos paulistas, propondo o fim da política de valorização dos preços do café.

Em oposição à afirmação de Washington Luís de que a questão social no Brasil era “uma questão de polícia”, a Aliança afirmava ser ela um problema do poder público, defendendo medidas de proteção aos trabalhadores, tais como extensão do direito à aposentadoria, regulamentação do trabalho de menores e mulheres, além da lei de férias. O golpe de 1930 não foi apenas a tomada do poder por uma determinada classe social, num quadro social e político heterogêneo. Ocorreu como que uma troca das elites no poder sem grandes rupturas, resultando na queda dos quadros oligárquicos tradicionais, ascendendo no cenário político os militares, os técnicos diplomados, jovens políticos e os industriais. O difuso poder oligárquico perdeu espaço para a centralização do poder, dando origem a um novo tipo de Estado marcado pela sua atuação econômica, social e o protagonismo das Forças Armadas, tendo na defesa da aliança entre as classes sociais e a resolução dos conflitos entre capital e trabalho o suporte para o desenvolvimento do capitalismo nacional (FAUSTO, 1996, p. 326).

Em 1937 Getúlio Vargas utilizou a "ameaça comunista" para dar um Golpe de Estado no anterior Golpe de Estado que o levou ao poder em 1930. Foi em 10 de novembro de 1937 que ocorreu o golpe, quando Getúlio decretou uma nova constituição, a Constituição de 1937, que instaurava o chamado Estado Novo, em uma suposta tentativa de travar contra-ataques comunistas num suposto Plano Cohen. Com essa Constituição outorgada, houve centralização e aumento de poder do Presidente no Governo, garantindo a sua permanência no poder, com a anulação das eleições agendadas para o ano seguinte. No Estado Novo houve forte ação política do Estado para a expansão das atividades urbanas e deslocamento do eixo produtivo da agricultura para a indústria, introduzindo as bases contemporâneas da economia brasileira. Getúlio fez um balanço da revolução de 1930 e de seus 15 anos de governo, no Dia do Trabalho de 1945, em discurso no Rio de Janeiro, afirmando que:

A qualquer observador de bom senso não escapa a evidência do progresso que alcançamos no curto prazo de 15 anos. Éramos, antes de 1930, um país fraco, dividido, ameaçado na sua unidade, retardado cultural e economicamente, e somos hoje uma nação forte e respeitada, desfrutando de crédito e tratada de igual para igual no concerto das potências mundiais!

Desde 1930, um dos elementos centrais do governo getulista foi a tentativa de anular os esforços de organização da classe trabalhadora, destacando-se a repressão sobre os partidos de esquerda, sobretudo o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Almejando atrair os trabalhadores para a esfera de controle do Estado, Getúlio criou o Ministério do trabalho, Indústria e Comércio, criando leis de proteção aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que os sindicatos eram enquadrados pelo Estado. Entretanto, os desdobramentos da profunda crise mundial do final da década de 1920, colocaram em cheque as promessas de igualdade de oportunidades do capitalismo liberal e aqui reproduzidas até mesmo sob a ditadura Vargas que foi marcada pelo desemprego, empobrecimento e desigualdade dos trabalhadores. Diante de um cenário como este, o discurso centralizador e antidemocrático tornou-se hegemônico, acompanhando a ascensão do fascismo e do nazismo na Europa.

A criação *formal* de um governo constitucional, a partir da promulgação da Carta Constitucional de 14 de julho de 1934, não foi suficiente para a consolidação do projeto de conciliação dos interesses entre capital e trabalho. Não tardou para que a classe trabalhadora se rebelasse diante dos efeitos da crise econômica, eclodindo concomitantemente à promulgação da nova constituição uma série de greves no Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Rio Grande do Norte, culminando com a paralisação do setor de transporte, comunicação e bancário. As campanhas antifascistas ganharam força, resultando no choque entre progressistas e os integralistas em São Paulo, em outubro de 1934. O governo reagiu com a criação da Lei de Segurança Nacional (LSN), no ano de 1935, aumentando a repressão sobre a classe trabalhadora.

Comunistas e tenentes de esquerda se articularam em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL), com conteúdo nacionalista, defendendo a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária, a garantia das liberdades populares e a constituição de um governo popular. A ALN se ajustava à orientação seguida pelo PCB, a partir do VII Congresso do III Internacional Comunista, realizado ao final do mês de julho de 1935. Após a constatação de que a crise mundial levou ao fortalecimento dos regimes nazi-fascistas, apesar do abalo causado aos fundamentos do capitalismo, os comunistas passaram a defender as Frentes Populares como forma de defesa da União Soviética. Como destaca Boris Fausto a nova orientação resultou na centralidade da temática nacional, em detrimento da problemática das classes sociais (FAUSTO, 1996, p. 360).

O manifesto de 5 julho de 1935 redigido por Luiz Carlos Prestes, então na clandestinidade e que havia ingressado no PCB em agosto de 1934, declarava as intenções da ALN de construir um governo popular por meio da tomada do poder. Getúlio reagiu imediatamente e a 11 de julho decretou o fechamento da ALN. Apesar da orientação da Frente Popular de construir uma aliança de classes, a tese da insurreição

prevaleceu, resultando na Intentona Comunista, deflagrada em 25 de novembro de 1935.

Após a tentativa frustrada dos comunistas, o governo gradativamente construiu aparelhos repressivos para a perseguição ao comunismo, como a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, além de atribuir a Filinto Miller, chefe de polícia da capital federal, poderes excepcionais. Em fins de outubro de 1936, passou a atuar o Tribunal de Segurança Nacional, que apesar de ter sido criado para julgar os insurretos de 1935, funcionou ativamente, após o golpe do Estado Novo, instituído em 1937, para a centralização ainda maior dos poderes nas mãos de Vargas.

1945 e o fim do Estado Novo

Em 1945 Novo Golpe de Estado marcou o fim da Era Vargas, resultado direto do movimento de fim da Segunda Guerra Mundial e da ação dos Estados Unidos em sua área de influência pela instalação de governos que, ao menos formalmente, pudessem ser chamados de “democráticos”. Antes do golpe surgiu um movimento chamado “queremismo” e que tinha como slogans “*Queremos Getúlio*” e “*Constituinte com Getúlio*”. Mas esse movimento nada mais fez que precipitar a queda de Getúlio Vargas, deposto em 29 de outubro de 1945, por um movimento militar liderado por generais que compunham o próprio ministério (em sua maioria ex-tenentes da Revolução de 1930, como Góis Monteiro, Cordeiro de Farias, Newton de Andrade Cavalcanti, Ernesto Geisel, entre outros). Disso decorreu a renúncia formal de Getúlio do cargo de presidente da República, pondo final ao Estado Novo. Getúlio foi substituído por José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal e substituto direto do presidente, pois pela *Constituição de 1937* não existia a figura do vice-presidente. Linhares ficou como presidente interino por três meses, até passar o poder ao presidente eleito Eurico Gaspar Dutra, eleito em 2 de dezembro de 1945, e cuja posse deu-se em 31 de janeiro de 1946.

As questões internacionais foram determinantes para a queda do Estado Novo. Como o Brasil entrou na Segunda Guerra ao lado dos Aliados, enviando à Itália tropas da FEB, Getúlio passou a ser criticado pela oposição pela contradição em apoiar a democracia externamente, ao mesmo tempo em que mantinha internamente uma ditadura. Getúlio perdeu o apoio de importantes apoiadores, como Osvaldo Aranha, Góis Monteiro e José Américo, dentre outros. Some-se a isso a emergência do movimento estudantil, organizado pela União Nacional dos Estudantes, criada em dezembro de 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes. Ademais, decorrência do apoio aos Aliados, Vargas também se aproximou dos comunistas, estabelecendo relações diplomáticas com a União Soviética, fato inédito na história do Brasil. Isso explica o apoio de Prestes ao governo após a decretação da lei de anistia, ainda que Vargas tenha enviado à Alemanha sua esposa judia Olga Benário, executada pelos nazistas nas câmaras de gás. O apoio dos comunistas se justifica também pelas medidas econômicas adotadas pelo governo, resultando não somente na oposição liberal interna, mas na crítica externa aos EUA. Por meio do decreto-lei de junho de

1945, dispunha-se sobre os atos contrários à ordem econômica, confrontando diretamente os monopólios e as práticas monopólicas por meio do controle da concorrência, sendo possível a desapropriação das empresas que praticassem atos contrários ao interesse público (FAUSTO, 1996, p. 387).

Sobre a campanha “queremista”, esta alertou a oposição liberal e setores do exército para a possibilidade de Getúlio se manter por mais tempo no poder, avançando, a exemplo do que vinha acontecendo na Argentina de Perón, na construção de um capitalismo nacional apoiado no protagonismo do Estado, sustentado em bases populistas, representando Getúlio as aspirações de toda a nação. Não foi isso o que ocorreu, apoiadas pelos EUA, as forças de oposição aceleraram o processo que culminaria na renúncia de Getúlio, em 29 de outubro, de 1945.

1954 – Morte de Vargas e o aborto do Golpe em curso

Em 1954 estavam avançadas as articulações golpistas contra o Presidente Getúlio Vargas, reconduzido ao poder nas eleições de 1950. De fato, desde a posse Vargas enfrentou forte oposição ao seu governo, vindo tanto da direita sobre a liderança de Carlos Lacerda (UDN), como da esquerda sobre o comando de Luís Carlos Prestes (PCB). As forças conservadoras não deram trégua ao Presidente, com o uso intensivo dos meios de comunicação de massa da época (a imprensa escrita, capitaneada pelo *Jornal o Globo*, e a rádio). A culminância da crise política decorreu do Caso Toneleros⁹, com o jornal “*O Globo*” intensificando as críticas e levando as elites conservadoras a uma forte reação contra Vargas, não mais exigindo eleições, mas a renúncia do presidente da República. Também os militares realizavam reuniões manifestando indignação em face da crise política e articulando um golpe na democracia brasileira.

Em 24 de Agosto de 1954 Vargas presidiu sua última reunião ministerial, na qual o ministro da Guerra Zenóbio, argumentou que a situação do presidente estava difícil perante a oficialidade, sendo poucas as alternativas políticas para o presidente da República, ou este renunciava ao poder, ou seria deposto por um golpe militar.

Nesse mesmo dia Getúlio Vargas suicidou-se, deixando uma carta ao Povo Brasileiro – logo denominada de “Carta Testamento”¹⁰:

“Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história.” (Carta Testamento de Getúlio Vargas, 1954).

⁹ A mando do chefe de segurança, Gregório Fortunato, através de capangas mandou matar o udenista Carlos Lacerda. O presidente embora não sabendo das intenções criminosas de Fortunato teve que assumir as consequências políticas.

¹⁰ O texto encontra-se difundido em arquivo digital em muitos sítios. Ver, por exemplo: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carta-testamento_de_Get%C3%BAlio_Vargas

A notícia detonou na população uma profunda revolta, com grupos de populares indignados que passaram a percorrer as ruas do centro do Rio de Janeiro com paus e pedras, notadamente contra qualquer político de oposição ao governo varguista. A multidão cercou o prédio de **O Globo** e, apedrejando a fachada, cercaram dois caminhões e os incendiaram. A sede do jornal Tribuna da Imprensa foi queimada. Os jornais **A Notícia** e **O Mundo** também sofreram investidas da população revoltada. O suicídio de Vargas acabou paralisando a tentativa desse golpe de 54. As forças conservadoras, ENTRETANTO, continuaram articuladas e dispostas à implantação de um projeto político radicalmente favorável ao capital e às empresas privadas nacionais e internacionais, com estancamento das conquistas trabalhistas e previdenciárias obtidas pelos trabalhadores brasileiros.

Alguns elementos ajudam na compreensão do trágico desfecho da Era Vargas. Apesar da tentativa de equilibrar-se politicamente no governo, Getúlio adotou na economia uma linha nacionalista, acusando o capital estrangeiro de ser o responsável pelos problemas no balanço de pagamentos. Após ter criado importantes empresas estatais, destacando-se a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (1941), Companhia Vale do Rio Doce (1942) e, embalado pela campanha d'O petróleo é nosso, a Petrobras (1953), uma empresa estatal para o setor elétrico, a Eletrobrás, em abril de 1954, após a hesitação das empresas canadenses e americanas em realizar novos investimentos.

No campo das relações exteriores, Getúlio foi acusado por seus opositores de ter assinado um acordo secreto com a Argentina e o Chile, com o objetivo de conter a influência dos Estados Unidos. A aliança com o peronismo era interpretada como um sinal de que Vargas desejava instaurar uma “República sindicalista” no Brasil, tese reforçada pelo aumento do salário mínimo concedido pelo então ministro do trabalho João Goulart.

Como é possível observarmos, diante dos vários motivos para o descontentamento da oposição nacional, apoiada pelo imperialismo norte-americano, o caso da Rua Toneleros, em Copacabana, foi apenas um mero pretexto para a quebra da legalidade e a deposição de Getúlio. Seu suicídio gerou a reação violenta das massas populares, às quais se somaram os comunistas, que após perceberem que sua linha radical de oposição a Vargas era funcional aos interesses da oposição liberal, passam a apoiar o nacionalismo populista (FAUSTO, 1996, p. 418).

1961 – Com a renúncia de Jânio Quadros, nova conjuntura golpista

Em 25 de agosto de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, estando o vice-presidente João Goulart em visita à China, o Brasil viveu momentos de grande instabilidade. Os militares e políticos conservadores e de direita, sob influência direta dos Estados Unidos, sob o argumento ideológico do perigo comunista, afirmando estarem temerosos de um governo esquerdista no Brasil, a exemplo do que ocorreu com Cuba em 1959, iniciaram um movimento para impedir o vice-presidente de assumir o car-

go, como estabelecido na Constituição, inclusive ameaçando derrubar o avião em que ele voltava para o Brasil – a conhecida “Operação Mosquito”.

Naquela conjuntura, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango, iniciou um movimento de resistência, pregando a legalidade, com a posse de Jango. Brizola falava ao povo desde uma rádio montada no porão do Palácio de Governo Sul Rio Grandense, num movimento denominado de *rede da legalidade*. O quadro foi se agravando, Brizola se entrincheirou no Palácio Piratini, mobilizou a Brigada Militar e distribuiu armas para a população resistir e garantir a posse de Jango. Com a guerra civil configurada, foi dada a ordem para as forças armadas atacarem Brizola. Ações intimidatórias começaram a ocorrer em várias partes do país, mas muitos militares acabaram desobedecendo a ordem para atacar Brizola, aderindo ao movimento legalista.

Paralelamente foi negociada, no Congresso Nacional, uma solução política para evitar um maior aprofundamento da crise, com destaque para Tancredo Neves, ex-ministro de Getúlio Vargas. No dia 2 de setembro de 1961 foi aprovada a emenda constitucional número 4, alterando o regime de governo para parlamentarista, limitando os poderes de Jango ao de chefe de estado, mas não de governo. Com isso os militares aceitaram a posse de João Goulart no cargo de Presidente da República. Jango retornou ao Brasil em 5 de setembro e em 7 de setembro de 1961 tomou posse.

Em vista da Constituição Federal em curso, na qual o vice-presidente é o substituto nato da Presidência, em caso de impedimento ou vacância, ocorreu em 1961 um Golpe de Estado arquitetado pelas forças civis, militares e parlamentares, ficando o Poder Legislativo com o papel de aprovar a medida necessária para realizá-lo. Entre 1961 a 1964 o Brasil viveu uma conjuntura de permanente crise política, com a gradativa e notória preparação do Golpe pelas forças então representativas dos interesses em jogo, o que acabou ocorrendo em 1º de abril de 1964.

O contexto histórico no qual se insere a ascensão e queda de Jango foi marcado pelo avanço dos movimentos sociais, estimulados por mudanças estruturais ocorridas entre anos de 1950 e 1964. O crescimento urbano e a industrialização acelerada ampliaram o mercado agropecuário, com alteração das formas de posse e utilização da terra. Ao serem expulsos da terra, os trabalhadores rurais liderados pelo advogado Francisco Julião criaram as Ligas Camponesas, fugindo do velho modelo corporativo sindical atrelado ao Estado.

Durante o governo Jango, cresceu também a participação de outros setores da sociedade, como o movimento estudantil, destacando-se a atuação da União Nacional Estudantil, criada em 1938. Também a Igreja Católica popular se destacou na resistência às forças conservadoras, atuando ativamente através da Juventude Universitária Católica (JUC), assumindo gradativamente posições socialistas, o que resultou no choque com a hierarquia eclesiástica. No decorrer do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, os católicos radicais defenderam, conjuntamente com as Ligas Camponesas, a expropriação de terras sem a indenização prévia, chocando-se com a posição dos comunistas, que defendiam a extensão da legislação trabalhista ao campo. Em 1962 foi criada a Ação Popular, rompendo com a hierarquia católica.

Segundo Boris Fausto, a retomada do populismo por Jango se deu em um contexto de crescentes mobilizações, comparativamente maiores que no período Vargas. Governo e sindicatos pregavam a articulação entre Estado, incluindo as forças armadas, intelectuais, classe operária e burguesia industrial nacional. O Estado seria o articulador das reformas de base, destacando-se a reforma agrária, reforma urbana, reforma política, defendendo-se o direito de voto dos analfabetos e baixas patentes do exército. No campo econômico as reformas se caracterizaram pelo caráter nacionalista, adotando-se medidas como a nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, frigoríficos, indústria farmacêutica, regulamentação da remessa de lucros ao exterior e extensão do monopólio da Petrobras (FAUSTO, 1996, p. 448).

Temerária do nível de mobilização social da população, a burguesia nacional não se identificou com o projeto de desenvolvimento e modernização do capitalismo brasileiro defendido por Jango. Também o movimento operário vivia grande contradição, indo da euforia à fragilidade, como destaca Fausto:

A aproximação com o poder, a escalada grevista, a presença nos comícios produziram uma euforia e ocultavam ao mesmo tempo os pontos fracos do movimento operário. Os pontos fracos, como mais tarde se pôde ver com maior clareza, residiram em dois fatos inter-relacionados. De um lado, o declínio proporcional do movimento operário no Estado que concentrava o setor mais dinâmico da economia (São Paulo); de outro, a excessiva dependência desse movimento com relação ao regime político. A queda do regime arrastaria com ele o sindicalismo populista (FAUSTO, 1996, p. 450).

Apesar de todo o esforço de personagens como Brizola, organizando os “grupos de onze”, defendendo a convocação de uma Assembleia Constituinte e a moratória da dívida externa, Jango encontrava-se cada vez mais fragilizado e sem condições de manter-se no poder e realizar por decreto as reformas de base, sobretudo a partir do momento em que a direita ganhou a adesão de outros setores, até então moderados, em torno da tese de que somente um movimento armado, ironicamente denominado de “revolução”, colocaria fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e à ameaça comunista.

1964 e o Golpe de 1º de abril

O golpe de 1964 está mais próximo e conhecido, impossível de se esconder, pois os muitos sujeitos dessa história, representativos dos partidos e movimentos então em luta, no campo conservador ou progressista, ainda estão presentes entre nós. Ainda pulsa entre nós os que não se esquecem da intervenção militar e continuam a clamá-la nos eventos de massa promovidos pelas forças e organizações conservadoras.

Durante o governo João Goulart, as forças civis – empresários, religiosos, intelectuais – e militares passaram a contar com o apoio do embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, com dólares bancando a campanha de vários políticos em

1962 e financiando institutos como o Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) a fazer a luta ideológica, por meio de propaganda em jornais, rádios, televisão e cinema. Defendiam a livre iniciativa e as supostas vantagens da democracia. O objetivo era criar na população um sentimento de oposição ao governo João Goulart e pela necessidade de sua deposição. Para esse trabalho “intelectual” e de organização das forças conservadoras, desenvolvido pelo IBAD e pelo IPES, a Igreja Católica, que temia o comunismo, por se identificar com o ateísmo, tinha importante atuação. A Igreja teve importante participação com o movimento de direita Tradição, Família e Propriedade (TFP) e com a promoção, logo após o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, de grandes Marchas da Família com Deus pela Liberdade, na qual os católicos conservadores manifestavam desagrado com as reformas de base anunciadas por Jango.

Culminando com o conluio das forças conservadoras organizadas da sociedade civil, nas Forças Armadas, na Igreja e no parlamento, com o apoio tático, financeiro e militar norte-americano, na madrugada de 31 de março de 1964 teve início o Golpe. Resultado da conspiração com empresários paulistas e cariocas, e contando com o apoio tático e militar norte-americano, o general Olímpio Mourão Filho deu início ao golpe, partindo de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, à frente do 12º e do 11º Regimentos de Infantaria.

Em entrevista sobre o golpe, o ex-deputado estadual e federal Ney Ortiz Borges, 89 anos, então líder do PTB na Câmara Federal, diz que jamais acreditou na possibilidade da queda de João Goulart, apesar de testemunhar as idas e vindas de Carlos Lacerda à embaixada dos Estados Unidos, em Brasília. Nem a entrevista do udenista ao jornal *Los Angeles Times*, afirmando que os militares tramavam a deposição do presidente, foi capaz de fazer os governistas acreditarem no golpe. “A gente tinha medo, mas não acreditava que aconteceria. A gente não esperava aquilo. Nosso maior erro foi a inocência. Nós acreditávamos que se isso acontecesse, o povo se revoltaria”¹¹.

Várias forças conservadoras atuaram no golpe, certamente. Mas, antes de tudo, foi um golpe militar, pois estes foram diretamente responsáveis pela derrubada do Governo do presidente João Goulart. Os militares não apenas conseguiram terminar o regime em vigor, mas assumiram o poder e conseguiram continuar no poder por longos 21 anos.

Desde o término da Segunda Guerra e a polarização entre os blocos capitalista e comunista, dando início à Guerra Fria, os EUA criaram uma escola de quadros para combate à expansão comunista, denominada *National War College*. A partir do contato entre militares brasileiros e norte-americanos foi criada uma congênere brasileira, a Escola Superior de Guerra (ESG), tendo como principal representante o general Golbery do Couto e Silva. A ESG tinha a tarefa de realizar o treinamento do pessoal civil e militar que assumiria papel de comando na imposição de uma nova ordem econômica, política, social e ideológica que deveria substituir o modelo nacional desenvolvimentista.

¹¹Está em matéria assinada por Núbia Silveira – As tentativas que acabaram no golpe de 1964 – para o Sul21: <http://www.sul21.com.br/jornal/as-tentativas-que-acabaram-no-golpe-de-1964/>

Contando com a assistência de conselheiros franceses e americanos, a ESG desenvolveu a “doutrina de segurança nacional”, também denominada de “Doutrina da Interdependência”, apresentando uma estratégia de alinhamento entre os interesses nacionais e estrangeiros, sobretudo norte-americanos, fundamentada na imposição do modelo capitalista de mercado e dependente. Com a imposição deste último, por meio do golpe, o capital monopólico internacional intensificou o processo de espoliação da economia nacional, em curso desde a desnacionalização da economia iniciada por Juscelino Kubitschek.

1969 e o Golpe Militar no Golpe Militar

Em 1969 houve um Novo Golpe, no interior do Golpe Militar, com o **Ato Institucional Número Doze**, ou **AI-12**, baixado pela Junta Militar, composta pelos ministros da Marinha, Augusto Rademaker, do Exército, Aurélio de Lira Tavares e da Aeronáutica Márcio de Sousa e Melo em 1 de Setembro de 1969. Este ato institucional informava à Nação brasileira o afastamento do Presidente Costa e Silva, devido à sua enfermidade, assumindo o controle do governo os Ministros militares, impedindo a posse do vice-presidente, Pedro Aleixo, afastado devido por sua intenção de restabelecer o processo democrático. Aleixo havia se oposto ao AI-5, que intensificara a cassações de mandatos, as perdas de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, estabelecendo a censura dos meios de comunicação, tornando a tortura um método corriqueiro.

A esquerda radical respondeu com sequestros de diplomatas estrangeiros, destacando-se o sequestro do embaixador Elbrick, dos EUA, no Rio de Janeiro, pela ALN e o MR-8, apenas quatro dias após o estabelecimento da junta militar. Em troca da liberdade do embaixador, quinze presos políticos foram libertados. No mesmo ano, inspirada nos métodos de tortura utilizados pelo Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), foi organizada em São Paulo a “Operação Bandeirantes” (OBAN), vinculada ao II Exército, limitando-se ao Eixo São Paulo-Rio de Janeiro. A OBAN, por sua vez, foi substituída pelo Destacamento de Operações e Informações e o Centro de Operações de Defesa Interna, conhecidos pela sigla DOI-CODI. Atuando em vários Estados os DOI-CODI se tornaram espaços de tortura sob o comando dos militares.

2015 – Fim da Nova República

Não há dúvidas quanto ao fato de que está em curso um NOVO GOLPE DE ESTADO no Brasil. Sobre o assunto já foram produzidas excelentes matérias publicadas ou reproduzidas nas principais revistas de perfil crítico. Nosso entendimento sobre o processo em curso está registrado num manifesto que Lombardi, redigiu, como coordenador executivo do grupo de pesquisa HISTEDBR:

À COMUNIDADE CIENTÍFICA E MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES

A coordenação nacional do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR –, coletivo nacional de grupos de pesquisa e pesquisadores, acompanhando a manifestação de várias organizações científicas e acadêmicas, manifesta sua preocupação com o agravamento da crise política, jurídica e econômica e suas graves consequências para a vida da maioria da população. Acompanhamos o processo de democratização de nosso país, após anos de autoritarismo, arbítrio e repressão. Por mais que a democracia formal numa sociedade dividida em classes seja exercida preferencialmente em benefício de uma classe, trata-se de um regime que possibilita a todas as forças políticas e sociais a plena mobilização social, a manifestação de suas opiniões e a luta em defesa das mais diferentes bandeiras. Nesse processo, as forças hegemônicas assumem o controle político, sempre temporário, através de processos eleitorais para a escolha de seus representantes nas diferentes instâncias do poder de Estado. A garantia para que isso ocorra está no pleno funcionamento do Estado de direito, o que não se viabilizará sem que este esteja ancorado em princípios constitucionais que garantam o pleno funcionamento de seus aparatos políticos e jurídicos, jamais permitindo que suas instâncias atendam a clamores golpistas, ainda que identificados com manifestações de camadas sociais que não acatam o resultado de eleições democráticas. Testemunhamos o agravamento cotidiano dessa crise e de sua polarização. É fundamental que o Estado de direito prevaleça e que os princípios constitucionais sejam restabelecidos para que não ocorra novo retrocesso político em nosso país.

Uma análise ainda que limitada pela proximidade dos fatos nos revela os limites do processo de transição tutelada para o regime democrático, ou “abertura lenta, gradual e segura”, no jargão militar popularizado por Geisel, que juntamente com o general Golberi do Couto e Silva, foi um dos mentores da estratégia militar de transição para o modelo conservador de democracia.

Diferentes estudos sobre o período da ditadura nos revelam que os militares não se limitaram à repressão, mas buscaram desenvolver instrumentos de controle da luta de classes no seio da sociedade civil em articulação com setores civis–empresariais (DREIFUSS, 1981; FONTES, 2010). A associação de setores golpistas civis e militares ao imperialismo norte-americano permitiu a socialização das estratégias associativistas e comunitaristas, descritas por Tocqueville, em sua obra *A Democracia na América*, ainda nos anos de 1840, cujo objetivo é a neutralização da perspectiva histórica revolucionária presente nas organizações populares, anulando sua capacidade de resistência à dominação do capital monopólio internacional. Assim, não bastava ao regime militar aniquilar as formas clássicas de resistência dos trabalhadores nacionais, tais como os partidos, sindicatos e organizações populares, era necessário criar instrumentos de prevenção do conflito.

O que dizer da massificação das camadas populares por meio do monopólio das telecomunicações construído pela Rede Globo, em associação com os militares e os setores civis conservadores? O seu papel protagonista foi denunciado com riqueza de detalhes pelo documentário *Muito além do cidadão Kane*, em que a imagem de Roberto Marinho, considerado o “marechal civil do golpe de 1964”, é associada ao personagem principal do filme de Orson Wells, *Cidadão Kane*. Mais do que uma concessão para tornar-se uma emissora de TV, a Rede Globo assumiu um papel de protagonista na implementação do projeto de modernização conservadora sob a égide dos militares¹². É inegável o papel assumido por essa emissora no atual golpe que, apesar da identidade de classe com os donos e acionistas das demais emissoras, possui canais privilegiados de informação junto aos setores de comando do golpe, como a Polícia Federal e o ministério público, sem falar na íntima relação com o encarregado de chefiar a “Operação Lava Jato”, o juiz federal Sérgio Moro.

Esse processo bem pode ser caracterizado como de “revolução passiva”, descrito por Coutinho, e que buscou a cooptação das massas populares, preparando o consenso sobre a distensão, lenta, gradual e sob controle, resultando num contraditório processo de redemocratização, tendencialmente confirmou-se com o golpe de 2016 o prognóstico de Florestan:

Acresce que a democracia de cooptação possui pouca eficácia e pouca “flexibilidade” em nações capitalistas pobres onde a extrema concentração da riqueza e do poder deixa um escasso excedente para dividir na compra de alianças ou lealdades. Por isso, ela concorre para exacerbar as contradições intrínsecas ao regime de classes, levando-as a pontos explosivos de efervescência, que mais debilitam do que fortalecem o Estado autocrático, compelido a funcionar sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada (FERNANDES, 1975, p. 424).

Apesar da demora de muitos setores da esquerda brasileira que faziam oposição ao governo Dilma em reconhecer a dimensão do golpe de Estado, era possível observar na condenação de integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), no processo judicial-midiático conhecido como mensalão, o delineamento de uma das principais táticas deste que seria mais um ciclo de contra revolução preventiva.

A eleição de Lula em 2003 integra um ciclo de governos progressistas na América Latina, orientados por duas propostas: por uma proposta neodesenvolvimentista, de cunho antineoliberal, sustentando-se, porém, na aliança da classe trabalhadora e setores da burguesia nacional, da qual os governos Lula e Dilma foram adeptos; e a proposta de integração de governos progressistas e movimentos populares, por meio da criação de uma área de integração dos povos latino-americanos. Sendo um contraponto à tentativa norte-americana de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA), é uma aliança popular estratégica para a construção do

¹² Como observa Octavio Ianni, na “era do globalismo” a mídia se constitui no intelectual orgânico dos grupos, classes ou centros de poder dominantes na sociedade global (IANNI, 2001, p. 146). O que fica bastante evidente, sobretudo, no que se refere à atuação da Rede Globo, que liderando as demais emissoras que têm atuado ativamente, compõem o se convencionou denominar Partido da Imprensa Golpista (PIG).

“socialismo do século XXI”, cujo principal idealizador foi Hugo Chávez (STÉDILE, 2016, p. 8).

Ambos os projetos foram afetados pela crise capitalista internacional que assolou as economias latino-americanas, que continuam subordinadas, atuando na periferia do processo de acumulação. A ALBA, sobretudo, foi afetada diretamente pela crise dos preços do petróleo, afetando profundamente a Venezuela, sua principal liderança. Como observa Stédile, “quando o bolo deixa de crescer, tornando impossível a distribuição de renda, os burgueses insaciáveis não querem perder nada” (idem).

Desde 2003, com a eleição de Lula, após dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso, marcados pelo avanço das políticas neoliberais no Brasil, o PT conquistou sucessivas vitórias nas eleições presidenciais. Durante a Ação Penal 470, episódio popularizado pela mídia conservadora como “Mensalão”, os principais quadros do PT, como José Dirceu, José Genuíno e Delúbio Soares, tiveram sua prisão decretada durante o processo eleitoral de 2014 e, mesmo com todo o ataque midiático sofrido pela candidata do PT, o candidato conservador, Aécio Neves (PSDB), foi derrotado por Dilma Rousseff, reeleita no segundo turno da eleição presidencial. Além do fato da condenação se apoiar na delação do réu confesso Roberto Jeferson (PTB), acusado de desviar recursos dos correios, destaca-se o frágil argumento jurídico do “domínio de fato”. A estratégia ali utilizada adquiriu contornos mais precisos na atual crise, passando a ser denominada pelo termo em inglês *lawfare*. Trata-se do que o advogado do ex-presidente Lula, Cristiano Zanin Martins, define como o “uso indevido de recursos jurídicos para fins de perseguição política”. A estratégia consiste na transformação dos processos jurídicos em “espetáculos midiáticos”, para que no momento em que a sentença for proferida, corações e mentes tenham sido ganhos pela tese do “combate à corrupção” que, como vimos anteriormente, não é exclusividade do atual golpe.

O vínculo entre os “novos tenentes” que se apresentam como guardiães da ética do Estado brasileiro e o imperialismo norte-americano é despidamente revelado pelos integrantes da “Força Tarefa da Lava Jato”¹³ que, a pretexto de combater a corrupção através de contratos fraudulentos firmados entre o Estado brasileiro e empresas privadas, como a construtora Odebrecht, responsável por várias obras de infraestrutura no Brasil e fora do país, disputando espaço estratégico com empresas de vários países, tem colaborado para o estrangulamento da economia nacional e o aprofundamento da crise, paralisando importantes obras de infraestrutura sintonizadas com o modelo neodesenvolvimentista defendido pela presidenta deposta Dilma Rousseff, resgatando a defesa do desenvolvimento autônomo do capitalismo nacional, característica marcante do período nacional-desenvolvimentista¹⁴. O alinhamento dos gover-

¹³ O procurador Deltan Martinazzo Dallagnon chega a afirmar que dentre os fatores que explicam a corrupção no Brasil está o fato de que a colonização portuguesa trouxe para cá degredados, enquanto os colonos que foram para EUA eram “pessoas religiosas, cristãos, que desejavam realizar seus sonhos” (Diário do Centro do Mundo; disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/dallagnon-diz-que-brasil-foi-colonizado-por-criminosos-e-eua-por-cristaos/>).

¹⁴ O programa imposto pelo golpe foi lançado em 29 de outubro, de 2015, durante o governo interino de Michel Temer. Ironicamente denominado de “Uma Ponte Para o Futuro”, o programa anuncia um ajuste fiscal

nos Lula e Dilma Rousseff ao BRICS¹⁵ colocou o Brasil na contramão das estratégias dos EUA para a superação da crise econômica, iniciada em 2008. A estratégia golpista de aprofundamento dos efeitos internos da crise econômica para desestabilizar o governo Dilma impossibilitou manobras de superação dos efeitos da crise apoiadas nas relações comerciais com os BRICS, já que o governo interino de Michel Temer já dava os primeiros passos no realinhamento da economia brasileira aos interesses imperialistas. A isso, soma-se a ação político-econômica e militar imperialista de recolocar o contraponto latino-americano, representados por países como Brasil, Cuba, Bolívia, Equador, a Argentina dos Kirchner e o Paraguai do presidente Fernando Lugo e, sobretudo, a Venezuela, em sua zona de influência. Caso a atual ofensiva imperialista sobre a América Latina – da qual o golpe brasileiro é parte integrante – seja plenamente vitoriosa, não se descarta uma escalada de ações militares na região, o que se evidencia no avanço das negociações para uma aliança militar entre o governo golpista e os EUA, transvestida num falacioso projeto de monitoramento da Amazônica, prevendo exercícios militares de soldados estadunidenses em território brasileiro, numa evidente intimidação à Venezuela do presidente Nicolás Maduro e aos movimentos populares latino-americanos.

Orientada pela estratégia de ataque ao modelo neodesenvolvimentista, a operação Lava Jato deve cumprir ainda mais uma tarefa, que conforme se aproximam as eleições de 2018, torna-se cada vez mais evidente: impedir a candidatura de Lula à presidência. No momento em que as pesquisas eleitorais revelam a liderança do principal candidato da esquerda brasileira, o juiz Sérgio Moro aperta o cerco contra Lula, amparado pelo espetáculo midiático que narra a “via crucis” do ex retirante nordestino e metalúrgico do ABC que se tornou presidente da República. Escancarando as entranhas do golpe, à semelhança do que ocorreu no período que antecedeu à votação do impeachment, quando a mídia golpista liderada pela Rede Globo teve acesso às conversas entre a então presidenta Dilma e o ex-presidente Lula, gramepadas irregularmente pelo juiz da “Lava Jato”, imagens da “condução coercitiva” de Lula produzidas pela Polícia Federal aparecem no filme apócrifo que está prestes a ser lançado, com o sugestivo título de “A lei é para todos”, evidenciando as intenções bonapartistas da “República de Curitiba”.

que anula as conquistas democráticas representadas na Constituição de 1988, congelando por duas décadas os investimentos públicos no bem-estar social, além da privatização de empresas e serviços públicos, marcando o início de uma nova ofensiva neoliberal no Brasil.

¹⁵ O BRICS constitui-se em um acordo de cooperação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países emergentes que desde 2009 tem desenvolvido atividades que abrangem áreas como agricultura, ciência e tecnologia, cultura, espaço exterior, *think tanks*, governança e segurança da Internet, previdência social, propriedade intelectual, saúde, turismo etc. Dentre as projetos mais ambiciosos do grupo na área econômico-financeira, destacam-se dois acordos bastante relevantes, firmados na VI Cúpula do BRICS (Fortaleza, julho de 2014). A criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes e países em desenvolvimento, e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) – promovendo o apoio mútuo aos membros do BRICS em situações de instabilidade no balanço de pagamentos, disponibilizando um montante de capitais na ordem de 200 bilhões de dólares. Fonte: Ministério das Relações Exteriores; disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>

Longe de expressar um “lampejo ético” de setores ilustrados do aparelho de Estado, o golpe em curso no Brasil está ancorado em questões de ordem geopolítica e fundamentalmente econômicas, o que se evidencia nas contra-reformas levadas a cabo pelo governo golpista: da Previdência, Trabalhista, do Ensino Médio, articulando ataques na objetividade e subjetividade da classe trabalhadora, no intuito de garantir ao capital monopólico internacional patamares de extração de mais-valia capazes de elevar a taxa de lucro do capital, rebaixada com a atual crise econômica mundial.

Há um claro projeto de aniquilar as forças contra-hegemônicas emergentes durante o processo de redemocratização tutelada da sociedade brasileira: os partidos políticos historicamente identificados com as camadas populares, como o PT, ainda que o fenômeno do transformismo característico das transformações pelo alto o tenha delas afastado, sindicatos e movimentos sociais populares etc., que se tornaram sujeitos no cenário da luta de classes durante a Nova República, conquistando de maneira contraditória os direitos sociais e políticos expressos na Carta Constitucional de 1988, que agora estão sendo eliminados.

Soam os clarins que anunciam uma nova época, em que as oportunidades históricas aparecem como espectros que rondam nosso continente, exigindo dos homens e mulheres que estejam à altura dos desafios colocados. Como substância para o nosso “otimismo da vontade”, vale a pena retomar as proféticas palavras de Florestan Fernandes que expressam, como reconhece o próprio autor, as frustrações e esperanças que o militante socialista carregava ao analisar as possibilidades históricas do início da década de 1970, portanto, durante os tenebrosos anos da ditadura militar, com a pequena ressalva de que “a história só se repete como farsa”:

[...] Dentro da lógica dessas constatações, cabe perfeitamente admitir que as classes burguesas, apesar de tudo, levaram água de mais ao moinho e que acabarão submergindo no processo político que desencadearam, ao associar a aceleração do desenvolvimento capitalista com a autocratização da ordem social competitiva. No contexto histórico de relações e conflitos de classes que está emergindo, tanto o Estado autocrático poderá servir de pião para o advento de um autêntico capitalismo de Estado, *stricto sensu*, quanto o represamento sistemático das pressões e das tensões antiburguesas poderá precipitar a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do socialismo. Em um caso, como no outro, o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista estará condenado a uma duração relativamente curta. Sintoma e efeito de uma crise muito mais ampla e profunda, ele não poderá sobrepor-se a ela e sobreviver à sua solução (FERNANDES, 1975, p. 424).

O processo golpista está em pleno curso e, apesar de nossa posição otimista, não é possível prever o desfecho que terá a curto prazo. Todos os possíveis históricos se colocam, num amplo espectro que cobre da possível entrada do país num novo ciclo ditatorial até um profundo revolucionar das estruturas societárias em direção à construção de uma formação social socialista. Qualquer que seja o rumo da história, vale a pena lembrar conhecida frase de Marx, no Dezoito Brumário de Louis Bonaparte, publicado na primavera de 1852: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua esco-

lha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada.”

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Manoel Dourado; Miguel Enrique Stédile e Rafael Villas Boas. Golpes: a permanência autoritária na política brasileira. In: <https://modosdeproducao.wordpress.com/2016/08/05/golpes-a-permanencia-autoritaria-na-politica-brasileira/>. Acessado em 06/08/2016.
- CASTRO, Nivalde José de. **Economia e educação da escola clássica a teoria do Capital humano**. Rio de Janeiro: UFRJ/FEA, 1990. Disponível em: <http://raceadm3.nuca.ie.ufrj.br/buscarace/Docs/castro10.doc>.
- DREIFUSS, René A. **A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 2ª ed. ver. Petrópolis-RJ: Vozes.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 4ª edição. São Paulo: EDUSP: FDE, 1996.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. (Coleção Biblioteca de Ciências Sociais).
- FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 2010.
- HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. 1989 – O que sobrou para os vitoriosos. In: **Folha de S. Paulo**, 12/novembro/1990, p. A-3
- HOBSBAWM, Eric. A crise do capitalismo e a importância atual de Marx. **Entrevista de Eric Hobsbawm a Marcelo Musto**. In: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15253. Acessado em 30 de setembro de 2008.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LENIN, V. I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Apresentação: Plínio de Arruda Sampaio. Campinas : FE Unicamp (Navegando Publicações), 2011. Disponível em: https://media.wix.com/ugd/35e7c6_f8c23070d8224c42a6d80bc34e7f2e05.pdf.

LINERA, Álvaro García Linera. “Precisamos de uma Internacional de movimentos sociais”. **Entrevista a Brasil de Fato**, 18/11/2009. Acesso: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/201cprecisamos-de-uma-internacional-de-movimentos-sociais201d>.

LOMBARDI, J.C. Ética, educação e os parâmetros curriculares nacionais: algumas reflexões histórico-filosóficas. In: LOMBARDI, J.C. e Pedro L. Goergen. **Ética e Educação**: reflexões filosóficas e históricas. Campinas, SP: Autores Associados : HISTEDBR, 2005, p. 20 e ss.

BOTTOMORE, Tom (editor) e outros. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1988.

LOMBARDI, J.C.. Crise capitalista. Breves apontamentos. In: **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 1, n. 2, p. 27–47, jan. 2010

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro 1, Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro I, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. Primavera de 1852. In: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/cap01.htm>.

SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do capitalismo internacional: 1989–1930. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III**: O Brasil Republicano. Volume 8: Estrutura de Poder e Economia (1889–1930). 8ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, pp. 378–429.

STÉDILE, João P. Uma interpretação necessária sobre a luta de classes em nosso continente. In. KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.

APRESENTAÇÃO

O Brasil atravessa um amplo processo de crise democrática no interior de suas fronteiras. Sua gênese não se explica a partir do reducionismo composto pelos conflitos entre as frações de classe internas ao país. Ela está nele e, principalmente, além deles, atingindo fenômenos geopolíticos de larga escala marcados pela mundialização e o metabolismo reprodutivo do capital e os interesses transnacionais. A luta pelo domínio do centro sobre a periferia do capitalismo toma dimensões dramáticas voltadas à subjugação constante de novos atores políticos internacionais.

Ressaltamos três elementos fundamentais que justificam essa afirmação. Em primeiro lugar, a militarização comandada pelos Estados Unidos para garantir os seus interesses e dos grupos transnacionais a ele vinculados em diferentes regiões do planeta. Em segundo lugar, a internacionalização do crescimento das ideologias de ultradireita. Por último, o acirramento dos conflitos internacionais através da intensificação das disputas geopolíticas entre os diferentes blocos econômicos no planeta.

Com referência ao primeiro elemento, afirmamos que a militarização comandada pelos Estados Unidos e aliados econômicos e políticos não é um fenômeno novo. As preocupações em torno da construção de uma ideologia de guerra constante estão presentes desde a primeira metade do século XX assombrado pelos desdobramentos de duas grandes guerras mundiais e dimensão atômica de Hiroxima e Nagasaki.

Einstein demonstrou notória preocupação com o controle crescente de setores reprodutivos do capital sobre a ciência e seus resultados. Em crítica notória aos rumos tomados pelas ciências naturais e sua crescente dependência ao financiamento externo voltado ao fomento da guerra constante, denunciou o crescimento da dimensão imperialista nos Estados Unidos.

Qualquer ação relacionada à política externa é dirigida por uma única consideração: como devemos agir para alcançar a superioridade máxima sobre o inimigo em caso de guerra? A resposta tem sido: fora dos Estados Unidos, devemos estabelecer *bases militares* em todo ponto possível e estrategicamente importante no globo, além de armar e reforçar economicamente nossos aliados potenciais. E, dentro dos Estados Unidos, *um enorme poder financeiro está sendo concentrado nas mãos dos militares*; a juventude está sendo militarizada; e a lealdade dos cidadãos, particularmente dos funcionários públicos, é cuidadosamente supervisionada por uma *força Policial que a cada dia fica mais poderosa*. As pessoas com pensamento político independente são molestadas. O público é sutilmente *doutrinado pelo rádio, pela imprensa, pelas escolas*. Sob a *pressão do segredo militar*, a extensão da informação pública é cada vez mais restrita. [...] a calamidade alemã de anos atrás se repete: as pessoas aquiescem sem resistência e se alinham com as forças do mal. E a isto *assistimos impotentes*¹.

¹Einstein apud MÉSZÁROS, István (2004): O poder da ideologia. Boitempo Editorial, São Paulo, 2004. p. 276-283.

Demonstrando total preocupação com os rumos tomados por uma sociedade após o final da Segunda Grande Guerra Mundial, à qual se assentava as utopias da construção dos anos dourados do capitalismo, o jeito de viver e trabalhar capitalista capitaneado pelos Estados Unidos, Einstein apontou um cenário distinto ao afirmar que:

[...] quando olho a humanidade hoje, nada me surpreende tanto ver como é curta a memória do homem em relação aos desenvolvimentos políticos. Ontem, os processos de Nuremberg; hoje o máximo esforço para rearmar a Alemanha. Buscando algum tipo de explicação, não consigo libertar meu pensamento de que esta, a última das minhas pátrias, inventou para o seu próprio uso um *novo tipo de colonialismo*, um colonialismo menos evidente que o da velha Europa. Consegue *dominar outros países investindo capital norte-americano neles*, o que torna esses países *solidamente dependentes* dos Estados Unidos. Qualquer um que se oponha a esta política ou as suas implicações é tratado como um *inimigo dos Estados Unidos*. [...] Minha ação quanto à bomba atômica e Roosevelt consistiu meramente no fato de que, em razão do risco de Hitler ser o primeiro a possuir a bomba, assinei uma carta ao presidente que foi redigida por Szilárd. *Se eu soubesse* que aquele medo era injustificado, eu, assim como Szilárd, jamais teria participado da *abertura desta caixa de Pandora*. Pois minha desconfiança em relação aos governos não se limitava ao da Alemanha².

Em conferência à favor do desarmamento proferida em 1932, nos alicerces da elaboração da 2ª Grande Guerra Mundial, Einstein em “*Como vejo o mundo*” afirmou que

Hoje, poucos indivíduos pensam realmente que as técnicas de guerra representam um sistema vantajoso, aplicável à humanidade para resolver os conflitos humanos. Mas os outros homens não têm lógica nem coragem para denunciar o sistema e impor medidas que tornem impossível a guerra, este vestígio selvagem e intolerável dos tempos antigos. [...] Nenhum acontecimento dos últimos anos foi tão humilhante para os Estados civilizados quanto essa sucessão de malogros de todas as conferências anteriores sobre o desarmamento. Os politíqueiros ambiciosos e sem escrúpulos, por suas intrigas, são os responsáveis por esse fracasso, mas também, por toda parte, em todos os países, a indiferença e a covardia. Se não mudarmos, pesará sobre nós a responsabilidade do aniquilamento da soberba herança de nossos antepassados. [...] assim se pensa nos Estados Unidos: A Europa vai perder-se se deixar levar pelos sentimentos de ódio e de vingança dos seus habitantes. [...] Seria meu dever adverti-los: suas fronteiras já foram transpostas. Olhem ao redor de vocês, tomem cuidado!³

Hobsbawm reedita as preocupações de Einstein quanto às guerras e a corrida armamentista. Em concepção teórica distinta ao ecletismo de Einstein, defensor de concepções históricas e dialéticas, aponta a dimensão política da atuação dos Estados

²Idem, *ibidem* ao anterior.

³Einstein, Albert. *Como vejo o mundo*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981. p. 80–81

Unidos para com o resto do planeta, demonstrando preocupações para com o futuro das relações internacionais e suas perspectivas,

Acredito que haverá um período de grande instabilidade, sobretudo porque os americanos acreditam que podem travar guerras agressivas em qualquer parte do mundo que serão ganhas por eles em qualquer circunstância. Não serão guerras mundiais, como as do século XX, a não ser que os americanos decidam ter um grande conflito com os chineses, que é a única guerra possível ao estilo antigo. Mas isso não significa que o mundo estará em paz ou que será um mundo sem grande violência e guerras. A instabilidade da economia é hoje, provavelmente, mais séria do que precisaria ser, porque os governos sob a influência dos Estados Unidos e do FMI decidiram, de forma deliberada, enfraquecer as instituições políticas para controlar a instabilidade financeira internacional⁴.

As afirmações anteriores são fundamentais para a interpretação da crise política em curso no Brasil. A ofensiva internacional voltada a suprimir as nações emergentes, tal qual demonstraremos um pouco mais a frente, se apresentam como justificativa para a construção de um movimento de guerra constante.

Perry Anderson foi enfático ao analisar esse processo de guerra constante, intitulando-os ironicamente como o “humanismo militar” do centro do capitalismo perante a periferia. Esse movimento, expresso em um conjunto de ideologias midiáticas construídas para esse fim, justificam mortes, intervenções, guerras e golpes de Estado. O barbarismo resultante dessas ações adota como justificativa a utilização da guerra como instrumento para a instauração da “liberdade”. Tendo como referência a “satanização” das oposições, a guerra é utilizada como um instrumento voltado a “liberalização dos povos”. Nesse sentido, a própria liberdade assume uma dimensão contraditória que se nega entre si. Em outras palavras, é defendida como ação única para a liberalização dos “povos oprimidos”, quando na realidade representa os interesses hegemônicos transnacionais da periferia daqueles que lutam por essa mesma liberdade apenas para si.

[...] uma hegemonia exige algo mais, exige a existência de uma potência particular que organize e faça cumprir as regras gerais do sistema. Em resumo, não há hegemonia internacional sem Estado hegemônico. Uma potência hegemônica tem de ser um Estado particular com uma série de atributos que, por definição, não podem ser compartilhados com outros Estados, dado que são precisamente estas peculiaridades que o fazem uma superpotência e que o colocam acima dos outros Estados. Um Estado particular capaz, assim, de desempenhar um papel universal como garantia do “bom funcionamento” do sistema⁵.

O “humanismo militar” se apresenta como alternativa política universal reatendendo os pressupostos do neoimperialismo materializado pelo neoliberalismo. A

⁴HOBBSAWM, Eric. J. (2002): Confederación Intersindical Galega. <http://www.galizacig.com/index.html> acesso dia 20/10/2007.

⁵Perry Anderson. A Batalha das Ideias na Construção de Alternativas. https://resistir.info/cuba/perry_anderson_havana_port.html

construção de uma espécie de “Nova Roma” ganha destaque na mídia internacional. O entendimento clássico no final do século XIX e início do seguinte dos Estados Unidos como uma democracia capaz de organizar todas as relações internacionais é retomada como justificativa ideológica no presente.

O “humanismo militar” tem sua ação justificada pela postura dócil e compreensiva da Organização das Nações Unidas. Desde a primeira guerra do Golfo, essa Instituição legitimou ataques e bloqueios que proporcionaram a morte de aproximadamente 500 mil pessoas no Iraque, em sua maior parte, ocorridas entre as crianças.

A causa desta situação é muito simples. A ONU foi construída nos tempos de F. D. Roosevelt e Truman como uma máquina de dominação das grandes potências sobre os demais países, com uma fachada de igualdade e democracia na Assembleia Geral, e uma concentração férrea do poder nas mãos dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, arbitrariamente escolhidos entre os vitoriosos de uma guerra que não tem nenhuma relevância hoje em dia. Esta estrutura profundamente oligárquica presta-se a qualquer tipo de mandato e manipulação diplomáticos. É isto o que conduziu a organização que em princípio deveria ser um baluarte da soberania nacional dos países pobres do mundo a sua prostituição atual, convertida numa mera máscara para a demolição desta soberania em nome dos direitos humanos, transformados, por sua vez, no direito da potência hegemônica de bloquear, bombardear, invadir e ocupar países menores, de acordo unicamente com seus caprichos⁶.

Um cenário de miséria e morte se apresenta no início do século XXI. A intensificação das guerras civis já acumula mais de 80 milhões de refugiados e milhões de mortos⁷. “O número total de refugiados sírios na Turquia, Líbano, Iraque, Jordânia, Egito e em outras partes do norte da África é de mais de 4 milhões de pessoas. Pelo menos outros 7,6 milhões de pessoas foram forçadas a deixarem suas casas dentro da Síria”⁸.

A influência dos Estados Unidos no Oriente Médio é desastrosa para todos os povos da região. Sua aliança com os setores sionistas acompanhado do fomento ao conflito constante atenta contra a paz na região. Tanto na Síria como no Líbano as tensões se acirram.

⁶Idem, *ibidem* ao anterior.

⁷“Podem-se considerar os conflitos mais amplamente difundidos ou divulgados contemporaneamente, quais sejam: conflito Israel–Palestina, guerra civil síria, ataques aos houthis no Yemen, crises institucionais e guerra civil no Iraque e Líbia e os conflitos em virtude da ascensão de grupos terroristas islâmicos extremistas como o Boko Haram na Nigéria, o El Shabab na Somália e o próprio Estado Islâmico do Iraque e de El–Sham”, explica Natalia Nahas, articulista semanal do Ceiri Newspaper e diretora de Relações Internacionais do Instituto da Cultura Árabe (Icarabe). <http://caritas.org.br/conflitos-no-oriente-medio-e-sua-contextualizacao/31137>

⁸Atualmente, quase metade da população de 20 milhões da Síria é formada ou por refugiados ou por deslocados internos. O conflito, que já chegou ao seu quinto ano, já matou mais de 220.000 pessoas, de acordo com a ONU. A síria, já palco de batalhas incessantes, mergulhou em uma sangrenta guerra civil em março de 2011, em meio à Primavera Árabe, e o país fragmentou-se entre forças leais ao presidente Bashar al–Assad e grupos insurgentes. <http://caritas.org.br/conflitos-no-oriente-medio-e-sua-contextualizacao/31137>

A manipulação da informação, o envio de mercenários, de armas e de extremistas religiosos são estratégias já comprovadas, mas ficam esclarecidas com a agressividade dos discursos [...] dos chefes de Estado do Reino Unido, da França, e de representantes da realeza saudita, para não falar, mais uma vez, do sionismo. Além disso, o evento ainda não esclarecido do ataque químico à região de Ghutta, próxima a Damasco, que matou inúmeros civis, parecia a desculpa perfeita para as potências intervirem, com discursos inflamados e encenados sobre uma "linha vermelha" cruzada, com o uso de armas químicas, num ataque cuja autoria ainda hoje não foi estabelecida oficialmente, nem mesmo pelos inspetores internacionais, que investigam no país a convite do governo.

O segundo elemento a considerar faz referência ao crescimento das ideologias de ultradireita no planeta expressas pela difusão do racismo, a homofobia, a xenofobia o neonazismo, entre outros. O conservadorismo radical se expande em todos os continentes mundiais. Seus argumentos se sustentam na desqualificação do Estado e a construção subjetiva do mercado e interesses privado como alternativa para a superação das crises econômicas e políticas instauradas. Tomando como referência o crescimento do desemprego e a falta de esperança de milhões de pessoas jogadas à miséria, um fenômeno não mais restrito à periferia do capitalismo, essas afirmações acabam por se apegar na ineficácia dos Estados Nacionais em promover o desenvolvimento social em seus países. As denúncias de corrupção desenfreada são justificadas como um desdobramento desse processo.

O que importa é criar a ideia do “caos” constante, invertendo um princípio básico inerente a uma sociedade de direito, através do qual qualquer ser humano só é culpado quando se existem provas para esse fim. No espetáculo midiático, a denúncia em si se transforma em uma própria sentença, construindo, no imaginário popular, uma arena constante ao sacrifício dos eleitos estrategicamente para esse fim. Uma vez denunciado, será para sempre considerado como um doente social, independente de ser ou não inocentado.

Na prática, a ação manipulada midiática se apresenta como neutra, quando na realidade não o é. Como fenômeno classista, escolhe os temas em discussão e defende os interesses e visões de mundo das frações de classe que representa.

[...] são postos de lado os temas de interesse concreto para a vida das pessoas, como a brutal, crescente e injusta concentração de renda: aqui (dados de 2012), os 10% mais ricos detêm 42% da renda e 40% dos brasileiros, os mais pobres, respondem por apenas 13% da renda nacional; a renda real do trabalho do 1% de mais ricos é 87 vezes superior à dos 10% dos mais pobres. Como na matriz, é alta a desigualdade – nada obstante os esforços de inclusão social levados a cabo nos últimos 12 anos – e baixa a taxa de crescimento econômico, a qual, mantida, nos assegurará a pobreza por mais 50 anos. Assim, nada discutindo ou discutindo o supérfluo, evitamos o debate em torno de questões cruciais para a vida das pessoas como a expansão do

mercado interno, a política de distribuição de renda e aumento do poder de compra dos trabalhadores. E o crescimento, se possível sem inflação⁹.

Esta ação midiática possibilita o crescimento de um amplo processo de radicalização conservadora, cujo crescimento do número de militantes de extrema direita em todo o planeta é um exemplo. Ela constrói novas identidades político partidárias, promove a intolerância política e a discriminação na sociedade.

Os partidos políticos de ultradireita adotam uma postura comum em diferentes regiões do planeta. Centrados em princípios similares à construção do nazismo no século XX, adotam princípios sionistas para explicar a exclusão social e a pobreza, jogando seres humanos uns contra os outros. Na Europa e nos Estados Unidos é comum a eleição de estrangeiros e do processo de corrupção desprovido de história e concepção classista como os responsáveis pela miséria imperante. O crescimento das formas reprodutivas do capital em sua forma financeira e seus impactos sobre a pobreza são estrategicamente deixados de lado nesta panfletagem midiática.

Apresentam os imigrantes como bárbaros que vão à Europa para disputar os serviços sociais com os cidadãos “nacionais”. Odeiam, em especial o Islã e os muçulmanos. Estes representam, em seu discurso, o mesmo papel de “ameaça externa” que Hitler associava aos judeus. Esta capacidade de capitalizar o sentimento social e dirigi-lo para causas retrógradas torna a extrema-direita perigosa não apenas pelo risco de sua eventual chegada ao poder. Ela contamina, crescentemente, as agendas nacionais. Os partidos da direita tradicional (e mesmo da antiga social-democracia) têm aprovado, cada vez mais, leis e medidas que restringem a imigração e limitam os direitos e liberdades dos estrangeiros¹⁰.

Na Hungria e Polônia, governam partidos de ultradireita com uma mensagem autoritária. Na Suécia, Suíça, Grécia, França e Norte da Itália, partidos xenófobos e às vezes abertamente neofascistas têm votações substanciais¹¹.

[...] Na Ucrânia, os neonazistas são uma força política e militar com influência no governo e batalhões próprios. [...] Em Israel, o general Yair Golan, vice-chefe do Estado-Maior, advertiu no dia israelense de lembrança do Holocausto (5 de maio) que vê em seu país evidências das mesmas “tendências revoltantes” da Alemanha dos anos 1930: “Nada há mais fácil do que odiar os diferentes; nada mais fácil do que semear medo e terror; nada mais fácil do que se portar como animal e se conformar presunçosamente à maioria”. Foi criticado por Benjamin Netanyahu, atacado pela mídia conservadora e obrigado a se desdizer. Na Turquia, o partido islâmico de Recep Tayyip Erdogan tende a abandonar a moderação e impor um nacionalismo semiautoritário similar ao de Vladimir Putin. Nas Filipinas, Rodri-

⁹Roberto Amaral. A alienação conservadora. <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-alienacao-conservadora-9077.html>

¹⁰Antonio Martins. Europa: o espectro da extrema-direita. <https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/europa-o-espectro-da-extrema-direita-1414.html>

¹¹Antonio Luiz M. C. Costa. Em busca do Führer. <https://www.cartacapital.com.br/revista/903/em-busca-do-fuhrer>

go Duterte foi eleito presidente com a promessa de executar criminosos e prepara-se uma grandiosa homenagem ao falecido ditador Ferdinand Marcos. A “mão dura” dos Fujimori venceu o primeiro turno no Peru e similares como Jair Bolsonaro despontam em meio ao golpe parlamentar no Brasil, por ora apenas neoliberal¹².

O terceiro elemento faz referência ao acirramento das disputas dos blocos econômicos planetários. As mudanças internacionais expressas pelos desdobramentos das crises cíclicas econômicas do capitalismo intensificam as disputas referentes ao domínio de espaços de comércio.

A criação dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – exemplifica esta afirmação. Um amplo espaço de conflitos se estabelece, implicando em mudanças na Organização Internacional do Comércio e no sistema financeiro internacional capitaneado pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. A oposição dos BRICS impacta na chegada de novos atores afetando a hegemonia do bloco econômico dos países centrais, merecendo destaque, os Estados Unidos, o Japão, a União Europeia e o Canadá.

A ação geopolítica dos BRICS manifestas no Consenso de Moscou e Brasília, expressa na busca de alternativas de combate à desigualdade e a pobreza movidas da periferia para o centro acirram as disputas políticas. Seus posicionamentos políticos se baseiam na concepção de solidariedade dos povos a partir dos seus interesses comuns. Ao mesmo tempo, a criação do referido bloco não impede que esses mesmos países busquem acordos com outras nações que não sejam integrantes. Essa ação implica na construção de um leque de oportunidades de negócios para a periferia atentando, diretamente, às zonas de influência dos países centrais.

A legitimação da periferia do capitalismo é um processo que atinge diretamente os interesses do centro, entendido como um processo que pode inviabilizar a centralidade dos seus negócios tanto na dimensão financeira como produtiva.

Tomando como referência a ofensiva do centro sobre a periferia manifesta na privatização das empresas estatais, estas mesmas empresas estatais são entendidas pelos BRICS como membros ativos em todas as transações econômicas internacionais, não só na disputa por espaços centrais de acesso às matérias primas, bem como de mercados consumidores. Da mesma forma, os BRICS forçam sua participação política em decisões centrais das Nações Unidas, especialmente em questões armamentistas, resolução de conflitos militares e refinamento de urânio, componente fundamental para a construção e produção de energia nuclear. Merece destaque com referência às guerras militares e civis que os BRICS entendem que as intervenções estrangeiras só serão possíveis a partir de um pedido formal do Estado em questão. Essa ação esbarra diretamente contra os interesses da indústria armamentista internacional, cujo fomento de guerras impacta no atendimento de setores transnacionais capitaneados pelos Estados Unidos.

Essa ação dos BRICS impacta em um processo de resistência das principais potências centrais do planeta. As disputas diplomáticas internacionais são intensifica-

¹² Idem, *ibidem* ao anterior.

das como forma de barrar o avanço dos BRICS no planeta. O que se percebe é um amplo movimento de fomento à instabilidade nas fronteiras dos seus componentes, manifesto no fomento das oposições, ataques constantes a governos de tendências nacionalistas, entre outros. Com forte apoio de parcela considerável da mídia, o fomento da instabilidade se sustenta em um processo articulado voltado à tentativa de desacreditar seus governos perante a população dos seus países.

Essa ação se justifica a partir da recomendação do Manual das Forças Especiais de Guerra não Convencional dos Estados Unidos, recomendando a exploração contínua das vulnerabilidades dos países inimigos através do fomento e financiamento de oposições internas, desmoralização de empresas vinculadas a esses mesmos países, entre outros. Os conflitos russo-ucranianos, os embates no Mar da China, a “cordão das ilhas” promovido pela OTAN para controlar o Atlântico Sul e a busca contínua de desestabilizar o Mercosul exemplificam essa afirmação. Da mesma forma, o fomento à intensificação das disputas étnicas na Rússia, dos conflitos sobre o Tibet na China, dos embates entre os hindus e os muçulmanos na Índia, os problemas étnicos na África do Sul e a busca de expulsar as empresas brasileiras do mercado internacional.

As disputas internacionais fomentam as discussões propostas neste livro. Dividido em 3 (três) partes que se complementam e formalizam uma totalidade analítica, objetiva demonstrar os desdobramentos do processo de crise econômica internacional e seus impactos no Brasil. A “Parte I” denominada “O golpe parlamentar e a política internacional” analisa a crise econômica internacional e os rearranjos diplomáticos e da política internacional do centro para com a periferia do capitalismo visando recompor as formas acumulativas do capital transnacional em sua forma financeira. A parte II “O golpe parlamentar e o Estado no Brasil” demonstra os desdobramentos da ofensiva do capital no Brasil. Recupera como os interesses transnacionais fomentaram a desestabilização da política interna brasileira. A parte III “O golpe parlamentar e seus impactos na educação brasileira” analisa como a ofensiva internacional impacta na educação brasileira, manifesta em reestruturações, precarização do trabalho de professores, entre outros.

Esperamos que este livro contribua para a análise do complexo período em que se insere a política brasileira, cujas explicações, acreditamos, transcendem as fronteiras nacionais.

Carlos Lucena
Fabiane Santana Previtalli
Lurdes Lucena
Organizadores

PARTE I

O GOLPE PARLAMENTAR E A POLÍTICA INTERNACIONAL

ATUALIDADE HISTÓRICA E OFENSIVA SOCIALISTA: UMA ALTERNATIVA RADICAL AO SISTEMA PARLAMENTAR¹

István Mészáros

A irreabilidade de posturar a solução sustentável dos graves problemas de nossa ordem social no âmbito da estrutura formal/legal e das restrições correspondentes da política parlamentar decorre do equívoco fundamental das determinações do domínio do capital, como representado em todo tipo de teoria que afirme o dualismo de sociedade civil e Estado Político. A dificuldade, insuperável na estrutura parlamentar, é que uma vez que o capital detém *realmente* o controle de todos os aspectos vitais do metabolismo social, ele *pode se dar ao luxo* de definir a composição, mero assunto *formal/legal*, assim excluindo necessariamente a possibilidade de ser contestado de modo legítimo pela política parlamentar em sua *substantiva* esfera de reprodução socioeconômica. Direta ou indiretamente, o capital controla *tudo*, inclusive o processo legislativo parlamentar, ainda que se suponha que este seja considerado totalmente independente do capital em muitas teorias que hipostasiam a “igualdade democrática” de todas as forças políticas que participam do processo legislativo. Para conceber uma relação muito diferente para os poderes de tomada de decisão nas nossas sociedades, hoje completamente dominadas pelas forças do capital em todos os domínios, é necessário mudar radicalmente o desafio ao próprio capital como o *controlador* reivindicar *geral* da reprodução sociometabólica.

O que torna o problema ainda pior para os que buscam mudanças significativas nos limites do sistema político estabelecido é que esse sistema pode para si a genuína legitimidade constitucional em seu atual modo de funcionamento, com base na *inversão*, historicamente constituída, do estado real de reprodução material. Pois, na medida em que o capitalista não é apenas a “personificação do capital”, mas simultaneamente “a personificação do caráter *social* do trabalho”, da totalidade do trabalho enquanto tal”,² o sistema pode alegar que representa o poder de produção vitalmente

¹Este capítulo corresponde às páginas 35 a 50 do livro intitulado “Atualidade histórica e ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar” de autoria de István Mészáros, publicado originalmente pela Boitempo Editorial no ano de 2010. Agradecemos aos professores Ricardo Antunes e Ivana Jinkings pela disponibilização gratuita deste texto.

²Karl Marx. Economic Manuscripts of 1861 – 1864, em Marx/Engels. Collected Works (MECW) v. 34, p.457, Grifos de Marx. Outra importante observação a ser acrescentada aqui é que “o trabalho produtivo – como produtor de valor – sempre enfrenta o capital como trabalho de trabalhadores *isolados*, seja qual for a combinação com que esses trabalhadores *isolados*, seja qual for a combinação com que esses trabalhadores entram no processo de produção. Assim, enquanto o capital representa o poder produtivo social do trabalho para os trabalhadores, o trabalho produtivo social do trabalho para os trabalhadores, o trabalho produtivo social do trabalho para os trabalhadores, o trabalho produtivo sempre representa para o capital apenas o trabalhador *isolado*”. Ibidem. P. 460. Grifos de Marx

necessário para a sociedade *vis-à-vis* aos indivíduos, incorporando os interesses de todos. Dessa forma, o capital afirma-se não apenas como poder *de facto*, mas também como poder *de jure* da sociedade, na qualidade societária e, portanto, como o fundamento constitucional de sua própria ordem política.

O fato é que a legitimidade constitucional do capital é historicamente fundada na expropriação implacável dos produtores das condições de reprodução sociometabólica – os instrumentos e materiais de trabalho –, portanto, a alegada “constitucionalidade” do capital (como a origem de todas as constituições) é inconstitucional; mas essa verdade intratável perde-se nas brumas do passado remoto. Historicamente, as “*forças de produção social* do trabalho, ou as *forças de produção do trabalho social*, primeiro se desenvolveram como o modo de produção específico do capitalismo, por isso aparecem como algo imanente à relação-capital e dela inseparável³. É assim que o modo de reprodução sociometabólico do capital *legitima-se* e *eterniza-se* como sistema legalmente inquestionável. Só se aceita como legítimo o questionamento de aspectos menores de uma estrutura global inalterável. Desaparece de vista o estado real das coisas, ou seja, o poder de produção efetivamente exercido e sua absoluta necessidade para garantir a próxima reprodução do capital. Em parte, isso acontece por causa da ignorância da longínqua origem histórica legitimável da acumulação primitiva do capital e da concomitante, em geral violenta, expropriação da propriedade como pré-condição do modo atual de funcionamento do sistema e, em parte, por causa na natureza mistificadora das relações de produção e distribuição estabelecidas. Ou seja.

[...] as *condições objetivas do trabalho* não aparecem como subsumidas ao trabalhador, em vez disso, é ele que aparece subsumido àquelas. O capital *emprega* o trabalho. Mesmo na sua simplicidade, essa relação é uma personificação de coisas e uma reificação de pessoas⁴.

Nada disso pode ser contestado e remediado no âmbito de uma reforma política parlamentar. Seria absurdo esperar a abolição, por decreto político, da “personificação das coisas e da reificação das pessoas”, assim como seria absurdo esperar a proclamação de tal reforma nos limites das instituições políticas do capital. O sistema do capital não pode funcionar sem a perversa inversão das relações entre pessoas e coisas: o poder reificado e alienado do capital que domina as massas do povo. Da mesma forma, seria um milagre se os trabalhadores, que no processo de trabalho confrontam o capital como “trabalhadores isolados”, pudessem reaver o controle dos poderes sociais de produção do seu trabalho por meio de algum decreto político, ou mesmo por uma longa série de reformas parlamentares decretadas sob a ordem sociometabólica de controle do capital. Em tais questões, não pode haver nenhuma forma de evitar o conflito inconciliável em torno das apostas do tipo ou/ou.

O capital não pode abdicar de seus – usurpados de produção – poderes de produção social em favor do trabalho, nem pode *compartilhá-los* com ele, graças a algum pretenso mas fictício “compromisso político”, na medida em que eles constituem

³Ibidem, p.456. Grifos de Marx

⁴Ibidem , p. 457. Grifos de Marx

o poder global de controle da reprodução societária sob a forma da “dominação da riqueza sobre a sociedade”. Por isso, é impossível escapar, sob o domínio do sociometabolismo fundamental, à severa lógica de “um ou outro”. Para tanto, *ou a riqueza*, sob a forma de capital, continua a comandar a sociedade humana, levando-a aos limites da autodestruição, *ou a sociedade de produtores associados* aprende a comandar a riqueza alienada e reificada usando os poderes de produção resultantes do trabalho social autodeterminado de seus membros individuais – mas já não mais isolados.

O capital é a *força extraparlamentar par excellence*, cujo poder de controle sociometabólico não pode ser politicamente constrangido pelo Parlamento. Essa é a razão pela qual a única forma de representação política compatível com o modo de funcionamento do capital é aquela que *efetivamente nega* a possibilidade de contestar seu *poder material*. E é por ser a força extraparlamentar *par excellence* que o capital nada tem a temer das reformas promulgadas no interior da sua estrutura política parlamentar. A questão vital, da qual tudo depende, é que “*as condições objetivas do trabalho* não aparecem subsumidas ao trabalhador”, mas, ao contrário, “ele aparece subsumido àquelas”, por isso mesmo nenhuma mudança significativa é viável sem que se volte a essa questão, tanto por meio de políticas capazes de *desafiar o poder* e os modos de ação *extraparlamentares do capital* como na esfera da *reprodução material*. Portanto, o único desafio que poderia, de modo sustentável, afetar o poder do capital seria aquele que assumisse as funções de produção decisivas do sistema e, ao mesmo tempo, adquirisse o controle sobre todas as esferas correspondentes da tomada de decisão política, em vez de ser irremediavelmente condicionado pela prisão circular da ação política institucional legitimada pela legislação parlamentar⁵.

Há nos debates políticos das últimas décadas muita crítica – justificada – de figuras políticas antes de esquerda e de seus partidos hoje acomodados por completo. Entretanto, o mais problemático nesses debates é que, ao superenfatizar o papel da ambição e do fracasso pessoal, eles em geral continuam frequentemente a buscar o remédio para a situação na mesma estrutura política institucional que na verdade favorece grandemente as criticadas “traições pessoais” e os dolorosos “descarrilhamentos partidários”. Infelizmente, as mudanças governamentais e de pessoal propostas e aguardadas tendem a reproduzir os mesmos resultados deploráveis.

Nada disse deve surpreender. A razão pela qual as instituições políticas hoje estabelecidas resistem com sucesso a mudanças significativas para melhor é serem elas próprias partes do *problema*, e não da *solução*, pois em sua natureza imanente elas são a personificação das determinações e contradições estruturais subjacentes pelas quais o Estado capitalista moderno – foi articulado e estabilizado no curso dos últimos quarenta anos.

Evidentemente, o Estado foi formado não como um *resultado* necânico parcial, mas por meio de sua *necessária inter-relação* com o terreno material da evolução histórica do capital, não apenas moldado por este, mas moldando-o ativamente tanto quanto fosse viável historicamente nas circunstâncias prevalentes – e justamente

⁵As questões abordadas nos últimos parágrafos são discutidas de modo mais detalhado no capítulo 4 do presente volume.

por causa dessa inter-relação também em mudança. Atendendo à determinação insuperavelmente *centrífuga* dos microcosmos produtivos do capital, mesmo no nível das gigantescas corporações transnacionais quase monopolistas, apenas o Estado moderno poderia assumir e cumprir a necessária função de ser a estrutura de comando global do sistema do capital. Inevitavelmente, isso significou a completa alienação do poder de tomada de decisão dos produtores. Até mesmos as “personificações particulares do capital” foram (e são) estritamente obrigadas a agir de acordo com os imperativos estruturais de seu sistema. De fato, o Estado moderno, tal como constituído sobre o terreno material do sistema do capital, é o *paradigma da alienação* no que se refere aos poderes de tomada de decisão abrangente/totalizante. Seria, portanto, ingenuidade extrema imaginar que o Estado capitalista pudesse entregar voluntariamente os poderes alienados de tomada sistêmica de decisão a qualquer ator rival que operasse dentro da estrutura legislativa do Parlamento.

Assim, para imaginar uma mudança social significativa e historicamente sustentável, é necessário submeter a uma crítica radial as indeterminações tanto de reprodução material quanto políticas de todo o sistema, e não apenas algumas de suas práticas políticas contingentes e limitadas. A totalidade combinada das determinações de reprodução material e a estrutura abrangente de comando político do Estado constituem juntas a realidade esmagadora do sistema do capital. Nesse sentido, diante da questão inevitável decorrente do desafio das determinações *sistêmicas*. Tendo em vista reprodução tanto socioeconômica como do Estado, a necessidade de uma transformação política global – em estreita articulação com o significativo exercício das funções de produção vitais da sociedade, sem as quais é inconcebível a mudança política duradoura e de longo alcance – torna-se inseparável do problema caracterizado como o *fenecimento do Estado*. Dessa forma, na tarefa histórica de produzir o “fenecimento do Estado”, *autogestão* por meio da participação plena e superação permanentemente sustentável do sistema parlamentar por uma forma positiva de *tomada de decisão substantiva* são inseparáveis, como indicado no início da segunda seção desta Introdução.

Essa é uma preocupação vital, senão uma “fé romântica no sonho irrealizável de Marx” como alguns tentam desacreditar e desconsiderar. Na verdade, o “fenecimento do Estado” não se refere a algo misterioso ou remoto, mas a um processo perfeitamente tangível que precisa ser iniciado ainda no nosso tempo histórico. Significa, em linguagem simples, *a progressiva reconquista dos poderes de tomada de decisão política alienadas* pelos indivíduos engajados na tarefa de avançar até uma genuína sociedade socialista. Sem a reaquisição desses poderes – a que se opõem não apenas o Estado capitalista, mas também a inércia paralisante das *práticas de reprodução material estruturalmente enraizadas* – é inconcebível o novo modo de controle político da sociedade por seus indivíduos, assim como a operação cotidiana *não contraditória* e, portanto, *coesiva/planejável* das unidades produtivas e distributivas particulares realizada pela autoadministração dos produtores livremente associados. Superar radicalmente a *adversidade* e, dessa forma, assegurar o terreno político e material do *planejamento global viável* – uma necessidade absoluta para a própria sobrevivência da humanidade, sem falar na autorrealização potencialmente enriquecida dos seus membros

individuais – são sinônimos de *fenecimento do Estado* como uma tarefa histórica atual.



Evidentemente, uma transformação dessa magnitude não pode ser realizada sem a *dedicação consciente* de um movimento revolucionário à tarefa histórica mais desafiadora de todas, capaz de se sustentar contra toda a adversidade, pois tal engajamento suscita a feroz hostilidade de todas as forças mais importantes do sistema do capital. Por isso, o movimento em questão não pode ser apenas um tipo de partido político orientado para a obtenção de *concessões parlamentares*, que em geral são, mais cedo ou mais tarde, anuladas pelos interesses especiais da ordem estabelecida que também prevalecem no Parlamento. O movimento socialista não terá sucesso diante da hostilidade dessas formas a menos que se rearticule como um *movimento revolucionário de massas*, ativo de maneira consciente em *todas* as formas de luta política e social: local, nacional e global/internacional. Um movimento revolucionário de massa capaz de utilizar plenamente as oportunidades parlamentares quanto disponíveis, ainda que limitadas nas atuais circunstâncias, e, acima de tudo, sem medo de afirmar as demandas necessárias da *ação extraparlamentar* desafiadora.

O desenvolvimento desse movimento é muito importante para o futuro da humanidade na atual conjuntura histórica. Sem a contestação extraparlamentar orientada e sustentada estrategicamente, *os partidos que se alternam no governo* podem continuar a se oferecer como convenientes *álibis* recíprocos para o fracasso estruturalmente inevitável do sistema em relação ao trabalho, confinando a oposição de classe ao papel de *apêndice* inconveniente, mas marginalizado, no sistema parlamentar do capital. Assim, em relação ao domínio da reprodução tanto material como política, a constituição de um movimento socialista extraparlamentar de *massas* estrategicamente viável – em conjunção com as de massas estrategicamente viável – em conjunção com as formas tradicionais de organização política do trabalho, hoje extremamente sem rumo e urgentemente *necessitadas do apoio e pressão radicalizantes* de tais forças extraparlamentares – é condição vital para o êxito da luta contra a maciço poder extraparlamentar do capital.

O papel de um movimento revolucionário extraparlamentar é duplo. Por um lado, cabe a ele formular e defender organizacionalmente os interesses estratégicos do trabalho como a alternativa sociometabólica historicamente viável. O sucesso dessa função só será viável se as forças organizadas do trabalho enfrentarem conscientemente e negarem vigorosamente, em termos práticos, as determinações estruturais da ordem de *reprodução material* estabelecida que se manifestam na relação–capital e na concomitante subordinação do trabalho ao processo socioeconômico, em vez de contribuir, mais ou menos como cúmplices, para *reestabilizar* o capital em crise, como sempre ocorreu em situações importantes do passado reformista. Ao mesmo tempo, o poder *político* aberto ou oculto do capital, que hoje prevalece no Parlamento, precisa e deve ser contestado – ainda que apenas em grau limitado – por meio da pressão que as *formas de ação extraparlamentar* podem exercer sobre o Legislativo e o Executivo.

A ação extraparlamentar só será eficaz se atacar os aspectos centrais e as determinações sistêmicas do capital, atravessando o labirinto de aparências fetichistas com as quais eles dominam a sociedade. Pois a ordem estabelecida afirma materialmente seu poder primariamente na (e através da) *relação capital*, perpetuada na base da *inversão* mistificadora da real relação de produção das classes hegemônicas alternativas na sociedade capitalista.

Como já mencionado, essa inversão permite ao capital usurpar o papel de “produtor” que, nas palavras de Marx, “*emprega o trabalho*”, graças à desconcertante “*personificação das coisas e coisificação das pessoas*”, e assim se legitima como condição inalterável de realização do “interesse de todos”. Como o conceito de “interesse de todos” é de fato importante – ainda que hoje seja usado de modo fraudulento para camuflar a total negação de sua substância para a esmagadora maioria das pessoas pelas pretensões formais e legais de “justiça e igualdade” –, não poderá haver nenhuma alternativa significativa e historicamente sustentável à ordem estabelecida sem a radical superação da abrangente relação capital em si. Essa é uma exigência *sistêmica* inadiável. *Exigências parciais* podem, e devem, ser defendidas por socialistas, desde que tenham relação direta ou indireta com a exigência, absolutamente fundamental, de superação da relação capital em si, que vai ao âmago da questão.

Essa exigência está em nítido contraste com o que hoje é permitido à forças de oposição pelos fiéis ideólogos e figuras políticas do capital. Seu principal critério para excluir a possibilidade até mesmo de demandas parciais importantes do trabalho é precisamente terem elas o potencial de afetar de forma negativa a estabilidade do sistema. Assim, por exemplo, a “ação industrial politicamente motivada”, ainda que local, é categoricamente excluída (e mesmo tornada ilegal) “em uma sociedade democrática”, porque poderia ter implicações negativas para o funcionamento normal do sistema. O papel dos *partidos reformistas*, pelo contrário, é bem vindo porque suas demandas ajudam a reestabilizar o sistema em tempos difíceis – por meio da intervenção do arrocho salarial na indústria (com o *slogan* da necessidade de “apertar o cinto”) e de acordos político-legislativos de controle sindical. Assim, suas demandas contribuem para a dinâmica da renovada expansão do capital, ou pelo menos são “neutras” no sentido de poderem ser no futuro, ou mesmo no momento de sua formulação, integradas à estipulada estrutura de normalidade.

A negação revolucionária do sistema do capital é e será concebível por meio de uma intervenção organizacional estrategicamente sustentada e consciente. Embora a rejeição tendenciosamente parcial da “espontaneidade”, por ser uma suposição secundária, deva ser tratada com as críticas que merece, não é menos nocivo subestimar a importância da *consciência revolucionária e os requisitos organizacionais* de seu sucesso. O fracasso histórico de alguns partidos importantes da Terceira Internacional, que uma vez professaram objetivos leninistas e revolucionários, como os partidos comunistas italiano e francês acima citados, não deve distrair nossa atenção da importância da *recriação das organizações políticas em um terreno muito mais seguro*, por meio das quais se realizará no futuro a transformação socialista vital de nossas sociedades. É evidente que uma reavaliação crítica contundente do que deu errado até agora é a parte mais importante desse processo de renovação. O que nesse momento se

mostra perfeitamente claro é que a *queda desintegrativa* desses partidos na ladeira escorregadia da *armadilha parlamentar* oferece uma importante lição para o futuro.

Apenas dois modos abrangentes de controle sociometabólico são viáveis hoje: a exploração da ordem de reprodução do capital – imposta a qualquer custo pelas “personificações do capital” – que miseravelmente traiu a humanidade, levando-a nossos dias à beira da autodestruição; e a outra, diametralmente oposta à ordem estabelecida: a *alternativa* sociometabólica *hegemônica* do trabalho. Uma sociedade gerida por indivíduos sociais com base na *igualdade substantiva* que lhes permite todo o seu potencial humano produtivo e intelectual, em harmonia com os requisitos metabólicos da natureza, em vez de se inclinarem para a destruição dessa, portanto deles próprios, como ainda acontece no modo de controle sociometabólico incontrolável do capital – expressa como a complementaridade dialética das *demandas imediatas* particulares, mas não *marginalizáveis*, e os *objetivos abrangentes da transformação sistêmica* – será capaz de constituir o programa válido do *movimento revolucionário consciente organizado* em todo o mundo.

A crise da nossa ordem social nunca foi tão grande quanto hoje. Sua solução é inconcebível sem a intervenção sustentada da política revolucionária numa escala adequada. A ordem dominante não é capaz de gerir seus interesses, nas condições de uma crise estrutural que se aprofunda, sem adotar medidas cada vez mais autoritárias e repressivas contra as forças opostas às tendências destrutivas em curso de desenvolvimento, e sem o engajamento de suas potências imperialistas hoje ocupadas em aventuras militares genocidas. Seria a maior das ilusões imaginar que uma ordem política e socioeconômica desse tipo fosse reformável, no interesse do trabalho, quanto resistiu com firmeza à instituição de todas as mudanças significativas propostas pelo movimento reformista no curso de sua longa história, pois hoje a margem de ajustes acomodativos de estreita diante da incontrolável inter-relação global das contradições e antagonismos do capital. Assim,

[...] dado o fato de a mais intratável das contradições do sistema global do capital ser aquela existente entre a irringibilidade interna de seus componentes econômicos e a hoje inevitável necessidade de introdução de restrições significativas, qualquer esperança de encontrar uma saída desse círculo vicioso em circunstâncias marcadas pela ativação dos limites absolutos deve ser aplicada à dimensão política do sistema. Assim, à luz das recentes medidas legislativas que já apontam nessa direção, não há dúvida de que todo o poder do Estado será ativado para servir ao fim de ajustar o círculo vicioso, ainda que isso signifique sujeitar toda dimensão potencial a extremas restrições autoritárias. Da mesma forma, não há dúvida de que a adoção ou não de tal “ação remediadora” (em conformidade com os limites estruturais do sistema global do capital), apesar de seu óbvio caráter autoritário e de sua destrutividade, vai depender da capacidade da classe trabalhadora de rearticular de forma radical o movimento socialista como empresa verdadeiramente internacional⁷.

⁷István Mészáros. Para além do capital. Cit., p.220

Sem a adoção de uma perspectiva socialista internacional, o movimento dos trabalhadores não será capaz de adquirir a força necessária. Sob esse aspecto, a reavaliação crítica da história das Internacionais do passado não é menos importantes que a crítica radical da “via parlamentar para o socialismo”. De fato, as promessas não cumpridas dessas duas abordagens estratégicas estão em íntima ligação. No passado, a incapacidade de concretizar as necessárias condições de sucesso para uma delas afetou de maneira profunda as perspectivas da outra, e vice-versa. De um lado, sem um movimento socialista autoassertivo forte não houve chance de fazer prevalecer a perspectiva socialista nos Parlamentos nacionais. Ao mesmo tempo, do outro lado, a esmagadora dominação do capital no cenário nacional e a acomodação dos movimentos de trabalhadores internacionalmente mal organizados às restrições parlamentares dadas e às tentações nacionalistas (clamorosamente enfatizadas pela capitulação dos partidos social-democratas à burguesia nacional no início da Primeira Grande Guerra Mundial) tornaram impossível a transformação das Internacionais radicais numa força organizada eficaz e coesa de maneira estratégica.

Assim, a infeliz história das Internacionais radicais são foi de forma alguma accidental. Ligou-se à premissa irrealista da necessidade de uma *unidade doutrinária* no momento em que a operação no âmbito de uma estrutura política impunha sobre a esmagadora maioria do movimento dos trabalhadores a necessidade de acomodação parlamentar. De não é incorreto dizer que a adoção de duas linhas de abordagem estratégica, uma ao lado da outra, foi, no passado, mutuamente exclusiva. Por isso, a necessária mudança no futuro não será viável sem que se discutam de maneira crítica os problemas de ambas. Apenas um movimento revolucionário consciente e consistente – que se afirme como alternativa hegemônica à ordem social do capital – será capaz de encontrar uma saída dessas dificuldades.

É claro que um movimento organizado revolucionário consciente de trabalhadores não poderá ser contido dentro da estrutura política restrita do Parlamento dominado pelo poder extraparlamentar do capital. Ele também não terá sucesso como organização sectária auto-orientada. Poder para se definir com sucesso por meio de dois princípios orientadores vitais, Primeiro, a elaboração de *seu próprio programa extraparlamentar* orientado para os objetivos da alternativa hegemônica abrangente para assegurar uma transformação sistêmica fundamental. E, segundo, igualmente importante em termos de organização estratégica, o envolvimento ativo na constituição do necessário *movimento extraparlamentar de massas*, como o portador da alternativa revolucionária capaz de mudar, qualitativamente, também o processo legislativo. Isso representa um grande passo na direção do fenecimento do Estado. Apenas por meio desses desenvolvimentos organizacionais, com o envolvimento direto das grandes massas será possível imaginar a realização da tarefa histórica de instituição da alternativa hegemônica dos trabalhadores no interesse da emancipação socialista abrangente.

A ERA DAS CONTRARREVOLUÇÕES E O NOVO ESTADO DE EXCEÇÃO¹

Ricardo Antunes²

I – Uma nota de advertência necessária

Há mais de cinco décadas atrás, uma ditadura militar iniciada em 1964 torturou, prendeu e matou jovens e adultos, meninos e meninas, homens e mulheres no Brasil. E, com intensidade ainda mais indigente, fez o mesmo no Chile e na Argentina, sem deixar de fora o Uruguai, dentre tantos outros países da América Latina.

O inventário dessa era de genocídios nós podemos constatar com os resultados das investigações realizadas no Brasil, no Chile e ainda com mais intensidade na Argentina: um nível pavoroso de torturas, descobrimento quase interminável de cadáveres, eliminação de corpos torturados, assassinados e destroçados, tudo para poder esconder o massacre daqueles que lutaram contra as ditaduras militares.

Lembro-me como se fosse hoje, em minha primeira viagem à Argentina, esse país tão emblemático de nossa América Latina, que quando cheguei em uma manhã ensolarada em *La Plata*, em meados da década de 1970, com as flores da primavera florescendo, a primeira imagem que me veio foi de um *cemitério político*. As flores escondiam o horror da juventude assassinada pela ditadura militar argentina.

No Brasil, mesmo diante dessas evidências terríveis, ainda ouvimos saudosistas e lacaios da ditadura militar, protofascistas e fascistas, defendendo o horror, pedindo a volta dos militares. A mentira foi de tal envergadura que a ditadura militar de 1964, essa *contrarrevolução burguesa ditatorial e autocrática*, para recordar Florestan Fernandes (Fernandes, 1975), se autodenominou como “revolução”, como também nos lembrou Caio Prado Jr. (Prado Jr, 1966). A mentira começou desde o início, quando o golpe militar escolheu como data de origem o 31 de março, fraudando a faticidade histórica, já que o golpe militar ocorreu de fato em 1º de abril, o *dia da mentira*.

É vital que a juventude não esqueça esse fato e resista pela luta, onde houver risco de uma nova ditadura, uma vez que as nossas classes burguesas são, essencialmente, de perfil autocrático, atuando pela via do golpe e das ditaduras sempre que seus interesses *de classe* correm algum risco. Por isso, ao longo de décadas, tentam

¹ Texto publicado, com algumas pequenas alterações, em *Herramienta* 58, Ed. Herramienta, Buenos Aires.

² Ricardo Antunes é Professor Titular de Sociologia no IFCH/UNICAMP. Publicou, entre outros livros, *Os Sentidos do Trabalho*, Ed. Boitempo, 13ª reimpressão, publicado também na Itália, Inglaterra/Holanda, EUA, Portugal, Índia e Argentina; *Adeus ao Trabalho?*, 16ª ed., Cortez, publicado também na Itália, Espanha, Argentina, Colômbia e Venezuela; *O Continente do labor*, Boitempo; *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil* (organizador), Boitempo, Vol. I, II e III. Atualmente coordena as *Coleções Mundo do Trabalho*, pela Boitempo Editorial e *Trabalho e Emancipação*, pela Editora Expressão Popular. Colabora regularmente em revistas e jornais nacionais e estrangeiros.

apagar o “pior” da ditadura militar para que a juventude possa acreditar que algo “positivo” ocorreu durante aquele tenebroso período.

Assim, a única forma de impedir os golpes, venham como ele vier, é através da organização e resistência popular. Se não houver organização social dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos estudantes, dos trabalhadores rurais, dos camponeses, das comunidades indígenas, dos negros, dos imigrantes, dos movimentos sociais, os golpes retornam, ainda que possa assumir uma *aparência* menos brutal ou mais abrandada. Assim, é de extrema importância recordar aqueles tristes anos – ou décadas – dessa fase tenebrosa de nossa América Latina, para que ele *nunca mais* aconteça. Nunca Mais!

Como a história do mundo é em grande medida a história das contradições, nossa América Latina caminhou oscilante, ora no fluxo, ora no contrafluxo das reformas e das contrarreformas, das revoluções e das contrarrevoluções.

II – A era das contrarrevoluções.

1968 foi o ano que balançou o mundo: os levantes em Paris e em vários países da Europa; a invasão russa à Tchecoslováquia; as greves de 1968 no Brasil; o massacre dos estudantes no México em 1968; as greves do *autunno caldo* (outono quente) na Itália em 1969, mesmo ano do Cordobazo na Argentina, para citar alguns exemplos emblemáticos, nós adentramos em uma *era de* rebeliões que se expandiram por quase todos os cantos do mundo. Cinco anos depois, em um quadro de profunda crise estrutural do capital (Mészáros, 2002) o sistema de dominação do capital, constatada sua *crise profunda em todos os níveis, econômico, social, político, ideológico, valorativo*, foi obrigado a desenhar uma nova engenharia da dominação.

Vieram, numa sucessão concatenada, a *reestruturação produtiva* dos capitais, a *financeirização* ampliada do mundo e a barbárie *neoliberal*, e este tripode da destruição foi responsável pelo advento da *contrarrevolução burguesa de amplitude global*, para recordar a expressão frequentemente usada pelo sociólogo brasileiro Octavio Ianni.

Uma *contrarrevolução burguesa* poderosa, cujo objetivo primeiro foi destruir tudo que havia de organização da classe trabalhadora, do movimento socialista e anticapitalista. Essa reação foi, então, a resposta às lutas empreendidas pelos polos mais avançados do movimento operário europeu e dos movimentos sociais que lutaram pela emancipação em 1968, que almejavam nada menos que o *controle social da produção*, fora tanto do enquadramento socialdemocrático quanto do chamado “modelo soviético”.

Essa *contrarrevolução burguesa* descarregou sua profunda verve antissocial em escala global: impulsionou a barbárie neoliberal ainda dominante; deflagrou uma monumental reestruturação produtiva do capital em escala global que alterou, em muitos elementos, a engenharia produtiva do capital. (Antunes, 2013), sendo que essa ação bifronte esteve sempre sob hegemonia do capital financeiro. (Chesnais, 1996), de que resultou uma ampliação descomunal tanto da (super)exploração do trabalho como do mundo especulativo e seu capital fictício.

Mas é bom recordar que o capital financeiro não é só o capital fictício que circula e generaliza as especulações e os saques: o capital fictício é uma parte prolongada do capital financeiro e este é, como sabemos de há muito tempo, uma fusão complexa entre o capital bancário e o capital industrial (como nos ensinaram Lenin, Hilferding, Rosa Luxemburgo, entre outros).

Assim, ao contrário de certa leitura frágil defendida por muitos economistas pouco críticos, o capital financeiro não é uma alternativa ao mundo produtivo, mas o controla em grande parte e só uma parte dele – o capital especulativo de tipo fictício – se desloca em períodos de crise de acumulação. Basta lembrar que, quando compramos um produto financiado, estamos, na verdade, oferecendo um duplo ganho para os capitais: tanto na compra quanto no financiamento das mercadorias.

E é este é o lastro material existente, sem o qual o capital financeiro para pode dominar “eternamente”. Capital fictício sem algum lastro produtivo é uma impossibilidade, quando se pensa em dominação de longo período. Não é por outro motivo que, na lógica do capital financeiro, o saque, a exploração e a intensificação do uso da força de trabalho têm que ser levada cada vez mais ao limite no capitalismo de nosso tempo. E é também por isso que os padecimentos, constrangimentos e níveis de (super)exploração da força de trabalho atingem níveis de intensidade jamais vistos em fases anteriores, no Sul e Norte do mundo global.

Em nossa América Latina vivenciamos, sob formas diferenciadas, essa longa era de contrarrevoluções. A ditadura militar chilena antecipou o neoliberalismo, antes do seu advento na Inglaterra, assim como em alguma medida ocorreu também com a ditadura militar na Argentina. Mas foi posteriormente, sob a era da *desertificação neoliberal* que a contrarrevolução efetivamente triunfou. (Antunes, 2004 e 2006)

Como sabemos, a pragmática neoliberal significou maior da concentração de riqueza e da propriedade da terra, avanço dos lucros e ganhos do capital, intenso processo de privatizações das empresas públicas, desregulamentação dos direitos sociais e do trabalho, liberdade plena para os capitais, do que resultou o aumento da pauperização dos assalariados, expansão dos bolsões de precarizados e dos desempregados, dentre tantas outras consequências socialmente nefastas.

No mundo financeiro latinoamericano, basta recordar que muitos bancos estrangeiros compensaram sua situação quase falimentar em seus países de origem através da ampliação de seus lucros no Brasil, Chile, e tantos outros países latinoamericanos. O caso do Santander. É exemplar e o Brasil, que até poucas décadas atrás tinha um sistema financeiro majoritariamente nacional e estatal, hoje tem esse setor fortemente transnacionalizado.

Foi contra esse projeto profundamente destrutivo que os operários e operárias, dos campos e das cidades, os povos indígenas, os camponeses, os sem-terra, os despossuídos, os homens e as mulheres sem emprego, além de uma miríade de outros movimentos sociais como dos da juventude, ambientalistas etc, desencadearam novas formas de luta social e política, especialmente a partir dos anos 1990.

Nos Andes, onde viceja uma cultura indígena secular e milenar, cujos valores são muito distintos daqueles estruturados sob o controle e o tempo do capital, ampliaram-se as rebeliões, desenham-se novas lutas, dando claros sinais de contraposi-

ção à ordem que se estrutura desde o início do domínio, espoliação e despossessão típicas da fase neoliberal. (Antunes, 2011). Na Bolívia, as comunidades indígenas e camponesas rebelaram-se contra a sujeição e subordinação.

Na Venezuela, os assalariados pobres dos morros de Caracas esboçaram novas formas de organização popular nas empresas, nos bairros populares e nas comunidades. No Peru, os indígenas e camponeses desencadearam vários levantes contra governos conservadores e junto com tantos outros povos andinos e avançaram os espaços de resistência e rebelião.

Na Argentina, quando da eclosão dos levantes em dezembro de 2001, vimos a luta dos trabalhadores desempregados, dos “piqueteros”, que conjuntamente com as classes médias empobrecidas, depuseram vários governos, nos dias que abalaram a Argentina. No México encontramos os exemplos de Chiapas desde 1994 e, posteriormente, da Comuna de Oaxaca, em 2005, que foram fortes rebeliões contra a destruição neoliberal. Houve ainda inúmeras lutas sociais urbanas em praticamente toda a América Latina, contra a *mercadorização* ou *commoditização* dos serviços públicos, como saúde, educação, transporte etc.

Neste período, o ciclo de governos neoliberais na América Latina perdeu progressivamente força, o que possibilitou a ampliação do descontentamento social contra o neoliberalismo. Em alguns casos, tais movimentos e partidos políticos tornaram-se governos e geraram experiências políticas que sinalizavam a possibilidade efetiva de mudanças, como na Venezuela de Chaves e o seu Bolivarianismo, ou o Movimento ao Socialismo (MAS) de Evo Morales, que venceu as eleições e iniciou um longo ciclo na Bolívia.

Houve também vitórias de movimentos e partidos políticos de oposição que chegaram ao governo, como o PT no Brasil e as *Frentes Amplas* no Chile e Uruguai, dentre outras experiências. Mas, depois de mais de uma década destas vitórias, podemos constatar que, em sua grande maioria, estes novos governos aceitaram fazer uma longa pactuação e forte conciliação com os grandes capitais, o que acabou por corroer por dentro e devorar seus governos, como ocorre de modo cabal com o Brasil nos dias atuais, que apresentaremos a seguir. Depois de várias lutas de grande importância, que marcaram um forte período de contestação, o neoliberalismo, mais como tragédia do que farsa, ainda segue dominante.

III – A ofensiva da direita e o golpe de novo tipo.

Seja através de governos neoliberais “puros”, seja pela ação de governos social-liberais (apologeticamente chamados de “neodesenvolvimentistas) que fracassaram ao tentar implementar uma moderada *terceira via*, o neoliberalismo retoma e refortalece o controle nos países onde a *conciliação* dominava. (ver PRADELLA e MAROIS, 2015) No caso da Argentina, depois do longo desgaste dos governos Kirchner, vimos recentemente a vitória de Macri, esta *variante de gladiador da barbárie*. E estamos presenciando também a gestação, em estágio bastante avançado e já quase vitorioso, do *golpe parlamentar* no Brasil, através do processo de *impeachment* que, na forma que vem assumindo, burla acintosamente a Constituição brasileira de 1988.

Os governos Lula e Dilma do PT, como governos de conciliação, foram *em última instância*, exemplos significativos de representação dos interesses das classes dominantes, fazendo como ponto de diferenciação, a inclusão um programa de melhoras *pontuais*, como o Bolsa-Família, voltado para os assalariados e setores mais pobres do país, dentre outras medidas similares. Enquanto o cenário econômico foi favorável, o Brasil parecia caminhar bem, mas com o agravamento da crise econômica, social, política e institucional, esse mito desmoronou, no mesmo momento em que a Operação judicial denominada Lava Jato atingia alguns núcleos de corrupção política amplamente implementados pelo PT no governo. Tudo isso reverteu profundamente o “quadro positivo” e tornou o futuro imediato completamente imprevisível.

Já nas eleições de outubro de 2014 era possível perceber uma redução do apoio das frações burguesas ao governo Dilma, uma vez que o quadro recessivo antecipava a necessidade de mudanças profundas em sua política econômica para *ajustar-se* ao novo cenário. Não foi por outro motivo que, imediatamente após a vitória eleitoral, em janeiro de 2015, Dilma implementou um ajuste fiscal profundamente recessivo que, além de ampliar o descontentamento empresarial, aumentou também os descontentamentos em todas as classes sociais – ainda que frequentemente por motivos opostos.

Nas *classes médias*, em seus setores mais conservadores – desde liberais, conservadores, até defensores da ditadura militar, passando por protofascistas e fascistas – desencadeou-se um verdadeiro ódio ao governo Dilma e ao PT de Lula. Nas *camadas médias baixas*, o desencanto também se ampliou, pois os salários se reduzem, a inflação aumenta e o desemprego se torna crescente e mesmo galopante. O mito do projeto “neodesenvolvimentista” do governo do PT desmoronou.

Na *classe trabalhadora*, os setores ainda vinculados ao PT, fazem um enorme esforço para impedir o *impeachment*, mas o parlamento, de perfil conservador – verdadeiro Pântano da política brasileira –, sob comando conservador, está imbuído da proposta de destituir o governo Dilma a qualquer preço.

Como o *impeachment* está previsto na Constituição do país, gestou-se a “alternativa ideal”: deflagrar um golpe com *aparência* legal, constitucional. Um golpe que, contando com o decisivo apoio da grande mídia dominante, assumiu a feição de um não-golpe. Não um golpe militar, como em 1964, mas um *golpe de novo tipo*, forjado pelo pântano parlamentar que, até poucos dias atrás, *era parte da base aliada que dava sustentação aos governos Lula e Dilma*.

Vale uma vez mais recordar o que disse Marx, em *O 18 de Brumário* de Luis Bonaparte, quando afirmou que *o parlamento francês chegou à sua condição mais degradante e mais degradada*. (Marx, 1974) Para nossa sorte, Marx não viu o funcionamento servil, negocial, verdadeiramente *pantanosos* do parlamento brasileiro dos dias atuais. Ele é incomparável ao francês. Fazendo uma metáfora com a seca e desertificação decorrentes da falta de chuvas, pode-se dizer que o parlamento brasileiro é a expressão de um *pântano que chegou ao seu volume morto* (nível das reservas de água na parte mais baixa, desprezada pela quantidade de impurezas).

Não é difícil constatar, então, que a crise é de alta profundidade: além de *econômica, social e política*, é também uma crise *institucional*, uma vez que abriga

riscos de confrontação crescentes entre Legislativo, Executivo e Judiciário. Apesar de o governo Dilma ter feito *essencialmente* tudo o que as distintas frações das classes dominantes exigiram, a amplitude e abrangência da crise as levou a decidir pelo descarte de um governo que sempre lhes serviu e, desse modo, reintroduzir um governo “puro”, para garantir que *todas* as ações necessárias para garantir a retomada da expansão burguesa sejam tomadas. Vale recordar que a dominação burguesa no Brasil sempre se revezou entre a *conciliação pelo alto* e o *golpe*, seja ele militar, civil ou parlamentar.

Nossas classes dominantes recorrem, então, ao uso de um instrumento legal, que é o *impeachment*, previsto na Constituição brasileira de 1988, mas o fazem a partir de uma manobra *ilegítima e mesmo ilegal*, como ocorreu anteriormente em Honduras, em 2009, com a destituição do presidente Manuel Zelaya e, posteriormente, no Paraguai, em 2012, quando em menos de dois dias o Congresso daquele país votou pelo *impeachment* de Fernando Lugo.

Assim, na concretude da política brasileira, o *impeachment* foi o caminho encontrado para destituir a presidente reeleita em 2014. Dada a enorme corrosão de suas bases sociais de sustentação, desenvolveu-se um golpe parlamentar e judicial (uma vez que setores do Judiciário vêm implementando uma *legislação de exceção* para poder dar respaldo jurídico ao golpe), no que é impulsionada pela mídia privada, poderosíssima, mas que não tem nenhum escrúpulo em apoiar um parlamento que é o mais desprezado da história Republicano do Brasil.

Isso não significa, é imperioso reiterar, que se deva ser condescendente com os governos petistas em suas práticas desmesuradas de corrupção político-eleitoral, mesmo sabendo que se trata de uma prática é recorrente na história Republicana brasileira de mais de um século, para não recordarmos dos períodos colonial e imperial, sob domínio de Portugal, onde a corrupção já era pragmática recorrente na vida política do país. Mas um golpe, em suas múltiplas e distintas modalidades, é sempre um ato que tem a marca da ilegalidade e da excepcionalidade.

Conclusão: O estado de exceção e seu novo tipo de golpe

As causas mais profundas da crise atual podemos assim sintetizar: como a crise econômica têm evidentes componentes globais, ela inicialmente atingiu, desde 2008, os países capitalistas centrais, como os EUA, Japão e diversos países da Europa. Mas como ela é uma crise *desigual e combinada*, acabou chegando ao sul, às periferias e seus países intermediários.

E, quanto mais a crise aprofunda no Norte, maior é a sucção de capitais para o centro e mais intensificadas são as *taxas diferenciais de exploração*, seja diretamente entre o Norte e o Sul, o Leste e o Oeste, seja entre as próprias regiões e países, onde também o desigual e o combinando se reproduzem em forma microcós mica.

No Brasil, a chegada da crise foi pouco a pouco solapando e desmoronando o mito *petista* da conciliação e do “neodesenvolvimentismo”. Tudo isso começou a ruir desde as rebeliões de junho de 2013, mostrando que a fraseologia do país que ca-

minhava para o primeiro mundo era uma ficção desprovida de qualquer lastro real, objetivo e material. (ver as várias análises em SAMPAIO, 2014)

Quando essa crise atingiu o Brasil com intensidade, em fins de 2014 e início de 2015, as frações dominantes chegaram a um primeiro consenso: “em época de crise quem vai pagar com o ônus dessas perdas? Será, como sempre, a classe trabalhadora”. Estas frações burguesas começaram a exigir, *primeiro*, que o ônus da crise fosse inteiramente pago pelos assalariados, através de cortes no seguro-desemprego, no Bolsa Família, que Dilma rapidamente, fez logo que começou seu segundo mandato.

Mas, com o agravamento da crise, as próprias frações dominantes começam a discutir um *segundo* ponto: quais frações burguesas vão perder menos com a crise (uma vez que todas elas tendem a perder neste cenário, com a exceção da burguesia financeira que, além de hegemônica nos blocos de poder, podem utilizar sua dimensão especulativa e fictícia para continuar acumulando). Então, neste momento as frações burguesas a disputar entre si quem iria *perder mais ou menos* com a crise.

E isso levou, definitivamente, a um *terceiro* ponto: neste contexto recessivo que se intensifica a cada dia, o governo de conciliação da dupla Dilma/Lula já não lhes interessava mais. E, se não era possível eliminá-lo eleitoralmente, uma vez que as frações dominantes não quiseram esperar até 2018 – além de não terem nenhuma “certeza” de vitória – foi preciso forjar uma alternativa *extra-eleitoral*. Ainda que os governos do PT tenham sempre feito tudo que foi exigido pelas classes dominantes, veio o momento descartá-lo, para impor um outro governo, com o objetivo de garantir a própria dominação burguesa em tempos de crise. Implementando a *contrarrevolução*.

Termino, então, com o que indiquei anteriormente: a dominação burguesa no Brasil – e isso em alguma medida tem ressonância em toda a América Latina – sempre oscilou, revezando-se, entre a *conciliação pelo alto* e o *golpe*.

No primeiro quesito, a conciliação pelo alto, Getúlio Vargas e Lula foram os grandes mestres em toda a história Republicana. Quando as classes dominantes (profundamente internacionalizadas e financeirizadas) decidiram encerrar este ciclo e *descartar* o governo Dilma e o PT, decretaram também o fim deste *ciclo de conciliação iniciado por Lula*.

E esta transição, hoje, somente é possível através de um *novo tipo de golpe*, que tenha uma faceta parlamentar e respaldada em uma legislação de exceção. Parece, então que, neste aspecto, Aganben tem boa dose de razão. (Aganben, 2004). E nossa América Latina precisara intensificar a resistência diante da esta esdrúxula fase que pode ser caracterizada como *estado de direito de exceção*. Para o qual, tristemente, nosso continente tem longa experiência e tradição. E o Brasil também, desta vez com o golpe parlamentar que levou Temer à presidência da República.

Referências

AGANBEM, G. **Estado de exceção**, São Paulo, Boitempo, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**, São Paulo, Boitempo, São Paulo, 2013.

_____. **O Continente do labor**, São Paulo, Boitempo, 2011.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **Uma Esquerda Fora do Lugar**. Campinas, Autores Associados, 2006.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

FERNANDES, Florestan **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo, Zahar, 1975

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo. Ed. Boitempo, 2002.

PRADELLA, Lucia e MAROIS, Thomas (Edit). **Polarising development: alternatives to neoliberalism and the crisis**. Pluto Press, London, 2015.

PRADO Jr., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1999.

SAMPAIO, Jr., Plínio. **Jornadas de Junho**. São Paulo, Instituto Caio Prado/ICP, 2014.

AS INFLUÊNCIAS NORTE–AMERICANAS NO GOLPE DE 2016

Raquel de Almeida Moraes

Introdução

Quando Edward Snowden revelou em junho de 2013, para o jornalista norte-americano radicado no Brasil Glenn Greenwald, a existência de um sistema de vigilância global organizado pelos Estados Unidos, trouxe à luz os bastidores do poder mundial.

Edward Snowden é ex-analista da NSA (Agência Nacional de Segurança, em português), uma das entidades responsáveis pela segurança dos Estados Unidos. Os documentos mostram que foi feita espionagem de comunicações da presidente Dilma com seus principais assessores. Também foi espionada a comunicação de seus assessores entre eles e com terceiros. Além da presidente brasileira houve também a espionagem da chanceler da Alemanha, Angela Merkel.

Snowden conseguiu asilo político na Rússia em meados de 2013. Nos Estados Unidos, ele é acusado de espionagem e roubo de documentos de propriedade do Estado, estando sujeito a uma pena de até 30 anos de prisão.

O objetivo deste capítulo é argumentar que o Golpe de 2016, no Brasil, teve forte influência norte-americana tanto do ponto de vista econômico, quanto político, estratégico e cibernético, assim como o teve o Golpe de 1964, como analisado por Adriana Lopes & Carlos Guilherme Mota (2015) e Moniz Bandeira (2013; 2016).

Para desenvolver esse argumento, o texto está dividido em duas partes. Na primeira, abordamos as articulações norte-americanas segundo os analistas críticos do Golpe de 2016. E na outra, apresentamos a dimensão geopolítica a partir do enfoque materialista histórico-dialético. Por fim, tecemos algumas considerações teóricas que sinalizam os desafios para o enfrentamento geopolítico no país em tempos de Eche-lon.

As influências norte-americanas no Golpe de 2016

De acordo com Analúcia Danilevicz Pereira (2016), em entrevista para Eduardo Maretti da Rede Brasil Atual, RBA, embora não haja como "provar" que sim, os dados e as relações políticas e históricas evidenciam que, nesse campo, nada acontece por acaso. Na análise da professora da UFRGS, não é por acaso que a oposição, que desencadeia um bombardeio incessante desde o primeiro dia após a reeleição de Dilma, tenha conseguido "virar o jogo", que estava completamente a favor do governo até antes das manifestações de 2013. Assim como não é por acaso que Bernie Sanders, pré-candidato democrata à presidência dos Estados Unidos tenha afirmado que seu país precisa parar de "derrubar" governos na América Latina.

Nessa mesma entrevista, Armando Boito assinala que

[...] os irmãos Koch, com suas diferentes fundações, que formam lideranças, financiam o movimento Estudantes pela Liberdade e o Movimento Brasil Livre (MBL). Isso já está provado, é um fato notório." Ele se refere aos irmãos Charles e David Koch, do Charles Koch Institute, que possuem uma fortuna de U\$ 43 bilhões, segundo a Forbes. "Já o quanto as instituições do Estado norte-americano, propriamente dito, estão envolvidas nisso a gente ainda não sabe, mas que tem a mão do capital imperialista na mobilização contra Dilma, tem. E os Estados Unidos teriam muitos motivos para preferir o fim dos mandatos dos governos do PT.

E ainda:

[...] é possível enumerar uma série de iniciativas e políticas desenvolvidas pelos últimos governos brasileiros, nos planos econômicos, político e militar, que, por si só, atingem frontalmente os interesses do país mais poderoso da Terra em seu próprio continente e são motivos mais do que suficientes para se desconfiar de que não é o acaso que está por trás da poderosa conjunção de forças aliadas contra Dilma.

Boito assim avalia:

Muitos dizem que não é possível que Sérgio Moro tenha se apropriado de tanta informação sobre a Petrobras em tão pouco tempo, a não ser que algum espião tenha entregado alguma coisa para ele. "Os Estados Unidos espionavam Dilma e a Petrobras, isso o Wikileaks mostrou. E sabemos que a Chevron quer mudar o regime de partilha, e que o José Serra, do PSDB, se comprometeu a mudar o regime de partilha, caso vencesse as eleições em 2010. O Wikileaks revelou isso.

E finaliza afirmando que:

"Existe um fato histórico, que consiste no seguinte: o imperialismo conspira, sim" "Não conspirou no golpe no Chile, em 1973? Não conspirou no golpe no Brasil, em 1964? Basta ver o filme *O Dia que Durou 21 anos*. O imperialismo e a classe dominante conspiram e existe conspiração na história.

Dermeval Saviani também pontua a existência dessa influência norte-americana no Golpe em: "DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO NO BRASIL: OS DESAFIOS DO MOMENTO ATUAL", publicado no jornal de São Sepé, publicado em 17 de setembro de 2016. A seu ver, a estratégia dos golpes orquestrados pela CIA (Agência de Inteligência Norte-Americana) "mudou na direção da desestabilização seguida de destituição, por via parlamentar, de governos populares. Essa iniciativa vem sendo posta em prática em diferentes países, especialmente naqueles em que os Estados Unidos têm interesses econômicos ou politicamente estratégicos." Saviani argumenta que ao "desrespeitar a Constituição depondo uma presidenta que não cometeu crime algum, quebrou-se a institucionalidade democrática. Sem crime a presidenta, na vigên-

cia do regime democrático, só poderia ser julgada pelo próprio povo no exercício de sua soberania.”

Para ele, o “juízo no Senado Federal teve todos os ingredientes de uma farsa montada para dar a impressão de que se tratava de um ato que respeitava as regras do jogo do Estado Democrático de Direito, assegurando a ampla defesa da acusada.” E reitera a informação sobre o financiamento externo das manifestações pró impeachment, via Cato Institute e o Charles Koch Foundation, vinculadas à família Koch, uma das mais ricas do mundo, com vastos interesses no setor petrolífero”.

Nessa mesma linha de raciocínio, temos que para Valter Xéu (2016), o Golpe de 2016 foi um “*conluio entre congresso, judiciário, setores econômicos, mídia, midiatas, BRICS, o dedo dos EUA e a incompetência do PT.*”

Analizando a determinação internacional, os norte-americanos consideramos grupo formado pelo Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul. BRICS, uma ameaça a sua economia no mundo, pois esses cinco países têm a metade da população do planeta e representa 46 por cento da economia mundial com a Rússia e a China fazendo negócios sem usar o dólar. Assim, os Estados Unidos semeiam conflitos em várias partes do mundo o que de certa forma, movimenta a sua economia e assim, agem para desestabilizar os países que formam os BRICS.

Essa análise coincide com a do historiador Moniz Bandeira (2016) para quem “Os EUA não se conformam com o fato de o Brasil integrar o bloco conhecido como BRICs e seja um dos membros do banco em Shanghai, que visa a concorrer com o FMI e o Banco Mundial.”

Ademais, algumas entidades norte-americanas como a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller, conforme Xéu (2016) e Moniz Bandeira (2016), usando ONGS de fachada, injetaram milhões de dólares em grupos como MBL liderado por um descendente de japonês. Com a ajuda norte-americana, tratou de “aliciar jovens brasileiros de classe média que foram para as ruas engrossar os protestos contra Dilma.” (XÉU, 2016)

Ainda segundo Xéu, no governo golpista de Temer já está em andamento um projeto no Senado para entregar de vez a exploração do Pré-Sal para grupos estrangeiros liderados pela Chevron e Shell, como existe também ações no sentido de privatizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, duas centenárias instituições financeiras muito presente na vida dos Brasileiros, para especulação internacional.

Michel Chossudovsky (2016) em “Golpe ‘made in USA’: Queda de Dilma foi ordenada por Wall Street”, explica porque a queda de Dilma foi ordenada pelo capital financeiro norte-americano de Wall Street e tenta desmascarar “os atores por trás do golpe”.

“Para Chossudovsky (2016) as nomeações principais do ponto de vista de Wall Street são o Banco Central, que domina a política monetária e as operações de câmbio, o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil”. Desde o governo FHC, passando por Lula e Temer, Wall Street tem exercido controle sobre os nomes apontados para liderar essas três instâncias estratégicas para a economia brasileira. Em nome de Wall Street e do ‘Consenso de Washington’, o ‘governo’ interino pós-golpe de Michel Temer nomeou um ex-CEO de Wall Street (com cidadania dos EUA) para dirigir

o Ministério da Fazenda”, afirma Chossudovsky, referindo-se a Henrique Meirelles, nomeado em 12 de maio.

Segundo o artigo, Meirelles, que tem dupla cidadania Brasil-EUA, serviu como presidente do Fleet Boston Financial (fusão do Bank of Boston Corp. com o Fleet Financial Group) entre 1999 e 2002 e foi presidente do Banco Central sob o governo Lula, entre 1º de janeiro de 2003 e 1º de janeiro de 2011. Antes disso, o atual ministro da Fazenda, que volta ao poder sob o governo Temer após ter sido dispensado por Dilma em 2010, também atuou por 12 anos como presidente do Bank of Boston nos EUA. Já o atual presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, nomeado por Temer em 16 de maio, tem dupla cidadania Brasil-Israel e foi economista-chefe do Itaú, maior banco privado do Brasil.

Ainda segundo Chossudovsky, sob o governo Dilma, a “tradição” de nomear uma “raposa de Wall Street” para o Banco Central foi abandonada com a nomeação de Tombini, que permaneceu no cargo de 2011 até maio de 2016, quando Temer assume a presidência interina do país. A partir daí, Meirelles, no Ministério da Fazenda do governo interino, “aponta seus próprios comparsas para chefiar o Banco Central [Goldfajn] e o Banco do Brasil [Paulo Caffarelli]”.

Assim: “O que está em jogo através de vários mecanismos – incluindo operações de inteligência, manipulação financeira e meios de propaganda – é a desestabilização pura e simples da estrutura estatal do Brasil e da economia nacional, para não mencionar o empobrecimento em massa do povo brasileiro”, afirma Chossudovsky.

Tal análise também é acompanhada pelo historiador Moniz Bandeira (2014) para quem “há poderosos interesses dos Estados Unidos, para ampliar sua presença econômica e geopolítica na América do Sul.” A seu ver há fortes indícios de que o capital financeiro (entenda-se Wall Street) e Washington nutriram a crise política e institucional, aguçando feroz luta de classes no Brasil. Para o historiador, ocorreu algo similar ao que o presidente Getúlio Vargas denunciou na carta-testamento, antes de suicidar-se, em 24 de agosto de 1954.

Além disso, outra evidência, segundo Moniz Bandeira, é que a influência dos EUA transparece nos vínculos do juiz Sérgio Moro, que conduziu o processo da Lava-Jato. Ele realizou cursos no Departamento de Estado, em 2007. De acordo com a entrevista, no ano seguinte, em 2008, Moro passou um mês num programa especial de treinamento na Escola de Direito de Harvard, em conjunto com sua colega Gisele Lemke. E, em outubro de 2009, participou da conferência regional sobre “Illicit Financial Crimes”, promovida no Rio de Janeiro pela Embaixada dos Estados Unidos. A Agência Nacional de Segurança (NSA), que monitorou as comunicações da Petrobras, descobriu a ocorrência de irregularidades e corrupção de alguns militantes do PT e, possivelmente, passou informação sobre o doleiro Alberto Yousseff a um delegado da Polícia Federal e ao juiz Sérgio Moro, de Curitiba, já treinado em ação multi-jurisdicional e práticas de investigação, inclusive com demonstrações reais (como preparar testemunhas para delatar terceiros). Não sem motivo o juiz Sérgio Moro foi eleito como um dos dez homens mais influentes do mundo pela revista Time.

A dimensão geopolítica do Golpe

Snowden trouxe à luz a existência de um sistema de vigilância mundial. E o que vem a ser isso? Quais são suas as implicações políticas e geopolíticas?

De acordo com Adorno e Horkheimer (1985, p. 114), o “terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada em si mesma. Para essa vertente teórica, a técnica está inserida na lógica da racionalidade enquanto dominação. Para eles é difícil escapar dessa racionalidade instrumental, técnica, onde os meios estão acima dos fins.

Os marxistas, por sua vez, não são menos pessimistas. Chesneaux (1995, p. 110), analisando as tecnologias que compõem a mídia sob a ótica da modernidade-mundo pensa que as mesmas guardam uma estreita associação com o poder político e o lucro capitalista.

Reger toda a Terra... Tal é a lógica do tecnocosmo. A Informática introduz uma linguagem mundial, uma rede mundial (ou rede de redes), um mercado mundial, normas mundiais. As fábricas de roupas Benneton, em Vêneto, se vangloriam de controlar instantânea e permanentemente a situação de seus estoques em todas as suas lojas do mundo. Os satélites espaciais varrem toda a Terra. A biologia genética é “trans-terrestre” no seu próprio princípio, contorna e desqualifica a lenta diversificação das espécies vivas, segundo o meio biogeográfico de cada uma delas. Quanto à energia termonuclear, lamenta-se que não tenha ainda “apreendido” a totalidade do planeta, senão como virtual dissuasão.

E combinado ao mercado, o Estado se apodera desse gerenciamento tornando-se, além de seu cúmplice, o “seu exército”, que, constantemente, desde a época da II Guerra Mundial, tem sido o comandante principal da pesquisa e de suas aplicações no campo da energia nuclear, da Informática, das tecnologias espaciais e, mais secretamente, da biogenética. O átomo, o computador, os satélites, “servem antes de tudo para fazer a guerra”. Tal faculdade, porém, está reservada ao clube dos ricos (CHESNEAUX, 1995, p. 111).

“Servem antes de tudo para fazer a guerra”. Essa tese é também defendida por Emil Vlajki (2001) em seu livro: *Demonization of Serbs* (A demonização dos sérvios). Para Vlajki, a mídia é parte do totalitarismo ocidental onde se fabrica e se vende a realidade, o “consenso”, a vontade de poder.

Octavio Ianni (2003, p. 148) analisa que as categorias clássicas da ciência política, hegemonia e soberania, foram simbolizadas por Maquiavel e Gramsci na figura do “príncipe”, e que hoje esse príncipe tornou-se eletrônico. Para Ianni, o príncipe eletrônico “é o intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder” que se manifesta nos meios de comunicação de massa, como jornais, livros, rádios, televisões, Internet expressando visões de mundo que vão “desde o narcotráfico e o terrorismo transnacionais às guerras e revoluções, dos eventos mundiais da cultura popular aos movimentos globais do capital especulativo” (p. 248).

Aprofundando a análise da mídia, Poole (2000), Vlajki (2001), Perroni (2001), Costa (2003), Burghardt (2013) alertam para a existência do Echelon, um sistema global de espionagem criado e coordenado pelos Estados Unidos, em conjunção com os governos da Inglaterra, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Com base no Fort Meade em Maryland, EUA e no GCHQ em Cheltenham, Inglaterra, esse sistema captura e analisa virtualmente cada chamada de telefone, fax, e-mail e tele-mensagem enviada em qualquer lugar do mundo e é processada/analisa de acordo com um Echelon “Dictionary”, que está na memória dos computadores que compõem o sistema.



Fonte: <http://www.bibliotecapleyades.net/ciencia/echelon06.htm>



Menwith Hill – near Harrogate North Yorkshire (UK)

Fonte: <http://www.bibliotecapleyades.net/ciencia/echelon06.htm>

Apesar de Echelon ter sido criado para o controle das informações na época da Guerra Fria e agora, com o seu fim, é utilizado no combate contra o terrorismo, desconfia-se que pode estar sendo usado para outros propósitos além de sua original missão, ou seja: estariam sendo utilizados para espionagem política e comercial, como o que foi revelado por Snowden em 2013.

Segundo o texto “Revelações da vigilância global(1970–2013)” (WIKIPEDIA, 2016), a cronologia dessa vigilância no mundo e no Brasil, em especial, começa em 1972, quando o analista da NSA Perry Fellwock revela aos leitores da Ramparts a existência da NSA e do Tratado de Segurança UK–USA. Em 1976, outro artigo publicado no Time Out revela a existência do GCHQ.

De acordo com Costa (2003), o Centro de Comunicações do Governo (GCHQ) britânico emprega em 2003 cerca de 15.000 pessoas em missões ofensivas (captação e análise de informações estrangeiras) e defensivas (codificação e proteção das comunicações britânicas). Além de contar com uma dezena de centros no Reino Unido, o GCHQ organizou estações de escuta em Gibraltar, Belize, Chipre, Oman, Turquia e Austrália. A chamada Divisão Z é encarregada especificamente das relações com a agência norte-americana.

Para esse sociólogo, a cumplicidade de Londres com Washington pode abrir um novo conflito no diálogo europeu, sobre tudo se, como pretendem os especialistas, as escutas se dirigem especialmente contra a França e a Itália. Inclusive chegou a falar-se da existência de uma cláusula especial no acordo UK–USA, segundo a qual o sistema de escutas britânico substituiria automaticamente ao estadunidense no caso de que a justiça norte-americana chegasse a proibir a interceptação de comunicações privadas por parte da NSA.

Carly Nyst e Anna Crowe (2014), no artigo “Unmasking the Five Eyes’ global surveillance practices”, assinalam que essas práticas de vigilância global que os Cinco Olhos (Five Eyes) fazem sistematicamente no mundo são contrárias ao direito à privacidade internacionalmente reconhecida por lei.

Para Ramonet (2016), trata-se de uma aliança sem precedentes: Estado, aparato militar de segurança e indústrias gigantes da web criaram um verdadeiro império da vigilância, “cujo objetivo claro e concreto é manter a Internet sob constante observação, toda a Internet e todos os internautas, como foi denunciado por Julian Assange e Edward Snowden.”

De acordo com o texto “Revelações da vigilância global (1970–2013)” (WIKIPEDIA, 2016), em 1982, o livro de James Bamford sobre a NSA, *The Puzzle Palace* foi publicado. O segundo livro de Bamford, *Body of Secrets: Anatomy of the Ultra-Secret National Security Agency*, foi publicado duas décadas depois.

Em 1988, a rede de espionagem ECHELON foi revelada por Margaret Newsham, funcionária da Lockheed Corporation. Newsham contou aos membros do congresso americano que as ligações telefônicas de Strom Thurmond, membro do partido Republicano Americano, estavam sendo coletadas pela NSA. Investigadores do Congresso concluíram que não poderia ser por acaso que uma figura política fosse alvo de espionagem. Conclui que a espionagem de Strom foi deliberada desde o princípio.

Ao final da década de 1990, se estima que a rede ECHELON já era capaz de monitorar 90% de todo o tráfego da Internet. De acordo com a BBC em Maio de 2001, o Governo dos Estados Unidos nega a existência dessa rede.

Depois do ataque de 11 de Setembro de 2001, William Binney (U.S. Oficial de Inteligencia Americano por quase 40 anos), acompanhado de J. Kirke Wiebe e

Edward Loomis solicitaram ao Departamento de Defesa que investigasse a NSA por gastos indevidos na ordem de milhões de dólares em um projeto chamado Projeto Trailblazer, um sistema destinado a analisar dados de redes de comunicações como a Internet. Binney criticou publicamente a NSA por interceptar as comunicações dos americanos desde o ataque de 11 de setembro de 2001. Binney declarou que a NSA havia fracassado em suas intenções de esclarecer as causas e autores de 11 de setembro apesar da captação e vigilância massiva de dados.

Em 16 de dezembro de 2005, depois de esconder por um ano a informação, o *The New York Times* publica o artigo que diz: "Bush deixa Estados Unidos espionar em ligações telefônicas sem autorização judicial", escrito por Eric Lichtblau e pelo jornalista ganhador do Prêmio Pulitzer James Risen.

Em 2006, mais detalhes sobre o sistema de vigilância doméstica emergem através do *USA Today*. O jornal reporta que a NSA possui um imenso banco de dados das ligações telefônicas dos americanos. De acordo com o jornal, os dados desta coleta em massa de dados de telefonemas foram fornecidos pelas próprias companhias telefônicas entre elas AT&T, Verizon e BellSouth.

Em 2008, o analista de segurança Babak Pasdar revelou a existência do chamado Circuito de Quântico, que ele e seu grupo de trabalho haviam criado em 2003. O sistema dava ao governo americano acesso de backdoor a um provedor de serviço de wireless. Na ocasião não foi revelado quem era o provedor, mas mais tarde foi identificada a firma – a Verizon.

Em 2011, detalhes da Indústria de vigilância em massa foram expostos através de WikiLeaks. De acordo com Julian Assange, "Estamos agora em um mundo em que não apenas e teoricamente é possível gravar quase todo o tráfego de telecomunicações de um país, todas as ligações telefônicas, mas também há uma indústria internacional de vigilância em massa vendendo o que se faz necessário para estabelecer a vigilância".

Em cinco de junho de 2013, Greenwald através do *The Guardian* e juntamente com vários outros jornais incluindo o *The New York Times*, *The Washington Post*, *Der Spiegel*, iniciou as publicações com as revelações de vigilância eletrônica global americana executada pela Agência de Segurança Nacional NSA, baseadas em documentos vazados pelo ex-contratado da NSA, o analista de segurança de redes Edward Snowden.

No Brasil, o programa Fantástico do dia 8 de Setembro de 2013, baseado em documentos fornecidos por Snowden a Greenwald, revelou que a NSA vem espionando a Petrobras com fins de beneficiar os americanos nas transações com o Brasil.

Ainda em 2013, em reportagem com a jornalista Sônia Bridi, Grenwald revelou que além de grandes empresas como a Petrobras, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, foi espionada pelo governo americano.

A partir de então, as revelações têm se tornado mais alarmantes a cada dia e têm provocado reação em todos os países e na comunidade de especialistas em proteção da Internet. Elas vão desde a participação nos programas de vigilância de empresas como Google, Facebook, Microsoft, a contaminação de computadores no mundo todo e a quebra dos códigos de criptografia da internet, fazendo toda a internet vulne-

rável a ataques tanto pela NSA americana como por predadores e criminosos (HARDING, 2014).

As revelações da vigilância global trouxeram à tona as alegações de que Google, Yahoo!, Facebook e Microsoft estão entre as muitas empresas intencionalmente cooperando com a NSA, oferecendo acesso ao seu sistema via uma *backdoor* criada especialmente para atender aos interesses da Agência... As empresas negam tal participação.

No caso de sistemas operacionais Linux, criado por Linus Torvalds do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Helsinki, Finlândia, a agência americana NSA pediu ao criador do Linux, Linus Torvalds, para criar uma *backdoor* no GNU / Linux através do qual eles poderiam acessar o sistema. Apesar de Linus Torvalds não haver fornecido a resposta a NSA, a natureza de código aberto de Linux, um acesso de *backdoor* se torna impossível. No caso do sistema de código aberto, se fossem deixados acessos para a NSA, eles seriam encontrados, expostos e erradicados pela comunidade, eliminando qualquer acesso possivelmente concedido a NSA.

De acordo com documentos revelados por Snowden, os programas não visam combater o terrorismo e têm sido empregados para espionagem comercial e industrial e por vários outros motivos, conforme mostram os documentos. Em depoimento ao Congresso Brasileiro, o jornalista Greenwald, que tem acesso a todos os documentos, (em fevereiro de 2014 apenas cerca de 2% dos documentos foram publicados), afirma que os objetivos dos programas são espionagem industrial, controle social e manipulação diplomática. Edward Snowden confirma as afirmações de Greenwald, e declarou que tendo visto a operação dos sistemas e como eles veem sendo usados, ele pode garantir que tais programas jamais tiveram a ver com terrorismo, mas com manipulação diplomática, controle de pessoas, espionagem para dar vantagem aos Estados Unidos e seus colaboradores.

Em 05/07/2016, Luis Nassif (2016) divulga um documento interno dos EUA exposto pelo WikiLeaks que comprova que houve treinamento sistemático aos juízes brasileiros, inclusive do responsável pela coordenação da Operação Lava Jato, Juiz Sérgio Moro. Este juiz autorizou os grampos telefônicos aos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff em março de 2016.

O documento (NASSIF, 2016) sugere que é necessário ministrar cursos mais aprofundados em Curitiba, São Paulo e Campo Grande, e conclui que “o setor judiciário brasileiro claramente está muito interessado na luta contra o terrorismo, mas precisa de ferramentas e treinamento para empenhar forças eficazmente. [...] Promotores e juízes especializados conduziram no Brasil os casos mais significativos envolvendo corrupção de indivíduos de alto escalão”.

Sobre a influência norte-americana na América Latina, Chossudovski (2016) foi muito lúcido quando analisou que “Lula era ‘aceitável’ porque seguiu as instruções de Wall Street e do FMI”, mas Dilma, com um governo mais guiado por um nacionalismo reformista soberano, não pôde ser “aceita” pelos interesses financeiros dos EUA, apesar da agenda política neoliberal que prevaleceu sob seu governo.

“Se Dilma tivesse decidido manter Henrique de Campos Meirelles, o golpe de Estado muito provavelmente não ter ocorrido”. E o autor finaliza o artigo afirmando: “It is called a Coup d’Etat... by Wall Street.” (Isto é chamado de Golpe de Estado... por Wall Street.)

Do ponto de vista geopolítico, em “The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives” (1996), de acordo com Zbigniew Brzezinski (ex Conselheiro da Segurança Nacional dos EUA), a supremacia americana que se estabeleceu no mundo após 1991, produziu uma nova ordem mundial que não só duplicou, mas institucionalizou muitas das características do sistema que inclui:

- 1) Sistema coletivo de segurança internacional (NATO, US, Japão etc.);
- 2) Cooperação econômica regional (APEC, NAFTA) e institucional (Banco Mundial, FMI, Acordo do Comércio Mundial);
- 3) Procedimentos que enfatizam o processo decisório de modo consensual;
- 4) A preferência pela democracia dentro das alianças;
- 5) Constituição global e estrutura judicial (Corte de Haia – crimes da Bosnia)

Em “Strategic Vision: America and the Crisis of Global Power” (2012), Brzezinski argumenta que a posição americana como o superpoder mundial está longe de permanecer inabalável, pois depois 2025 o mundo se mostrará caótico.

Segundo esse geopolítico, contudo, a América pode superar essa crise e as instabilidades propiciadas pelos ataques cibernéticos e dos drones. Para isso o século XXI, pode se tornar uma¹ “era of renewed prosperity for America’s values and people” (idem, p. 202).

A seu ver, desde que a América não é Roma e nem a China é bizantina, uma ordem estável no mundo depende da habilidade desse país se renovar e agir sabiamente de modo a ser tanto o promotor como o garantidor de um revitalizado Leste e como o equilibrador e o conciliador de um crescente novo Oeste. (BRZEZINSKI, 2012, p. 192)

Florestan Fernandes, em “A Revolução Burguesa no Brasil” (1981), ao teorizar sobre a revolução burguesa nas nações capitalistas da periferia argumenta que a burguesia brasileira deixou de ser no Golpe de 1964 “democrática” ou, mesmo, “autoritária”, “para tornar-se abertamente ‘totalitária’ e contra-revolucionária, em suma, o fermento de uma ditadura de classe preventiva.” (idem, p. 317). A ordem que foi instalada no país, desde então, é a do modelo autocrático-burguês.

Para Florestan Fernandes (1981), há, entre nossa transformação capitalista e dominação burguesa, uma dissociação entre desenvolvimento capitalista e democracia, que é resultante política de forma própria de acumulação de capital nos quadros do “capitalismo periférico e dependente”. (idem, p. 292) Isso indica que o desenvolvimento capitalista se apropria dos elementos arcaicos, mantendo o passado vivo no presente, acorrentando a “expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista”. (p. 167) A burguesia correspondente não universaliza a igualdade, mas a estabelece entre os privilegiados; segrega os tempos da modernidade social, econômica e política, privatizando o poder político amálgama do mais antigo com o

¹ Era de renovada prosperidade para os valores americanos e das pessoas”. (livre tradução)

mais arcaico que se repõe incessantemente, expressa de forma dramática, “como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’”. (p. 168)

Sua análise do Golpe combina o desenvolvimento desigual interno com a dominação imperialista externa. Associando com o momento atual, percebemos como é pertinente essa análise, pois ainda não superamos essa dupla combinação.

Analisando a história do Brasil recente, Adriana Lopez & Carlos Guilherme Mota em “História do Brasil: uma interpretação” (2015), assinalam que a nova sociedade civil é débil e não conseguiu romper o “rígido modelo autocrático–burguês instalado, com todos os seus componentes viciosos, reatualizados e maquiados: neocoronelismo, neopopulismo, conciliação a qualquer preço, pouca eficácia e transparência nas políticas públicas, corrupção, impunidades, patrimonialismo, e assim por diante” (p. 1059). E finalizam dizendo que algumas vozes voltam a aventar a hipótese de uma Assembleia Nacional Constituinte, entre as pouquíssimas alternativas para o país.

Considerações Finais

Teorizando politicamente, Gramsci pensou em três estratégias para a superação da hegemonia via *catarsis*²: crise de hegemonia, guerra de posição e o papel dos intelectuais. (MORAES, 2016)

A crise de hegemonia (GRAMSCI, 1991) tem sua origem quando as classes se separam dos seus partidos e a sociedade civil amplia seu poder e autonomia, por atos impopulares dos seus dirigentes no Estado. Essa perda do *consenso* faz com que ela não seja mais dirigente, mas somente dominante, exercendo apenas a força coercitiva. Essa crise não é uma função direta das crises econômicas, embora estas também possam gerá-las. Podem ser causadas pela perda do bem-estar, da miséria etc. Embora a crise de Estado seja um fator importante para a transformação socialista, ela não é suficiente. É preciso que a crise ocorra em todo o complexo do poder e não apenas na instância mais imediata da hegemonia, que é o Estado.

A guerra de posição (GRAMSCI, 1982) é o sitiamento do Estado pela classe trabalhadora através da criação de uma cultura popular que alicerce uma nova visão de mundo – normas e valores de uma nova sociedade – que substituiria o *consenso* da burguesia mediante o desenvolvimento de outra *hegemonia*. Assim, a arena da consciência seria reconstruída com uma nova visão de homem e de mundo. Essa *nova cultura* seria desenvolvida pelo *partido de massas*, um partido que implantasse não uma “conscientização” vertical, de cima para baixo, mas algo orgânico, que relacionasse o partido como um todo, pois seria criado por todos os envolvidos. Esse processo de construção e educação para outra hegemonia teria por missão construir grandes poderes de coesão, centralização e inovação, os quais iriam minando o poder da hegemonia da classe dominante pela criação de outro bloco histórico.

² A *catarse*, para Gramsci, é entendida como “passagem do momento puramente econômico (ou egoísta–passional) ao momento ético–político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens”. (GRAMSCI, 1991, p. 53)

Quanto aos *intelectuais* (GRAMSCI, 1968), para Gramsci: “Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade o papel de intelectuais” (p.7). Em sua concepção, há vários graus de atividade intelectual, indo desde o mais alto nível onde estão os criadores das várias ciências, filosofia, arte, etc. até o mais baixo, onde estão os administradores e divulgadores da riqueza intelectual existente.

Sob o capitalismo, a escola forma os intelectuais de diversos níveis, cujas funções na sociedade civil (organismos privados + Estado) são as de organizar a hegemonia, ou seja: o *consenso espontâneo* da população. Esse *consenso* nasce do prestígio que a burguesia tem na sociedade e no aparato de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos que *consentem*.

No processo transformador ou revolucionário, os intelectuais teriam o papel de dado a sua capacidade técnica, atuar como elemento pensante e organizador das classes subalternas. Sua missão não é profissional, mas, como partícipes da construção de uma nova cultura pelo partido de massas, teriam a função de dirigir as ideias e as aspirações da classe à qual pertencem organicamente, tendo em vista que todos os homens são intelectuais, pensam, embora nem todos desenvolvam plenamente essa capacidade, dado a hegemonia burguesa.

O partido de massas deveria, portanto, fundir os intelectuais tradicionais (profissionais) e os orgânicos das classes subalternas em torno de uma concepção de mundo que transcendesse seus interesses de classe, para que os trabalhadores despertem suas possibilidades intelectuais (através das funções educacionais do partido) e venham a fazer a Guerra de Posição, criando outra hegemonia onde a classe dominada tenha o poder.

Assim, retomamos a Marx (1986, p.12) quando na sua terceira tese sobre Feurbach, postula que: “A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária”.

Isso significa que a luta pela emancipação da consciência ou a desalienação deve ser travada no seio da própria vida, a qual é, por sua vez, composta, como bem coloca Gramsci, por três forças: econômicas, políticas e técnico-militares. Neste sentido é que se coloca o desafio da práxis revolucionária para a classe trabalhadora.

Já para Meszáros (2011), estamos vivendo um período histórico de profunda crise estrutural que pode realmente abrir uma brecha significativa na ordem estabelecida, “porque ela já não é mais capaz de proporcionar os bens que, sem questionamento por muito tempo, lhe serviram de justificativa no passado” (p. 139). E continua:

Isso significa que muito tem de ser iniciado, sobre a base de um verdadeiro envolvimento das massas, no espírito da proposição original de Marx pelo desenvolvimento de uma “consciência de massas comunista”. [...] O Brasil teve o êxito de desenvolver um movimento radical importante, com raízes profundas nas massas populares: os sem terra do MST. [...] A expansão e o fortalecimento das massas, sustentando esse movimento estrategicamente

consciente, é uma grande esperança para o futuro (MESZÁROS, 2011, p. 153)

Assim, a superação da subordinação econômica, política e cultural do Brasil aos ditames internacionais do império Americano (usando a conceituação do próprio ex-consulador de Segurança Nacional deste país, Zbigniew Brzezinski), requer a *catarsis* das massas no processo contra-hegemônico para que se possa ir, enquanto bloco histórico, além do Capital.

E para isso acontecer, concordamos com Meszáros de que “a necessidade de uma educação política apropriada, que envolva grandes massas, é hoje, em meio à nossa crise global estrutural, maior do que nunca”. (p. 159).

Portanto, urge que nos organizemos para resistir à manipulação midiática, política e cibernética. Só mediante a união conseguiremos superar esse novo Golpe ideológico, posto que esteja disfarçado de legalidade, nesses tempos de Echelon.

Referências

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. RJ: Zahar Editor, 1994.

BAGDIKIAN, Ben H. O Monopólio da Mídia. São Paulo: Ed. Scrita, 1993.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. New York, NY: Basic Books, 1997.

_____. **Strategic Vision, America and the Crisis of Global Power**. New York: Basic Books, 2012.

BURGHARDT, Tom. ECHELON. **Today: The Evolution of an NSA Black Program**. Global Research, 13/07/2013. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/echelon-the-evolution-of-an-nsa-black-program/5342646>>. Acesso em 27/09/16.

CHESNEAUX, Jean. **Modernidade-Mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

CHOSSODOVSKY, Michel. **Golpe ‘made in USA’: Queda de Dilma foi ordenada por Wall Street?** Pátria Latina. SÁ, Evaristo.01/09/2016 Disponível em: <<http://www.patrialatina.com.br/golpe-made-in-usa-queda-de-dilma-foi-ordenada-por-wall-street/>> Acesso em 25/09/2016.

_____. **Wall Street Behind Brazil Coup d’Etat. The Impeachment of Dilma Rousseff**. Global Research.1/09/16. Disponível em: <<http://www.globalresearch.ca/wall-street-behind-brazil-coup-d-etat/5526715>> Acesso em 25/09/2016.

COSTA, Silvio. O Sistema Echelon de espionagem global ou a lei do vale tudo. **Espaço Acadêmico**. Ano II, n. 22. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22ccosta.htm>> Acesso em 27/09/16

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HARDING, Luke. **The Snowden Files**. Uk, Guardian Books, 2014.

IANNI, Otavio. O príncipe eletrônico. In: **Enigmas da Modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOPES, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. **História do Brasil**: uma interpretação. Rio de Janeiro: Editora 34, 2015.

MARETTI, Eduardo. 'Governo invisível' dos EUA trabalha no golpe em marcha no Brasil. **Rede Brasil Atual**. 21/04/2016.

Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2016/04/o-201cgoverno-invisivel201d-dos-estados-unidos-e-sua-influencia-no-golpe-em-marcha-no-brasil-8948.html>> Acesso em 25/09/2016.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich, **Ideologia Alemã**. – Feurbach – 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MESZÁROS, István. **A crise estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONIZ BANDEIRA. **Moniz Bandeira denuncia apoio dos EUA a golpe no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ocafezinho.com/2016/06/15/moniz-bandeira-denuncia-conexoes-internacionais-do-golpe/>> Acesso em 11/10/2016

_____. **A Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **A desordem mundial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MORAES, Raquel de A. Gramsci and Culture. In: Michael Peters. (Org.). **Encyclopedia of Educational Philosophy and Theory**. 1ed. Heidelberg | Springer, 2016, v. 1, p. 1–5.

NASSIF, Luis. **Wikileaks revela treinamento de Moro nos EUA**. Luis Nassif Online. GGN. 05/07/2016. Disponível em: <<http://jornalgnn.com.br/noticia/wikileaks-revela-treinamento-de-moro-nos-eua>>. Acesso em 26/09/16.

NYST, Carly; CROWE, Anna. Unmasking the Five Eyes' global surveillance practices. In: 2014. **Communications surveillance in the digital age**.

Disponível em: <<https://www.giswatch.org/en/communications-surveillance/unmasking-five-eyes-global-surveillance-practices>> Acesso em 11/10/2016.

PERRONI, Jane. The Echelon spy network. **The Guardian**. 29/05/2001.

Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2001/may/29/qanda.janeperrone>> Acesso em 25/09/2016.

POOLE, Patrick S. **ECHELON**: America's Secret Global Surveillance Network.

Disponível em: <<http://fly.hiwaay.net/~pspoole/echres.html>> Acesso em 2001.

RAMONET, Ignacio. **Os 10 pontos que explicam o Novo Sistema**

Mundial. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FInternacional%2FOs-10-pontos-que-explicam-o-Novo-Sistema-mundial%2F6%2F36951#_V_reFebTIQ4.facebook> Acesso em 11/10/2016.

SAVIANI, Dermeval. **Democracia e educação no Brasil**: os desafios do momento atual. Jornal de Sepé. 17/09/2016.

VLAJKI, Emil. **Demonization of Serbs**. Canadá: Ed. Revolt, 2001.

WIKIPÉDIA. **Revelações da vigilância global** (1970–2013). Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Revela%C3%A7%C3%B5es_da_vigil%C3%A2ncia_global_\(1970%E2%80%932013\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Revela%C3%A7%C3%B5es_da_vigil%C3%A2ncia_global_(1970%E2%80%932013)) . Acesso em 25/09/2016.

XÉU, Valter. A radiografia do golpe no Brasil. **Pátria Latina**. 11/08/2016. Disponí-

nível em: <<http://www.patrialatina.com.br/a-radiografia-do-golpe-no-brasil>> Acesso em 5/09/2016.

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL, NEOLIBERALISMO E ESTADO GESTOR: APROXIMAÇÕES GLOBAIS

*Fabiane Santana Previtati*¹
*Cilson César Fagiani*²

1 – O Estado de Bem-Estar Social e o Compromisso Conservador

O Estado de Bem-Estar Social surge num determinado momento histórico e pressupõe a utilização do poder político para imposição, através do Estado, das medidas necessárias à acumulação e expansão do capital então ameaçadas. A estratégia de intervenção na economia tinha por finalidade encontrar novas formas de manutenção da ordem capitalista dominante e garantir a expansão do capital, dado o esgotamento da fase anterior fundada no predomínio das “livres” leis do mercado.

Assim, o Estado de Bem-Estar Social está intimamente relacionado ao processo de consolidação da fase monopolista do capitalismo industrial (BRAVERMAN, 1998) e os conflitos sociais gerados a partir deste momento, tendo como ápice a crise econômica-social de 1929. Com ele há a ampliação dos serviços assistenciais públicos, envolvendo as áreas de renda, habitação e previdência social, além da saúde e da educação. A Grã-Bretanha foi um dos países europeus que mais se destacou na construção do Estado de Bem-Estar com a aprovação, em 1942, de uma série de providências nas áreas da saúde e escolarização, que foram expandidas para os demais países da Europa.

Paralelamente à criação dessa rede de proteção social, o Estado de Bem-Estar passou a intervir fortemente na área econômica, de modo a regulamentar praticamente todas as atividades produtivas a fim de assegurar a geração de riquezas materiais e controlar as crises do capital. Para tanto, era preciso também circunscrever a resistência operária à nova ordem da acumulação. O Estado, ao exercer a função de regulador das relações entre capital e trabalho, inseriu uma série de reivindicações trabalhistas, introduzindo a negociação coletiva entre trabalhadores e empresários, através do reconhecimento dos sindicatos como representantes legítimos dos trabalhadores. Um dos pontos fundamentais do compromisso de classes relacionava-se ao fato de que o incremento da produtividade do trabalho e os aumentos salariais deveriam ser ajustados de forma a não permitir crises de subconsumo (AGLIETTA, 2000; BIHR, 1998).

¹Docente da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Brasil. Pesquisadora CNPq/PQ. e-mail: fabiane.previtati@gmail.com

² Professor da Universidade de Uberaba – UNIUBE, Brasil. Doutor em Educação. Pós-Doutorando em Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. FE/USP. Supervisor: Afrânio M. Catani. e-mail: cilsoncf@gmail.com

Bihl (1998) argumenta que foi o êxito da vertente reformista, socialdemocrata, no movimento sindical que, ao negar a luta revolucionária pelo socialismo, aceitou as bases de um “compromisso de classes” intermediado e regulado pelo Estado. A vertente reformista era composta, não mais pelos mestres artesãos, oficiais e, em geral, trabalhadores qualificados, mas pela nova geração de trabalhadores formados na fábrica taylorista–fordista, o operário massa. É esse trabalhador que constrói a vertente socialdemocrata do movimento sindical.

A vertente socialdemocrata do movimento operário começou a se destacar, adotando o discurso da legalidade e do desenvolvimentismo do Estado–Nação, sendo impregnado pelo “fetichismo do Estado”³, num período que as lutas trabalhistas pela emancipação do capital estavam sendo derrotadas em vários países. O movimento operário começou a renunciar à luta revolucionária, ao mesmo tempo em que aceitou discutir a dominação capitalista nos termos de um compromisso. “[...] é a perspectiva de sair da miséria, da instabilidade, da incerteza do futuro e da opressão desenfreada, que basicamente caracterizaram até aquele momento a condição proletária [...]” (BIHR, 1998, p. 38).

A educação escolar teve um papel importantíssimo nesse processo de construção do novo trabalhador. As escolas, através de reformadores inspirados no mundo empresarial, importaram os princípios e as normas de organização fabril, fundados no taylorismo e fordismo para as salas de aula. Este processo teve lugar primeiramente e, sobretudo nos Estados Unidos, estendendo-se por todos os países em maior ou menor grau dadas as correlações das forças sociais e suas resistências. Mas, de maneira geral, assumiam-se nas escolas as teorias educacionais nascidas em consonância com a difusão do novo sistema capitalista mundial. Não que a escola tivesse sido criada para esse propósito naquele momento. No entanto, como ressalta Enguita (1989, p. 114), ela estava ali e se poderia tirar bom proveito dela para a “construção moral de uma obediência e disciplina da fábrica”.

Em verdade, os trabalhadores artesãos e os primeiros operários possuíam uma rede formal e informal de formação e capacitação profissional nas escolas de iniciativa popular, no âmbito das sociedades operárias e dos ateneus. Segundo Enguita (1989), parte do movimento operário depositou nessas formas de aprendizado suas esperanças de acompanhar o ritmo do progresso e melhorar sua posição social e política frente as classes dominantes. Outra parte, a vertente revolucionária do movimento reivindicava uma escola para os trabalhadores financiada, mas não gestada pelo Estado. Foi a derrota dos movimentos operários revolucionários e a ascensão da via reformista socialdemocrata que possibilitou a institucionalização da escola nos moldes essencialmente burgueses. O desenvolvimento da instituição escolar, gratuita e no âmbito das políticas sociais do Estado de Bem–Estar passa a incluir a obrigatoriedade do ensino, proporciona o aumento da escolaridade e desenvolvimento das modalidades de ensino técnico e profissional, se colocando como uma das principais características da

³ O fetiche do Estado representa a crença da classe trabalhadora na neutralidade do Estado no que tange as relações entre trabalho e capital. Para mais detalhes, ver Bihl (1998).

evolução da sociedade industrial burguesa na segunda metade do século XX (PROST, 1985).

Cumprê-se esclarecer que na sociedade capitalista dividida em classes, o Estado assume a função de impulsionar a política econômica, tendo em vista a consolidação e a expansão do capital, favorecendo interesses da classe burguesa, personificação do capitalismo (MÉSZÁROS, 2010). O capitalismo é um sistema econômico, político e social e ideológico fundado no valor, nas trocas de mercadorias e exige uma formação política que é o Estado, cujas primeiras expressões datam do século XVI sob a origem do Estado Moderno (WOOD, 1999). É por necessidade que o capitalismo se articula e se consolida como uma estrutura de mando, implicando uma correlação entre economia e política (MÉSZÁROS, 2010). Portanto, o Estado é formado a partir das relações sociais de produção, sendo elemento constituinte da sociedade na dinâmica das lutas de classe, transformando-se na dinâmica dessa luta. A forma social-política do Estado de Bem-Estar Social, assim como o Estado Neoliberal em fins do século XX são expressões das lutas de classe pelo controle social do trabalho na sociedade burguesa.

O Estado de Bem-Estar Social não acabou com a luta de classes, mas circunscreveu-a aos limites de um compromisso que implicou na aceitação, por parte da classe trabalhadora, em sua fração mais hegemônica, o operariado-massa, de um conjunto de transformações na organização do trabalho, tais como: a separação entre concepção e execução do trabalho, a divisão das tarefas, o controle dos tempos e movimentos pela gerência, a fixação em um posto de trabalho, a subsunção à técnica⁴, em troca da garantia de seus interesses de classe mais imediatos, relativos à sua seguridade social.

No que concerne à classe burguesa, esta se viu obrigada a renunciar ao liberalismo de classe e conformar-se às políticas intervencionistas do Estado. Ou seja, com o fracasso dos governos liberais em conter a crise ao longo das décadas de 1920 e 1930, vários intelectuais e políticos passaram a considerar o intervencionismo estatal como forma de regular a economia e disciplinar as relações de trabalho. A Grande Depressão dos anos 1920 e 1930 demonstrou às classes capitalistas que o regime de acumulação fundamentado em princípios tayloristas-fordistas de organização do processo produtivo somente seria viável se houvesse uma profunda mudança na relação salarial, envolvendo todas as condições econômicas, sociais e político-jurídicas, visando a uma nova forma de regulação. É importante destacar ainda o esforço de mobilização durante a Segunda Guerra Mundial, que implicou na redução da resistência, tanto por parte dos trabalhadores quanto por parte dos capitalistas, sobre o processo de racionalização do trabalho e de regulação através do Estado.

Destaca-se que os pressupostos do Estado de Bem-Estar Social em nenhum momento contrariaram os interesses do capital. Ao contrário, significaram uma estratégia de recuperação da acumulação diante da crise de acumulação que se apresentava e da necessidade de contenção das lutas da classe trabalhadora pelo socialismo. Ele

⁴ Lembremos a determinação do ritmo do trabalho pela introdução da esteira rolante no processo produtivo por Henry Ford. Para mais detalhes, ver Braverman (1998).

significou a dominação político-jurídica do capitalismo para assegurar a expansão das práticas tayloristas e da produção em massa nos países centrais. Daí o seu caráter conservador, posto que visou a manutenção da ordem estabelecida.

Vale dizer que também os países economicamente periféricos da América Latina foram sendo integrados à nova ordem de acumulação, porém de forma subalterna, exercendo a função não apenas de exportadores de matérias-primas, mas agora também de produtos industrializados. Nesse contexto, o binômio taylorismo-fordismo que se desenvolve nesses países, em particular o Brasil, assume um caráter de “fordismo periférico” (LIPIETZ, 1988) dadas as suas características particulares. Uma dessas características diz respeito a ausência de um sindicalismo autônomo, reconhecido pela sociedade, com condições de estabelecer negociações e compromissos com a burguesia nacional intermediado pelo Estado. Na verdade, o nascente sindicalismo brasileiro nos anos 1930, em uma economia ainda predominantemente agrária, foi marcado pelo seu atrelamento ao Estado, junto ao Ministério do Trabalho, por meio do imposto sindical que lhes impossibilitava uma ação autônoma. Getúlio Vargas (1930-1945), ao instituir as leis trabalhistas através da criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)⁵ em 1943, as apresenta como uma dádiva do governo aos trabalhadores e não como uma conquista de direitos relacionados à luta sindical.

O controle dos sindicatos durante o governo Vargas e posteriormente no Regime Militar (1964-1982) foi fundamental para que a produção em massa se desenvolvesse sob níveis altíssimos de exploração do trabalho e muito distante da conformação do Estado de Bem-Estar Social com políticas públicas universais presentes nos países economicamente centrais. Antunes (2011, p. 22) afirma que:

[...] na América Latina, esse caminho para o mundo industrial sempre se realizou de modo tardio (ou mesmo hipertardio) quando comparado aos processos vivenciados pelos países de capitalismo hegemônico [...] e sustentado em um enorme processo de superexploração do trabalho.

O Estado de Bem-Estar Social atingiu seu apogeu durante a década de 1950. Nesse período já se encontrava superada a fase de reconstrução da capacidade produtiva do pós-guerra e consolidava-se o padrão de produção e consumo com base nas vantagens das economias de escala e na utilização de uma força de trabalho altamente especializada. Porém, na década de 1970, a sua estabilidade e hegemonia começaram a dar sinais de crise. Os traços mais evidentes foram:

- a) a queda na taxa de lucro, dada, em grande medida pelo aumento do valor da força de trabalho;
- b) a combatividade do movimento operário que passa a reivindicar mudanças na forma do controle do trabalho e não apenas aumentos salariais;

⁵ A CLT teve repercussão inicial restrita ao regulamentar inicialmente o trabalho urbano, num contexto em que a maior parte da população ainda era rural. Mas essa estratégia fez parte da forma pela qual as leis foram instituídas: um acordo do Estado com a burguesia agrária e industrial. Dentre os direitos consolidados, estava a limitação de oito horas de trabalho por dia, com direito a um descanso semanal de 24 horas consecutivas a semana de trabalho de 48 horas e as férias remuneradas. Para uma aprofundada discussão sobre os caminhos da construção do capitalismo industrial no Brasil, ver Fernandes (1976).

- c) os limites técnicos advindos da organização do trabalho no chão da fábrica, em função da impossibilidade de aumento da produtividade por meio do aprofundamento da divisão das tarefas;
- d) o acirramento da concorrência internacional, com o advento de economias emergentes como Japão, o que ameaçava os monopólios europeus e norte-americanos já constituídos;
- e) as novas tecnologias de informação de base microeletrônica que se impõem como nova forma de controle do trabalho.

Como resposta à crise, o capital iniciou, ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, um amplo processo de reestruturação que envolveu, por um lado, mudanças na esfera produtiva, com a introdução do toyotismo e das novas tecnologias de informação e de comunicação no processo de trabalho. Ao mesmo tempo, práticas de caráter neoliberal foram sendo adotadas de forma a alterar o sistema ideológico-político e jurídico de dominação burguesa. É preciso destacar que o desmoronamento da URSS e do Leste europeu ao final dos anos 1980 contribuiu significativamente para que as ideias neoliberais ganhassem grande impulso e dominassem o cenário político mundial uma vez que o “socialismo” havia sido derrotado.

Portanto, a crise do Estado de Bem-Estar tem como eixo central a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável. Para Antunes (2000), a crise que se instaurou ao final dos anos 1970 consiste em uma “expressão fenomênica” de uma crise estrutural do capital e aos seus determinantes estruturais, quais sejam: as taxas decrescentes do lucro, a resistência operária e a própria impossibilidade de controle do capital, enquanto um sistema de metabolismo societal orientado para a expansão e acumulação do capital. Para o autor, o quadro crítico que começa a aparecer no final da década de 1970 fez com que a classe burguesa engendrasse um processo de reestruturação produtiva e novos mecanismos de controle social sob a égide neoliberal que possibilitassem o desmonte dos direitos sociais e do movimento sindical.

2 – Neoliberalismo e Retrocesso dos Direitos Sociais: a gênese do Estado Gestor

O neoliberalismo, enquanto reação articulada da burguesia às dificuldades expansionistas e de acumulação do capital, passou a encontrar espaço efetivo nos anos 1990 em meio ao processo de globalização das empresas que, aproveitando-se das vantagens econômicas oferecidas por países e regiões, tais como impostos menores e grande quantidade de força de trabalho, buscavam novos espaços para auferirem maiores lucros (PREVITALI et al, 2012; PREVITALI; FAGIANI, 2014).

A globalização pode ser definida como a aceleração intensa dos processos de internacionalização e mundialização, inerentes ao capitalismo desde sua fase original nos séculos XV e XVI. A necessidade de expansão do capitalismo implicou em um processo de internacionalização dos países, visando à conquista de novos mercados. A expansão do capitalismo sofreu um relativo retrocesso ao longo da década de 1950, com a consolidação do padrão taylorista-fordista de acumulação na medida em que

este possibilitava – e até mesmo exigia – um crescimento regular do mercado interno. Com o esgotamento desse padrão de acumulação, o capital, por necessidade intrínseca, retoma o processo de internacionalização e inicia um movimento de globalização e transnacionalização, tanto em nível dos mercados quanto em nível da produção

Deve-se salientar que a globalização não leva o Estado–Nação ao declínio, mas recria as relações de poder e equilíbrio de forças entre as esferas pública e privada, na produção de mercadorias nacional e internacionalmente, nas relações entre os países. A globalização é intrínseca ao capitalismo enquanto modo de produção. Para Wood (1999), o Estado é o principal agente da globalização, pois, paralelamente à retração em várias de suas atividades, como nos setores produtivos e de serviços essenciais (saúde e educação), outras funções, como o favorecimento à livre circulação de capitais, são criadas para dar mobilidade ao capital ao mesmo tempo em que se limita a mobilidade dos trabalhadores, por exemplo, através das leis de imigração.

Como disse Marx (2007, p. 43), o capitalismo necessita de um mercado constantemente em expansão, o que impele a burguesia a invadir todo o globo e recriar os espaços de dominação.

[...] Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. Para a exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e são destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, por indústrias que não empregam matérias-primas autóctones, mas matérias-primas vindas das regiões mais distantes e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se, um intercâmbio universal e uma universal interdependência entre as nações. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se patrimônio comum. A estreiteza e unilateralidade nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis e das numerosas literaturas nacionais e locais nasce uma literatura universal.

Para Ianni (1996, p. 11):

A globalização expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória.

As teses liberalizantes no mundo globalizado, manifestas na centralidade do mercado concomitantemente ao declínio do Estado como regulador de direitos, engendram uma nova divisão internacional do trabalho via crescente concentração de capital sob o poder de empresas transnacionais, com nefastas consequências para o trabalho. Os princípios básicos do neoliberalismo podem ser assim elencados:

- a) Política de privatização de empresas estatais;
- b) Livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização;
- c) Abertura da economia para a entrada de multinacionais;
- d) Adoção de medidas contra o protecionismo econômico;
- e) Desburocratização do estado: leis e regras econômicas mais simplificadas para facilitar o funcionamento das atividades econômicas;
- f) Diminuição do tamanho do Estado, tornando-o mais eficiente;
- g) Posição contrária aos impostos e tributos excessivos;
- h) Aumento da produção, como objetivo básico para atingir o desenvolvimento econômico;
- i) Contra o controle de preços dos produtos e serviços por parte do Estado, ou seja, a lei da oferta e demanda é suficiente para regular os preços;
- j) A base da economia deve ser formada por empresas privadas;

Visando implementar esses pressupostos, os governos neoliberais destroem, através de intensa política de privatizações, serviços públicos como a saúde, a educação e a previdência social, criando espaços de acumulação para o setor privado em tempos de queda de lucratividade. A partir dos anos 1980, nos países economicamente centrais, e dos anos 1990 nos países periféricos, como o Brasil, o Estado promove a abertura dos mercados e libera o acesso do capital privado àquelas atividades tidas até então no âmbito do Estado de Bem-Estar Social, como de natureza pública e como um direito social.

Nesse sentido, o Estado não deixa de ser um agente regulador das relações econômicas, políticas e jurídicas na sociedade capitalista. O que muda é o foco da regulação que passa a ser a desregulamentação das relações entre trabalho e capital concomitantemente a abertura e garantia de novos caminhos para a acumulação do capital (PREVITALI; FAGIANI, 2014). O que se pode verificar no desenrolar das últimas décadas do século XX e início do século XXI é uma ainda brutal intervenção do Estado contra as conquistas das classes trabalhadoras. Direitos duramente conquistados pelos trabalhadores como o direito de greve, as férias remuneradas, as convenções coletivas de trabalho, assim como a seguridade social, estão sendo suprimidos e substituídos por contratos temporários e terceirizados em nome da competitividade global das empresas.

Destaca-se que os elementos da nova ordem de acumulação capitalista – ou da tal competitividade – ancora-se em relações laborais fundadas na flexibilidade e no uso intensivo das tecnologias informacionais e comunicacionais, nas exigências de maior escolarização e qualificação profissional, na redução expressiva do trabalho estável e contratado regularmente, concomitantemente ao aumento do emprego parcial, temporário, subcontratado. Esse processo tem implicado na globalização do trabalho precário por todos os países, inclusive na Europa Ocidental o que leva Antunes (2013)

a argumentar que a precarização atualmente é a regra e não a exceção na lógica de acumulação capitalista.

O trabalho precário é aquele que possui caráter involuntário, uma vez que os indivíduos são constrangidos a esse tipo de relação de emprego porque não têm outra escolha, pela ausência de emprego fixo, pelos baixos rendimentos majoritariamente, levando os trabalhadores a mais de uma relação de emprego, bem como pela redução ou mesmo ausência dos direitos sociais (DIOGO, 2010, ANTUNES, 2013).

Segundo Fagiani e Previtali (2014), em 2013, a média europeia de trabalho em regime parcial foi de 19,5%, sendo mais uma regra do que uma exceção na economia. Países como a Holanda, o emprego em tempo parcial chega a 50% do emprego total, o que significa que um em cada dois trabalhadores holandeses são empregados nesse tipo de regime de trabalho. Com taxas que ultrapassam a média europeia, estão também a Alemanha (26,2%), Áustria (25,7%), Reino Unido (25,5%), Dinamarca e Suécia (24,7%), Bélgica (24,3%), e Irlanda (23,5%). Entre os países com mais de 10% de emprego a tempo parcial estão Luxemburgo (18,7%), França (18,1%), Itália (17,7%) e Espanha (15,9%). Em Portugal a taxa de emprego em regime parcial foi de 10,9%. Segundo relatório da ILO (2014), o emprego informal representou aproximadamente 48% do mercado de trabalho global em 2013.

De acordo com os autores, entre os trabalhadores empregados mundialmente, 375 milhões ganham menos de US\$ 1,25 por dia. Ao mesmo tempo, a concentração de renda no mundo tem aumentado. Cerca de 10% da população mundial controla 86% dos ativos do planeta e os 70% mais pobres controlam apenas 3%. As 85 maiores fortunas do mundo somam US\$ 1,7 trilhão, a mesma renda de metade da população. Os 10 países mais ricos da Europa mantêm fortunas equivalentes a todos os pacotes de resgate aos países da região entre 2008 e 2010. Nos EUA, 95% do crescimento gerado após a crise de 2008 ficou nas mãos de 1% da população.

Para Huwens (2011), a nova divisão internacional do trabalho na globalização neoliberal possibilita a mudança no poder de negociação dos trabalhadores para com os empregadores, posto que esses últimos podem transferir trabalho entre regiões e nações, aproveitando-se de vantagens competitivas como menor regulamentação legal dos direitos trabalhistas, menores salários, mas com bons níveis educacionais.

Se o trabalho precário está em difusão pelos países centrais, nos países periféricos, caso do Brasil, o seu avanço é ainda mais severo dada a fragilidade das conquistas sociais de institucionalização dos direitos.

2.1 – A Reestruturação do Estado Brasileiro e os Impactos no Trabalho

A presença do Estado na dinâmica social brasileira começou a mudar de maneira significativa a partir do início dos anos 1980, em grande medida, em decorrência das pressões dos movimentos sociais que foram ocupando cada vez mais a cena política, com suas próprias lideranças, métodos de organização e ação. O processo de redemocratização⁶ foi marcado pela participação e controle social através da criação de conselhos, fóruns de discussão, elaboração participativa de políticas públicas nas instâncias do poder municipal, estadual e federal. Emergiu nesse período uma significativa onda de greves gerais nos setores privados, rurais e públicos. No final da década de 1980 havia 9.833 organizações sindicais no país, alcançando cerca de 15.972 na década seguinte (ANTUNES, 2011).

Assim, quando o ideário e a pragmática neoliberais viviam seu clímax com a derrota dos movimentos sindicais e a crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa e nos Estados Unidos nos anos 1980, no Brasil se assistiu uma ampla e expressiva expansão do sindicalismo e de manifestações grevistas nas mais diversas categorias, desde os metalúrgicos, passando pelo funcionalismo público, construção civil, trabalhadores do campo e variados setores assalariados médios, como professores, prestadores de serviços médicos⁷ (ANTUNES, 2011). Nos anos 1987/1988, rumaram à Brasília, para o Congresso Nacional, caravanas populares de organizações comunitárias e sindicais que buscavam uma participação ativa, radicalmente democrática, na construção da nova Constituição. Nesse processo, no que concerne à educação, a Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”, definiu em seu artigo 205 que a educação deve ser:

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, p. 123).

Entretendo, já ao final dos anos 1990, uma ducha de água fria caiu sobre os movimentos sindicais e movimentos sociais brasileiros quando começam a ser sentidos os efeitos do neoliberalismo à medida que o país foi sendo inserido no contexto da globalização. Pode-se dizer que o neoliberalismo começa no Brasil com a eleição de Collor de Melo em 1989. Mas foi no governo de Fernando Henrique Cardoso entre 1994 e 2002, quando houve a implementação de um amplo programa de reforma do Estado, que as políticas neoliberais foram aprofundadas e sistematizadas. Vale lembrar a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) em

⁶ A redemocratização ocorre com o fim do Regime Militar (1964–1982).

⁷ Em 21 de julho de 1983 ocorre a greve geral de 24 horas organizada pela Comissão Nacional Pró-CUT e que paralisou em todo o Brasil aproximadamente três milhões de trabalhadores de importantes categorias, como: metalúrgicos, bancários metroviários, comerciários e servidores públicos. Ocorreram manifestações nas principais capitais e regiões metropolitanas, com passeatas, arrastões e piquetes. O governo militar reprimiu duramente o movimento, intervindo nos sindicatos, cassando dirigentes e prendendo os trabalhadores. Consultar Centro de Documentação e Memória da CUT – CEDOC, Cronologia das Lutas. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/>.

1995, pelo então Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira sob explícita influência da reforma do Estado implementada na Inglaterra.

Aliando-se e subordinando-se aos interesses dos capitais internacionais, a burguesia nacional, através do Estado, insere o Brasil de forma ainda mais subordinada e dependente na globalização neoliberal ditada pelos países centrais. Pressionado pelo grande capital privado transnacional, principalmente a partir da década de 1990, o país passou a viver um processo de desregulamentação, de avanço de políticas de privatizações e de liberalização monetária.

A reestruturação do Estado no Brasil assentou-se nos relatórios e diagnósticos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Tais organizações, em particular o FMI, propuseram o aumento da desregulação, a diminuição da burocracia do Estado e a redução das suas contas e orçamentos como receita para estancar as crises econômicas, assim como as crises dos sistemas públicos de educação, saúde e de proteção social (GRANEMANN, 2008).

Através desse receituário, as instituições credoras promoveram a difusão e adoção dos componentes centrais da chamada Nova Gestão do Estado (HOOD, 1995) ou gerencialismo (CLARKE; NEWMAN, 1997). Para Clarke e Newman (1997), o gerencialismo deve ser entendido como um conjunto de elementos culturais e ideológicos que vão se tornando hegemônicos a partir da crise dos anos 1970 e tem como resultado um profundo reordenamento na esfera político-jurídica de regulação social, marcado pelo aparecimento da política da Nova Direita sob o comando de Margaret Thatcher (1979-1992) e John Major (1992-1997) na Grã-Bretanha e pelo governo de Reagan 1981-1989 nos EUA.

Fundado numa nova prática e num novo discurso ou linguagem, esse modelo de gestão centra-se na ideia de liberar. Assim, propõe *liberar* as forças do mercado do controle do Estado; *liberar* o consumidor da carga de impostos e, por fim, reduzir o tamanho do Estado. Vale lembrar que a linguagem não é neutra e, portanto, o discurso assume um papel importante dentre outros recursos empregados por aqueles interessados em expandir e consolidar a nova ordem neoliberal. Palavras como “transparência”, “eficiência”, “flexibilidade”, “qualidade” e “qualificação” tornam-se predominantes nos discursos oficiais e nos meios de comunicação.

Sob a ideologia gerencialista, mesmo onde os serviços públicos não sejam totalmente privatizados, exige-se que tenham um desempenho *como se* estivessem em um mercado competitivo e se tornassem *semelhantes a negócio*. HOOD, 1995; CLARKE; NEWMAN, 1997). A consequência é a introdução e difusão de uma nova lógica de tomada de decisão que privilegia a economia e eficiência acima dos direitos democraticamente constituídos.

Carvalho (2006) elenca os seguintes elementos que compõem a racionalidade gerencialista no Estado neoliberal:

a) A ênfase no controle financeiro, em que se procura aumentar os ganhos de eficiência, traduzidos na noção de ‘fazer mais com menos’, e aumentar o valor do dinheiro,

desenvolvendo-se, para tal, sistemas de informação mais elaborados de monitorização e de controle de custos;

- b) A gestão pela hierarquia, sustentada numa forma de trabalhar de comando e controle direto e vertical, na definição de objetivos claros e na avaliação de desempenho, aspectos que correspondem ao aumento do poder da gestão de topo;
- c) A orientação para uma cultura de auditoria, tanto financeira como profissional, com ênfase em métodos de avaliação de desempenho mais transparentes, baseados no *benchmarking*, e no estabelecimento de protocolos de desempenho profissional;
- d) A valorização da responsabilidade do prestador perante o consumidor, acompanhada de uma crescente importância atribuída ao papel reservado aos prestadores do setor não público e da ênfase na orientação para o consumidor;
- e) A desregulação do mercado de trabalho, acompanhada da erosão dos acordos coletivos e do crescimento de acordos individuais, baseados em contratos em curto prazo, e no aumento do *turnover* nas posições de topo;
- f) Os constrangimentos na auto-regulação das profissões, que produzem alterações no poder profissional, com o deslocamento deste poder para a área da gestão e/ou o aumento de papéis de gestão desempenhados pelos profissionais;
- g) O desenvolvimento de formas de gestão menos burocráticas e mais empreendedoras;
- h) A instalação de novas formas de governo e gestão assentadas na marginalização dos representantes eleitos.

Embora chame a atenção para as particularidades dos países membros da OCDE, Hood (1995) identifica a nova realidade da gestão pública em todos os países do globo a partir de sete dimensões de mudanças, quais sejam:

- a) Profissionalização da gestão nas organizações públicas;
- b) Medidas explícitas e quantificadas de desempenho;
- c) Ênfase no controle dos resultados;
- d) Desagregação das unidades;
- e) Tendência para aumentar a competição;
- f) Insistência em estilos e práticas de gestão privada;
- g) Ênfase em maior disciplina e parcimónia na utilização dos recursos.

Sob a condução do projeto político neoliberal e do Estado Gestor é que a burguesia nacional implementa a reestruturação produtiva no Brasil. O cenário de ataques às instituições públicas e ao Estado e a defesa da globalização pela classe burguesa em apoio ao capital internacional, implicou em massiva privatização das empresas públicas, com destaque para as telecomunicações, os bancos e/ou reorganização dos serviços públicos à luz da lógica gerencial privada como parte das exigências dos acordos financeiros internacionais.

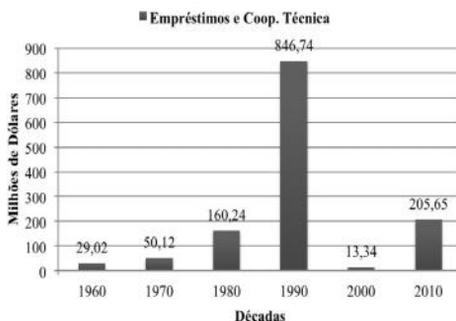
Fagiani (2016) chama a atenção para a relação do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Em ação conjunta com o governo brasileiro, em seus três níveis, municipal, estadual e nacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID) tem como estratégia o desenvolvimento, por meio do setor privado, dos diferentes setores econômicos e sociais, tais como os de desenvolvimento rural e urbano, a saúde, a educação, a modernização do estado, o transporte e o comércio, entre outros. O autor destaca o documento do BID em 2012 que traz as estratégias de ação do banco com o Brasil:

[...] A estratégia reflete as prioridades compartilhadas entre o Governo (PPA) e o Grupo BID (GCI-9) e estabelece um equilíbrio entre a definição de seis grandes objetivos estratégicos: (i) estimular a inclusão social e produtiva; (ii) melhorar as condições de infraestrutura no país; (iii) fomentar o desenvolvimento de cidades sustentáveis; (iv) aprimorar a capacidade institucional dos entes públicos; (v) incrementar a gestão sustentável de recursos naturais e as ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas; e (vi) promover o desenvolvimento por meio do setor privado. O Banco atuará com os três níveis de governo, com ênfase nos subnacionais. (FAGIANI, 2016, p. 1).

Segundo o autor, o BID tem sido o principal credor internacional para o setor público do Brasil. Dados do banco até 2012 mostram que os empréstimos em execução totalizavam 105 operações de crédito com um montante de 8.56 bilhões de dólares aprovados. Na década de 1990, auge da reorganização neoliberal, pode-se verificar um salto histórico de volume de dinheiro nas relações de empréstimos e cooperação técnica na área da educação entre o governo brasileiro e o Banco (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Volume de dinheiro envolvido em empréstimos e cooperação técnica para o Brasil tomados ao BID no período: 1960 – 2010, na Área da Educação



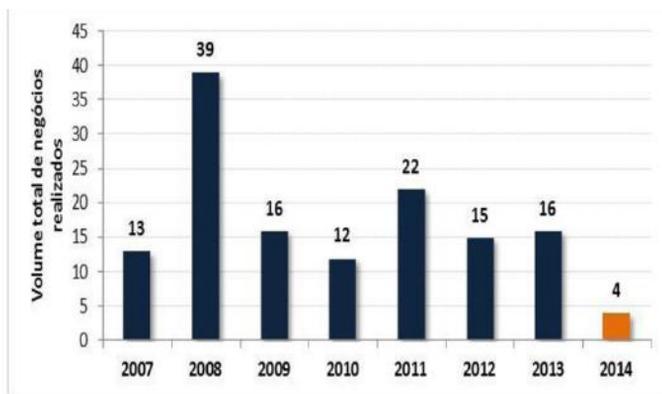
Fonte: FAGIANI, 2016.

Ainda na década de 1990 o Estado implementou a Reforma da Educação Profissional, em consonância com as recomendações do BID, cujo discurso vinculava a necessidade de adequação da educação às transformações que ocorriam nos setores produtivos e de serviços mediante a difusão das novas formas de organização do trabalho e a introdução de novas tecnologias de informação e comunicação. Surgem também nesse período o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Para Fagiani (2016), a reforma objetivava oferecer aos jovens da classe trabalhadora uma formação educacional voltada às atividades laborais, mais práticas e menos teóricas, sob o discurso ideológico falso de garantia de emprego para esses jovens em condições de vulnerabilidade. Os incentivos ao ensino profissional ao longo do século XXI com a inclusão oficial desta modalidade de ensino na Educação Básica culminando com a criação de outro programa, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o que implicou na elevação dos números de matrículas nos cursos profissionais de ensino técnico de nível médio tanto nas escolas públicas como privadas (FAGIANI, 2016).

Ao mesmo tempo em que o setor público educacional sofre um processo de reestruturação mediante adequação às políticas educacionais com clara ênfase ao ensino profissional na educação pública, observa-se um crescimento do setor privado na educação, em particular superior, a qual passa ser visto como um nicho de negócios pelos capitalistas. O país vem atraindo massivamente capital internacional nessa área, especialmente a partir da década de 2000. Em 2005, ocorreu o primeiro caso relevante de fusão e aquisição entre Instituições de Ensino Superior Privadas no Brasil, com a compra de 51% das ações da Universidade Anhembimorumbi pelo grupo norte-americano Laureate Inc. Em 2007, as instituições foram a Anhanguera, a Estácio, a Kroton e a SEB. Em 2009 entram os fundos de investimento *Advent International* e *Cartesian Capital Group*, a Kroton, os Grupos Anima, Campos de Andrade, UNIESP e UNOESC. O volume de negócios pode ser observado no Gráfico 2, com destaque para o ano de 2008, no qual foram realizadas 39 transações econômicas. Importa lembrar que no Brasil, 78% dos estudantes matriculados em cursos superiores estão nas instituições privadas e pertencem aos grupos sociais mais precarizados da classe trabalhadora.

Gráfico 2 – Fusões e aquisições de IES no período de 2007–2014



Fonte: Previtali, 2016.

Fonte Original: CM Consultoria, 2014

Na década de 2000, nas eleições de 2002, a vitória de Luís Inácio da Silva (Lula) e do Partido dos Trabalhadores (PT) tiveram um significado simbólico e real muito expressivo, pois, pela primeira vez na história do Brasil houve um governo proveniente da classe trabalhadora. No entanto, o governo de Lula, não obteve êxito em promover mudanças econômicas e sociais estruturais que implicassem na alteração substancial da relação subordinada e dependente do país aos capitais internacionais, ainda que tenha avançado nas políticas de redução da desigualdade social e da pobreza. A política de expansão do ensino superior se público foi acompanhada se fez com significativo apoio do governo à educação superior que destinava recursos públicos através de programas de bolsas aos estudantes. Dessa forma, pode-se afirmar que, mais uma vez, a burguesia nacional e internacional apoiou-se do Estado, através do repasse de recursos públicos aos seus negócios privados.

Em 2016, após o golpe contra o Governo Dilma, que sucede a Lula na presidência da República, o governo Michel Temer vem buscando impor a reestruturação da educação, com ênfase no ensino médio, dando-lhe um caráter mais técnico e profissionalizante. Sabe-se muito bem quais as implicações: a reestruturação se fará fortemente sobre as escolas públicas, onde estão os estudantes jovens da classe trabalhadora. Com a reforma do ensino médio, tem-se, portanto, a manutenção da histórica educação dual no Brasil pela qual institucionaliza-se uma educação para a classe trabalhadora, voltada para o mercado de trabalho e outra para as elites, formadora de dirigentes. As reformas educacionais, portanto, visam mais a “formar” força de trabalho adaptada para o mercado do que garantir a qualidade da educação básica ou superior.

Conclusão

Diante do exposto acima, tem-se atualmente a necessidade da crítica radical do Estado. É fundamental para a construção de um projeto processo de transformação das sociedades capitalistas recolocá-lo como alvo na luta política dos trabalhadores. É urgente a difusão das teses que afirmam ser o processo de globalização e a ascensão do Estado neoliberal intrínsecos a uma dada forma de sociabilidade humana constituída historicamente nas relações sociais de produção e alicerçada na produção do valor. Torna-se premente também demonstrar que a ideologia neoliberal, apregoando a disjunção entre economia e política, busca favorecer o ocultamento da exploração do trabalho pelo capital como a fonte real de riqueza, fundando-se no fetiche da neutralidade do Estado.

O capital continua sendo uma forma econômica-social competitiva que se dedica à produção generalizada de mercadorias que conduz à destruição da sociabilidade humana e dos recursos naturais. A tendência ao decréscimo nas taxas de lucro e a necessidade de explorar mais o trabalho impelem o capital à globalização. A globalização neoliberal implica na precarização das condições de emprego, bem como na fragmentação da classe trabalhadora, contribuindo fortemente para o esfacelamento da organização política dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se torna fundamental a construção coletiva de novas práticas de resistência.

As mudanças na forma Estado no capitalismo remetem à análise do processo de trabalho naquilo que é fundamental à organização societal, isto é: o controle efetivo do que produzir, como e para quem, portanto, à luta de classes pelo controle social do trabalho e sua correspondente forma política, o Estado.

Nesse contexto, a educação atravessa um momento crítico no Brasil. É relevante observar o interesse e a influência de poderosos organismos econômicos internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE na elaboração das políticas públicas voltadas para a educação no Brasil, sempre com o pretexto de ampliar a sua “eficiência” e a qualificação dos trabalhadores. Sob o manto de neutralidade tais instituições procuram balizar ações do governo estatais com o intuito de modificar currículos escolares e metodologias de ensino conforme interesses e demandas das burguesias nacional e internacional.

Lembrando Braverman (1998), a valorização da qualificação está sempre atrelada às necessidades momentâneas do mercado e não a apropriação de algum ofício, e, mais ainda, não traz nenhuma garantia de emprego para o trabalhador. Para o autor, trabalho qualificado/complexo vale como trabalho superior ao desqualificado/simples porque é a exteriorização da força de trabalho na qual entram os custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho, e por isto tem valor mais elevado. Se o valor desta força de trabalho é superior, ela se objetiva, nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos.

Há, portanto, um vínculo estreito entre as reformas educacionais pautadas por pressupostos do neoliberalismo e o modelo econômico de produção capitalista que tem se delineado neste início de século. Assim, almejar uma nova educação que possibilite reflexão crítica e emancipação dos sujeitos sociais significa pensar uma sociedade para além do capital.

Referências

AGLIETTA, M. Shareholder value and corporate governance: some tricky questions. **Economy and Society**. Vol, 29. N. 1. 2000. P: 146–159.

ANTUNES, R. A Classe Trabalhadora Hoje E A Nova Morfologia Do Trabalho Informalidade, Infoproletariado, Imaterialidade E Valor. In: VARELA, R. (coord). **A Segurança Social é Sustentável**. Lisboa: Bertrand editora. 2013. p. 337–362.

_____. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo. 2011.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo. 2000.

BIHR, A. **Da Grande Noite à Alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo. 1998.

BOYER, R. Os modos de regulação na época do capitalismo globalizado: depois do boom, a crise? In: FLORI, J. L. et al. (org). **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

- BRAVEMAN, H. **Labor and monopoly capital: the degradation of work in the twentieth century**. New York: Monthly Review Press. 1998.
- CARVALHO, M. T. G. **A Nova Gestão Pública, as reformas no sector da saúde e os profissionais de enfermagem com funções de gestão em Portugal**. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Secção Autónoma de Ciências Sociais Jurídicas e Políticas. 2006.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA CUT – CEDOC. **Cronologia das Lutas**. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/>. Acesso em 10 de Jan. 2017.
- CLARKE, J.; NEWMAN, J. **The Managerial State: power, politics and ideology in the remaking of social welfare**. London: Sage. 1997.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/526716/CF88_EC95_livro.pdf. Acesso em 10. Jan. 2017.
- DIOGO, F. Precários Voláteis e Trajectórias de Emprego em Carrossel, o Caso dos Beneficiários do RSI. **Forum Sociológico** [Online]. 2012. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/90> Acesso 10. 11. 2014.
- ENGUITA, M. F. **A Face Oculta Da Escola: Educação E Trabalho No Capitalismo**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas. 1989.
- FAGIANI, C. C.; PREVITALI, F. S. A nova configuração da classe trabalhadora no século XXI: qualificação e precarização. **Revista Ciências do Trabalho**. N. 3. 2014. P. 53 – 67. Disponível em: <http://rct.dieese.org.br/rct/index.php/rct/article/view/47/pdf>. Acesso em 27. Abr. 2016.
- FAGIANI, C. C. Tese Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. 2016.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976.
- GRANEMANN, S. **Fundações Estatais: Projeto De Estado Do Capital**. 2008.
Disponível em: <http://dceufpr.files.wordpress.com/2008/08/fundacoes-sara-granemann.pdf>. Acesso 15. abr. 2014.
- HARVEY, D **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2011.
- HOOD, C The “New Public Management” in the 1980s: Variations on a theme. **Accounting, Organizations and Society**. Vol. 20, No. 2/3. 1995. P. 93–109.
- HUWS, U. Mundo Material: o mito da economia imaterial. **Mediações**. Londrina. V. 16, N.1, Jan./Jun. 2011. P. 24–54.
- IANNI, O. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Global Employment Trends**

(2014). 2014. Available at: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_233953.pdf . [Accessed 16. 01. 2014].

LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel. 1988.

MARX, K; ENGLÉS, F. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo. 2007.

MASCARO, A. L. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo. 2013.

MÉSZÁROS, I. **A Educação Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2010.

PREVITALI, F. S. et al. Globalização, Relações Interfirmas e Trabalho no Século XXI. **História & Perspectivas**. Uberlândia. N. 46. jan./jun. 2012. P: 181–208.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C. C. Trabalho E Educação Na Nova Ordem Capitalista: inovação técnica, qualificação e precarização. In: **XII Jornada do HISTEDBR: A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira**, 2014, Caxias – MA. UFMA, 2014. v. 1. p. 642–661.

PROST, A. **História da Vida Privada: da Primeira Guerra até os nossos dias**. Vol. 5. São Paulo/Inglaterra: Pinguim/Cia das Letras. 1985.

WOOD, E. **The Origin of Capitalism**. New York: Monthly Review Press. 1999.

A GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL DO PETRÓLEO E O GOLPE PARLAMENTAR NO BRASIL*

Carlos Lucena¹

Lurdes Lucena²

Robson Luiz de França³

A Petrobras vive uma crise sem precedentes na segunda década do século XXI. Ela se explica em um complexo processo geopolítico de conflitos e disputas que objetiva o controle da indústria do petróleo em âmbito internacional, condição essencial para a manutenção da hegemonia dos países centrais sobre os periféricos nas próximas décadas.

O Brasil passa por um período político conturbado em termos político e econômico acompanhado por um forte processo recessivo econômico com graves desdobramentos sociais. O crescimento da dívida pública, da inflação e as medidas governamentais para a estabilização da economia baseadas na "Escola de Chicago" elevam o isolamento governamental, pondo em risco a própria governabilidade do Brasil. As críticas ocorrem em segmentos distintos da sociedade. Por um lado, setores vinculados a frações de classe burguesa fomentam o processo de crise constante, difundindo a incapacidade governamental para retirar o Brasil do processo recessivo e, por outro, parcela dos movimentos sociais e partidos de esquerda insatisfeitos com a dependência governamental às formas acumulativas do capital em sua forma financeira.

A "Operação Lava-Jato" acirra o conturbado processo político em curso no Brasil. Ela constitui em uma operação investigatória desenvolvida pelo Ministério Público da União e a Polícia Federal Brasileira para denunciar processos de corrupção inerentes a políticos e empresários de empresas brasileiras. As denúncias formuladas pelo Ministério Público Federal e julgadas pela Justiça Federal apontam para a existência de um amplo processo de desvio e lavagem de bilhões de dólares junto a contratos vinculados à Petrobras para financiar a campanha eleitoral de partidos políticos em troca de favorecimento de empresas empreiteiras em processos de licitação de

*A primeira versão deste capítulo foi publicado em artigo científico na Revista História e Perspectivas, volume 29, número 55, no ano de 2016, intitulado como a resistência petroleira e a privatização do pré-sal no Brasil

¹ Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Pós-doutor em Educação pela Ufscar. Bolsista de Produtividade e Pesquisa 2 do CNPQ. Professor Associado III do PPGED/Faced/UFU, Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação. Pesquisador do Histedbr GT Uberlândia

² Doutora em Educação pelo PPGED/Faced/UFU. Professora da Esamc e da Unipac Uberlândia. Pesquisadora do Histedbr GT Uberlândia

³ Doutor em Educação pela Unesp. Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Associado IV do PPGED/Faced/UFU, Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação. Pesquisador do Histedbr GT Uberlândia

contratos com a Empresa Estatal. A Polícia Federal estima que o prejuízo causado à Petrobras aproxima-se à ordem de U\$\$ 5,53 bilhões.

Embasados pelo entendimento epistêmico manifesto nas contradições manifestas na mediação entre o particular e o geral, demonstraremos que a crise na Petrobras não se explica apenas em âmbito nacional expressando embates geopolíticos manifestos por forças políticas transnacionais que dele podem se beneficiar.

Os conflitos internacionais sobre o controle da exploração do petróleo no Brasil não são novos. As disputas no setor petrolífero produtivo brasileiro retratam a continuidade dos desdobramentos econômicos e políticos internacionais oriundos do século XX, cujos contornos tornaram-se drásticos com a queda do Sistema de Bretton Woods e as crises do petróleo nos anos 70 e 80, implicando em um amplo processo de reestruturação das economias e Estados na periferia do capitalismo.

Os anos 80 e 90 do século XX marcaram a reestruturação da economia e política brasileira orientada pelos princípios do Plano Brady voltado ao ajuste econômico nacional para a elevação do superávit primário para garantir o pagamento dos juros da dívida externa aos banqueiros internacionais. Esse plano, capitaneado pelo Fundo Monetário Internacional, implicou em uma alternativa viabilizada aos países periféricos, motivada, principalmente, após a falência do Plano Baker, à elevação do prazo de pagamento dos juros da dívida externa devida aos banqueiros internacionais e a criação de títulos da dívida a serem comercializados no mercado internacional.

A condição exigida para a participação foi que os países periféricos deveriam promover reestruturações em suas economias, redefinindo a atuação dos próprios Estados Nacionais, privatizações de empresas estatais rentáveis, quebra de monopólios produtivos e abertura do mercado nacional aos interesses transnacionais.

Essa ação se insere no entendimento ao qual a estabilidade econômica na periferia do capitalismo é condição essencial para a estabilidade econômica dos países centrais. Marx em o "Livro Terceiro de O capital" demonstrou que a composição monetária dos Bancos Centrais dos países capitalistas é realizada por uma parcela privada e outra estatal, cuja redução de qualquer das parcelas afeta todo um sistema econômico de uma nação. Esta construção teórica é essencial para entender a relação dinâmica e mundializada entre o centro e a periferia do capitalismo. Na prática, o calote dos países periféricos no pagamento dos juros da dívida externa não afeta apenas o banco privado credor. A existência de um vínculo do banco privado com o Estado Nacional impacta em uma redução do volume da composição monetária do Banco Central do país de origem, desvalorizando a própria moeda nacional. Com a mundialização do capital, a crise na periferia impacta na crise nos países centrais. O Plano Brady se apresentou dentro dessa prerrogativa. Garantir a estabilidade econômica dos países periféricos para evitar a crise nos países centrais, mantendo intocáveis as formas produtivas do capital em sua forma financeira.

A assinatura do acordo pelo Brasil no ano de 1994 foi fundamental para a criação do Plano Real voltado à estabilização da economia brasileira. Apesar do forte apelo midiático enaltecendo a hegemonia e competência intelectual das frações de classe burguesa no governo do Brasil, o Plano Real não foi elaborado pela "genialidade" de nenhum segmento político brasileiro, mas sim a através da mera execução su-

mária dos princípios, diretrizes e receitas econômicas determinadas pelos formuladores da equipe econômica de Nicolas Brady e do Fundo Monetário Internacional.

O Plano Real mudou a economia brasileira. A promoção da estabilidade econômica sustentada pela valorização da moeda brasileira em relação ao dólar fundamentou o fetiche da excelência do setor privado sobre o setor público. Os resultados econômicos apresentados, legitimados por forte aprovação popular acompanhado pela “miopia” dos setores críticos nacionais em sua interpretação da dinâmica reprodutiva internacional da capital financeiro, diminuíram a resistência à ofensiva voltada ao enfraquecimento e privatização das empresas estatais, principalmente, os setores tecnológicos e produtivos centrais.

A submissão organizada ao FMI proporcionou que o Governo Federal remetesse ao Congresso Nacional cinco emendas alterando a ordem econômica na Constituição do Brasil visando ajustar a economia brasileira aos imperativos transnacionais e ao processo privatizante. Foram elas a quebra do Monopólio Estatal do Petróleo, das telecomunicações, da navegação de cabotagem, do gás canalizado e a eliminação da diferença constitucional entre empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras de capital estrangeiro.

Foi como resistência a esse processo que se desenvolveu a greve dos petroleiros de 1995. A paralisação afetou o consumo da população e das empresas aos derivados de petróleo. A escassez de combustíveis proporcionou a disseminação generalizada do pânico por parcela considerável da mídia brasileira reforçando que o Brasil não poderia ser refém de uma categoria profissional. O apelo midiático manifesto pela aparente neutralidade utilizou a greve contra os próprios petroleiros, exemplificando-a como a materialização da necessidade imperiosa de quebra do monopólio estatal do petróleo para garantir a demanda e reduzir os preços dos combustíveis. Ao mesmo tempo, legitimou a repressão governamental à greve contabilizando 47 demissões por justa causa e multas aos sindicatos de US\$ 28 milhões em razão da somatória dos dias de paralisação.

O desgaste midiático e o enfraquecimento conjuntural dos petroleiros facilitaram o avanço e aprovação das propostas governistas sem qualquer desgaste político. Sua votação ocorreu com forte pressão em favor da aprovação pela mídia brasileira. Com um Congresso Nacional extremamente fisiológico, cada votação transformava os gabinetes das lideranças governamentais em “balcões de negócios” voltados para atender aos anseios das bancadas de representantes de frações de classe burguesas nacionais e internacionais. Essa ação acabou por aprovar todas as propostas governistas sem um aprofundamento dos seus impactos no país. Com ampla maioria no Congresso Nacional e fundamentada pela hegemonia conservadora da não eficiência estatal para gerir o setor energético, foi aprovado a quebra do monopólio estatal do petróleo pela Petrobras acompanhado, através da Lei 9.478 de 1997, da criação da Agência Nacional do Petróleo – ANP – com responsabilidade de definir e regular o ramo petrolífero no país⁴.

⁴ Lucena, Carlos. Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil. Campinas, Autores Associados, Uberlândia, EDUFU, 2004.

A quebra do Monopólio Estatal do Petróleo mudou as relações entre o Estado brasileiro e a Petrobras. O Governo Federal, sustentado por princípios hayekianos relativos ao abandono definitivo de ações desenvolvimentistas em âmbito nacional, reduziu os investimentos na Estatal adotando ação contrária à tendência internacional de fusões e o fortalecimento de grandes grupos econômicos do setor petróleo, como o da British Petroleum com a Amoco, da Exxon (Esso) com a Mobil e da Texaco e a Shell nos EUA.

A redução de investimento governamental e o prejuízo acumulado de US\$ 4 bilhões em virtude da obrigatoriedade da Estatal vender de combustíveis a preços abaixo dos praticados no mercado para fomentar o setor petroquímico privado nacional justificaram a mudança radical no funcionamento da Estatal no mercado internacional através da instauração do sistema de concessão na segunda metade da década de 1990.

A Agência Nacional do Petróleo convidou grupos privados para participarem do investimento petrolífero no Brasil, através da criação de cotas distribuídas em grupos de 20 investidores, ao qual cada grupo investiria 3,39 milhões, totalizando US\$ 67,96 milhões. O objetivo foi conseguir um empréstimo de US\$ 631 milhões no mercado financeiro internacional ao qual somado ao capital privado consorciado, formaria um total de US\$ 698,96 milhões, equivalente a menos de um terço do investimento da estatal já realizado na ordem de US\$ 2,37 bilhões. A contrapartida aos grupos privados presentes no consórcio foi a garantia de participação de 30% dos lucros obtidos⁵.

O sistema de concessão possibilitou o acesso aos resultados de estudos e pesquisas realizados pela Petrobras a empresas petrolíferas privadas internacionais por meio de licitação feita pela ANP. O custo estipulado para o acesso aos resultados da pesquisa foi de US\$ 168,5 mil sendo que as empresas que quisessem adquirir os estudos relativos em apenas uma região petrolífera brasileira pagariam 10% do valor acima, ou seja, US\$16,85 mil⁶.

A reestruturação da Petrobras impactou na precarização das condições de trabalho dos petroleiros. No final dos anos 90 do século XX ocorreu um óbito a cada quinze dias nas plataformas e refinarias da Estatal. De acordo com Sevá e Gil (1996) somente entre os anos de 1998 e 1999 morreram 74 trabalhadores, sendo 59 em empresas terceirizadas na Petrobras. Esse valor correspondeu a quase um terço das mortes ocorridas em conflitos recentes no Oriente Médio entre palestinos e judeus no mesmo período.

O naufrágio da Plataforma P-36 a 1300 metros de profundidade no Oceano Atlântico na costa brasileira no ano de 2001 foi o ápice da precarização do trabalho dos petroleiros. A forte explosão que precedeu o naufrágio vitimou os integrantes da brigada de incêndio, sendo que apenas dois trabalhadores tiveram seus corpos recuperados.

⁵ Idem ao anterior.

⁶ Idem ao anterior.

Petroleiros mortos na explosão da Plataforma P-36 em 2001⁷



O poema abaixo produzido 11 anos após o acidente pela Senhora Marilena Souza, viúva do petroleiro Josevaldo Dias de Souza em ato público para lembrar o acidente realizado no aeroporto de Macaé retrata o amplo processo de precarização do trabalho que foram submetidos os petroleiros⁸.

Segurança Insegura
 Esta segurança tão insegura
 Que assusta, assalta e assassina
 Este progresso tão regresso

 Que agiganta, avança e manca
 O lema é conquistar
 Descobrir, perfurar e explorar
 Encobrir, esconder e mascarar

 Arriscar, emendar e assustar
 Mercandeam vidas
 Leiloam os poços
 Discutem políticas

 Terceirizam o que é nosso

⁷ Ferreira, Bruna Gonzaga da Silva; e outros. Estudo de Caso "Explosão na P-36". <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfhTUAG/estudo-caso-explosao-plataforma-p36>

⁸ Das onze famílias que perderam parentes na explosão da P-36, apenas duas puderam enterrar seus mortos. As outras nove tiveram de se conformar com o sobrevoos da área onde a plataforma afundou. A Petrobras considera impossível recuperar os corpos que estão submersos, devido à grande profundidade e ao tempo que já se passou desde o acidente.

<http://blog.tribunadonorte.com.br/abelhinha/81807>. Acesso dia 07/09/2015 às 22 horas.

É gente vinda de toda parte
 Nossos mares povoados pelas gentes
 Estrangeiros recebidos com festa

Nacionais ficam com o que resta
 Mais difícil controlar a VIDA
 Conter a morte que pede passagem
 É a busca pelo ouro negro

A insegurança encontra hospedagem
 Quanto a nós, aqui de novo estamos
 Nos encontrando por um motivo insano
 Onze anos, Onze vidas

Que de esquecer nos recusamos
 Nos perguntam o que queremos enfim
 Se a dor não nos dói
 Se constrangidos não ficamos

A nossa resposta é um Sim
 Dizemos Sim para o não esquecimento
 Dizemos Sim para este momento
 Pois não queremos que o tempo

Emudeça a nossa luta, enfraqueça o movimento
 A nossa luta é pela VIDA

A nossa briga contra a insegurança
 A nossa inimizade é contra a ganância

Que insaciável marcha, marca e mata
 Sem dar a VIDA a menor importância⁹.

1. O acirramento do cenário geopolítico do petróleo.

O sistema de concessão de exploração dos campos petrolíferos brasileiros às petrolíferas transnacionais sofreu grande revés a partir de 2003. O enfraquecimento e a perda da efetividade governamental no início dos anos 2000 acompanhada da derrota eleitoral no processo sucessório presidencial barraram o processo em questão inaugurando uma nova fase da indústria do petróleo no Brasil marcada pelo crescimento do investimento governamental na Petrobras¹⁰.

Com a elevação dos investimentos, a Estatal que até então obtivera um faturamento de R\$ 69 bilhões de reais em 2002 e um lucro líquido médio de R\$ 4,2 bilhões entre 1994 e 2002 saltou para R\$ 304 bilhões de reais no ano de 2014. Seu lucro

⁹ Marilena Sousa. Viúva do petroleiro Josevaldo Dias Sousa, uma das vítimas da P-36. <http://blog.tribunadonorte.com.br/abelhinha/81807>. Acesso dia 07/09/2015 às 22 horas.

¹⁰ Contudo, os acidentes do trabalho continuaram na Estatal. De acordo com dados obtidos pelo Sindicato dos petroleiros do Norte Fluminense até o final de 2010 morreram por acidente de trabalho 145 petroleiros em todo o Brasil, sendo 74 na bacia de Campos.

líquido médio entre 2003 a 2013 foi de R\$ 25 bilhões¹¹. Esses dados são fundamentais para a análise das mudanças na atuação da Petrobras. O crescimento de investimentos relacionado à elevação dos lucros líquidos e do faturamento da Estatal influenciado pela ruptura com o sistema de concessão fortaleceu a política internacional brasileira no explosivo cenário geopolítico do petróleo agravado pelos desdobramentos da crise econômica de 2008.

A instauração em 2008 de uma nova crise econômica em virtude da mundialização do capital foi implacável e afetou todo o planeta acirrando as disputas pelo controle das matérias primas e novos mercados como condição para a sua superação.

A crise teve sua gênese nas dificuldades domésticas estadunidenses em estabilizar o mercado imobiliário e financeiro. Os Estados Unidos passavam até então por um forte crescimento imobiliário em virtude da expansão do crédito em sua forma hipotecária, forma de transação comercial à qual a casa dos mutuários era exigida como garantia para o pagamento das dívidas adquiridas. Inicialmente, a elevação do crédito fez com que os preços dos imóveis disparassem, elevando o volume de negociações no setor. O fetichismo crescente no setor fomentou a ação dos mutuários em adquirir novos imóveis renovando seus empréstimos em valores maiores àqueles que já haviam obtido.

A disponibilidade irrestrita do crédito imobiliário cresceu de forma incontrôlada atingindo, inclusive o segmento "subprime" composto, segundo os bancos, por uma parcela de mutuários com menores garantias de quitação dos empréstimos. Tendo como referência a existência de crises cíclicas econômicas do capitalismo tal qual apontou Marx em "O capital" em que o apogeu anuncia a catástrofe e a catástrofe o apogeu, o crescimento irrestrito de crédito bancário materializou os fundamentos para a sua própria crise. A elevação da inadimplência fragilizou de forma gradativa a liquidez bancária inviabilizando um conjunto de ações financeiras adotadas para contornar os impactos da crise.

A tentativa dos bancos privados em venderem as hipotecas sob sua gestão para os bancos de investimento não surtiram os efeitos esperados. O agravamento da recessão econômica reduziu o volume de vendas e dos preços dos imóveis, inviabilizando a execução das hipotecas e a revenda dos imóveis alienados aos bancos como forma de quitar as dívidas dos mutuários. Esse processo afetou a liquidez dos bancos privados, consolidando a possibilidade concreta de falência generalizada, cujos desdobramentos atingiriam, sobremaneira, o próprio setor produtivo.

Isso se explica pela existência de um processo metabólico entre as formas produtivas do capital financeiro e o produtivo centrado na exploração do trabalho. Em outras palavras, os bancos emprestam dinheiro para as empresas investirem na produção. Esses novos investimentos possibilitam que as empresas elevem a produção, intensificando a elevação da mais-valia obtida sobre os trabalhadores. O crescimento da acumulação do capital produtivo possibilita que os homens de negócios devolvam o

¹¹ <http://jornalgn.com.br/blog/diogo-costa/algumas-consideracoes-sobre-as-acoes-da-petrobras-por-diogo-costa> Acesso dia 10 de janeiro de 2016.

dinheiro emprestado pelos bancos acrescido de juros garantindo a acumulação do capital também em sua forma bancária.

Com a fragilização da liquidez dos bancos, o processo metabólico reprodutivo do capital foi afetado com desdobramentos implacáveis tanto no interior como além das fronteiras estadunidenses. Internamente, a quebra do processo reprodutivo do capital proporcionou que a crise imobiliária atingisse toda a economia estadunidense, comprometendo a capacidade de financiamento dos bancos na produção e os próprios fundos de pensão nos EUA. Externamente, atingiu toda a economia mundial dada a centralidade dos Estados Unidos no mercado financeiro internacional. A crise nos bancos estadunidenses retraiu o oferecimento de crédito pelos bancos internacionais diminuindo o volume da produção e o comércio em boa parte do planeta¹².

A instauração de um processo recessivo em nível internacional foi acompanhada pelo crescimento da produção petrolífera no Oriente Médio – Líbia, Iraque e Arábia Saudita e em ambientes fora da OPEP, como os EUA, Brasil e Argentina. A dinâmica entre a redução da produção industrial e a elevação da extração de petróleo proporcionou a redução dos preços do barril do petróleo no mercado internacional agravada pela queda de demanda nas indústrias e segmentos dependentes deste componente energético.

Essa dinâmica aparentemente desconexa se explica essencialmente na construção gradativa de estratégias políticas para a superação da crise de 2008 visando garantir a centralidade na economia estadunidense independente dos impactos na periferia do capitalismo. O objetivo foi construir estratégias governamentais em âmbito nacional e internacional para proteger as empresas estadunidenses e garantir a pressão diplomática internacional na garantia dos seus interesses políticos. O endurecimento das ações diplomáticas dos Estados Unidos implicou em elevar sua influência política em diferentes regiões do planeta e enfraquecer o crescimento e expansão dos países rivais.

As negociações com a Arábia Saudita para a redução do preço do barril do petróleo no mercado internacional exemplificam a afirmação anterior. Um complexo "jogo de xadrez" foi elaborado para esse fim com desdobramentos no interior e além das fronteiras estadunidenses.

Em âmbito nacional, a redução do preço do barril de petróleo impactou na produção das empresas dos Estados Unidos produtoras de óleo por intermédio do Xisto. Isso se explica em virtude dos custos produtivos de extração de óleo do Xisto serem superiores aos da importação de petróleo. A redução contínua da taxa de juros domésticos foi a estratégia utilizada para evitar a falência generalizada das empresas vinculadas ao ramo produtivo do Xisto, garantindo, sobretudo, a recuperação gradativa da economia interna dos Estados Unidos. Contudo, tendo como referência a autosuficiência estadunidense na produção de óleo através do Xisto, compensava ao país manter esse parque produtivo em funcionamento, visto que a redução da produção proporcionava a manutenção das suas reservas nacionais para serem utilizadas no fu-

¹² Oreiro, 2011, s/p <https://jloreiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/> Acesso dia 17 de dezembro de 2015.

turo. Em âmbito internacional, a redução do preço do barril do petróleo pelos sauditas afetou as economias da Rússia e o Irã, países dependentes das exportações de petróleo no mercado internacional. A fragilização de suas economias tornou-os vulneráveis à pressão diplomática dos EUA objetivada na retirada do apoio iraniano ao governo sírio e a redução da ofensiva russa contra a Ucrânia¹³.

As pressões diplomáticas realizadas pelos Estados Unidos se explicam em uma totalidade que transcende as suas fronteiras. Tomando como referência a expansibilidade incontrolável das formas reprodutivas do capital, tal qual demonstrado por Marx em "O livro terceiro de O Capital", o controle de diferentes regiões do planeta impacta na manutenção da hegemonia política e econômica estadunidense nas próximas décadas. É no interior desses conflitos em torno do controle do petróleo que se insere a pressão política gerida pelos Estados Unidos e grupos econômicos europeus interessados na desmoralização da Petrobras e a consequente desvalorização maciça do valor de suas ações no mercado internacional favorecendo os interesses dos grupos financeiros interessados em sua privatização. Por um lado, a desvalorização de suas ações possibilita, em caso de sua privatização, a compra da Estatal em valores reduzidos. Por outro lado, a compra de ações da Petrobras com preços reduzidos, tendo como referência o potencial econômico do Pré-Sal avaliado em U\$ 3 trilhões, possibilita a obtenção de lucros com a possível valorização dessas mesmas ações no futuro. Um negócio altamente rentável sustentado nas tendências expostas no final do século XX e início do XXI de crescentes movimentos manifestos na elevação constante da acumulação do capital em sua forma financeira por frações de classe burguesas nacionais e internacionais.

Esta ação se explica na dinâmica do mercado e as ideologias que o justificam. A retomada do pensamento liberal assentada nos princípios da "Escola de Chicago" à qual o mercado e a concorrência são as chaves para a superação de crises econômicas coloca como atores grupos econômicos e financeiros alicerçados pelo poderio político e militar dos Estados aos quais ainda possuem vínculos em uma constante pressão sobre a periferia do capitalismo.

Esses atores agem no intuito de inviabilizar o surgimento de novos atores, negando a essência da participação e liberdade aos moldes do mercado liberal. A constante pressão diplomática impacta em uma luta constante para manter o controle sobre a periferia agindo no intuito de conquistar o próprio apoio de frações de classe burguesas nacionais simpáticas a esse projeto. A pressão diplomática voltada a limitar a influência política brasileira na América Latina e na costa oeste da África relacionada à redução da participação do país no mercado petrolífero internacional interligada à construção de alianças diplomáticas com países em conflito com os Estados Unidos exemplifica essa afirmação.

A descoberta de petróleo no Pré-sal fortaleceu a posição política brasileira no cenário internacional. A participação do Brasil no seletivo grupo dos maiores produtores de petróleo em âmbito internacional e sua aproximação com os BRICs acir-

¹³ <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/12/o-que-esta-por-tras-e-alem-das-fronteiras-nacionais-na-queda-das-acoes-da-petrobras/> acesso dia 15 de janeiro de 2016.

rou os embates com os Estados Unidos. As disputas comerciais entre os EUA, a Rússia e a China são fundamentais para o entendimento do fomento à crise da Petrobras. A participação do Brasil nos BRICs é essencial para o debate sobre a questão do petróleo, especialmente no que se refere às relações comerciais com a China e a Rússia.

A vitória de um consórcio de empresas chinesas sobre as estadunidenses no leilão para a partilha no Campo de Libra no Pré-sal acirrou o conflito entre os dois países, especialmente pelo fato dos chineses serem aliados do Brasil e integrante do próprio BRIC. O governo brasileiro passou a receber constante pressão diplomática estadunidense para que se afastasse definitivamente dos BRICs e do Mercosul.

A pressão diplomática sobre o governo brasileiro foi complementada com a construção de um conjunto de alianças com frações de classe burguesas e parcela da mídia nacional voltadas ao fomento da instauração de ideologias centradas no anticomunismo. A constante exposição midiática das denúncias de corrupção apuradas pela Operação Lava Jato ressuscitou as propostas políticas de ultradireita manifestas na instauração de uma ditadura militar aos moldes de 1964 voltados a instaurar um amplo processo de moralização no Brasil rompendo com o “fantasma do comunismo” no Brasil.

Esse processo de “moralização política” com forte apelo ideológico capitaneado, principalmente, por segmentos da classe média nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil se explica em um contexto maior. Estão em disputa projetos políticos distintos ligados à política internacional brasileira, implicando, em última análise, na manutenção de uma espécie de terceiro turno eleitoral constante que construa as condições objetivas para a vitória eleitoral de setores conservadores alinhados com a política externa dos Estados Unidos e do Mercado Comum Europeu em 2018.

As denúncias de corrupção no Brasil tomam uma dimensão “hollywoodiana” à qual a oposição apresenta-se como a personificação do “bem” e os governistas em seu oposto, o “mal”. As forças do “bem” são compostas pela personificação da “competência e comprometimento” nacional e as do “mal” constituídas a incompetência e a ausência de compromisso social, um embate que omite a essência corrupta e classista do Estado Capitalista transcendente ao horizonte de um partido ou articulação política. A incompreensão gerada por setores da mídia da dinâmica dos processos em disputa fomentam o incremento de passagens lamentáveis na história mundial manifestas no crescimento da intolerância, xenofobia, homofobia e do racismo.

A transição política ocorrida via processo eleitoral nos últimos 25 anos não aponta rupturas distintas com as formas reprodutivas do capital financeiro. A crise política brasileira não se explica pela polarização expressa na contradição inconciliável entre o modo de produção capitalista e o socialista, mas sim o embate nacional e internacional sobre os rumos do capitalismo no Brasil sendo a exploração e o controle das jazidas de petróleo brasileiras um tema primordial.

Referências

Biondi, A. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo, Perseu Abramo, 1999.

_____. **O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua**. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

Brant, V. C. (1990) **Paulínia: petróleo e política**. Campinas, CEBRAP, 195p.

Carcanholo, M. D. Conteúdo e Forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. **Crítica e sociedade: revista de cultura política**, v.1, n.3, ed. Especial, dez. 2011. Disponível em: www.seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/download/.../8279. Acesso dia 17 de dezembro de 2015.

Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, **Brasil Debate**.

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/06/a-crise-da-petrobras-a-luz-da-geopolitica.html>. Acesso dia 17 de dezembro de 2015.

Chesnais, F. Até onde irá a crise financeira. **Le Monde Diplomatique Brasil**, novembro de 2007. Disponível em: <http://www.diplo.uol.com.br>. Acesso em 01 maio 2008.

Costa, Diogo. **Algumas considerações sobre as ações da Petrobras**. 17/12/2014.

<http://jornalggn.com.br/blog/diogo-costa/algumas-consideracoes-sobre-as-acoes-da-petrobras-por-diogo-costa>. Acesso dia 17 de dezembro de 2015.

Gonçalves, R. e Pomar, V. **O Brasil endividado**. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.

Lucena, Carlos. **Aprendendo na luta: A história do sindicato dos petroleiros de Campinas e Paulínia**. São Paulo, Ed. Publisher Brasil, 1997.

_____. **Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil**. Campinas, Autores Associados, Uberlândia, EDUFU, 2004.

Marx, K., Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Ed. Moraes, 1984.

Marx, K. **O Capital: crítica da economia política**; Livro 1º, Volume I, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 2. ed – São Paulo, Ed. Nova Cultural.

_____. **O Capital: crítica da economia política**; Livro 1º, Volume II, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 3. ed. – São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital: crítica da economia política**, Livro 3º, Volume VI, tradução Reginaldo Sant' Anna – 3. ed. – São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1984.

Oreiro, José Luiz. Origem, causas e impacto da crise. In **Valor Econômico**, 13/09/2011. <https://jlcobreiro.wordpress.com/2011/09/13/origem-causas-e-impacto-da-crise-valor-economico-13092011/>. Acesso dia 17 de dezembro de 2015.

A CRISE BRASILEIRA E AS RACHADURAS DO SISTEMA

Patrícia Willen

A velha roda das virtudes públicas mascarando os vícios privados.
José Saramago, *Ensaio sobre a lucidez*.

As rachaduras do sistema tornam-se cada vez mais explícitas conforme se aprofunda a crise político-econômica brasileira. A terrível sensação vivida atualmente pela maior parte da nossa sociedade provém de uma percepção mais nítida dessas rachaduras, bem como dos efeitos que elas provocam na sua vida cotidiana – em particular para a classe trabalhadora, que enfrenta o desemprego e a rápida degradação de suas condições de trabalho e de vida.

Não há como negar que o edifício da sociedade brasileira apresenta problemas e tanto suas fissuras mais superficiais, quanto suas trincas mais acentuadas e suas rachaduras mais profundas ampliam-se em suas paredes com uma velocidade espantosa, sinalizando uma casa abalada, enfraquecida, insegura, frouxa, que pode de fato cair, para não dizer desmoronar.

Diante dos sinais concretos dessas fissuras, não há nada a fazer senão se perguntar: é um problema estrutural? Esse é o primeiro passo para a decisão de como consertar essa casa.

Diferentes soluções se apresentam para que possamos sentir de novo a segurança (ou a falsa sensação de segurança) de habitar em uma casa capaz de suportar seu próprio peso. É claro que uma dessas soluções, a reforma, é a mais tentadora, demanda menos tempo, e tem duas maneiras de ser efetuada.

O primeiro tipo vem aqui chamado de reforma de fachada. Trata-se de uma operação “tapa buracos”, que mascara sem escrúpulos as rachaduras da construção para fornecer um falso alívio imediato com relação aos seus graves problemas que, mais cedo ou mais tarde, reaparecerão, com perdas e danos inestimáveis e irreparáveis para todos aqueles que habitam essa casa reformada.

O segundo tipo é uma reforma mais bem-feita, que se propõe a mexer pontualmente em partes mais importantes dessa construção, mas, no fundo, não se dispõe a encarar efetivamente seus problemas estruturais, deixando-se orientar pela ilusão de que a casa poderá melhor sustentar, e por mais de tempo, seu peso. É claro que o resultado último neste tipo de reforma, mesmo se mais demorado para se manifestar, acaba sendo o mesmo, ou seja, perdas e danos inestimáveis e irreparáveis para todos que habitam nessa casa.

A reconstrução, ao contrário, é a mais difícil de ser efetuada, por ser trabalhosa, requerer mais esforços, tempo. Para se erguer uma estrutura mais sólida, em

¹ Professora da Universidade Federal de Uberlândia e pós-doutoranda no Departamento de Sociologia Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

primeiro lugar, é necessária a identificação consciente do que se deve impreterivelmente derrubar até a raiz, o que se pode preservar e, enfim, o que se quer construir. Deste modo, cada tijolo que vai sendo colocado para erguer essa reconstrução, já apoiada em pilares sólidos, segue a orientação de seu projeto original, não abdica dos cuidados necessários para fazer dessa estrutura a mais inabalável possível e respeita os limites colocados pela própria natureza, física e humana.

Essa metáfora das rachaduras de uma construção tem o propósito de nos ajudar a pensar algumas questões que não podemos perder de vista para pensar o terreno histórico da atual crise brasileira em suas dimensões socioeconômica e política. Em vez de focar exclusivamente os elementos de novidade no mais recente golpe do contexto brasileiro, que já estão sendo desvendados por análises qualificadas, o propósito deste artigo é principalmente chamar atenção para a continuidade histórica nele revelada. Com esse fim, na primeira seção, os golpes do século XXI na América Latina a governos reformistas serão problematizados à luz do conceito da divisão internacional do trabalho. Na segunda seção, serão analisados os traços de continuidade das reformas de fachada do atual governo Temer para “resolver” a crise. A terceira seção aborda a fuga da casa, ou seja, a produção de emigrantes brasileiros como um fator que não pode ser desprezado para consideração dos efeitos da crise atual. Algumas considerações finais encerram o artigo.

O golpe à ilusão do reformismo nas periferias

A história preferiu novamente sua sentença, reafirmando uma regra já conhecida de que, nas periferias do sistema capitalista, a sobrevivência de governos progressistas é breve. O recado dado pelos golpes do século XXI na América Latina é o seguinte: a despeito de não mexerem minimamente na estrutura do sistema, esses reformismos “democráticos” vêm combatidos com golpes de Estado, ou seja, por cima.

A primeira lição que aprendemos com os golpes na América Latina do século XXI² é a de enxergar de novo, com mais clareza, a essência do poder político do Estado nas periferias do capitalismo. Esse Estado nasceu, na verdade, para servir o capitalismo mundial, sem nenhum compromisso com a população nativa que aqui habita.

Caio Prado Jr. explica as questões implicadas na estruturação do capitalismo dependente das economias de exportação das periferias e enfatiza o quanto o “espírito de exploração” foi fundamental, não apenas por ter marcado a presença do homem europeu nos trópicos, mas, principalmente, por ter determinado a totalidade das características da estrutura econômica, sociocultural e política que se desenvolvia ao longo dos séculos nas “colônias de exploração”. Em suas palavras,

² Até o momento, sem considerar o caso particular da Venezuela, esses golpes atingiram os governos de Honduras (2004), Paraguai (2012) e o Brasil (2016). O cenário é de incerteza quanto ao impacto negativo desses golpes para outros governos (Equador, Bolívia, Venezuela) que, nos últimos anos, adotaram estratégias bem mais combativas, embora ainda dentro do sistema.

[...] se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (Prado Jr., 2000: 20).

Autores como Florestan Fernandes analisaram as conexões dessa estrutura econômica das periferias do capitalismo com um regime político autoritário. Seus estudos mostram bem como o traço colonial de opressão política e exclusão da participação cidadã da maioria da população permanece existindo mesmo depois de o Brasil se constituir como um Estado-nação com sua “própria” burguesia nacional.

Ao contrário de representar os interesses da população, essa burguesia é vital para a continuidade da “subordinação das economias periféricas das ‘nações emergentes’ às economias centrais das ‘nações dominantes’” (Fernandes, 2008c: 95). Não há interesse em romper com a satelitização, ou seja, com os mecanismos de expropriação dos excedentes econômicos nacionais, articulados interna e externamente: “dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados” (Fernandes, 1973: 26). Há tão somente uma abertura estratégica de espaço ao *desenvolvimento induzido*³ pelo “progresso importado”, que só aparentemente se dá *endogenamente* e *para* os interesses internos da economia e da sociedade brasileira.

Portanto, também não há nenhuma ruptura com o modelo autoritário de política que essa estrutura demanda. Antes de ter um compromisso democrático com as necessidades da maioria da população, essa burguesia nacional, que comanda de forma articulada com os donos do poder do capitalismo global, tem o máximo de interesse em reproduzir a submissão econômica e política do país e em manter o seu povo numa condição de *pura* força de trabalho para alimentar o mercado mundial.

“Ingênuos”, e principalmente cúmplices, são os líderes políticos e governos que se acham acima dos condicionantes da histórica divisão internacional do trabalho, fomentando a ilusão e a obsessão do “desenvolvimento”. Cedo ou tarde, essa ilusão se desmancha no ar, causando consequências drásticas – como as que estamos vivendo atualmente no Brasil – e trazendo novamente à luz a força violenta do sistema e suas rachaduras que tentava mascarar.

Esses golpes do século XXI são, portanto, antes de tudo, frontais à ilusão do reformismo progressista nas periferias. Trata-se de uma ilusão que se manifestou em diferentes contextos históricos das periferias, baseando-se em distintos tipos de ideologia, mas com um denominador comum: a miragem dos governos reformistas de poder orientar autônoma e livremente o desenvolvimento das forças produtivas do espaço nacional das periferias, portanto de poder dar igualmente uma direção própria e autônoma aos seus rumos políticos.

³ De acordo com seu conceito de modernização dependente, no capitalismo periférico são os “dinamismos externos [que] decidem as transformações [internas] decisivas” (Fernandes, 1973: 79).

Não por acaso, na história, a resposta do sistema sempre foi muito mais drástica às vozes críticas que realizavam experiências políticas efetivamente revolucionárias. Os golpes a governos que tentaram enfrentar as estruturas do capitalismo – portanto também qualquer *ilusão* de que o *reformismo*, um dia, pudesse ser a solução para melhorar as condições de vida das populações da periferia – são de outra natureza: sua arma principal é o sangue e a eliminação sistemática dos vestígios de suas obras.

Na América Latina, o bombardeamento ao Palácio de La Moneda – onde Salvador Allende se encontrava no fatídico 11 de setembro de 1973 – talvez seja o exemplo mais emblemático da diferença das armas utilizadas por golpes para se combater essa outra natureza de governo político e o processo social que representa.

Mas, com certeza, a África em convulsão do contexto do Pós Segunda Guerra foi o espaço mais atingido por uma série de golpes brutais a vozes dissonantes de líderes de governos representativos de um processo político revolucionário⁴. Esses líderes foram assassinados em série ou atingidos indiretamente pelo “câncer da traição do imperialismo”⁵, justamente porque combatiam a ilusão do reformismo, encarando, portanto, as rachaduras do sistema – de forma articulada internacionalmente e, sobretudo, a partir da participação das massas no processo de reconstrução revolucionária.

Essa África em revolta – bem diferente da imagem da “pobreza” e do “imobilismo” que procuram nos apresentar e nos fazer aceitar como verdade e destino daquele continente –, não obstante partir de uma situação com problemas seríssimos derivados da “drenagem de riquezas”, materiais e humanas, de cinco séculos de colonialismo, denunciou o sistema e ofereceu respostas políticas sólidas que merecem ser conhecidas pela força de seus ensinamentos.

De fato, as vozes críticas de líderes políticos e intelectuais das revoluções⁶ africanas desse período (Cabral, 1978; Fanon, 1980; Nkrumah, 1980) fornecem instrumentos úteis para a compreensão das amarras – socioeconômicas, culturais e políticas – do “desenvolvimento”. Como primeiro passo, esses líderes nos ensinaram a enxergar, sem ilusões de uma ascensão futura, o lugar permanente de “quintal do mundo” que a histórica divisão internacional do trabalho impôs a todas as periferias do sistema capitalista. Esse é o ponto de partida para depois se enfrentar, de forma continuada no tempo, todos os desafios das sociedades com a herança histórica da estrutura colonial⁷.

⁴ Dos quais podemos citar o assassinato de Patrice Lumumba (1961) e Amílcar Cabral (1973), líderes revolucionários, respectivamente, do Congo e de Cabo Verde/Guiné-Bissau.

⁵ Com essa expressão, Amílcar Cabral denunciava a pressão que esses líderes revolucionários africanos sofriram, interna e externamente a seus países. O discurso de Amílcar Cabral, proferido na ocasião do funeral de Kwame Nkrumah (1972) – um dos principais teóricos do pan-africanismo e líder revolucionário de Gana – esclarece que sua morte foi causada, na verdade, pelo “câncer da traição do imperialismo”. Na ocasião da independência de Gana (1957), Nkrumah fez a seguinte declaração: “A independência de Gana é privada de sentido se não for ligada à libertação de todo o continente americano” (Nkrumah, 1980: 425).

⁶ Sobre o contexto Latino Americano, ver Dos Santos, 2016.

⁷ Refere-se aos problemas enfrentados hoje pelas periferias ou semiperiferias, comumente denominadas de “sul global”, “terceiro mundo”, “países em desenvolvimento”, “subdesenvolvidos”, “realidades pós-coloni-

Justamente por ter convivido por séculos com os efeitos de uma crise permanente, a percepção do olhar político africano mais crítico afasta qualquer ilusão do reformismo para pensar soluções a seus efeitos. Mais do que qualquer outra região do Sul global, a África sabe o que significa ocupar a posição histórica – e por imposição dos mecanismos de funcionamento do mercado mundial – de uma periferia. Isso, porque o sistema econômico capitalista, desde sempre, se manifestou ali de forma “nua”, sem encontrar limites para sua célula mãe, a exploração do trabalho (Antunes, 2009) e sua base de sustentação, o racismo – sendo o tráfico de escravos seu maior exemplo histórico (Basso, 2000).

Esses casos históricos e muitos outros poderiam ser aqui citados por serem representativos da natureza de golpes a governos políticos que efetivamente se propuseram a enfrentar, junto à população de seus territórios, as rachaduras do sistema nas periferias. É válido lembrar essa outra natureza de golpe, com o fim de entendermos com mais clareza que o golpe de 2016 no Brasil está longe de representar uma guinada em relação aos governos que o precederam. Trata-se, de fato, de um golpe finalizado à *continuidade sistêmica* do curso histórico do país que tão somente bate de frente na ilusão do progressismo nas periferias.

O recado desse golpe é, na verdade, que o capital deve seguir livre e solto para agir, e não tolera nem mesmo reformas que tentem conciliar seus interesses com um mínimo para as classes trabalhadoras das periferias! Aqui, não se permite, por muito tempo, a existência sequer de reformas brandas, como as dos quatro governos petistas, guiadas pelo princípio, como esclarece Lowy (2014), de “fazer tudo o que é possível para melhorar a situação dos pobres, com a condição de não tocar nos privilégios dos ricos”! Aqui, é necessário um golpe para interromper o quarto mandato de um governo eleito pelas vias democráticas, mas que jamais disse um não contundente às alianças políticas com os partidos de direita e, principalmente, às alianças com o Capital. Só durante o período de “abundância” e “euforia”, apoiado nas demandas de *commodities* do novo colosso global, a *China*, que esse pacto progressista pôde se manter – e, tão somente, vale lembrar, porque jamais deixou de ser favorável ao Capital.

Retomando a ideia da estrutura social da casa–Brasil, é possível afirmar que as reformas dos governos petistas, na época de abundância, conseguiram contemplar, mesmo se de forma desigual, os cuidados com os andares “de cima” e “de baixo” dessa construção. Tão logo a crise começou a se manifestar com mais força no país, em 2014, o governo Dilma optou por priorizar as reformas que favorecessem exclusivamente os andares de cima dessa casa, aplicando o ajuste fiscal “recomendado” pelos organismos internacionais que ditam o compasso do funcionamento do sistema e suas hierarquias⁸. Nos andares de baixo, portanto, as rachaduras, que nunca deixaram de existir, começaram a crescer com mais força.

ais”, em que o Brasil certamente ainda se insere.

⁸ É claro que essa política de não enfrentamento também era esperada, já que as reformas progressistas não se propõem a mexer na estrutura do sistema; ao contrário, o que visam é reformar partes mais importantes ou visíveis da casa, orientando-se pela ilusão de que ela possa melhor manter, e por mais tempo, seu próprio peso.

Mas, a despeito da fidelidade subserviente desses governos, a velha modalidade dos golpes foi mesmo assim reativada como instrumento de controle para reafirmar a necessidade de abertura, ainda maior e mais plena, ao mercado mundial. Dessa forma, não houve tempo nem mesmo para esperar uma via eleitoral “democrática” prevista para 2018 e manter, assim, o jogo de aparência da “democracia”.

O despotismo de mercado desmascarado

A América Latina do século XXI conhecerá novamente os golpes em série como na segunda metade do XX? Se as comparações dos diferentes momentos históricos dos golpes no continente podem parecer um certo exagero, não há dúvida de que a *liberalização da economia* e o *ataque ao trabalho* foi o objetivo que guiou os governos ditatoriais na América Latina, assim como continua sendo a *via única* da direção política dos golpes do século XXI nesse continente.

Daniel Bensaïd, autor que foi tão essencial para o pensamento contemporâneo mais crítico, ensina que *mascarar a democracia* nada mais é do que o *despotismo de mercado*. O mais recente golpe brasileiro, em sua motivação mais profunda, não é algo novo, nem pontual, na história do sistema capitalista. Esse golpe é só mais um acontecimento que ilustra o estado de “escândalo permanente” da Democracia⁹. Trata-se de mais um golpe da lista de muitos outros cotidianos enraizados na “ideologia liberal, segundo a qual o termo democracia é somente a *máscara do despotismo de mercado*” (Bensaïd, 2010: 30, grifo nosso)¹⁰.

Esse ensinamento precioso de Bensaïd nos ajuda a entender também que, se as forças políticas do mercado podem agir com tanta violência, hoje, no contexto brasileiro, é porque foram alimentadas, direta ou indiretamente, no passado. Ocorre que a ilusão do progressismo torna mais difícil de enxergar o que estava, em última instância, em jogo nas reformas dos governos petistas: a sobrevivência da estrutura do sistema capitalista no Brasil.

A ilusão otimista de regular o sistema para um dia chegar ao ápice do “desenvolvimento” nas periferias não ajudou, na verdade, a enxergar que as reformas progressistas não impedem que os interesses fundamentais e universais da população brasileira sejam destruídos ou ameaçados pela potencialização sem limites da atuação de um sistema econômico que é despótico por natureza e se mostra profundamente

⁹ O artigo de Bensaïd *Um escândalo permanente* compõe o livro *Em que estado se encontra a democracia?*, compêndio de textos de filósofos e cientistas políticos contemporâneos de peso, publicado na França em 2009, que mobiliza toda a história do pensamento político, oferecendo uma ideia da complexidade do tema e das sínteses hoje à disposição para se refletir sobre ele. Apesar dos diferentes enfoques teóricos, metodológicos e de opiniões desses autores, não há dúvida sobre o consenso que os une. Ao fazer um balanço histórico da questão, concluem, em uníssono, que a democracia está indo muito mal.

¹⁰ O autor ainda nos lembra que quem dita o despotismo do mercado neoliberal hoje, em primeiro lugar, é a “Democracia” por excelência, a estadunidense, que tende a impor seu próprio modelo ao resto do mundo, baseando-se em dois pilares fundamentais: no “ataque brutal à solidariedade e aos direitos sociais” e na “ofensiva sem precedentes da privatização do mundo”, com a “redução do espaço público (Bensaïd, 2010: 30, grifo nosso).

desigual, “não só no que se refere à ‘livre troca’ entre capital–trabalho, mas também às relações entre países”, nas palavras do sociólogo italiano Pietro Basso (2003: 82).

A contradição fundamental do capitalismo, a desigualdade da relação capital–trabalho, é o primeiro elemento que comprova como as reformas petistas jamais quiseram enxergar a fundação da estrutura da sociedade brasileira. O ponto de vista crítico da ótica do trabalho para analisar a estrutura produtiva brasileira, como o de Antunes (2013), demonstra como ela nunca deixou de ser transpassada por contradições de uma disseminada precarização do trabalho. Nesse sentido, embora atentas ao horizonte empobrecedor de elevar o padrão de consumo da classe trabalhadora, as reformas do governo petista passaram longe de combater efetivamente o trabalho precário, exaustivo, mal remunerado e desprotegido, no campo e na cidade, flexibilizado, sujeito às marcas da concentração de renda, de desigualdades “de raça”, à divisão sexual do trabalho e às instabilidades de uma economia propriamente periférica.

O ciclo de greves que, conforme destacou Braga (2016), não se interrompeu, mas se intensificou na década de 2000, é prova do que significa para os próprios trabalhadores brasileiros carregar essa estrutura, mesmo num período de aquecimento do mercado de trabalho que caracterizou os três primeiros mandatos dos governos petistas. Também seria oportuno acenar outros fatores sociológicos analisados na coletânea de textos organizada por Sampaio Jr. (2014), que ficaram bastante evidentes nas manifestações sociais de 2013 e 2014 e são indicativos de como, a essas condições precárias de trabalho, também se sobrepõe uma vida precária com relação ao acesso a direitos básicos de transporte, saúde, educação e moradia.

É verdade que as reformas dos governos petistas, como destacado acima, não deixaram de olhar para os andares de baixo, investindo mais nos serviços públicos de educação, saúde, transporte, moradia, por exemplo. Mas também é verdade que o despotismo de mercado se expandiu paralelamente nesses setores e, no fundo, foi até mais determinante para o seu funcionamento.

Em que momento as escolas públicas, de ensino fundamental e médio, adquiriram a qualidade de educação que o povo brasileiro mereceria? Em que momento as Universidades públicas passaram a prevalecer como alternativa de um estudo para a maioria da população em relação àquelas privadas? É possível afirmar que escolas e Universidades privadas estão de fato cuidando da Educação? Em que momento o Sistema Único de Saúde (SUS) passou a ser uma opção voluntária dos pobres? Em que momento os convênios privados e da indústria da saúde – que forçam uma negociação contínua do preço da vida de seus clientes pacientes – deixou de ser a opção dos “privilegiados” que podem pagar os preços abusivos de suas mensalidades? Em que momento o transporte público (intraurbano, inter–urbano e inter–estatal) eficiente – que além de resolver o problema da mobilidade digna, do trânsito nas grandes cidades, também propiciaria o direito de respirar um ar mais puro – passou a ser uma alternativa ao transporte individual privado de automóveis, que alimenta a cadeia da indústria automobilística e obriga as pessoas a enfrentarem o caos do tráfego e do risco de acidentes cotidianamente? Em que momento uma política efetivamente pública de expansão e proteção de moradias prevaleceu diante da força de expropriação do merca-

do imobiliário e de suas lógicas financeiras?¹¹ E se pensamos nos bens básicos da vida propiciados pela natureza, em que momento a preservação desses bens e de sua diversidade determinou as escolhas de produção no país, concentradas na monocultura agrícola, na extração de minérios e na exploração do petróleo?

Talvez o desastre do Rio Doce seja o símbolo mais doloroso de como essas rachaduras do sistema já estivessem em ato, mesmo durante a última década dos governos progressistas. A lama tóxica que percorreu quilômetros de seu leito, matando ou contaminando toda a vida com a qual entrava em contato, representa, na verdade, o sinal mais evidente de como as reformas progressistas, no fundo, não evitam que essas rachaduras produzam danos irreparáveis, que atingem populações inteiras.

Não há dúvida, portanto, de que as forças despóticas e destrutivas do mercado já estavam em ação e agora estão dando seu bote. Como ressaltou Bruno De Conti (2015), “assim como a maré baixa traz à tona pedras desconhecidas ou momentaneamente negligenciadas, contextos de crise fazem emergir problemas que já existiam, ainda que ocultos”.

Talvez o que assuste mais em relação às medidas do atual governo Temer é que a máscara do despotismo de mercado caiu. O despotismo de mercado agora subiu ao patamar de uma *política declarada* de governo. Não por acaso, as soluções que se colocam para preservar a estrutura do sistema neste momento de agravamento dos efeitos da crise mundial no Brasil são aquelas do tipo da reforma “de fachada” mencionada na Introdução, a saber, a mais barata possível, que tem o fim de mascarar os problemas da construção, tapar os buracos, mas que, mais tarde, cobra um preço inestimável e provoca danos irreparáveis. Essa reforma passa uma tinta lustrosa para cobrir as rachaduras do sistema e se preocupa principalmente com a fachada e os salões sociais dos andares de cima da construção. Assume, assim, de forma menos ambígua, que quem deve suportar o peso da construção e suas rachaduras é o andar de baixo, a moradia dos trabalhadores.

Agora, essas reformas retomam declaradamente a lei que sempre predominou na construção da casa da grande família brasileira, desde os tempos coloniais: a selva tropical do mercado, incluindo a liberdade dos governos comissários do poder econômico para administrar bens públicos guiando-se por vícios privados, nas palavras de José Saramago. Todas as reformas de fachada, aplicadas com enorme velocidade, em poucos meses do governo Temer, retratam, na verdade, um “choque de gestão” que busca a “eficiência total” de se abrir ao mercado.

Nesse sentido, a crise vem administrada com carinho, já que é uma oportunidade única e o melhor dos instrumentos para rebaixar salários e direitos! Essa diretriz política já se revelou, em poucos meses, a marca do presente governo Temer. E tudo indica que ela será também a marca dos futuros governantes eleitos “democraticamente”, seguindo a onda de ascensão dos partidos de direita e de extrema direita no mundo.

O pior é que esse tipo de reforma de fachada obteve, por enquanto, bastante sucesso no Brasil. Os resultados das últimas eleições municipais confirmaram que, na

¹¹ Para um estudo sobre esse tema, ver Rolnik (2015).

opinião dos eleitores brasileiros que quiseram votar em um candidato¹², hoje são principalmente os gestores e os pastores do mercado que podem garantir a “eficiência total” da organização da sociedade brasileira. O que pregam esses gestores e pastores do mercado?

Como uma das medidas pretensamente “anti–corrupção”, todo o espaço que ainda estava preservado do mercado deve se abrir para ele e, assim, funcionar melhor. Sua eficiência é sinônimo de privatização, de monetização e, por fim, de valorização. O espaço que não é possível de ser privatizado desde já deve ser abandonado, para que suas rachaduras se agravem ainda mais e, no momento final, o que já estiver quase virando caco puder ser loteado e vendido, peça por peça, ao mercado, que então se encarregará de tapar esses buracos. Para isso, nada melhor que uma Proposta de Emenda Constitucional (a PEC 55) que congela os gastos do Estado por 20 anos, uma medida impecável para o sucateamento dos bens e serviços públicos que abrirá espaço, posteriormente, à sua privatização.

A tática de enxugar os bens e serviços públicos é hoje efetuada de uma forma muito mais profissional do que no passado, por meio de leilões internacionais, com alcance para todos os capitalistas do mundo. Vende–se trabalho, terras, minérios, águas, petróleo em abundância, e reafirma–se, com mais vigor ainda, a conveniência para a grande burguesia nacional da inserção subordinada do país no mercado mundial.

O pilar ainda mais importante dessas reformas de fachada no Brasil, que está por ser aprovado, é a reforma trabalhista. Seu braço direito e principal fonte de dinamismo é a lei da terceirização. Esta lei, além de trucidar direitos conquistados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), coloca um futuro ainda mais precário e inseguro para todos que trabalham – ou, para usar a expressão de Ricardo Antunes (2009), da classe que vive do trabalho, não dizendo respeito somente aos estratos mais pobres, mas, cada vez mais, também a seus estratos mais altos e qualificados.

Como o laboratório dessas leis já foi largamente experimentado em países europeus como a Itália, Inglaterra e agora também a França, não será preciso muitas pesquisas para mostrar como essa reforma não resolve a crise e será particularmente cruel para os novos ingressantes no mercado de trabalho, para os jovens que se qualificam com a esperança de poder estruturar a vida com o trabalho e que só encontrarão contratos temporários, sem garantias, com horários flexíveis, ritmos intensos e péssimos salários. Esses jovens encontrarão a flexibilização, já imperante, mas agora prevista em lei.

Para não falar do aumento do tempo de contribuição para obter o direito de aposentadoria, que representa mais um saque vergonhoso e mortal aos trabalhadores brasileiros. Trata–se de uma reforma que, além de colocar nas costas dos trabalhadores brasileiros a responsabilidade de pagar por uma crise em relação à qual não têm nenhuma culpa, também vai ao encontro do objetivo buscado pelos Estados de levar mais rápido os trabalhadores ao túmulo, quando seu corpo não pode mais responder

¹² Ressalta–se a altas taxas de abstenção e de votos em brancos, que caracterizaram as últimas eleições municipais de 2016.

aos anseios produtivos do sistema, como denuncia Ken Loach em seu filme *Eu, Daniel Blake*.

Trata-se de um anseio que já vai sendo colocado, desde o início, no modelo de educação de uma sociedade. Não há dúvida de que já estava vigorando no país o reinado do horizonte mercantil, técnico, produtivo que penetra o âmago das salas de aula e também dilacera a autonomia, o respeito, a formação, a valorização do professor em favor de metas produtivas vazias e para o mercado mundial da educação. Mas essa diretiva do mercado agora ficou mais evidente nos cortes da educação e na reforma do ensino médio, que foi imposta por meio de uma medida provisória (MP), aplicada na calada da noite, sem a menor consulta da sociedade. Seu projeto, seu ideal, é de formar soldados para o mercado, ou seja, jovens preparados e direcionados para ingressar no mercado de trabalho – mais especificamente, passivos, alienados, “técnicos”. Não está em jogo a formação completa e plural nas diferentes áreas do conhecimento, o fornecimento de instrumentos de informação e reflexão. Não por acaso, a sociologia, a filosofia, as artes deixaram de ser obrigatórios, o que quer dizer que, em breve poderão ser eliminadas, tendo nesta MP apenas um primeiro passo disfarçado.

O despotismo de mercado também está explícito nas políticas de ajuste fiscal, que começaram a ser aplicadas já no governo Dilma e depois se potencializaram no governo Temer. As receitas desses ajustes, como nos anos 1980 e 1990, reafirmam o servilismo do Estado brasileiro ao mercado mundial, representado por seus organismos internacionais – e, agora, também pelas agências de avaliação de risco – que colocam os bancos e os credores internacionais como prioridade diante dos deveres sociais para com a população brasileira.

Enfim, a particularidade das reformas de fachada, que estamos presenciando no atual governo Temer para “resolver” a crise¹³, é que o despotismo de mercado deixa de ser ilusoriamente controlado pelas políticas progressistas e agora se coloca como uma política declarada. Se nos governos petistas atendia-se aos designios do mercado com a roupagem da democracia e um olhar mínimo para atender os andares de baixo da casa brasileira, agora isso não é mais necessário. Vivemos em um momento político em que a máscara da democracia¹⁴ e a ilusão do progressismo caíram.

A fuga e a busca por uma nova casa

¹³ Tudo indica que essas reformas provavelmente continuarão a ser aplicadas nos próximos governos para.

¹⁴ Entende-se democracia não no sentido mitológico ou puramente formal dessa palavra, mas no que concerne ao seu significado substancial mais valioso e que não podemos jamais renunciar de lutar para sua realização: a “revolução democrática permanente” que não separa a emancipação política da emancipação humana. A propósito, Daniel Bensaïd (2010: 66) tem toda razão ao afirmar que “a tarefa de revolucionar a democracia, colocada em prática com a Revolução de 1848, ainda deve ser realizada para que a crítica da democracia parlamentar não penda para o lado das soluções autoritárias ou das comunidades míticas”.

A atuação explícita do mercado propiciada pelas escolhas políticas acima tratadas, no atual contexto de crise econômica, encontra um terreno social caracterizado por uma quantidade maior de brasileiros que *dependem* completamente da renda de um salário ou de um pequeno “empreendedorismo” para suprir suas necessidades básicas de vida. No contexto de 1930 – período evocado por diversos especialistas para as análises sobre a crise contemporânea, em função da gravidade da crise de 1929 – parte significativa da população do país ainda se encontrava no campo, podendo contar com um grau relativo de independência com relação a produtos básicos de sobrevivência, como a água, o alimento etc. – além da própria moradia. Hoje, ao contrário, 85% da população brasileira vivem no espaço urbano. Há, portanto, uma maioria esmagadora de pessoas que tira sua sobrevivência cotidiana de uma renda salarial (formal ou informal) ou de um pequeno negócio. Essas pessoas estão totalmente suscetíveis ao rápido aumento do desemprego e queda de renda¹⁵ e plenamente expostas, portanto, às variadas formas de despotismo de mercado.

Essas pessoas, hoje, não encontram tão facilmente uma referência de apoio e de luta para combater esse despotismo. Isso porque no atual momento político do país, como diversos cientistas sociais apontam, o terreno das forças sociais “daqueles de baixo” encontra-se bastante abalado pela “despolitização” generalizada dos tempos atuais, que, no Brasil, relaciona-se diretamente com os treze anos do estrago provocado nos movimentos organizados pela ilusão progressista do lulismo¹⁶.

O que acontecerá para essas pessoas em um cenário que oferece poucas perspectivas de melhora em curto prazo? Qual será a alternativa para a classe trabalhadora e também para a fração mais favorecida dos estratos médios para superar as altas taxas de desemprego e um mercado de trabalho estagnado nos setores público e privado? Como poderão lidar com o enxugamento dos serviços públicos, que se tornarão ainda mais escassos e de pior qualidade? E qual será a atitude diante do aumento rápido da criminalidade produzida pela própria crise e pobreza?

É claro que essas perguntas implicam a consideração de diversos fatores e dinâmicas da sociedade brasileira e também de sua relação com o contexto internacional. Aqui, gostaríamos tão somente de chamar atenção para um elemento que compõe esse cenário e certamente ganhará importância nos próximos anos: a produção de emigrantes brasileiros.

Não há dúvida de que as “lógicas de expulsão”, marcas da “brutalidade característica da economia global” (Sassen, 2014), que são acentuadas pelo atual contexto de crise, também estão plenamente ativas hoje no Brasil. A emigração em massa de brasileiros é um sintoma que não deve ser desprezado, pois sinaliza o aumento exponencial do desemprego, da violência, o rebaixamento de salários e de direitos, a degradação das condições de vida. Diante de uma casa que está desmoronando, a atitude normal de seus moradores nunca será a da passividade. O ser humano luta para preservar a vida e uma das formas de preservá-la é buscar outra casa.

¹⁵ Entre 2015 e 2016, produziu-se novos 5 milhões de desempregados no Brasil. Em novembro de 2016, estimava-se em 12 milhões o número de desempregados no país

¹⁶ Ver Antunes, 2014 e Braga, 2012.

Segundo Peliano (1990: 124)¹⁷, tanto aqueles que estão “dentro”, como aqueles que estão “fora” do mercado de trabalho, ou seja, os desempregados ou simplesmente os renegados de uma “integração”, são *migrantes em potencial* – no sentido de que a “busca da recomposição de condições de trabalho” é uma constante histórica para essa classe¹⁸.

Como é sabido, o fenômeno da emigração começou a despontar com força no Brasil principalmente nas décadas perdidas da economia brasileira (1980–1990), devastada pelo modelo de integração submissa ao mercado mundial¹⁹. Dentro de um cenário mundial de aumento dos movimentos de populações em escala global, esses brasileiros compõem os fluxos massivos que continuam a se deslocar para o Norte, os países centrais, onde os salários (diretos e indiretos) são em média mais altos²⁰.

Com a eclosão da crise nesses países centrais (2007/8), o aumento do desemprego e o recrudescimento das políticas imigratórias marcadas pelo que Basso (2010) denomina *racismo de Estado*, uma parte desses emigrantes brasileiros retornou ao Brasil com a expectativa de encontrar melhores condições de trabalho e de estruturação de vida aqui, geralmente após conseguir juntar uma poupança com os anos de trabalho em um país de moeda forte. De alguma forma, esses emigrantes brasileiros que retornaram também foram vítimas da ilusão do progressismo. No momento de aquecimento da economia brasileira e diante das barreiras da crise e das políticas discriminatórias dos países centrais, o voltar para casa era movido pela esperança de que as coisas estavam de fato mudando no Brasil e de que tudo sinalizava para a melhora dos problemas estruturais da pobreza, da violência e das variadas desigualdades.

Parte dos emigrantes brasileiros que não retornaram continuou formando uma base de sustentação com suas redes no exterior que é fundamental para que esses brasileiros possam reemigrar e também para ajudar aqueles que fogem da crise. Além disso, essas redes assumem uma importância vital no atual contexto em que a possibilidade de migrar dentro do circuito legalizado de imigração (por motivo de trabalho, estudo, casamento, etc.) é para poucos, principalmente para aqueles que possuem uma

¹⁷ “[As] migrações passam a refletir não somente o rompimento e tentativa de recomposição de condições efetivas de trabalho, mas singularmente a acumulação de trabalhadores, parte localizada dentro do processo imediato de produção (forma produtiva) e a grande maioria localizada em esferas de trabalho fora do processo imediato de produção (forma improdutiva), embora a ele estruturalmente subordinada” (Peliano, 1990: 123).

¹⁸ Em particular nos tempos atuais de “acentuação do desemprego estrutural” e de “tendências de precarização” na “nova morfologia do trabalho” (Antunes, 2013). Segundo destacado por Braga (2012: 19), *o precariado*, em particular aquele que vive “em condições sociais capitalistas periféricas”, encontra-se “em permanente trânsito entre a possibilidade da exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica”.

¹⁹ Esse período inaugura uma nova dinâmica populacional em relação aos fluxos internacionais de entrada e saída de pessoas no país. Nesse contexto, o Brasil foi marcado profundamente pelas migrações internas campo–cidade e, pela primeira vez na sua história com tradição de imigração, passou a produzir mais emigrantes em relação aos imigrantes que recebia. Esses emigrantes buscam uma nova casa, principalmente nos países centrais, com destaque para os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

²⁰ Em 2013, segundo dados da Organização Internacional para Migrações (OIM), o Brasil tinha 3 milhões de nacionais vivendo fora do país. É claro que se os brasileiros em situação indocumentada forem considerados, esse número de emigrantes certamente é mais alto.

reserva alta de recursos para investir no projeto emigratório ou para jovens com um perfil alto de qualificação ou de especialização demandado por setores específicos do mercado de trabalho.

Para a classe trabalhadora brasileira, a imigração indocumentada, com alto risco de violência e morte, exposta aos empresários das fronteiras, acaba sendo a única alternativa de fuga da atual crise brasileira²¹. Nesse sentido, são bastante impressionantes os números de brasileiros expostos a esses riscos e humilhações para buscar uma nova casa. Se considerado um dos principais destinos desses fluxos, os Estados Unidos, é elevada a média de detenções pelo crime de atravessar as fronteiras americanas de forma indocumentada, segundo reportagem da Folha de São Paulo (Maisonave, 2017).

Sem dúvida, essas deportações, o tratamento discriminatório, a exploração do trabalho imigrante, o racismo de Estado (Basso, 2010) e as barreiras de direitos são sinais concretos de que a casa dos vizinhos, mesmo a de países mais ricos, também está cheia de rachaduras. Ao começar a enxergar essas rachaduras, esses brasileiros também entendem que foram tomados pela “obsessão de migrar” (Sayad, 1998)²², alimentada por falsas promessas e propagandas das “oportunidades” de ascensão de vida nesses países. Ao ter contato com a dura realidade do trabalho imigrante, essas pessoas sofrem, portanto, uma grande decepção.

Considerações finais

A fuga da casa, mesmo com os riscos e problemas implicados, é, portanto, uma forma de resistência que está de novo se colocando para os brasileiros. Fugir da casa que está caindo e gerando o risco de morte é também resistir.

Não se entende aqui, no entanto, que outras formas de resistência e de reação a esse contexto de crise socioeconômica e política já não estejam em ato, principalmente por parte de movimentos de caráter mais espontâneo. Novas forças sociais nunca deixaram de surgir nos momentos mais críticos da história e nada impede que elas se juntem àquelas já existentes e mais antigas, renovando-as, para um dia estar à altura dos desafios de um enfrentamento real da estrutura do sistema, para transformá-la e reconstruí-la.

Esse tipo de resistência organizada talvez exija uma solução mais difícil e mais lenta, por demandar a reconstrução de uma casa sólida para de fato sustentar a moradia de 200 milhões de brasileiros. Essa reconstrução requer certamente a consciência de que a fundação dessa nova casa deve ter outra estrutura que não a do capitalismo.

Para essa construção, é de fundamental importância nos inspirarmos nas vozes críticas das periferias que nos ensinam a necessidade de abandono da ilusão do progressismo para pensar políticas em todos os âmbitos, que possam efetivamente

²¹ Para detalhes, ver Villen, 2016.

²² Essa expressão é utilizada pelo autor para explicar o processo psicológico anterior ao ato de emigrar.

melhorar as condições de vida das populações na periferia. Só assim o despotismo de mercado – e seus golpes – será combatido, em prol da democracia e de uma casa mais sólida e igualitária.

Referências

- ANTUNES, R. “A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências”. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo, Boitempo, 2013.
- _____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R.; SANTANA, M. A. “The dilemmas of the New Unionism in Brazil: Breakes and continuities”, **Latin American perspectives**, vol. 1, 2014, pp. 10–21.
- BASSO, P. “L’ascesa del razzismo nella crisi globale”. **Razzismo di stato: Stati Uniti, Europa, Italia**, *Italia*. Milano, Franco Angeli, 2010a.
- _____. Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migratorie. In: BASSO, Pietro & PEROCCO, Fabio (Orgs.). **Gli immigrati in Europa: Diseguaglianze, razzismo, lotte**. Milano, FrancoAngeli, 2003.
- _____. **Razze schiave e razze signore: I. Vecchi e nuovi razzismi**. Milano, Franco Angeli, 2000.
- BENSAÏD, D. Lo scandalo permanente. In: AGAMBEN, G. *et al.* **In che stato è la democrazia?** Roma: Nottetempo, 2010.
- BRAGA, R. O fim do lulismo. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos o golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. **A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo, Boitempo, 2012.
- CABRAL, A. **A arma da teoria. Unidade e Luta**, vol. I e II, Lisboa: Seara Nova, 1978.
- DE CONTI, B. **Revelações da crise: as pedras que emergem na maré baixa**. Brasil Debate, 02.04.2015.
- DOS SANTOS, F. L. B. **Origens do pensamento e da política radical na América Latina**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo, Globo, 2008c.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

FANON, F. **Em defesa da revolução africana.** Lisboa: Sá da Costa, 1980.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. **Por que gritamos o golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.

MAISONNAVE, F. O número de brasileiros presos nas fronteiras americanas e deportados das Bahamas deu um salto desde novembro (2016), mês em que Trump foi eleito. **Folha de São Paulo**, 01.01.2017.

NKRUMAH, N. **Revolutionary Path.** London, Panaf, 1980.

PELIANO, J. C. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital.** Brasília, UNB, 1990.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** São Paulo: Publifolha, 2000.

ROLNIK, R. **A guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

SAMPAIO JR., P. **Jornadas de junho. A revolta popular em debate.** São Paulo: ICP, 2014.

SASSEN, S. **Expulsions. Brutality and Complexity in the Global Economy.** Cambridge/Massachusetts/London: Harvad, 2014.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998.

VILLEN, P. “Fronteiras porosas” e a explosão da mobilidade indocumentada. **Argumentum**, v. 8, p. 29–39, 2016.

_____. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PARTE II
O GOLPE PARLAMENTAR E O ESTADO NO BRASIL

NOTAS SOBRE O GOLPE DE 2016 NO BRASIL NEODESENVOLVIMENTISMO OU CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA

Giovanni Alves¹

O processo de ruptura da institucionalidade democrática ocorrida no Brasil em 2016 é a culminação do longo movimento histórico de reação às políticas dos governos neodesenvolvimentistas desde que Luís Inácio Lula da Silva foi eleito em 2002². Desde que assumiu a Presidência da República, o PT (Partido dos Trabalhadores) passou a ser alvo de ofensiva de setores conservadores e reacionários da sociedade brasileira. Do Mensalão à Operação Lava-Jato, presenciamos o espírito performático do golpismo na articulação do Poder Judiciário com a Grande Mídia hegemônica, declaradamente anti-PT e vinculada à direita neoliberal (PSDB). Enquanto vivíamos numa conjuntura de crescimento da economia brasileira por conta do ciclo de valorização das *commodities* e crescimento espetacular da China (2003–2010), o Presidente Lula manteve a coalização política da governabilidade no Congresso Nacional. Naquela conjuntura histórica, o lulismo como reformismo de baixa intensidade, tinha sua eficácia política. Renegou a luta de classes e criou o mito do progresso social sem atentar contra a ordem oligárquica burguesa no Brasil. Portanto, enquanto vigorou o presidencialismo de coalização (PT–PMDB) nas condições históricas do crescimento da economia com inclusão social, o projeto neodesenvolvimentista sustentou-se, iludindo-se com o *reformismo fraco* e a conciliação de classe do lulismo. Apesar de ter *espírito*, o movimento do *golpe como pulsão histórica* não adquiriu corpo enquanto a economia brasileira crescia. Lula conseguiu se reeleger em 2006 e eleger a sucessora Dilma Rousseff em 2010 (em aliança com o PMDB de Michel Temer). O lulismo, signo contraditório da política do neodesenvolvimentismo, demonstrou ainda possuir folego para reeleger Dilma Rousseff em 2014 ainda em aliança histórica com o PMDB. O *golpe como pulsão ontogenética da formação histórica brasileira* só se

¹ Giovanni Alves é doutor em ciências sociais pela Unicamp, livre-docente em sociologia e professor da Unesp, campus de Marília. É pesquisador do CNPq com bolsa–produtividade em pesquisa e coordenador da RET (Rede de Estudos do Trabalho/www.estudosdotrabalho.org) e do Projeto Tela Crítica/CineTrabalho (www.telacritica.org). É autor de vários livros e artigos sobre o tema trabalho e sociabilidade, entre os quais “O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo (Boitempo Editorial, 2000)”, “Trabalho e subjetividade: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório” (Boitempo Editorial, 2011), “Dimensões da Precarização do trabalho” (Ed. Praxis, 2013) e “Trabalho e neodesenvolvimentismo” (Ed. Praxis, 2014). E–mail: giovanni.alves@uol.com.br. Home–page: www.giovannialves.org

² Consideramos o “neodesenvolvimentismo” como a frente de coalizão política liderada pelo PT (Partido dos Trabalhadores) que elegeu e reelegeu em 2002 e 2006, Luís Inácio Lula da Silva; e elegeu e reelegeu Dilma Rousseff em 2010 e 2014, respectivamente. O neodesenvolvimentismo possuía como eixo programático, o crescimento com inclusão social; e como alma política, o lulismo, entendido como sendo a estratégia de conciliação de classe baseada num profundo pragmatismo político visando a conquista (e preservação) do governo.

manifestou com a crise da economia brasileira no bojo da longa depressão do capitalismo global³.

Entretanto, o tempo histórico do capitalismo global mudou. A ressaca da profunda crise capitalista de 2008 que abateu as economias capitalistas centrais (EUA, União Europeia e Japão); logo se disseminou pelo sistema-mundo do capitalismo periférico – incluindo a China que desacelerou sua economia em 2014, derrubando preços das *commodities* e alterando a conjuntura da economia dos países capitalista ditos emergentes, principalmente na última metade da década de 2010. A partir da profunda recessão capitalista de 2008, a ofensiva neoliberal assumiu uma dimensão global. Em vez de ser abatido pelo *crash* global de 2008, o capital financeiro e as políticas neoliberais, pelo contrário, tornaram-se hegemônicos na resposta à crise das dívidas soberanas dos países capitalistas afetados pelo rombo orçamentário provocado pelo salvamento dos bancos falidos com o estouro da bolha especulativa. Por exemplo, na União Europeia, as políticas de austeridade neoliberal demonstraram que o capital financeiro possui capacidade política para dobrar governos – inclusive governos socialistas (por exemplo, François Holland, na França e Alexis Tsipras, na Grécia).

A Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2010, iniciou seu governo numa conjuntura de crise da economia global. Em dez anos de neodesenvolvimentismo, o Brasil, por conta da apreciação cambial, herdada da gestão Henrique Meireles no Ministério da Fazenda do primeiro governo Lula (2003–2006), tornou-se uma economia desindustrializada e de pauta exportadora baseada em *commodities* (agronegócio, mineração e petróleo) principalmente para a China. Entretanto, na primeira metade da década de 2010, a persistência da crise da União Europeia, a desaceleração brusca da China e a queda dos preços das *commodities* e petróleo num cenário de profunda crise do capitalismo global, colocou imensas dificuldades para o projeto neodesenvolvimentista brasileiro baseado no crescimento da economia com valorização do salário-mínimo e inclusão social. A desaceleração brusca da economia na primeira metade da década de 2010, num cenário de queda de investimentos produtivos por conta da queda da taxa de lucro na esfera produtiva devido a pressão dos custos salariais (a valorização do salário-mínimo e o baixo desemprego, favorecendo o poder de barganha sindical), corroeu o orçamento público, abatido pela queda da arrecadação devido a desaceleração da economia e a política de subsídios fiscais para empresários visando

³ A persistência da *pulsão histórica do golpismo na política brasileira* visa deter a entrada em cena do povo brasileiro no palco da história da Nação. É um traço indelével da tradição histórica oligárquica que marca a política e a sociedade brasileira. A pulsão histórica do golpismo na política brasileira está arraigada profundamente na alma dos “donos do Poder”, como diria Raymundo Faoro. O Brasil é um país de capitalismo retardatário, com industrialização hipertardia e formação colonial-escravista de via prussiana. A burguesia brasileira, ontogeneticamente oligárquica, nunca colocou para si o Projeto de Nação ou inclusão social dos pobres e miseráveis na economia de mercado e no Estado democrático com direitos sociais – o que expõe a estupidez política (ou ingenuidade medíocre) da conciliação de classe de cariz social-democrata assumida pela direção hegemônica do PT. Os ricos nunca iriam romper, de modo Republicano, com o passado oligárquico. A pulsão golpista contra governos democrático-populares, tal como uma crônica de morte anunciada, iria se manifestar, mais cedo ou mais tarde. Eis nosso lastro histórico que teimamos em esquecer, mas cujo passado persiste em voltar, tal como o espectro que persegue Hamlet na peça clássica de William Shakespeare.

incentivar investimentos produtivos capazes de levantar a economia brasileira (o que não ocorreu). A crise fiscal iria expor os limites estruturais do neodesenvolvimentismo no contexto de crise da economia capitalismo no Brasil.

No plano da política institucional, a Presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2010, demonstrou ser pouco afeita à negociação política. Mulher dura na conversação com o público e aliados da direita do PMDB, mas corajosa na intencionalidade política de levar adiante uma nova matriz macroeconômica, começou seu primeiro governo adotando políticas de confronto com setores rentistas que constituíam o núcleo duro do bloco do poder do Estado neoliberal no Brasil. Como diz o ditado popular: “cutucou onça com vara curta”. Em 2012, Dilma reduziu com vigor a taxa básica de juros da economia (Selic) e sinalizou com gastos públicos numa conjuntura de crise da economia mundial. Com Guido Mantega no Ministério da Fazenda, Dilma prosseguiu a política anticíclica adotada pelo governo Lula em 2009–2010, verdadeiro terror para os economistas neoliberais que cultuam a Responsabilidade Fiscal. Entretanto, como salientamos acima, a conjuntura mundial era outra: a desaceleração da China e o fim dos ciclos de *commodities* debilitaram as finanças públicas, impondo limites às políticas anticíclicas adotadas pelo Ministro da Fazenda Guido Mantega em 2009, que transformaram a crise financeira de 2008 no Brasil apenas uma “marolinha”. Num cenário de desaceleração da economia brasileira, aumento da inflação e juros em queda, a burguesia brasileira, de espinha–dorsal predominantemente rentista, especulativa e parasitária, exigiu, nos bastidores do Palácio do Planalto, em 2012, mudanças na gestão da economia brasileira. Os empresários unidos em torno da FIESP (Federação da Indústria do Estado de São Paulo) e FEBRABAN (Federação dos Bancos Brasileiros) pleiteavam naquele momento, mudanças drásticas na política econômica: redução de gastos públicos, cortes em Programas Sociais, redução de direitos trabalhistas e aumento dos juros para combater inflação. Era a pauta–bomba da burguesia brasileira para sair da crise do capitalismo brasileiro. Enfim, a burguesia brasileira lançou no centro do palco do neodesenvolvimentismo, a luta de classes.

Como “animais políticos”, Dilma e Lula se recusaram a promover, de imediato, a virada neoliberal da economia às vésperas das eleições de 2014, pois obviamente seria um suicídio político. A conciliação de classes tinha limites. Mas, logo após vencer as eleições de 2014 contra Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff, com pequena margem de diferença de votos, pressionada pelo imperativo da governabilidade e visando acalmar o bloco no poder neoliberal no seio do Estado brasileiro, indicou para Ministro da Fazenda, o neoliberal Joaquim Lévy, homem do Bradesco, e que fizera parte da equipe de Henrique Meirelles no primeiro governo Lula, com o objetivo de promover o ajuste fiscal.

Entretanto, o tempo histórico era outro – não estávamos em 2003, mas sim em 2013; o “núcleo duro” da grande burguesia brasileira, imbuída de consciência de classe oligárquica, verdadeiros donos do Poder, decidiu não mais querer o PT no governo (além é claro, dos interesses políticos escusos imediatos da banda mafiosa do PMDB em deter a Operação Lava–Jato). Em 2013, o bloco de poder da República, incrustado no Estado neoliberal, forma histórica do Estado político do capital, que acolheu durante dez anos os governos neodesenvolvimentistas, se rearticulou, delibera-

do não querer mais a Presidência da República sob o comando do PT. O economista Márcio Pochmann sintetizou numa frase, a tragédia do lulismo: “Os ricos não nos querem mais”. Golpear o PT no governo e na sociedade civil foi uma decisão suprema das oligarquias que compõem o bloco no poder do capital no Brasil; e que historicamente controlam há séculos, o sistema de produção e reprodução social (industriais, financistas, os donos da Grande Mídia e o Poder Judiciário); e o sistema de representação política (o sistema político oligárquico).

Desde a derrota de Lula da Frente Brasil Popular nas eleições presidenciais de 1989, a direita brasileira – a direita ideológica neoliberal (PSDB e DEM); e a centro-direita fisiológica e mafiosa representada pelo PMDB e partidos-satélites, que representavam há pouco tempo, a base aliada do Palácio do Planalto como avalistas da governabilidade, voltaram se articular como partido-guardião da ordem oligárquica no Brasil, os verdadeiros donos do Poder.

De fato, a partir do ano de 2013, começou a corrosão e fratura da base de sustentação política do governo do PT no Congresso Nacional. Para começar, ocorreu o rompimento do PSB, que lançou candidato próprio nas eleições à Presidente da República (Eduardo Campos); e, aos poucos, verificamos o afastamento progressivo de parlamentares do PMDB da base governista. Por exemplo, depois das jornadas de julho de 2013, Dilma propôs a Reforma Política, incomodando o PMDB, partido do vice-presidente da República, Michel Temer.

Na verdade, ocorreu, pouco a pouco, um processo de cooptação da centro-direita fisiológica e mafiosa do PMDB e partidos-satélites, que compunham a base-aliada do governo, pela direita ideológica neoliberal (PSDB e DEM), que comandava na época, a Operação Lava-Jato, operação judicial sucessora do Mensalão no STF; e também a ofensiva midiática da Grande Imprensa, tendo como articuladora-mor, a TV Globo. Depois de conquistar a sociedade civil, com o poder midiático (de)formando e manipulando a opinião pública, a direita ideológica neoliberal conquistou enfim, a sociedade política (o Congresso Nacional) e o aparelho de Estado (o Poder Judiciário, PGR, MPF e PF).

A “guerra de posição” conduzida pela direita ideológica neoliberal, teve mais eficácia política no momento histórico da crise da economia brasileira – sem desprezar também os flagrantes erros táticos do governo Dilma no xadrez político. Parafraseando Lula, diríamos que “nunca na história desse país”, um governo errou tanto em tão pouco tempo (indicações desastrosas para pastas ministeriais, adoção de ajuste fiscal neoliberal rompendo com o discurso de campanha da candidata Dilma, inoperância do Ministro da Justiça no âmbito dos vazamentos da Operação Lava-Jata pela Polícia Federal, etc).

Portanto, o ano de 2013 foi o *annus horribilis* dos governos neodesenvolvimentistas. O calor das manifestações de massa, expôs os limites do neodesenvolvimentismo e fez o “ovo da serpente” quebrar-se; e de lá saíram as víboras do fascismo social e político que se disseminaram pelo País. Foi pura ilusão (ou idiotia política) vangloriar as jornadas de junho de 2013 como fez certa suposta esquerda revolucionária. Naquele momento histórico de disputa na sociedade civil, a direita ideológica neoliberal comandou a pauta das ruas; e lançou efetivamente a cruzada dos “coxinhas”,

a classe média indignada e inquieta, que culpou o governo Dilma e o PT pela corrupção no País. Foi assim que, ensaiou-se em 2013, a rearticulação do bloco no poder oligárquico capaz de implodir a arquitetura política do lulismo.

A trágica vitória de Dilma em 2014 – vitória de Pirro – ocorreu sob a crise profunda da institucionalidade política e imensas dificuldades na economia brasileira, provocada pelo boicote de investidores e pela ofensiva midiática disseminando o caos. Havia uma perfeita orquestração do golpismo. O governo e o PT pareciam paralisados e bestificados pelo cerco golpista. A derrota inesperada da direita neoliberal, representada pelo PSDB em 2014, acirrou os ânimos da reação conservadora. *Mas o verdadeiro golpe foi a eleição da maioria política conservadora e reacionária no Congresso Nacional, sob a liderança do PMDB e aliados do Deputado Eduardo Cunha.* Coube a Eduardo Cunha implodir o *centro político* no qual se sustentava a estratégia do neodesenvolvimentismo lulista. Enfim, naquele momento, o espírito golpista encontrou o corpo político monstruoso – verdadeiro Frankenstein – da maioria política conduzida por Eduardo Cunha no Congresso Nacional.

Em torno de si, Eduardo Cunha, com a conivência ativa do vice-presidente Michel Temer, construiu uma maioria política em sua maior parte, indiciados por corrupção, dispostos a romper com a base de sustentação do governo, e compor-se pragmaticamente com a direita ideológica neoliberal, tábua de salvação de bandidos e canalhas da República oligárquica (no íntimo da canalha do PMDB – e inclusive do PSDB, o *telos* político de esvaziar a Operação Lava-Jato, posto que ela cumprira, após o golpe, sua finalidade escusa – não combater a corrupção endêmica da política brasileira, mas “destruir” o PT e quiçá, prender Lula).

Da articulação política que deu corpo ao espírito reacionário da oposição neoliberal, surgiu a ambição do PMDB e seus cálculos políticos. Os *capi* do PMDB, encurralado pelas investigações da Operação Lava Jato, viram-se pressionados, no jogo do toma lá-dá cá da política brasileira, a sedimentar a articulação sinistra da Direita neoliberal com a Direita fisiológica e corrupta. Era ironicamente, a “Ponte para o Futuro” – título do programa reacionário do PMDB lançado em 2013, nascido como força de oposição ao governo do PT. No senso do oportunismo, a constelação mafiosa do PMDB e partidos-satélites, foram obrigados a aderir ao golpe almejado pela oposição ideológica neoliberal em troca da prometida “impunidade” de seus *capi*, verdadeira quadrilha que tomou de assalto o Palácio do Planalto (vice-presidente Michel Temer, Senador Renan Calheiros e Deputado Eduardo Cunha, todos indiciados por corrupção). Na verdade, tratou-se de mero acordo tácito não explícito e provavelmente à mercê dos desdobramentos políticos e disputas no seio da coalização oposicionista golpista.

A articulação golpista visando estuprar a Constituição Federal foi realizada às claras, dentro do aparelho de Estado brasileiro, contando inclusive com a conivência ativa (e passiva) do STF (Supremo Tribunal Federal). Enfim, Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal, Supremo Tribunal Federal, e inclusive a Polícia Federal, tornaram-se instâncias de desestabilização ao statu quo do governo Dilma. A conspiração corria às claras na Triste República. Enfim, a Operação Lava-Jato, na pessoa do Juiz Sérgio Moro, teve a gloriosa função histórica de ser o aríete de

provocação para que a direita fisiológica e mafiosa, incrustada no PMDB e partidos-satélites, se aliassem pragmaticamente, com a direita ideológica neoliberal, compondo, deste modo, a maioria política sob a condução do Dep. Eduardo Cunha (PMDB), artífice da paralisia política do governo Dilma. Com a plena aprovação dos supostos guardiães da Constituição Federal (os Ministros do STF), a maioria política de direita no Congresso Nacional teve “sinal verde” para encaminhar um processo de *impeachment* da Presidência da República, processo de impedimento espúrio no mérito, tendo em vista que, ele não possuiu fundamento jurídico, na medida em que a Presidenta da República não cometeu crime de responsabilidade. Mais uma vez, como em 1964, o STF colaborou com o estupro da Constituição Federal que diz ser guardião. Esta é a natureza do golpe de 2016 – jurídico-parlamentar e midiático.

Quando em 2011, a atual embaixadora norte-americana no Brasil, Liliana Ayalde declarou que “ter amigos na Suprema Corte é ouro puro”, ela sinalizou a nova estratégia imperial para controlar o processo político nas sociedades democráticas. Antes, a subversão da ordem democrática ocorria utilizando-se um componente do aparelho de Estado (as Forças Armadas); hoje, é o Poder Judiciário, um dos Poderes da República. A mídia e a mobilização nas ruas ou mesmo o parlamento, por si só, não seriam suficientes para consumir o Golpe. Enfim, a CIA adequou sua estratégia de luta às novas condições históricas do capitalismo manipulatório. A ideologia do Direito tornou-se uma poderosa arma em sociedades complexas onde a luta de classes se agudiza. O fenômeno da judicialização das relações sociais e da própria política encontra como complemento manipulatório, a politização da Justiça. Mas não é uma politização qualquer, mas sim a politização encoberta pela excepcionalidade hermenêutica da Moralidade togada. Tal como a Mídia manipula a Notícia, o Ministro do Supremo manipula a Lei de acordo com a conveniência do *status quo*. Por isso não interessa democratizar o Poder Judiciário. Nem os Meios de Comunicação de Massa. Eles precisam ser permeáveis às forças da oligarquia dominante. Consumado, o Golpe de 2016 no Brasil, que teve como experimento preliminar o Golpe paraguaio, tornou-se um interessante objeto de estudo da ciência política, verdadeira lição histórica sobre como deve atuar o imperialismo quando não consegue depor pelo voto governos inde-sejáveis para Washington.

O novo arco do poder (a aliança política PMDB-PSDB) significou o grande feito histórico da República oligárquica que ressurgiu das cinzas do lulismo, que acreditou construir um projeto de inclusão social num país de pulsão histórica golpista. Como a caixa de Pandora, o lulismo disseminou na sociedade brasileira, o inadmissível na ordem oligárquica: a cultura dos direitos sociais, não apenas do povo brasileiro que trabalha, mas das minorias e maiorias discriminadas: mulheres, negros, pobres, homossexuais e transexuais. O desnudamento do Estado neoliberal, oculto desde o governo FHC, expôs de modo candente, a imoralidade da miséria política brasileira. O signo contraditório do lulismo foi sustentar governos neodesenvolvimentistas comprometidos com a inclusão social no interior do Estado neoliberal. A reação do bloco de poder burguês incrustado no Estado neoliberal, adquiriu maior proporção nas condições de crise da economia brasileira em 2013, tornando-se fulminante, tanto no plano da sociedade civil, quanto no plano da sociedade política.

Por exemplo, na sociedade política, o *espírito golpista* adquiriu um “corpo monstruoso” na maioria política do Congresso Nacional, eleito em 2014, com uma composição reacionária e conservadora, e que escolheu o Dep. Eduardo Cunha/PMDB para presidi-lo. O sistema político arcaico permitiu que grandes empresas financiassem candidatos comprometidos com a espoliação do fundo público e dos direitos sociais e trabalhistas do povo brasileiro. Na sociedade civil, o espírito golpista assumiu seu “corpo monstruoso” nos movimentos sociais de direita, tal como o MBL (Movimento Brasil Livre), que, financiados por grandes empresários, articulou-se com ruralistas e evangélicos para defender pautas neoliberais, reacionais e conservadoras. As “víboras” da reação conservadora se multiplicaram pela sociedade civil.

O discurso do ódio de classe assumiu dimensões inéditas na história do Brasil. O Partido da Imprensa Golpista (PIG), tendo como vanguarda midiática a TV Globo, utilizou-se do discurso de combate sensacionalista à corrupção, seduzindo uma “classe média” historicamente idiota na política, e liberal na visão de mundo, e que, com a crise da economia brasileira, proletarizou-se em suas condições de vida e trabalho, atribuindo, como “bode expiatório” da sua desgraça existencial, Dilma e o corrupto PT. A irracionalidade social foi engendrada no seio da miséria espiritual do neo-desenvolvimentismo. A inquietação social das camadas médias seduzidas pelo discurso liberal anti-corrupção pavimentou o caminho da reação golpista da direita ideológica neoliberal, articulada no plano internacional com a ofensiva imperialista de derubar governos “populistas” na América Latina contrários à política externa de Washington. Enfim, a pulsão golpista no Brasil possui uma vincula orgânico com a cadeia secular de dominação imperialista na América Latina.

1. A miséria brasileira

Estas notas esparsas sobre o Golpe de 2016 no Brasil fez a opção de ficar no mundo das sombras e da contingência política. As raízes profundas da reação conservadora e reacionária estão na incapacidade candente do projeto político do PT de romper com o Estado neoliberal de cariz oligárquico-político, herdado dos governos neoliberais e da Ditadura Militar. Tanto os militares, quantos os governos Collor e FHC, apenas atualizaram a tara oligárquico-político do Estado brasileiro, dando-lhe um verniz moderno. O Estado democrático de Direito da Constituição-Cidadã de 1988 foi mais uma promessa de civilização que uma realidade efetiva dum sistema político deformado historicamente pelo clientelismo e corrupção dos financiamentos privados para campanhas políticas.

A Reforma do Estado de 1998 no governo FHC, não tinha como objetivo democratizar o Estado brasileiro, mas sim, modernizá-lo de acordo com a lógica gerencial. A democratização do Estado brasileiro não era um valor para governos neoliberais, mais preocupados com gerencialismo e Responsabilidade Fiscal. Entretanto, existe uma razão histórica de fundo que explica o novo golpe de 2016: a vigência histórica na sociedade brasileira daquilo que podemos denominar de “pulsão histórica do golpismo” que caracteriza, de modo particular, a miséria política secular do capitalismo retardatário brasileiro.

Nesse primeiro momento, podemos expor de modo sintético o que consideramos como sendo *as três leis históricas da pulsão reacionária que comanda o metabolismo político e social da história brasileira*. A reposição em 2016, com vigor inaudito, do espírito golpista da burguesia brasileira (industrial, financeira e agrária), aliada à “classe média” liberal, conservadora e rentista, incrustada no aparelho de Estado, nos obrigou a refletir, de modo crítico, sobre a miséria política brasileira. O projeto neodesenvolvimentista de inclusão social incomodou a lógica oligárquica brasileira, que quis preservar a ordem social, cultural e política da Casa Grande. Apesar dos apelos do lulismo, os ricos nunca aceitaram Lula e suas criações políticas que “cheiravam a povo”. O lulismo libertou de modo inadvertido, forças sociais que a burguesia brasileira e sua “classe média”, cativa da miséria oligárquica, nunca aceitaram.

No Brasil, o espectro do passado colonial–escravista, oligárquico–político, comanda os vivos, repondo, em nome do *ethos* senhorial, arrogante, cínico e golpista, a miséria política brasileira, que se traduziu nas leis históricas da pulsão reacionária que dilacera a Triste República brasileira:

1. Como capitalismo retardatário de extração colonial–escravista, capitalismo de via prussiana e formação social oligárquica, o Brasil está condenado a repor historicamente o arcaico tal como o espírito dos mortos comandando os vivos.

2. O arcaico da pulsão golpista e do *ethos* senhorial no Brasil, *ethos* arrogante e cínico das elites burguesas da Casa Grande, articula-se sempre com o moderno da civilização do capital, principalmente hoje em sua etapa de capitalismo global.

3. O pêndulo histórico no Brasil opera um movimento sinistro entre a tragédia e a farsa. Como disse o velho Marx no “18 Brumário de Luis Bonaparte”, “a história se repete, primeiro, como tragédia e depois, como farsa”. Entretanto, nas condições do apodrecimento das promessas civilizatórias da ordem burguesa hipertardia no Brasil, a farsa da história brasileira adquiriu em pleno século XXI, a dimensão do grotesco. Como País do Futuro da civilização sem futuro do capital, o Brasil é um território privilegiado do capitalismo global no século XXI, pois nele encontramos a síntese plena da tragédia civilizatória como farsa grotesca.

Estas leis históricas que nos aprisionam constituem a “miséria brasileira”. A tarefa política para romper com nosso destino histórico é a luta plena e intensa pela democratização radical do Estado brasileiro. Esta deve ser a tarefa política da esquerda brasileira. Entretanto, a esquerda brasileira herdou a miséria oligárquica da Triste República dos Trópicos: por um lado, a esquerda liberal–social do PT, nunca se habilitou efetivamente para romper com o Estado neoliberal; pelo contrário, procurou se acomodar no interior dele, visando um “lugar ao sol” na ordem oligárquica. Por outro lado, uma certa esquerda socialista, teleologicamente revolucionária, incapaz de entender o território nacional–popular, desprezou o valor da democratização radical como tarefa política para o caminho para o socialismo, mantendo-se higienicamente distante do Estado brasileiro e das disputas institucionais, desconhecendo seu complexo territorial pantanoso e sinuoso, sem problematizá-lo como “montanha que se deve conquistar” (Mészáros). Esta esquerda socialista, com uma visão restrita de Estado, restringiu-se às lutas sociais e populares, mitificando-as; e tornando-se, ao mesmo

tempo, incapaz de hegemonia social e cultural, desprezou a luta política no sentido da democratização do aparelho do Estado.

Nesse caso, a mísera política significou a mera disputa eleitoral pela Presidência da República ou o parlamento. Faltou a *virtu* da hegemonia cultural deixado à mercê da mídia oligárquica que imbeciliza o povo brasileiro. Enfim, o Brasil é um País de capitalismo hipertardio que nunca possuiu uma burguesia comprometida com projeto de Nação. Talvez alguns burgueses esclarecidos, mas nunca uma burguesia como classe ou fração de classe efetivamente comprometida com a democratização radical. A democratização radical deve ser tarefa de um governo popular–democrático que consiga acumular forças sociais para o enfrentamento social, político e cultural no interior do Estado como condensação material da correlação de forças sociais e de classes.

Temos hoje um longo percurso histórico que não nos permite mais se iludir com a Casa Grande sob pena de repetirmos o passado. O único interessado no projeto de Nação é o povo brasileiro, alvo de intensa manipulação social que visa bloqueá-lo como sujeito histórico em si e para si. O problema do Brasil não é o deficit democrático, mas sim a equação sinistra do atraso político que nos condena às leis históricas da pulsão golpista da miséria brasileira.

Para que possamos conhecer a natureza essencial do golpe de Estado ocorrido no Brasil em 2016 temos que levar em consideração não apenas a processualidade imediata da conjuntura política nacional, com os bastidores do jogo de poder entre PT, PMDB e PSDB e as articulações sinistras entre Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal e Polícia Federal no seio do aparelho de Estado, ao lado da Operação Lava–Jato e a intensa manipulação da opinião pública pelo Grande Imprensa, com destaque para a TV Globo.

Todos os personagens visíveis (e invisíveis) do golpe de 2016 no Brasil atuam, muitas vezes sem o saber, no palco histórico constituído pelas forças ocultas dos interesses econômicos, políticos e geopolíticos profundos que compõem o movimento das contradições orgânicas do sistema–mundo do capitalismo neoliberal em sua etapa de crise estrutural. Na verdade, é no plano do sistema–mundo do capital global que se disputam os interesses cruciais da produção e reprodução da ordem burguesa planetária. O Brasil é apenas uma província do sistema–mundo do capital global predominantemente financeirizado onde se disputa o reordenamento do sistema–mundo sob o comando do Império neoliberal.

Nesse momento, a adoção de uma perspectiva histórica tornou–se imprescindível, não apenas apreendendo, por exemplo, no plano da historicidade nacional, a miséria da política no Brasil, caracterizada historicamente pela pulsão golpista; mas também buscando entender, no plano histórico–mundial, o desenvolvimento da crise do capitalismo global e as mutações orgânicas do modo de desenvolvimento capitalista predominantemente financeirizado nos “trinta anos perversos” (1980–2010).

Nesse período de trinta anos da história mundial, tivemos o *débaçle* da URSS, a ascensão do capitalismo global, a dominância do neoliberalismo, a construção da União Europeia e, no alvorecer do século XXI, a crise da hegemonia imperial

dos EUA por conta das ameaças ao poder do Dólar e, com a crise financeira de 2008/2009, as estratégias de recomposição geopolítica imperial no seio da mais profunda crise de civilização do capital desde 1929. A crise da hegemonia imperial dos EUA, verdadeira ameaça ao Poder do Dólar, ocorreu na primeira década do século XXI com as fraturas geopolíticas da dominância do Império neoliberal na América Latina, Norte da África, Oriente Médio e Sudeste Asiático, tendo em vista a ascensão da China e da Rússia como protagonistas do novo imperialismo e a crise de hegemonia financeira devido o crack financeiro de 2008/2009.

Enfim, no palco da história sinistra do golpe de 2016 no Brasil operam, de modo intenso, interna e externamente, forças econômicas, político-ideológicas e geopolíticas ocultas – e algumas delas, não tão ocultas assim – que coordenam os interesses estratégicos do Departamento de Estado norte-americano, o polo hegemônico do Império neoliberal, com elementos (partidos, movimentos sociais, *think tanks* e meios de comunicação de massa) da oposição neoliberal, reacionária e oligárquica brasileira (a direita fisiológica e ideológica que ocupou com o impeachment da Dilma, o governo Temer).

A matilha de cães da direita oligárquica – neoliberal e reacionária – expressa sua sede em derrubar – não mais pelo voto, mas por um golpe de força jurídico-parlamentar – seus adversários políticos internos, apropriando-se, deste modo, dos recursos de administração da ordem burguesa caduca. Na verdade, o que ocorre há anos no Brasil, pelo menos desde 2013, com a fratura da frente política do neodesenvolvimentismo, é uma disputa intraclasses burguesa, com camadas e frações de classe disputando não apenas os recursos do Estado brasileiro, mas definindo projetos de desenvolvimento do capitalismo para o Brasil de acordo com as disputas geopolíticas que ocorrem no palco histórico do sistema-mundo do capitalismo global.

O que se disputa na virada para a década de 2010 é o modo de resolução das contradições abertas pela crise financeira de 2008/2009 no plano histórico mundial. É a retomada da taxa de lucro e do movimento de acumulação do capital no Brasil. Trata-se de uma disputa no interior da ordem burguesa, tal como ocorreu, por exemplo, na década de 1930 a partir da crise de 1929. Esta necessidade de nova reestruturação da ordem do capital global é o que caracteriza a crise do capitalismo neoliberal.

A ruptura da institucionalidade democrática no Brasil em 2016 por meio de um golpe de Estado jurídico-parlamentar, ocorreu no contexto da profunda crise do capitalismo global. Ao dizermos “crise do capitalismo neoliberal” não queremos salientar a impossibilidade de reprodução da ordem burguesa mundial. Muitas as vezes, a ideia de “crise” remete a noção de estagnação e queda. Mas, pelo contrário, as “crises” do capitalismo histórico possuem uma função histórica crucial – elas tratam de oportunidades de renovação para que o sistema-mundo do capital se recomponha num patamar superior, constituindo assim, uma forma social no interior da qual ele desenvolverá suas contradições candentes no século XXI. É claro que a “crise” opera não apenas oportunidades de renovação da dominância hegemônica do capital, mas expõe também riscos contingentes de rupturas sociais e políticas adversas à dominância do capital global tendo em vista a luta de classes.

Nas condições históricas da crise estrutural do capital no século XXI, a re-composição da ordem burguesa no Brasil por meio do golpe de 1961 representou um declive civilizatório inédito na história do País. No momento, ele possui uma personalidade política, síntese trágica da farsa burguesa no Brasil: Michel Temer. O sinistro mordomo da Casa Grande senhorial assumiu a nobre tarefa histórica de promover a reestruturação reacionária e conservadora do capitalismo brasileiro nas novas condições históricas de dominância do Império Neoliberal face ao aprofundamento de suas contradições estruturais.

Depois da crise financeira de 2008/2009, o capitalismo global entrou num novo patamar de desenvolvimento que expôs as múltiplas contradições do sistema mundial do capital. Toda crise é uma síntese concreta de contradições acumuladas no desenvolvimento do modo de produção e reprodução capitalista. Desde os primórdios do desenvolvimento do capitalismo global como capitalismo histórico sob dominância do capital financeiro no começo da década de 1980, a economia mundial apresentou um movimento de volatilidade sistêmica decorrente da financeirização da riqueza burguesa. Esta deformação do espaço-tempo da produção de valor produzida pela financeirização da riqueza capitalista decorreu da crise estrutural de lucratividade do capital no plano do mercado mundial, crise de produção e formação de mais-valor no “núcleo orgânico do sistema” (EUA, Europa Ocidental e Japão) por conta da crise de superprodução crônica desde meados da década de 1970.

A nova dinâmica capitalista constituiu o espaço-tempo do capital global como dimensão da produção (e reprodução) do capital fictício que, na medida em que se tornou um sistema político-institucional e cultural da civilização do capital, enraizado no Estado capitalista no sentido ampliado, constrangeu como sistema-mundo, as unidades intranacionais e regionais a implementarem políticas neoliberais capazes de propiciarem materialidade efetiva à superexploração da força de trabalho nos Estados-Nação e à valorização fictícia do valor no plano dos mercados financeiros globais. É esta nova territorialidade do capital global predominantemente financeirizado que corroeu a materialidade das políticas keynesianas, lastro do Estado de bem-estar social que caracterizou os anos dourados do capitalismo organizado do pós-guerra. Pelo contrário, o Estado neoliberal tornou-se hoje o agente político exterior dos interesses alienígenas da nova estratosfera do capital abstrato, o capital global predominantemente financeirizado, descomprometido com os territórios da Nação como materialidade dos acordos de concertação social da era keynesiana. Portanto, eis, de modo sintético, o quadro histórico-estrutural a partir do qual devemos refletir sobre a nova reação neoliberal no Brasil no quadro de crise do capitalismo global, reação neoliberal que se diferencia radicalmente da reação neoliberal no Brasil ocorrida em 1990 e que se deu num quadro de ascensão do capitalismo global, vitorioso com o Consenso de Washington.

A crise financeira de 2008, uma das maiores crises do capitalismo global, teve como efeito político na década de 2010, a polarização do espectro político em vários países capitalistas na União Europeia, com o crescimento da direita e o surgimento de novos polos políticos à esquerda (por exemplo, Syriza na Grécia; Podemos, na Espanha); no caso dos EUA, o terremoto político foi perceptível com a polarização no

interior do Partido Republicano em sua disputa com o Presidente democrata Barack Obama, abrindo espaço para lideranças fundamentalistas de direita (por exemplo, o Tea Party e mais tarde, o Republicano exótico, Donald Trump). Podemos dizer que a radicalização da luta de classes – inclusive a recomposição das frações dominantes no bloco no poder neoliberal – implodiu o centro político, polarizando radicalmente as demandas políticas diante das contradições sociais abertas pela reverberação da crise de 2008 (por exemplo, o aumento do desemprego, o problema dos refugiados ou imigrantes, e o crescimento da xenofobia e dos partidos neofascistas na União Europeia e EUA).

A implosão do centro político e o protagonismo da direita neoliberal

Na situação política do Brasil, a crise do capitalismo brasileiro por conta do fim do ciclo das *commodities* e a desaceleração da economia da China, e o aumento do déficit público por conta da crise fiscal do Estado brasileiro (aumento da renúncia fiscal por conta da manutenção da política contra-cíclica desde 2009, queda da arrecadação por conta da desaceleração da economia, manutenção e ampliação do gasto público com programas sociais), provocaram em 2014 um movimento de re-aglutinação das frações burguesas no bloco no poder que implodiu o centro político.

A parte da direita fisiológica (PMDB) que compunha a frente política do neodesenvolvimentismo rompeu com o governo Dilma em 2014, assumindo, sob a condução parlamentar do Deputado Eduardo Cunha (PMDB) uma pauta política própria. A Presidenta Dilma salientou várias vezes que o responsável pela crise terminal de seu governo foi o Deputado Eduardo Cunha, o homem que implodiu o centro político e fez despertar a direita brasileira. Em 2014 polarizou-se no País, pela primeira vez, esquerda e direita, surgindo uma direita reaglutinada entre a direita fisiológica (PMDB) e a direita ideológica (PSDB). Em torno da direita fisiológica do PMDB circulam uma plêiade de pequenos partidos de aluguel – temos hoje 35 partidos políticos no Congresso Nacional – que compõem a nova maioria política de direita e que congrega em seu seio, a bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia), formada por parlamentares ruralistas, evangélicos e defensores de propostas ligadas à segurança pública. Essa bancada de parlamentares da Câmara dos Deputados foi fundamental na votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Ao lado da direita fisiológica do PMDB e aliados; e a direita ideológica neoliberal conduzida pelo PSDB, corre por fora, a direita fascista representada pelo Deputado Jair Bolsonaro (PSC) e aliados evangélicos (uma direita fundamentalista que pode crescer caso fracasse o governo da direita representada pelo PMDB-PSDB).

A dissolução do centro político capaz de permitir a polarização (e despertar) da direita brasileira foi corroborada, por exemplo, pela morte de Eduardo Campos (PSB) e a eleição em 2014 de um Congresso Nacional de maioria política de direita. Além disso, a vitória de Dilma por uma pequena diferença de votos e a inflexão à direita das primeiras medidas do segundo governo Dilma (o ajuste fiscal do Ministro da Economia Joaquim Levy, homem da direita neoliberal incrustado no governo Dilma) deram legitimidade ao PSDB para se arrogar politicamente como oposição neoliberal.

No plano da sociedade civil, desde as manifestações de 2013 colocou-se no palco, mais um ator capaz de articular-se com a mídia neoliberal contra o governo Dilma: os movimentos sociais de direita tais como Movimento Brasil Livre e Revoltados On-Line, que promoveram manifestações massivas de “classe média” pelo impeachment de Dilma Rouseff. O despertar da direita brasileira não era apenas um despertar político, mas um despertar social com um espectro amplo da “classe média” incorporando pela primeira vez, com orgulho e devoção, o posicionamento da direita contra a esquerda, identificada com o PT. O ódio de classe foi o sentimento despertado pela ascensão social da direita brasileira.

Por ordem de presença no palco do golpe de Estado podemos elencar, primeiro, desde 2008, pelo menos, a mídia neoliberal e o STF com o julgamento do mensalão fustigando os governos e políticos do PT; depois, a partir de 2013, os movimentos sociais de direita e por fim, em 2014, como ator principal da movimentação do golpe, o Congresso Nacional sob a condução do Deputado Eduardo Cunha (PMDB). Ao lado da movimentação principal, corre por fora, sob os holofotes da mídia hegemônica, a Operação Lava-Jato (Juiz Sérgio Moro) e a Polícia Federal, que em nome do combate seletivo à corrupção tornaram-se arquitetos do desmonte da reputação política do PT e do governo Dilma. Ainda dentro do aparelho de Estado, a figura do Procurador Geral da República (Rodrigo Janot). Enfim, a orquestração do golpe, tal como uma sinfonia, teve o seu primeiro movimento propriamente dito, no ano de 2013, consumando-se num *gran finale*, em 2016 com a destituição de Dilma Rouseff.

A dissolução da frente de coalização política liderada pelo PT e a implosão do centro político paralisou a estratégia política do lulismo, tendo em vista ele ser avesso ao discurso político da luta de classe. Na verdade, na nova conjuntura de crise e contra-reforma neoliberal, a ideia de “Lula Paz e Amor” dissolveu-se num cenário de polarização entre esquerda e direita. O bloco no poder neoliberal tomou às rédeas do processo político e impõe sua contra-revolução conservadora.

Entretanto, o lulismo pode se recompor desde que a direita sofra uma nova cisão política e o centro político adquira densidade tal como ocorreu com a crise do modelo neoliberal no começo da década de 2000, permitindo naquele momento, a ascensão da candidatura da Frente Brasil Popular com Luis Inácio da Silva). É curioso que um provável candidato à Presidência da República em 2018, Ciro Gomes (PDT), numa entrevista ao “Diário de Minas”, em 31.10.2016, tenha afirmado que a esquerda deveria se aliar com o centro. O político cearense quer reeditar o lulismo sem Lula. Entretanto, o centro político precisa se recompor, uma situação improvável – pelo menos a curto e médio prazo – nas condições de crise estrutural do capitalismo brasileiro.

Não é o lulismo que tem contradições como supõe André Singer. Talvez o petismo sim, tenha contradições, tal como o neodesenvolvimentismo, modo de desenvolvimento capitalista que se desenvolveu no seio da profunda contradição entre a pauta de inclusão social e o habitat do Estado neoliberal brasileiro, ontogeneticamente oligárquico e conservador. A estratégia do lulismo não é, em si mesmo, uma estratégia falha no sentido da revolução brasileira. Talvez o lulismo seja, ele próprio, parte

do processo em marcha da revolução burguesa brasileira que, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda se desdobra por décadas. A questão histórica fundamental é que, diante das contradições do capitalismo neoliberal fechou-se o cerco contra a ideia de Brasil Moderno tal como conceberam os interpretes do Brasil. Talvez o lulismo represente o último suspiro da revolução burguesa brasileira indicada por Sérgio Buarque de Holanda (em “Raízes do Brasil”), “uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional. Processa-se, é certo, sem o grande alarde de algumas convulsões de superfície... A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; e antes um processo demorado e que vem durando pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes associam-se como acidentes diversos de um mesmo sistema orográfico.”

Essa revolução burguesa brasileira marcada pela Proclamação da República em 1899 que aboliu o trabalho escravo e a monarquia; pela Revolução de 1930 que aboliu a República velha e impulsionou a industrialização, e mesmo o populismo e o lulismo, como processos políticos de modernização, caracterizam-se por serem “revoluções pelo alto” que no cenário da crise estrutural do capital no século XXI parece ser incapaz de resolver a Questão Nacional e por conseguinte a Questão democrática e a Questão Agrária. Enfim, o que assistimos com as contradições (e limites) do neodesenvolvimentismo e o despertar da direita brasileira é o fim do ciclo longo da República burguesa no Brasil, incapaz de realizar as tarefas do Brasil Moderno.

Diante do fechamento do cerco histórico à revolução burguesa brasileira, a afirmação da ideia de Brasil Moderno deixa de ser por meio da revolução burguesa, tal como se prefigurou no populismo e no lulismo, e se ponha cada vez mais, por meio da revolução democrático-popular e socialista (o que encontra limites estruturais na própria morfologia social do povo brasileiro). O ponto axial da contradição do neodesenvolvimentismo e a exposição de seus limites estruturais se deu no campo da disputa pelo orçamento público e por conseguinte a sustentabilidade da dívida pública. Numa situação de crise do capitalismo financeiro em 2008, acirrou-se a disputa pelo fundo público, provocando um curto-circuito na programática neodesenvolvimentista e implodindo o lulismo como ferramenta política de governabilidade. A recomposição do bloco no poder representado pelo Estado neoliberal “cuspiu” para fora o governo Dilma, débil politicamente e incapaz de cumprir o eixo programático do neodesenvolvimentismo tendo em vista a profunda crise da economia brasileira que, não crescendo tornou-se difícil manter a promessa de inclusão social e acomodar os interesses de classe no seio da frente política e coalizão do neodesenvolvimentismo.

Aproveitando-se do golpe de Estado de 2016, a direita liberta (da coalização política do neodesenvolvimentismo), desperta social e politicamente e recomposta, hegemonizada na sua programática de governo pela fração neoliberal, tendo maioria política, implantou com vigor, tendo como operadores o Poder Judiciário e o Congresso Nacional, a pauta de contra-reformas neoliberais no Brasil em contraponto aberto àquela do neodesenvolvimentismo. Na verdade, a direita brasileira despertou para reestruturar o capitalismo brasileiro nas condições de crise estrutural, reinserindo o Brasil no alinhamento com Washington.

em vez de um governo de coalizão, o governo Temer é efetivamente um governo de classe, governo da direita liberta do centro político e da esquerda pragmática que pautava o programa do neodesenvolvimentismo. Portanto, derrubar por um impeachment sem crime de responsabilidade – o que configura um golpe de Estado – foi apenas o primeiro passo. O pós-golpe de Estado significa fazer em 10 meses o que o PT não conseguiu fazer em 10 anos: reconstruir, implodindo, o Estado brasileiro na perspectiva do bloco no poder neoliberal.

Finalmente, diante do crescimento do voto na direita, em suas diferentes frações dispersas pela miríade de agremiações políticas não-tradicionais na política brasileira, como PRB, PMN, etc, nas eleições municipais de outubro de 2016, podemos expor as teses abaixo:

Tese 1

O povo brasileiro tem uma alma conservadora e liberal, apesar dos profundos anseios de mudança. É uma contradição em termos. Lula foi eleito em 2002 devido a crise do modelo neoliberal, anseios de mudança sociais e carisma político. O senso comum do povo brasileiro é profundamente liberal-conservador e, ao mesmo tempo, inquieto e insatisfeito com as condições de vida material. O senso comum popular, devido o seu profundo conteúdo de despolitização, é matéria ideológica inadequada à ideologia da esquerda, sendo bastante susceptível à manipulação da direita (o que explica a ascensão da direita hoje). O lulismo, em vez de mudar o senso comum popular, manipulou naquelas novas condições, a sua dimensão “mudancista”, aproveitando-se oportunisticamente da conjuntura de boom do comércio mundial pré-crise. Enfim, a esquerda lulista foi incapaz de mudar o senso comum popular.

Tese 2

O PT chegou a governo e viu-se envolvido no jogo político-parlamentar governabilidade, mantendo-se as regras do jogo do Estado brasileiro. O núcleo dirigente hegemônico do PT esqueceu-se de formar e educar o povo, construindo hegemonia cultural e política capaz de disseminar a ideologia de esquerda, procurando meramente adaptar-se ao sistema e cultura política como fizeram todos aqueles que chegaram a governo e habitaram a estrutura do Estado brasileiro. Foi seduzido pelo culto do Estado, antípoda do medo do Estado que caracteriza a esquerda ideológica. O governo de coalizão “adaptou-se” ao Estado neoliberal, impregnando-se do espírito da ordem, caracterizado pela hegemonia dos *mass média* difusores da ideologia liberal e os “currais” eleitorais, que migrou do campo para a cidade com o neopentecostalismo, representando o neoconservantismo liberal-oligárquico. Em síntese, Globo + Igrejas evangélicas é o modo de dominação cultural das oligarquias políticas que compõem o bloco no poder do Brasil. O espírito da ordem formou a sociedade civil liberal, positivista e conservadora, compondo-se, ao lado da sociedade política, o Estado neoliberal brasileiro.

Tese 3

Foram as contradições sociais abertas pela crise global de 2008 que fizeram a direita no Brasil assumir pauta própria. Primeiro, pela operação de implosão do centro político capaz de permitir a esquerda pragmática operar (a morte de Eduardo Campos assume outro significado político, pois ele não tinha perfil de direita e poderia, caso estivesse vivo, ser um obstáculo á constituição do pólo de direita tendo como eixo principal o PMDB de Temer–Cunha). A afirmação da direita como pólo político é o mais importante fenômeno político da república brasileira no século XXI. Antes, a direita não se reconhecia como direita mas como centro. As contradições abertas pela crise de 2008, principalmente na base da disputa pelo orçamento público, fez a direita assumir consciência de classe, mobilizando seus quadros nas várias instâncias da sociedade política e da sociedade civil. A direita brasileira em suas frações fisiológica e ideológica, hoje unidas e recompostas, aproveitou-se do campo fértil criado pelo choque de capitalismo ocorrido na era do neodesenvolvimentismo para crescer. O povo brasileiro e a classe média assalariada viveram dois processos materiais diversos por conta do sociometabolismo neoliberal e suas contradições. Num primeiro momento, o povo brasileiro viveu a inclusão social por meio da ideologia do consumo, sendo ele, o lastro da direita fisiológica e do centro político que compôs a maioria política na etapa de ascensão do neodesenvolvimentismo. Num segundo momento, com a crise da economia brasileira, reverberação da crise de 2008; e os limites do neodesenvolvimentismo, ocorreu a ruptura da direita fisiológica da base de apoio do governo Dilma. Ao romper, faz um movimento de composição com a direita ideológica, criando uma pauta própria e com apoio na sociedade civil e dentro do aparelho de Estado. Implodiu-se o centro político onde a esquerda pragmática do PT e PCdoB operavam o governo e a governabilidade. De fato, o povo brasileiro deslocou seu voto para as composições assumidas da direita, que nesses anos de neodesenvolvimentismo, não apenas mantiveram seu curral eleitoral, mas cultivaram novos campos de manipulação com o crescimento dos carecimentos radicais (parte da direita fisiológica compunha o centro político que deu sustentação aos governos de coalização do PT–PCdoB. A asunção da direita brasileira acompanhou um processo global de crise capitalista e nova ofensiva neoliberal, conservadora e reacionária que articula uma construção ideológica levada a cabo pela materialidade da crise social do mundo do trabalho e a rede de manipulação midiática que no caso do Brasil envolve não apenas mass mídia, mas Igrejas neopentecostais. A disseminação de valores de direita torna-se o lastro para escolhas políticas espúrias. Por isso, o fenômeno do fascismo não é político, mas social, criando a base para a manipulação política.

O Golpe jurídico–parlamentar de 2016 que levou ao impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e instaurou o “Estado de exceção” que caracteriza o Governo Michel Temer visa promover reformas estruturais no capitalismo brasileiro adequando-o à agenda neoliberal como saída para a crise de lucratividade e acumulação de capital que abateu o capitalismo brasileiro desde 2013 no rastro da Grande Recessão Global de 2008, desaceleração da economia da China e queda dos preços de commo-

dities. Internamente, o crescimento dos salários reais sem aumento da produtividade do capital, aumento do salário-mínimo e investimento público em programas sociais, além do boom de crédito visando estimular o consumo e desoneração fiscal visando estimular investimentos produtivo nas condições de queda da lucratividade e patamar elevado da taxa de juros, abateram não apenas as contas públicas mas o Produto Interno Bruto da economia brasileira.

É importante que se diga que a taxa de lucratividade da economia brasileira vinha caindo pelo menos desde 2010. A instabilidade política, a degradação das contas públicas, falta de investimentos privados e a política de ajuste fiscal do Ministro Lévy indicado por Dilma aprofundaram a recessão da economia brasileira em 2015, criando as condições propícias para o Golpe de 2016. Ao chegar nos seus limites, o neodesenvolvimentismo implodiu, sendo adotado uma nova agenda de reestruturação capitalista no Brasil. Na verdade, aproveita-se da crise do capitalismo para construir uma nova matriz do gasto público no Brasil e um patamar de exploração da força de trabalho e degradação social do povo brasileiro capaz de propiciar novas condições para a acumulação do capital e crescimento da economia brasileira. Na verdade, trata-se da busca de um “crescimento sem desenvolvimento”, onde se deve elevar o nível da luta de classes, a concentração de renda e a desigualdade social como temos verificado nos países capitalistas centrais. Estamos em 2017 inseridos numa nova temporalidade histórica do capitalismo global no interior da primeira longa depressão do século XXI que nos projeta para a era da barbárie social que se caracteriza pelo crescimento de duas camadas sociais do proletariado brasileiro – por um lado, o *preariado* impulsionado pela Reforma Trabalhista que deve ampliar a mancha de precariedade salarial, principalmente entre a juventude altamente escolarizada; e por outro lado, o *gerontariado*, idosos que trabalham em condições de precariedade salarial, criados pela Reforma da Previdência Social que deve reduzir efetivamente o tempo de vida a tempo de trabalho.

Referências

ALVES, Giovanni (2014). **Trabalho e neodesenvolvimentismo**. Projeto editorial praxis: Bauru.

SINGER, André e LOUREIRO, Isabel (Org.) (2016), *As contradições do lulismo: A que ponto chegamos?*. Boitempo editorial: São Paulo

SINGER, André (2012). **Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador**. Boitempo editorial: São Paulo.

PRONER, Carol; CITTADINO, Gisele; TENENBAUM, Marcio; RAMOS FILHO, Wilson (2016). **A Resistência Ao Golpe de 2016**. Projeto editorial praxis/ Instituto Defesa da Classe Trabalhadora: Bauru.

O GOLPE

Antonio Bosco de Lima¹

Não vai ter golpe

O intitulado “golpe”, que destituiu em 2016² a então presidenta Dilma Rousseff, tem seu marco a partir de dois grandes fatos: as manifestações de junho de 2013 e a condução via resolução “por cima”, orquestrada pelo então vice-presidente da república Michel Temer.

As manifestações de junho de 2013 tinha claramente o objetivo de repudiar a corrupção galopante, inserida nas instituições públicas e privadas, os políticos corruptos e corruptores e os partidos em geral. Foram atos suprapartidários que renegaram e queimaram bandeiras de partidos que tivessem a audácia de se infiltrar nas manifestações, como ocorreu com as bandeiras do PT e do PCdoB. Não se caracterizaram como atos vinculados a partidos liberais, conservadores e de centro-direita, visto que, algumas figuras de partidos deste naipe, como do PSDB, foram repudiadas em praças públicas.

As manifestações tinham um viés conservador, caracterizadas por movimentos da intitulada “direita transante”; contavam com uma maioria de jovens transvestidos de verde-amarelo (tratados como os “coxinhas”); eram, também, conduzidas por setores das classes altas e médias da sociedade. Por outro lado era personificada, ainda, por um caráter grupal e de reivindicações que passavam pelas questões GLBT, étnico-raciais, feministas, trabalhistas, educacionais, desarmamento militar. Ou seja, não era um ato voltado para apoiar ou derrubar a então presidenta Dilma Rousseff, mas para repudiá-la, bem como a tantos políticos, envolvendo uma miscelânea de reivindicações e de palavras de ordem.

Tais manifestações, organizadas inicialmente de forma espontânea, foram tomando outro rumo, arrebanhadas por conservadores, focaram o “fora Dilma”. Constituíram-se, da espontaneidade, para um alvo concreto, marcando o teor dos atos de 2014 e 2015, devido, principalmente, à falta de respostas imediatas do governo federal às questões, principalmente, vinculadas à corrupção e à reforma política. O governo de Rousseff mostrou-se bem atabalhado, sem rumo, sem sustentação no congresso e alijado pelo próprio Partido dos Trabalhadores. Entidades até então combativas como MST, CUT e sindicatos progressistas não entenderam o recado das ruas, tampouco o de Antonio Gramsci...

¹ Docente na Faculdade de Educação da UFU. Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Educação. Pesquisador CNPq e FAPEMIG. Contato: boscodelima@gmail.com.

² O processo, demorou 9 meses, iniciado em 2 de dezembro de 2015, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, a partir de denúncia por crime de responsabilidade impetrada por Hélio Bicudo (um dos fundadores e militantes históricos do PT) e pelos advogados Miguel Reale Júnior (PSDB) e Janaina Paschoal (PSDB), e encerrou-se no dia 31 de agosto de 2016.

Negligenciar e, pior, desprezar os movimentos ditos ‘espontâneos’, ou seja, renunciar a dar-lhes uma direção consciente, a elevá-los a um plano superior, inserindo-os na política, pode ter freqüentemente conseqüências muito sérias e graves. Ocorre quase sempre que um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado. Entre as causas eficientes destes golpes de Estado deve-se pôr a renúncia dos grupos responsáveis a dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos e, portanto, a torná-los um fator político positivo. (2002, p. 197).

Deriva-se do não aprendido que tais manifestações foram sendo esvaziadas dos conteúdos focais, grupais, basicamente pós-modernos, voltando-se contra o governo do PT na figura da mandatária Dilma Rousseff.

Gramsci acrescenta ainda em sua prelação que:

Os movimentos ‘espontâneos’ dos estratos populares mais amplos tornam possível o advento ao poder da classe subalterna mais avançada em razão do enfraquecimento objetivo do Estado. Este é ainda um exemplo ‘progressista’, mas no mundo moderno são mais frequentes os exemplos regressivos. (2002, p. 198).

Temos a partir do excerto acima uma segunda lição que o partido deveria ter aprendido: formar a classe trabalhadora para a luta constante. Entretanto, ao contrário, o partido em seus 13 anos de governo aviltou a classe trabalhadora ao controlar e adocicar os sindicatos e os movimentos sociais, e, ao fazer das políticas sociais uma moeda de troca meramente eleitoreira, utilizando o mesmo método histórico no Brasil: programas emergenciais e categoriais como barganha e dádiva. Não saíram às ruas em defesa da presidenta Dilma os assalariados, os descamisados, os bolsas famílias, os prounes, os incluídos, etc.

O que grande parte dos movimentos partidários alinhados a centro-esquerda passaram a divulgar é que tal movimento (do campo da sociedade comercial, industrial e também política conservadora) se configurava em um “golpe”. Porém, o segundo elemento, ou fato, indica um vice-presidente eleito na chapa PT/PMDB articulando nos bastidores contra uma presidenta que já não tinha mais condições de governar, afinal havia perdido o apoio do Congresso e do Senado, e, diferentemente de seu antecessor, Lula da Silva (2003–2010), não soube angariar apoio popular que a sustentasse.

Temer, o temeroso vice, foi responsável pela divulgação de um documento/projeto intitulado “Uma ponte para o futuro” em outubro de 2015, programa destinado, segundo o documento, a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatessem efetivamente a pobreza e criassem oportunidades para todos. Em essência, destacamos as seguintes proposições

Nosso desajuste fiscal chegou a um ponto crítico. Sua solução será muito dura para o conjunto da população, terá que conter medidas de emergência, mas principalmente reformas estruturais.

Para isso é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação [...].

Outro elemento para o novo orçamento tem que ser o fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais.

[...] Além disso, é indispensável que se elimine a indexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo.

Executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada.

[...] na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais. (2017a).

O que isto revela? Um retorno às políticas microeconômicas, monetaristas e de características neoliberais. Encerra-se um período de neodesenvolvimentismo, no qual se articulavam questões econômicas e políticas sociais, uma ponderação/articulação entre público e privado, tendo o Estado função importante nas demandas pela economia e mercado. Não é à toa que em tom jocoso o documento foi intitulado *Uma ponte para o passado*. Temer respondeu àquilo que a classe dominante capitalista necessitava no momento, portanto o amplo apoio dos os setores sociais, comerciais, industriais e políticos.

Outro documento salutar foi uma carta que Temer escreveu em dezembro de 2015 para a presidenta Dilma. Em tom magoado, no qual, dentre outros desabaços, escreve que *“Passei os quatro primeiros anos de governo como vice decorativo. A Senhora sabe disso. Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas.”* (2017b). *Tal carta, dirigida à presidenta era de cunho pessoal, entretanto vazou para a imprensa, o que causou um desgaste na relação PT/PMDB já em ruínas desde a posse de Dilma em seu segundo mandato iniciado em 2015. Tratando sobre o documento, matéria da Carta Capital questionava: “O governo sobrevive à carta de Temer?”* (2017c).

Em um evento em São Paulo em setembro de 2015 um manifestante questiona Temer *“se ele queria passar para a história como estadista ou oportunista. Estava aí a deixa... Somente quem vestiu tapa olhos duplos não percebeu o movimento pela desestabilização do Governo de Dilma. Constituíram-se os dois grandes fatos que incidem para o “golpe”.*

Começara desta forma o intitulado “golpe” apoiado por manifestações gerais que foram arrebanhadas pelos setores conservadores e o arranjo pelo alto, dentro da ordem, tão comum no Brasil.

A classe dominante cansou das brincadeiras urdidas pelas políticas sociais que encampavam vários programas de inclusão. O capitalismo, como obra de uma classe, como condição de manutenção das classes distintas, no caso instituição burguesa, necessitava resgatar a filosofia-econômica neoliberal instituída durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002) que havia sido amenizada durante o governo de Lula da Silva (destaço, amenizada, não extinta). Como bem relata Buffa, *“A necessidade liberal, numa palavra, é a doutrina tecida com o fio da necessidade burguesa. É a lógica das condições que os burgueses requerem para a ascensão e*

triumfo final. O padrão do credo é fixado pelas suas necessidades.” (BUFFA, 1979, p. 90).

Este é um dos elementos centrais que explicam as classes sociais de alto e médio padrão saírem às ruas em manifestações amplamente divulgadas, tirando sélfies com membros da política militar, aqueles mesmos que tratavam as manifestações de apoio à Dilma com gás de pimenta, cassetete democrático e balas.

O que a bancada do Partido dos Trabalhadores não aprendera é que ainda consiste, no sistema capitalista, a luta de classes. E, que somente a partir das lutas sociais as classes subalternas podem avançar em conquistas. Mas preferiram compactuar. Cury (1986, p. 129) afirma que “faz-se necessária a reorganização do sistema da ordem, em novas bases”. O que isto significa? Que a “ordem” deve ser reestabelecida com formas diferenciadas ou mudança da ordem dentro da ordem, “refazer a ordem vigente sem destruí-la [...]” (CURY, 1986, p. 129). Deduzimos que o impeachment foi compactuado, inclusive com o silêncio do PT⁴.

Entendemos que não ocorrera então uma ilegitimidade, ocorrera sim a quebra das regras do jogo, conforme relata Bobbio (2009, p. 19):

No que diz respeito às modalidades de decisão, a regra fundamental da democracia é a regra da maioria, ou seja, a regra à base da qual são consideradas decisões coletivas — e, portanto, vinculatórias para todo o grupo — as decisões aprovadas ao menos pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão. Se é válida uma decisão adotada por maioria, com maior razão ainda é válida uma decisão adotada por unanimidade.

A regra está clara, o regime democrático liberal considera a participação via representação ou direta da população na tomada de decisões e no controle social, tornando limitrofes os campos públicos e privados, resguardando o sufrágio universal como alicerce da democracia, preservando a liberdade dos indivíduos, resumindo a igualdade ao direito resguardado pela justiça. Eis o que foi partido, com naturalidade pela classe dominante, destituindo-se a autonomia e os poderes dos três poderes, clarificando que o Legislativo conduziria o processo democrático, submetendo o executivo e o judiciário, e é isto que verificamos na queda de braço entre os poderes de Estado durante, principalmente a segunda metade de 2016.

Mais esclarecedora que a tese do liberal Noberto Bobbio, temos a crítica contundente ao regime democrático registrado por Lenine, numa longa transcrição, que segue:

Democracia para uma insignificante minoria, democracia para os ricos, tal é o democratismo na sociedade capitalista. Se se observar de mais perto o mecanismo da democracia capitalista, veremos por todo o lado, tanto nos ‘pequenos’ (pretensamente pequenos) pormenores do direito eleitoral (censo de residência, exclusão das mulheres, etc.) como na técnica das instituições representativas, como nos obstáculos efetivos ao direito de reunião (os

⁴ Note-se que uma das senadoras que mais bateu no processo de impeachment e intercedeu por Dilma foi Kátia Abreu, notória defensora do latifúndio e de políticas conservadora, foi presidenta da Bancada ruralista no Congresso Nacional, filiada a partidos de direita, como o PFL, DEM, PSD e atual PMDB.

edifícios públicos não são para ‘miseráveis!’), como na organização puramente capitalista da imprensa diária, etc., etc. – veremos restrições e mais restrições ao democratismo. Estas restrições, exceções, exclusões, obstáculos para os pobres parecem pequenos especialmente aos olhos dos que nunca passaram eles próprios pela necessidade nem nunca conheceram de perto as classes oprimidas na sua vida quotidiana (e é o caso de nove décimos, senão de noventa e nove centésimos dos publicistas e políticos burgueses) – mas, no conjunto, estas restrições excluem, eliminam os pobres da política, da participação ativa na democracia.

Marx apreendeu magnificamente esta essência da democracia capitalista ao dizer na sua análise da experiência na Comuna: autoriza-se os oprimidos a decidir uma vez de tantos em tantos anos qual precisamente dos representantes da classe opressora os representará e a reprimirá no parlamento! (1975, 44–45).

Eis o nosso modelo de democracia, de brincadeira social e política, do verdadeiro acachapante cala boca e mata tolos, historicamente funcional, em um Brasil desigual, centralizador, autocrático. Souberam conduzir um processo de impeachment, orquestrado pelo vice-presidente, pelo presidente do Congresso Nacional Eduardo Cunha e pelos partidos aliados do PT. Ocorria, assim, uma ‘traíção’ dentro do regime constitucional democrático. Isto não se constitui em um golpe, mas na quebra das regras do jogo democrático, também, tão comum no Brasil, visto que dos presidentes eleitos democraticamente nem todos governaram todo o mandato.

Em 126 anos de República, o Brasil teve até hoje 36 governantes – apenas um terço deles foi eleito diretamente e terminou o mandato. De 1926 pra cá, a proporção é ainda mais absurda: dentre 25 presidentes, apenas 5 foram eleitos pelo voto popular e permaneceram no posto até o fim: Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Lula, FHC e Dilma. Com a decisão do Senado, Dilma Rousseff se junta agora a outro clube restrito com 6 colegas: o dos presidentes depostos via impeachment ou golpe. São eles: Washington Luís, Júlio Prestes, Getúlio Vargas, Carlos Luz, João Goulart e Fernando Collor. (2017d).

Dois problemas foram sendo constituídos a partir do debacle do PT, e da resistência de alguns setores ligado a ele: banalização da concepção de golpe e a redução da construção do socialismo (diga-se de passagem há muito longe da ordem do PT) ao de democracia representativa, considerada tal democracia como um ideal, ou pasmem, como valor universal.

O pior problema: a defesa da democracia liberal como sendo um fim a se lutar e preservar, desterrorizando o campo do socialismo, não se reivindica mais tal modelo de sociedade, pois é preciso juntar os cacos da velha democracia burguesa/liberal, que é aquela que os partidos de centro-esquerda têm defendido.

É preciso cautelar a defesa da tese do golpe, pois pode-se historicamente, confundir golpe militar, violência militar, com desacertos, quebra de pactos, vulnerabilidade de posições, como ocorrera com o rompimento dos partidos aliados ao Governo PT/Dilma. O golpe militar desta forma fica simplificado, perdendo-se toda a sua magnitude no que diz respeito às mortes, ao exílio, à censura, à tortura e tantas

outras barbaridades próprias dos golpes militares em toda a América Latina e, particularmente no Brasil, com cerca de 434 assassinados, segundo a Comissão Nacional da Verdade. Número irrisório, diriam os apologistas do regime, menor do que os mortos na Argentina e no Chile, o que fez com que a Folha de São Paulo nomeasse a ditadura no Brasil de “ditabranda”.

Considerações

Os governos, a partir da reforma do aparelho de estado de 1995, têm insistido em aproximar as relações público privado (dentre elas o Programa Parceria Público Privado), inclusive com a criação de um terceiro setor, o intitulado público não estatal. Isto requer que o público perca espaço e o privado abraça algumas causas/ideias do setor público. Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, passando pelo de Lula da Silva e Dilma Rousseff, várias categorias foram resignificadas, dentre elas a participação, a descentralização, o poder local, dentre outras. Nosso cuidado “acadêmico” é com a reconceptualização ou resignificação do termo golpe. Chegamos ao governo de Michael Temer, e agora temos resignificada a categoria Sociedade.

Quando se argumenta em defesa da PEC 241⁵, um documento oriundo dos meios oficiais⁶ afirma que “Uma vez aprovada a nova regra, caberá à sociedade, por meio de seus representantes no parlamento, alocar os recursos [...]”. Temos um novo conceito de sociedade, esvaziado, que nos últimos anos têm sido substituído pelas ações do Ministério Público e outras judicializações e, agora, claramente com este vínculo ao legislativo.

Tal mudança de conceito inviabiliza o de democracia direta e reforça o esvaziamento que estamos vivenciando em relação ao horizonte socialista, ou seja, cada vez as pessoas estranham e se afastam da construção de um projeto de sociedade socialista.

Penso que a resistência passe por questões pontuais, porém devemos entender globalmente o que está ocorrendo no Brasil para que se combata com maior propriedade o conjunto de agravos em relação ao que conquistamos até ontem, para reorganizarmos a força nas lutas que estão presentes e que estão por vir. Nesse sentido a teoria e o cuidado com os conceitos e categorias são fundamentais para conduzirmos práticas revolucionárias.

Referências

⁵ Trata-se de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), cuja ementa indica uma “Alteração no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal”. A PEC 241/16 atinge a todos os Aparelhos de Estado, preservando a autonomia de alguns. Apresenta quatro princípios: um **primeiro**: não confrontar o legislativo e o judiciário, bem como outros poderes (aparelhos) mais organizados e combativos do que os da Saúde e da Educação; o **segundo**: implementar o *superávit* primário, cortando os gastos sociais e alimentando os capitalistas, rentistas, latifundiários, etc.; o **terceiro**: esvaziamento das políticas sociais públicas e, o **quarto princípio**: desvincular o mínimo constitucional estabelecido na CF/88 ara a Saúde e para a Educação.

⁶ EMI no. 00083/2016 MF MPDG.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**. 11. ed. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BUFFA, Ester. Raízes históricas das ideologias subjacentes ao conflito escola particular — escola pública. In: _____. **Ideologias em conflito**: escola pública e escola privada. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

CARTA CAPITAL. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/o-governo-sobrevive-a-carta-de-temer> Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CARTA DE TEMER A DILMA. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CURY, Carlos R. Jamil. O confronto. In: _____. **Ideologia e educação brasileira** – católicos e liberais. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986. P. 129–169.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1984.

_____. **Cadernos do Cárcere**, Volume 3. Maquiavel – notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LENINE. V. I. **Democracia socialista**. Lisboa, PT: Avante, 1975.

UMA PONTE PARA O FUTURO. Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf Acesso em 15 de janeiro de 2017.

SÓ 5 PRESIDENTES ELEITOS COMPLETARAM O MANDATO NOS ÚLTIMOS 90 ANOS. Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/so-5-presidentes-eleitos-completaram-o-mandato-nos-ultimos-90-anos/>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

TEMER SORRI AO OUVIR QUE NÃO SERIA OPORTUNISTA SE APOIASSE O IMPEACHMENT. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2015/09/temer-sorri-ao-ouvir-que-nao-seria-oportunista-se-apoiasse-o-impeachment.html> Acesso em 15 de janeiro de 2017.

AGOSTO DE 2016: A VERDADEIRA FACE DO GOLPE DE ESTADO NO BRASIL

*Luiz Bezerra Neto
Flávio Reis dos Santos*

Para que possamos entender as verdadeiras razões do golpe de estado iniciado logo após a divulgação do resultado das eleições presidenciais de 2014, articulado meticulosamente entre o capital econômico–financeiro internacional (Estados Unidos da América (EUA), Washington, *Wall Street*) e a classe dominante nacional (representada pelo capital financeiro, industrial e agrícola e a seu serviço a maior parte dos políticos constituintes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e, as distorcidas e mentirosas notícias veiculadas pela Rede Globo de Televisão sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) e todos aqueles a ele vinculados) no transcorrer do ano de 2015, materializado em 12 de maio de 2016 e sacramentado em 31 de agosto de 2016, precisamos primeiramente compreender alguns antecedentes que marcaram a história política de nosso país.

Acreditamos, convictamente – conforme afirmou Georg Hegel –, que os acontecimentos históricos se repetem por duas vezes – e complementou Karl Marx (1961) –, a primeira se expressa por sua essência trágica e, a segunda, por suas características pérfidas, ardilosas e falaciosas. Entendemos que essa concepção é integralmente aplicável a dois contextos que mancharam a história recente de nosso país.

O golpe civil–militar foi rapidamente concretizado em 31 de março de 1964, todavia foi longo e amplamente organizado, materializando a “tragédia”. O golpe contou com a ajuda e interferência direta do governo dos Estados Unidos da América a partir da ação efetiva de seus embaixadores associados aos “militares, empresários e latifundiários, diplomatas, políticos, jornalistas e publicitários, bispos, padres e beatas, num trabalho perfeccionista de dois anos e seis meses, que foi além das fronteiras e consumiu milhões de dólares em planejamento, propaganda”, incontáveis reuniões sagazes secretas e públicas (TAVARES, 2014, p. 58).

A efetivação do golpe de 1964 pode ser traduzida como uma “sinfonia macabra” dividida em quatro partes, em quatro seções, em quatro compassos e mais precisamente em quatro movimentos, “em que cada um conduziu ao outro, até chegar ao final, síntese de todos”; o desfecho apoteótico de todo o processo ocorreu em território distante, para onde confluíram todos os movimentos para a defesa dos interesses econômicos dos Estados Unidos e para assegurar a sua hegemonia sobre o continente americano, submetendo a sociedade brasileira a vinte anos de censura, repressão, tortura, violência, incontáveis “desaparecimentos” e mortes (TAVARES, 2014, p. 189).

Em meio às atrocidades cometidas pelos generais–presidentes e às perversidades da “temida” Lei de Segurança Nacional¹, os trabalhadores procuraram empreender luta em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Na perspectiva de endurecer a resistência, buscaram ampliar e melhorar sua organização por meio do movimento sindical, dando origem ao chamado “Novo Sindicalismo”, desdobramento das greves ocorridas nas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul no Estado de São Paulo (ABC Paulista) e que resultou na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os movimentos que materializaram a resistência à ditadura civil–militar constituíram instrumentos de luta contra uma burguesia virulenta, que ao se consolidar no poder teve como principal alvo exatamente os trabalhadores, seus salários e sua organização.

Em momento de ferrenho arrocho salarial, o que mais unia os trabalhadores era a luta econômica, tendo como “pano de fundo” a luta política, em situação alguma descartada – também podemos admitir a relação inversa: a luta política camuflada pela luta econômica como “pano de fundo”. Foi em decorrência dessa situação que os trabalhadores se organizaram e promoveram a paralização das atividades laborais em vários ramos da produção. Em tal contexto, destacaram–se com grande visibilidade as ações dos trabalhadores do setor metalúrgico concentradas na região do ABC paulista – que mais tarde, recebeu a cidade de Diadema, renomeando a sigla para “ABCD” – onde despontaram lideranças como Luís Inácio da Silva (Lula), Jair Menegueli, Vicente Paulo da Silva (Vicentino), dentre outros –, que propiciaram a ocorrência de inúmeras e memoráveis paralizações das atividades produtivas no setor.

A emergência e o crescimento da resistência contaram com as lutas protagonizadas pelos professores liderados, principalmente, pela Associação (Sindicato) dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Com essas lutas e a participação ativa de setores entendidos como progressistas da Igreja Católica, surgiu também um forte movimento de lutas pelo acesso e conquista da terra. Esse movimento decorreu da resistência de posseiros, que tinham suas terras griladas nas regiões Norte e Centro–Oeste do país, por lideranças indígenas e, sobretudo, pelos chamados brasiguaios – brasileiros que estavam sendo expulsos do Paraguai e retornavam para o Brasil –, sem acesso aos mecanismos fundamentais de sobrevivência, ou seja, terra e emprego. A resistência contou também com os trabalhadores do setor petrolífero, liderados por Jacó Bittar, trabalhadores da indústria de calçados de Franca/SP e, ainda, com trabalhadores das mais diversas áreas do setor público, que apesar da proibição e do enquadramento na Lei de Segurança Nacional, acabaram por enfrentar o regime por meio de paralizações e denúncias das mínimas e difíceis condições de vida e trabalho.

A ocorrência da organização e concretização das greves dos trabalhadores contribuiu de forma significativa para o enfraquecimento do regime e para o fim ao bipartidarismo – Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – propiciando a reformulação partidária com a criação de cinco

¹ Decreto–Lei n. 314/1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960–1969/decreto–lei–314–13–marco–1967–366980–publicacaooriginal–1–pe.html> .

agregações, dentre elas o Partido dos Trabalhadores (PT), que desde a sua base de organização sofreu uma série de injustos ataques, pois as elites políticas e econômicas do país jamais aceitaram a possibilidade da existência de um partido político advindo da classe trabalhadora.

O primeiro grande obstáculo para a criação oficial do Partido dos Trabalhadores resultava de sua própria definição político-ideológica, visto que permanecia proibida a criação de partidos de cunho socialista ou comunista. O Movimento Pró-PT finaliza o Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores – redigido no Colégio Sion em São Paulo – afirmando que:

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980, p. 2).

Essa proposta de sociedade democrática não seria aceita pela elite econômica nacional, que sempre primou e se empenhou em expropriar a classe trabalhadora, especialmente, no que diz respeito às posições de comando e da tomada de decisões sobre os rumos da nação e do controle dos meios de produção da vida material. A classe dominante nacional não aceitava (aceita) a interferência no controle dos meios de produção e tampouco qualquer intromissão da classe trabalhadora no sistema político, pois aquele que detém o poder político pode de alguma maneira, intervir nas relações econômicas, embora isto não traga nenhuma garantia de mudança que beneficie a classe trabalhadora como um todo.

Nesse sentido, é importante observar que os detentores do poder sempre tiveram ojeriza à organização partidária, sobretudo, quando esta representa uma substancial parcela da sociedade organizada. Setores da elite política brasileira defendiam que as pessoas deveriam ser mais importantes do que o partido político, isto é, a personalização das relações político partidárias, ou seja, as disputas políticas se faziam entre pessoas ou grupos de pessoas representadas por determinadas lideranças políticas.

Com a criação do Partido dos Trabalhadores, essa situação se agrava e toma uma nova configuração num contexto em transformação, visto que não bastava apenas combater a liderança pessoal de um determinado agente, tornava-se necessário o enfrentamento aos partidos e não somente às pessoas. A elite política deixava de referir exclusivamente aos seus dirigentes e passava a se referir diretamente ao partido. As críticas, portanto, passavam a ser dirigidas ao partido como um todo, numa clara tentativa de se desmontar a sigla desde o seu nascedouro. Seus dirigentes só eram citados nominalmente quando da significativa identidade e representatividade junto à

sigla, pois assim se aproveitava para difamar tanto o partido quanto os seus partidários.

Durante a década de 1980, o principal difusor e articulador das campanhas difamatórias contra o PT foi o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mais precisamente por meio da ação e atuação de Orestes Quércia, presidente da agremiação política em âmbito nacional e, por muito tempo, em âmbito estadual (São Paulo). O PMDB agiu em todo o Brasil buscando mecanismos que pudessem eliminar o Partido dos Trabalhadores das disputas eleitorais, enquanto expressão de uma oposição real. Apesar de se constituir como o principal partido da elite econômica brasileira, o PMDB desde o período da ditadura civil-militar, procurou reivindicar o direito de representar a classe trabalhadora, sobretudo, no segmento da classe média, buscou atrair para si as lutas e conquistas democráticas da sociedade, mas em realidade se opunha, em boa parte das vezes, as tais lutas e conquistas.

O Partido dos Trabalhadores ganhou seguidores e filiados no decorrer dos anos oitenta do século vinte e a partir da década de 1990 tornou-se a maior agremiação político-partidária da classe trabalhadora, transformando-se em uma alternativa concreta de poder, na medida em que o seu maior representante – Luís Inácio da Silva – chegou ao segundo turno das eleições presidenciais em 1989, sendo derrotado por manobras e estratégias da mídia nada éticas, em especial, aquelas praticadas pelo Sistema Globo de Rádio e Televisão. Mario Amato, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – uma das instituições nacionais financiadoras do golpe de 1964 –, ameaçou que se Lula chegasse à presidência da república, oito milhões de empresários deixariam o Brasil, exprimindo o medo e a aversão da elite em relação a um trabalhador ocupar o poder executivo central do país.

Lula concorreu à presidência e foi derrotado por mais duas vezes, em 1994 e 1998 e, finalmente, em 27 de outubro de 2002, foi eleito presidente do Brasil e ao assumir o posto máximo do poder executivo nacional empreendeu mudanças na economia; alguns setores passaram a ser mais rentáveis, porém a “elite branca” jamais engoliu o fato de ficar fora do poder. A partir de 2003, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (DEM), sucessor do Partido da Frente Liberal (PFL), começaram a ensaiar a tomada do poder central. O PMDB que sempre fora para as eleições com um pé em cada barco, teve uma parte derrotada e outra que desembarcou no colo do governo, como vinha acontecendo desde 1989. Os partidos que ficaram fora do poder, conhecedores dos mecanismos de dominação, trataram logo de desmontar o governo que mal se iniciava.

Em 2005 os opositores do PT e de Lula passaram a denunciar a montagem do poder via distribuição de cargos que permitia aos seus ocupantes realizar negociações com empreiteiras, que após o fechamento dos contratos repassavam dinheiro para partidos e candidatos por intermédio do denominado “caixa dois”. Essa prática ficou conhecida como “mensalão” e foi denunciada por um deputado que compunha a base do governo e que teve seus interesses atingidos, numa tentativa de diminuir a corrupção junto às fornecedoras e empresas estatais.

Num país em que a propina é a principal fonte de financiamento dos governos e a negociata a principal forma de acesso aos serviços públicos, o governo do PT

não diferiu dos demais, a não ser na quantidade de recursos destinados à corrupção. De acordo com Ricardo Semler, em artigo publicado na Folha de São Paulo em 21 de novembro de 2014, estimava-se “que 0,8% do Produto Interno Bruto brasileiro era roubado. Esse número já foi de 3,1%, e estima ter sido de 5% há poucas décadas”. Com a redução das verbas desviadas para a corrupção, aumentou a sua disputa e, conseqüentemente, as brigas dentro e fora do governo se acirram, levando ao processo denominado de mensalão.

A partir do mensalão ampliou-se o número de pedidos de cassação de registro do Partido dos Trabalhadores (PT), embora este não fosse o único partido envolvido em falcaturas. Sequer era o PT o partido que aparecia com o maior número de denúncias de corrupção, porém era o partido que ocupava o poder. Os partidos opositores que sempre estiveram no topo do processo de corrupção eram liderados por grupos de extrema direita e de direita, sobretudo, o PSDB, o PMDB e o DEM.

O mensalão acabou por levar à condenação alguns dirigentes do Partido dos Trabalhadores, no entanto, não se transforma em condenação a prática da distribuição de cargos e nem mesmo de caixa dois para as campanhas eleitorais, pois estas práticas foram revividas nas eleições seguintes, por todas as agremiações político-partidárias, sem ocorrer nenhuma condenação pelos tribunais eleitorais. Na prática, todo o processo resumiu-se apenas à condenação de alguns dirigentes do PT, como forma de tentar enfraquecer a sigla para as disputas eleitorais vindouras.

Entretanto, Luís Inácio Lula da Silva foi reeleito em 2006 e muitos projetos iniciados no governo anterior e outros incorporados pelo novo governo ganharam força. Os projetos intitulados “Programa de Aceleração do Crescimento”, “Programa Universidade para Todos (PROUNI)”, “Programa de Reorganização das Universidades Públicas (REUNI)”, “Programa Minha Casa, Minha Vida”, “Programa Luz para Todos”, “Programa Bolsa Família”, “Programa Fome Zero” começaram a ser duramente criticados pelas elites, que jamais aceitaram que pobres tivessem acesso à casa própria, à universidade e a algumas benesses que a classe dominante sempre reservou para si.

Na perspectiva de fazer diante das políticas sociais do governo Lula, a direita emplacou um discurso de combate à corrupção via combate ao mensalão, levando o candidato das elites, o governador de São Paulo pelo PSDB, Geraldo Alckmin a defender que Lula não merecia permanecer nenhum dia a mais no governo. Teve início uma campanha em que se afirmava que Lula não poderia ganhar as eleições de 2006 e que se ganhasse não poderia tomar posse, pois o PT deveria ser banido do mapa. Essa campanha da elite paulista foi encampada por grande parte de outros setores da elite brasileira, particularmente, por aqueles que haviam apeado do governo e agora viam dificuldades em fazer valer seus projetos de dominação.

Ao findar o período de governo denominado de “lulopetismo”, visto que alguns o entendiam como populista e outros como “neodesenvolvimentista”, Lula conseguiu eleger a sua sucessora. Uma mulher que havia sido guerrilheira na juventude, um fato que as elites jamais aceitariam. Com o governo Dilma, iniciado em janeiro de 2001, intensificou-se o combate à corrupção, tornou-se obrigatório o cumprimento da publicidade dos gastos e dos contratos por meio do portal da transparência.

Tais acontecimentos e transformações na condução e publicização das investigações e dos investimentos públicos, como era de se esperar, encontrou muita resistência tanto no poder legislativo quanto no judiciário, bem como nos estados e municípios que relutavam em prestar contas dos seus gastos. Nesse interim, houve grande redução das verbas publicitárias, afetando os meios de comunicação de massa, que sempre viveram às custas dos recursos públicos, o que contribuiu para uma forte campanha da elite para a tomada do poder via eleição.

O sistemático combate à corrupção promovido pelo governo de Dilma Vana Rousseff desagradava vários setores do Congresso Nacional. Além disso, houve uma série de manifestações de rua que se desenvolveu a partir de junho de 2013. Essas manifestações têm origem no combate ao aumento do valor das passagens de ônibus e ganham força a partir da repressão imposta aos estudantes, desencadeada pela polícia de São Paulo, comandada pelo governo do PSDB/DEM/PMDB/PPS, associado a um conjunto de partidos nanicos.

Naquele momento, a presidente Dilma, aproveitando o clima das manifestações propôs uma reforma política mediante a realização de um plebiscito, proposta prontamente rechaçada pelo Congresso Nacional. Nos trilhos das manifestações, setores da direita e extrema direita buscaram a reorganização de suas bases e em nome de um suposto apartidarismo trouxeram para o debate as demandas das elites.

Com o apoio da mídia e diante de um processo de crise mundial, não foi difícil mobilizar a classe média e, sobretudo, os setores miseráveis que não encontrando possibilidades de alcançar seus ideais financeiros foram para as ruas reivindicar mudanças na política e na economia. Num primeiro momento, a mobilização ficou por conta de uma elite branca, em grande medida, desinformada e preconceituosa, vindo depois a atingir também os muitos pobres, que se deixaram manipular pelos meios de comunicação de massa, especialmente, pelo Sistema Globo de Rádio e Televisão.

Nesse contexto, emergem movimentos com projetos de extrema direita, tais como “Movimento Vem pra Rua”, “Movimento Brasil Livre”, “Movimento Revoltados Online”, dentre outros, que contribuíram para protagonizar uma grande onda de retrocesso político, social e econômico em nosso país. Esses movimentos atuaram pelas chamadas mídias sociais durante todo o processo eleitoral de 2014. Entretanto, o projeto neoliberal e neoconservador da direita foi derrotado mais uma vez e o bloco liderado pelo PT e setores do PMDB se mantiveram no governo.

Porém, as elites relutaram em aceitar a derrota legal e legítima em 2014, e, nos primeiros dias no ano legislativo de 2015, buscaram retomar o controle do cenário político brasileiro, sobretudo, com a movimentação e ação da bancada conservadora denominada “BBB”: Bíblia (evangélicos radicais, neopentecostais, homofóbicos e misóginos), Boi (grandes latifundiários) e Bala (deputados ligados às forças armadas e à polícia militar, aos esquadrões da morte às milícias etc.) “que propuseram dentre outros temas, a redução da maioria penal, flexibilização e redução dos direitos trabalhistas” (BEZERRA NETO; SANTOS, 2015, p. 68).

Essas bancadas propuseram ainda, a retirada de direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora e ao que indica os tramites no interior do Congresso Nacional representará a maior derrota imposta à população brasileira desde o golpe de

1964, pois algumas proposições desconsideraram não apenas a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em vigor desde 1943, mas também todas as conquistas subsequentes à década de 1940.

E, não bastasse a imposição dessa derrota aos trabalhadores, a bancada conservadora no Congresso que conta com participação de partidos como PMDB, DEM, PSDB, Partido Progressista (PP), Partido Popular Socialista (PPS), Solidariedade (SD) e outros nanicos, associados ao então vice-presidente da república Michel Miguel Elias Temer Lulia, sustentados por segmentos do poder judiciário tramaram “o golpe” contra a presidente eleita, destituindo-a do poder como forma de viabilizar o projeto da direita no poder.

Segundo informações “vazadas” pela imprensa, que não apenas foram convenientes, mas incentivaram a realização do golpe, que tinha por objetivo encerrar as operações de investigação sobre corrupção envolvendo a maior parte dos deputados e senadores apontados em “delações premiadas” como beneficiários de grandes esquemas de desvio de grandes quantias em dinheiro, desde que a Polícia Federal e o Ministério Público ganhassem autonomia para atuar no país; autonomia concedida pela presidente Dilma Rousseff.

Nessa direção se tornaria possível empreender a transferência da administração central do Brasil para uma quadrilha que se instalaria no poder para se livrar das “garras da justiça”. Embora o juiz que vem coordenando as ações da intitulada “Operação Lava Jato” não represente o mais puro exemplo de isenção e imparcialidade, visto que no ano de 2008 arquivou o processo do Banestado, que incriminava altos dirigentes dos partidos golpistas, mas no caso de corrupção da empresa estatal Petróbras, prendeu diversas pessoas ligadas direta ou indiretamente ao Partido dos Trabalhadores, poupando sistematicamente os altos dirigentes dos partidos golpistas, mesmo citados dezenas de vezes por inúmeras testemunhas.

Ultrapassando os limites da autoproteção, o golpe atenderia também, aos interesses do capital – nacional e internacional –, pois as relações trabalhistas devem mudar, dado que se prevê, que aquilo que for negociado deve se sobrepor ao legislado. Num momento em que a economia passa por retração ou que uma categoria profissional não consegue uma boa negociação, o trabalhador estará complementado a mercê da vontade dos patrões.

Além disso, somado ao rebaixamento dos salários vem o desmonte dos programas sociais, iniciado pelo governo golpista de Michel Temer ainda na interinidade, que com seus parceiros conspiradores, compõem grande parte da elite, “os programas sociais são apenas e tão somente fábricas de vagabundos” e o que importa é economizar recursos para se pagar os juros da dívida. Na esteira das reformas que deve penalizar os trabalhadores vem a reforma da previdência e a reforma trabalhista, ambas essenciais na proteção ou penalização dos trabalhadores, o que poderá contribuir para ampliar em muito o lucro do capital privado. Como forma de viabilizar a proposta das elites, o governo golpista já aprovou medidas que congelam por vinte anos os gastos públicos e amplia o papel do estado na defesa do capital e na restrição de direitos da classe trabalhadora.

A reforma trabalhista traz como uma de suas principais propostas a terceirização das “contratações” de trabalhadores, inclusive para atividades–fim, hoje restrita às atividades–meio. Com isso, se ampliará ainda mais a precarização das relações de trabalho. Sávio Cavalcante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) afirma que se aprovada na íntegra, ou mesmo parcialmente, esta proposta representará uma transformação estrutural nas relações de trabalho. Entretanto, os tecnocratas defendem que a reforma poderá regulamentar “a terceirização no Brasil, uma prática já largamente utilizada por empresas de todos os ramos e que teria por objetivo principal a busca de eficiência, agilidade e qualidade com aumento da oferta de empregos” (CAVALCANTE, 2015, p. 1).

Contudo, em realidade, o principal propósito da terceirização é extinguir qualquer empecilho legal para a “contratação” de mão de obra barata que pode desempenhar “funções relativas a atividades ‘inerentes, acessórias ou complementares’ à atividade econômica da contratante, ou seja, nas chamadas atividades–meio e atividades–fim, termos criados pela jurisprudência em vigor” (CAVALCANTE, 2015, p. 1).

Piero Locatelli, jornalista da Repórter Brasil, reitera as considerações de Sávio Cavalcante ao especificar que o rendimento médio mensal dos prestadores de serviços terceirizados é 24% mais baixo que o rendimento dos trabalhadores formais com registro em carteira. O jornalista aponta – com base em dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) – que essa diferença é ainda maior no setor bancário, em que os terceirizados ganham em média um terço do salário dos trabalhadores formais. “Segundo o Sindicato dos Bancários de São Paulo, eles não têm participação nos lucros, auxílio–creche e jornada de seis horas” (LOCATELLI, 2015, p. 1).

Nesse sentido, o golpe tem possibilitado a ampliação dos poderes daqueles que atuam em benefício dos privilégios e na defesa dos interesses das elites neoliberais e neoconservadoras, totalmente contrárias “aos programas sociais implementados e praticados nos governos Lula e Dilma e a redução de direitos dos trabalhadores, seguindo a dinâmica do Estado Mínimo não interventor” (BEZERRA NETO; SANTOS, 2015, p. 71).

É interessante notar que logo após o golpe parlamentar iniciar sua concretização na Câmara dos Deputados e ser enviado ao Senado Federal, onde os golpistas e a nova direita, fomentados por mídias sociais, em particular, pela Rede Globo traziam à tona a existência de três grandes crises que se conjugavam: uma crise econômica, uma crise política e uma crise social.

A crise política tem se aprofundado devido ao fato de que a esquerda nos últimos anos vem reduzido a luta política à luta eleitoral e com isso sucumbe às armadilhas da política tradicional, fazendo com que distintos grupos que antes eram contrários, passassem a aceitar como “normal” a corrupção patrocinada pelo financiamento privado de campanhas, por exemplo. A crise política iniciada após a reeleição de Dilma Rousseff e a ofensiva dos setores mais conservadores do país com o objetivo de derrubar a presidente

eleita pelo voto popular, recolocou essas advertências, ou diria divergências, na ordem do dia (BEZERRA NETO; SANTOS, 2015, 71–72).

Dentre os instrumentos do golpe, estavam as chamadas pautas bombas impostas por um dos líderes do golpe, o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cosentino da Cunha, membro da bancada da bíblia, que num prazo recorde votou os orçamentos de várias gestões passadas, emperradas na Câmara havia décadas. Forçou ainda, a não aprovação do orçamento em tempo hábil para que a presidente Dilma pudesse executá-lo em 2015, dificultando o seu governo.

Aliados aos políticos golpistas, os empresários brasileiros assumiram uma postura que alegava que a presidente Dilma representava um entrave ao crescimento econômico do país. O jornal *El País*, em matéria publicada em 26 de março de 2016, esclarecia que os grandes líderes das injúrias e hostilidades contra a presidente legalmente eleita, se concentravam na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e investiram grandes somas “em forte campanha publicitária na imprensa paulista, cujo *leitmotiv* era o *impeachment* de Dilma”.

Tornava-se cada vez mais claro que a real intenção da direita conservadora era golpear o país mediante a entrega das reservas de petróleo do pré-sal às empresas estrangeiras e para concretizar os seus intentos era imprescindível “arrancar do poder a senhora e seu predecessor, aspirante a sucessor, e *Deus ex Machina* de um Brasil suposta potência mundial, Inácio Lula da Silva” o desvio de bilhões de dólares da Petrobras alimentaram decisivamente a realização do golpe; “Curzio Malaparte (Técnico do Golpe de Estado) não teria imaginado que o *putsch* teria se modernizado a ponto de conseguir prescindir de uniformes” (*EL PAÍS*, 2016, p. 1).

Ao contrário do que possa parecer, a interferência estrangeira, sobretudo, norte-americana em assuntos políticos, econômicos e sociais do Brasil, que só devem interessar aos brasileiros é muito mais do que verdadeira, é muito maior do que se pode imaginar, é muito mais cruel e inescrupulosa do que se pode pensar, a incredulidade de boa parcela de nossa população sobre o interesse e interveniência dos EUA em nosso país não mais se sustenta em situação alguma. A intenção dos Estados Unidos em sua relação com Brasil é única e exclusivamente econômica, e, extraordinariamente unívoca, não há mais espaço para a ingenuidade, principalmente, depois que os documentos oficiais tornaram-se públicos reafirmando as teses de que o país norte-americano participou ativamente do golpe de estado de 1964 e se envolveu diretamente na deposição da presidente Dilma Rousseff em 2016.

Portanto, não há nenhuma casualidade na efetiva atuação da *National Security Agency of the United States of America* (NSA/USA) para difamar empresas brasileiras como a Petrobras e a Odebrecht, visto que o verdadeiro propósito da NSA se concentrou nas reservas de petróleo do recém-descoberto pré-sal (2007). “Lula concedeu o monopólio da exploração à companhia nacional Petrobras em prejuízo das multinacionais norte-americanas. Essa decisão acertou duríssimo golpe na hegemonia norte-americana na região” – a Petrobras é a maior produtora de petróleo *off-shore* do mundo com 23% do mercado (DESCAMPS; BOUAFIA, 2016, p. 132).

Nesse contexto, a considerar os acontecimentos do último ano nos campos político, econômico e social brasileiros, não resta nenhuma dúvida sobre o envolvi-

mento dos Estados Unidos na “farsa” instalada no afastamento de Dilma Rousseff da presidência da república em maio de 2016. “Farsa” logo travestida em *impeachment*, consubstanciado em agosto de 2016, sob a alegação do cometimento da prática de irregularidades contábeis denominadas “pedaladas fiscais”, num país em que o orçamento nada mais significa do que uma simples carta de intenções assumida por todos.

Dilma Rousseff foi acusada injustamente de crime de responsabilidade, que consiste em disfarçar, mascarar, maquiar as contas públicas para assimilar o déficit, visto que as eleições se aproximavam e era preciso transmitir a melhor imagem possível do seu governo. De acordo com o jornal *El País* (2016, p. 1), as leis brasileiras são “suficientemente sutis para fazer com que muitas coisas sejam legais e que isso seja ‘crime de responsabilidade’ é apenas uma questão de interesse, assim como a contabilidade ‘criativa’ está longe de ser incomum mesmo no Primeiro Mundo”.

Em realidade, o que ocorreu nos meses de março e de agosto de 2016 foi a explicitação pública de um sistema político extremamente corrupto e altamente disfuncional encarnado num Congresso Nacional de 513 deputados e 81 senadores distribuídos por 25 agremiações político-partidárias, que concentram as suas preocupações, única e exclusivamente, na defesa de interesses próprios, pessoais, particulares.

No entendimento de Vladimir Saflate (2016) é inaceitável que parlamentares atolados na lama até os olhos por incontáveis crimes – corrupção passiva, corrupção ativa, prevaricação, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica, formação de quadrilha, evasão de divisas etc. – tenham concretizado o golpe. Nas palavras de Saflate (2016, p. 1), o Congresso Nacional não tem legitimidade alguma “para julgar sequer síndico de prédio e é parte interessada em sua própria sobrevivência. Por essas e outras, o *impeachment* elevado à condição de farsa e ópera bufa será a pá de cal na combalida semidemocracia brasileira”.

As manifestações mundiais contrárias ao golpe eclodiram por todo o planeta. O jornal inglês *The Guardian*, por exemplo, imediatamente após o golpe publicou nota de repúdio à ação dos parlamentares brasileiros, apontando que as verdadeiras razões para o *impeachment* eram políticas, ou seja, as propaladas pedaladas fiscais não passavam de mero pretexto para retirar Dilma Rousseff da presidência.

O *The Guardian* ressaltava que as acusações se baseavam na tomada de empréstimos junto aos bancos públicos para suprir a carência de recursos para executar projetos sem a devida aprovação do Congresso Nacional. Contudo, salienta o jornal inglês, “a utilização de dinheiro não previsto no orçamento foi utilizado para financiar a agricultura familiar; o dinheiro usado não era um empréstimo, mas transferência de recursos públicos, prática costumeiramente utilizada pelas administrações anteriores”, bem como pelo poder executivo de todas as unidades federativas do país (BRASILEIROS, 2016, p. 1).

Segundo o entendimento de Adão Villaverde – em matéria publicada no Portal Sul em 18 em outubro de 2016, os ataques contra o Partido dos Trabalhadores e contra Dilma Rousseff, que resultaram no seu impedimento em permanecer na presidência da república aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis é resultado do inconformismo de opositoristas derrotados nas eleições de 2014. Nas palavras de Villaverde (2016, p. 1), a nefasta campanha contra a presidente “acertou de

morte, também, a democracia e mais ainda, alvejou o Estado Constitucional de Direito, mirando as conquistas sociais, trabalhistas e previdenciárias, ameaças à concepção política neoliberal, cuja visão diverge radicalmente do programa eleito”, consolidando ilegítima e ilegalmente “um projeto e um mandatário golpista sem chancela das urnas”.

As ações da Operação Lava Jato contribuíram significativamente para o golpe, à medida que a cada semana acontecia uma operação espetaculosa, transmitida ao vivo pela Rede Globo de Televisão, na tentativa de induzir a população a acreditar que apenas um partido político e um governo praticavam a corrupção no país, assim o golpe se consolidaria com amplo apoio da população, pelo menos no primeiro momento.

Ao levar em conta uma incômoda passividade da população brasileira e, mais especificamente, uma inatividade dos movimentos sociais do país, João Pedro Stédile – líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – argumenta que a esquerda parece ter desaprendido a realizar “trabalho de base, de conscientizar o povo, de fazer pequenas reuniões. Tem duas décadas que a esquerda só pensa em eleição” (WESSHEIMER, 2015, p. 1 e 8). João Stédile infere ainda, que a crise política decorrente das disputas fomentadas para controlar o Estado se aprofundou com o descarte total à democracia brasileira realizado pelos capitalistas mediante o:

[...] financiamento privado das campanhas eleitorais. As dez maiores empresas do país financiaram cerca de 70% dos parlamentares, processo este que gerou os Cunha da vida e os seus 300 aliados. Hoje, a população não se reconhece nos políticos. Diversas pesquisas de opinião apontam os políticos com o menor índice de credibilidade. Então, temos uma dicotomia aí. O que acontece na política não reflete na sociedade, ou só reflete negativamente (WESSHEIMER, 2015, p. 2).

Em meio a esse cenário de desesperança, a classe média do país manobrada astuciosamente pela mídia golpista, preocupada em perder as suas concessões, concentrou as suas preocupações em superar a crise, contudo, sem compreender o movimento da história, abraçou como possibilidade o programa conservador da direita, ou seja, o golpe parlamentar. De outra parte, a classe trabalhadora, imbricada aos e nos movimentos sociais, sindicais e populares não foi capaz de apresentar um programa de saída para a crise que tomou o país. Na concepção de João Pedro Stédile “as direções de organizações como CUT, UNE, MST, os movimentos de luta pela moradia [tentaram] unificar uma agenda”, mas o que estes organismos conseguiram foi apenas construir “um programa defensivo contra o golpe, em defesa dos direitos, contra o neoliberalismo, ou seja, uma defesa do passado. Para a classe trabalhadora também está sendo difícil construir um programa propositivo capaz de retomar a ofensiva na direção das mudanças” (WEISSHEMER, 2015, p. 5–6).

Outro aspecto que desperta a nossa atenção diz respeito às lutas dos movimentos sociais por melhores condições de vida e de trabalho. Temos observado que nos últimos anos houve alguns refluxos desses movimentos de esquerda e, contrapartida, os movimentos de direita e de extrema direita avançaram demasiadamente, principalmente, aqueles financiados pelos partidos de direita e pela FIESP. Prova dis-

so é o avanço dos Revoltados Online, cujo maior representante, o ator pornográfico Alexandre Frota, chegou a ser recebido pelo ministro golpista da educação para discutir outra pauta da direita: o “Programa Escola sem Partido”, que dentre outras propostas, traz no Projeto de Lei (PL) n. 867/2015 o fim do sistema de cotas para ingresso na educação superior.

Ressaltamos que o sistema de cotas foi uma das maiores conquistas do movimento negro durante os governos Lula e Dilma, que objetivou corrigir uma distorção de séculos, dado que a nossa elite sempre apostou em uma escola dual, reservando para ela tanto as melhores universidades como as melhores vagas nos melhores cursos, particularmente, mediante um sistema de vestibular que visa aferir notas aos conhecimentos aplicados nas escolas particulares. Essa elite burguesa reduz os investimentos nas escolas que atendem os filhos dos trabalhadores com conteúdos mínimos e promovem um sistema de aprovação automática de série a série (ano a ano) para desestimular a frequência à escola desses alunos, cobrados em vestibulares por conteúdos que nunca lhes foram ensinados.

Outra reivindicação contida no PL é a redução da duração do ensino fundamental de 9 anos para apenas 6 anos. Se a carga horária da escola pública já é baixa e o conteúdo mínimo, se implementada a redução do tempo de escolaridade, a classe trabalhadora passará a ter acesso apenas aos conteúdos ínfimos para aprender noções de línguas e algumas operações matemáticas. O ensino médio, por sua vez, que hoje constitui uma etapa importante na preparação para o ingresso no ensino superior, pela proposta do Programa Escola sem Partido, ou melhor, “escola dos partidos de direita”, é que esta etapa seja substituída pelo supletivo.

Com relação às disciplinas que poderiam levar a algum tipo de reflexão e análise da sociedade tais como Filosofia, História e Sociologia, no entendimento dos defensores dessa proposta absurda, defendida inclusive pela bancada da bíblia – grupo que por excelência se posiciona à direita e vive quase que exclusivamente da extorsão dos seus adeptos por meio do mais vil processo de alienação – devem ser substituídas pelo Ensino Religioso. Defendem ainda, o retorno das disciplinas Educação Moral e Cívica e Educação para o Lar, retirada do currículo na primeira metade do século XX. Mas, a maior de todas as inovações parece ser a obrigatoriedade da inclusão da bíblia como material didático do ensino fundamental, numa clara desvirtuação do papel da escola pública, Republicana e laica, como deve ser num estado laico.

Nesses termos, o papel da escola deixa de ser o de ensinar e passa a ser o de fazer proselitismo religioso, mormente num momento em que se criminaliza toda e qualquer ação daqueles que defendem uma postura Republicana do Estado. O jornal a Folha de São Paulo em matéria de 30 de maio de 2016, apontou que Alexandre Frota (Revoltados Online) teria afirmado que “estão gastando muito dinheiro com ministérios que não fazem nada. Junta tudo num ministério só e coloca gente que quer trabalhar. Outra parada escrota é dar cota pra negro. Cor da pele não mede inteligência”.

Tais posicionamentos e concepções dos movimentos sociais da direita além de ter como finalidade o não investimento na escola pública, visando apenas à economia de recursos para pagamento de juros e aumento da concentração de rendas, traz ainda uma carga de preconceitos muito grande, a ponto de a Folha Online (Jornal Fo-

lha de São Paulo), afirmar que de acordo com as informações de Alexandre Frota, radical teria sido seu posicionamento sobre a ideologia de gênero: “lugar de ‘viado’ é em salão de beleza, não na escola. Não vão fazer propaganda de homossexualismo em sala de aula não”. Por fim, ele teria surpreendido a equipe do Ministério da Educação ao pedir a volta do Ensino Religioso e a inclusão da bíblia como material escolar: “tá faltando Deus no coração da moçada. Tem que ler mais a bíblia e menos livro chato. Machado de Assis é chato pra caralho. Bom mesmo é a bíblia. Altas histórias maneiras e instrutivas. Deus salve o Brasil”.

Acreditamos ser pertinente apontar que no processo de efetivação da farsa, algumas medidas propostas pelos golpistas se ampliaram, em especial, aquelas relacionadas à venda de ativos da Petrobras por preços muito abaixo do que se esperava arrecadar com o petróleo do pré-sal. A venda desses ativos e a retirada da Petrobras de áreas significativas do pré-sal acarretará, indubitavelmente, na redução de muitos benefícios sociais. Nessa direção, antes mesmo da materialização do golpe já havia forte articulação para alteração da Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010 que:

[...] estabelece a participação mínima da Petrobras no consórcio de exploração do petróleo na camada do pré-sal, bem como a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela “condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção” (BEZERRA NETO; SANTOS, 2015, p. 81).

Essa Lei foi alterada pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 131, de 2015, proposto pelo senador José Serra do PSDB, o que certamente resultará na subtração de grande parte dos recursos do fundo criado para financiar a educação e a saúde. Além disso, o referido senador cumpriria com uma promessa feita em 2007 à empresa multinacional Chevron de transferir para a petrolífera norte-americana as riquezas do pré-sal.

Ao ponderar sobre esse tipo de ocorrência é que precisamos compreender que para além das preocupações dos parlamentares em breicar, extinguir, acabar definitivamente com as investigações sobre corrupção, bem como a recorrente e insistente intolerância e desrespeito da classe dominante em não aceitar um governo preocupado com os direitos sociais básicos da população pobre, sobretudo, um governo capaz de ampliar e assegurar o acesso da massa populacional à casa própria, ao automóvel, à universidade, à saúde, ao remédio e à alimentação para manter a vida, encontram-se os interesses norte-americanos para ampliar a sua presença e interferência econômica e geopolítica em todo o continente latino-americano.

De acordo com Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (2016) o golpe de estado materializado no Brasil que, internamente, teve à frente o atual e ilegítimo presidente Michel Temer, o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, os deputados Jarbas Vasconcelos, Rodrigo Maia, Silas Brasileiro, Gedel Vieira Lima; os senadores Jader Barbalho, Romero Jucá e Renan Calheiros, todos do PMDB associados aos políticos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) como os deputados federais Arthur Virgílio, Rogério Marinho, Nelson Markezan, Jutahy Maga-

lhães; os senadores Aécio Neves, Cássio Cunha Lima, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Aloísio Nunes, dentre outros tantos afiliados ao PMDB, ao PSDB e aos diversos outros partidos políticos grandes, médios, pequenos e nanicos, deve ser apreendido no contexto internacional, no qual os Estados Unidos da América buscaram restaurar a sua condição hegemônica sobre a América–Latina e, mais especificamente, sobre a América do Sul, visto que já firmou acordos com o presidente Maurício Macri para instalar duas bases militares em regiões estratégicas no território argentino.

As bases militares norte–americanas ocuparão a Província de Misiones – localizada na Tríplice Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai, região estratégica para acessar o maior manancial subterrâneo de água doce do mundo (1.200.000 Km²), o Aquífero Guarani, distribuídos entre o Brasil (840.000 Km²), a Argentina (255.000 Km²), o Paraguai (58.500 Km²) e o Uruguai (58.500 Km²) – e a cidade de Ushuaia na Província da Terra do Fogo, que se estende até a Antártida. Nas duas províncias grandes extensões de terras já foram adquiridas por corporações financeiras dos Estados Unidos da América e da Europa, a saber: *Allianz*, *Barclays Bank*, *Blackstone Group*, *Citigroup*, *Deutsche Bank*, *HSBC Bank*, *UBS* etc. Bandeira Moniz (2016, p. 5) argumenta que os governos Lula e Dilma ao desenvolverem uma política exterior afastada dos mandos e desmandos diretos de Washington, de não interveniência e de integração nos e com os países latino–americanos, constituiu por consequência um obstáculo aos desígnios hegemônicos dos Estados Unidos da América, que não se conformam com o fato do Brasil integrar o bloco denominado BRICs e por ser membro do Banco de Shangai – concorrente do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial –, o que tem dificultado a imposição dos seus tratados de “livre comércio” aos países do sul do continente.

Portanto, a pressuposta campanha contra a corrupção, em realidade, se constituiu em campanha contra a corrupção dos políticos e pessoas físicas e jurídicas vinculadas, ou que mantivessem qualquer relação com o Partido dos Trabalhadores. As medidas e ações empreendidas pelo juiz federal da 4ª Região Sérgio Fernando Moro e pelo procurador geral da república Rodrigo Janot Monteiro de Barros objetivaram desconstruir e desmoralizar a Petrobras e as grandes construtoras brasileiras tanto no mercado interno quanto e, sobretudo, no mercado externo. Eloide Descamps e Tarrik Bouafia (2016) reafirmam que o principal objetivo de Sérgio Moro, preparado nas fileiras da *National Security Agency the United States of America* (NSA/USA) foi de:

[...] desacreditar o ex–presidente Lula, também a presidente Dilma Rousseff e, ainda, o Partido dos Trabalhadores do Brasil, a força progressista do país. Dois anos foram dedicados às investigações e espionagens meticulosas levadas a cabo pela NSA não bastaram para projeto tão amplo, visto que não indiciou ninguém de corrupção direta ou indireta, absolutamente nada foi encontrado contra Lula e Dilma (DESCAMPS; BOUAFIA, 2016, p. 132).

Chamamos a atenção para o fato de que as empresas estrangeiras diretamente envolvidas na corrupção de inúmeros políticos brasileiros, não foram sequer investigadas pela “Lava Jato”. De acordo com Luiz Moniz Bandeira (2016), o Judiciário, a Procuradoria Geral da República e a Polícia Federal agiram sistematicamente para:

[...] solapar a democracia brasileira, prejudicar as empresas nacionais e abrir caminho para a consolidação dos interesses estrangeiros no país, em especial, dos Estados Unidos da América. Muito dinheiro correu na campanha pelo impeachment e a influência dos EUA transparece nos vínculos do juiz Sérgio Moro que conduz o processo da Lava Jato. Ele realizou cursos no Departamento de Estado dos Estados Unidos [...], foi treinado² em ações multi-jurisdicional e em práticas de investigação, inclusive com demonstrações reais – como preparar testemunhas para delatar terceiros (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 2 e 7).

É mesmo lamentável observar o conluio entre a classe dominante e os pseudos representantes do povo, instalados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para a destruição da nascente democracia brasileira, em defesa de uma ideologia neoliberal e neoconservadora que coloca em terra o trabalho empreendido nas últimas duas décadas em prol da população pobre de nosso país; ideologia nefasta que desmantela completamente os programas sociais básicos como moradia, saúde, alimentação, educação, transporte, segurança etc. O golpe tratou mesmo de assegurar a transferência do poder às “pessoas que são de fato corruptas, que têm roubado enormes quantias em dinheiro, remetidas para contas bancárias no exterior [...] o objetivo do golpe [foi] dar o poder aos ladrões e corruptos de Brasília para que pudessem se proteger e acabar com as investigações de corrupção” (GREENWALD, 2016, p. 66).

A história por si só se encarregará de expressar a verdade sobre a “farsa” montada para defender os interesses do capital nacional e do capital internacional, em particular, dos Estados Unidos da América, as elites brasileiras pagarão – já estão pagando – um preço demasiadamente caro por ter destituído uma presidente escolhida legalmente, por meio do voto direto por 54,5 milhões de brasileiros e por colocar em seu lugar o ilegítimo “Michel Temer, envolvido em inúmeros casos de corrupção, um corrupto convicto e incorrigível, um zero à esquerda”, um ser desprezível que transpira mediocridade e hipocrisia (GREENWALD, 2016, p. 67).

A atual política de austeridade econômica praticada pelo governo golpista, embasada no corte de investimentos no campo social empurram o país para um enorme abismo, no qual se destaca o aumento do desemprego, a inadimplência, o crescimento da pobreza, a desaceleração da economia e, por consequência, a inevitável recessão, ao contrário do pensam e pregam os incompetentes gestores do campo econômico, aniquilando de uma vez por todas os direitos sociais conquistados com muita luta pelos movimentos organizados da sociedade brasileira, reconhecidos e assegurados pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

Referências

² Em 2008 Sérgio Moro passou um mês num programa especial de treinamento na Escola de Direito de Harvard e em 2009 participou da Conferência Regional sobre Illicit Financial Crimes promovida pela Embaixada dos Estados Unidos na cidade do Rio de Janeiro (MONIZ BANDEIRA, 2016, p. 7).

BASTENIER, Miguel Ángel. O Estado do golpe. **El País**, 26 abr. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/26/internacional/1461688978_516201.html>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BEZERRA NETO, Luiz; SANTOS, Flávio Reis. Os movimentos sociais como sujeitos de resistência às políticas liberais. **Anais do IV Simpósio Nacional e I Internacional de História da UEG (ISSN 2525-4855)**, Anápolis/GO, 2015. Disponível em: <http://www.anais.ueg.br/index.php/simposionacionaldehistoria/article/view/7137/4723>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 314, de 13 de março de 1967**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 867/2015**: inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o “programa escola sem partido”. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

CARA, Daniel. Agenda Brasil: a educação pública não está bem, mas pode ficar pior. **UOL Educação**, Blog do Daniel Cara, 25 ago. 2015. Disponível em: <<http://danielcara-blogsfera.uol.com.br/2015/08/25/agenda-brasil-a-educacao-publica-nao-esta-bem-mas-pode-ficar-pior/>>. Acesso em: 8 set. 2015.

CAVALCANTE, Sávio. Terceirização, a modernização que esconde um retrocesso: entenda o que está em jogo. **Fórum**, 7 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/geral/terceirizacao-modernizacao-que-esconde-um-retrocesso-civilizador/>>. Acesso em: 8 set. 2015.

DESCAMPS, Elodie; BOUAFIA, Tarik. Crónica de un golpe anunciado. In: GENTILI, Pablo; SANTA MARIA, Victor; TROTTA, Nicolás. **Golpe en Brasil**: genealogía de una farsa. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2016.

FATORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo. Gastos com a dívida pública em 2014 superaram 45% do orçamento federal. **Auditoria cidadã da dívida**, 5 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

GREENWALD, Glenn. El objetivo del juicio político a Rousseff es impulsar a los neoliberales y proteger la corrupción. In: GENTILI, Pablo; SANTA MARIA, Victor; TROTTA, Nicolás. **Golpe en Brasil**: genealogía de una farsa. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLASCO, 2016.

LIMA, José Antonio. Estado mínimo em um país sem o mínimo de estado. **Carta Capital**, 2 set. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/estado-minimo-em-um-pais-sem-o-minimo-de-estado-8645.html>>. Acesso em: 7 set. 2015.

LOCATELLI, Piero. Nove motivos para você se preocupar com a nova lei de terceirização. **Carta Capital**, 8 abr. 2015. Disponível: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/nove-motivos-para-voce-se-preocupar-com-a-nova-lei-da-terceirizacao-2769.html>>. Acesso em: 8 set. 2015.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: Marx, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Volume 1. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna. Apoio dos EUA a golpe no Brasil. **Leonardo.BOFF.com**, 19 jun. 2016. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2016/06/19/moniz-bandeira-denuncia-apoio-dos-eua-a-golpe-no-brasil/>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Manifesto de Fundação**. Aprovado pelo Movimento Pró-PT, 1980. Colégio Sion, São Paulo, 10 fev. 1980. Publicado do Diário Oficial da União em 21 de outubro de 1980. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

SAFLATE, Vladimir. Um golpe e nada mais. **Folha de São Paulo**, 25 mar. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafate/2016/03/1753928-um-golpe-e-nada-mais.shtml>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

SEMLER, Ricardo. Nunca se roubou tão pouco. **Folha de São Paulo**, 21 nov. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/osp/opiniaio/196552-nunca-se-roubou-tao-pouco.shtml>>. Acesso em 30 nov. 2014.

TAVARES, Flávio. **1964**: o golpe. Porto Alegre: L & PM, 2014.

THE GUARDIAN. Senado usa pretexto para remover Dilma do poder. **Brasileiros**, 31 ago. 2016. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2016/08/para-the-guardian-senado-usa-pretexto-para-remover-dilma-do-poder/>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

VILLAVERDE, Adão Roberto Rodrigues. O golpe de 2016 no Brasil: um registro histórico obrigatório. **Sul 21**, 18 out. 2016. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/o-golpe-de-2016-no-brasil-um-registro-historico-obrigatorio/>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

WESSHEIMER, Marco. Faz 20 anos que a esquerda só pensa em eleição. **Sul 21**, 24 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/faz-20-anos-que-a-esquerda-so-pensa-em-eleicao/>>. Acesso em: 8 set. 2015.

O GOLPE PARLAMENTAR DE 2016 E O REORDENAMENTO DA HEGEMONIA BURGUESA

Silvia Alves dos Santos¹
Julia Malanchen²

Introdução

O Golpe parlamentar de 2016 contra a presidenta da república Dilma Rousseff (PT) vai muito além das discussões e tergiversações divulgadas pela mídia dominante no Brasil. Compreender o Golpe é enveredar-se para uma seara mais complexa, que foge às meras informações jornalísticas de bastidores da política brasileira, calcada em um sistema político corrupto desde a formação dos estamentos e do patrimonialismo brasileiro, como já nos alertava Raimundo Faoro na famosa obra “Os donos do Poder” (1998).

Na direção de buscarmos uma reflexão mais profunda sobre a coroação do que se está caracterizando como Golpe, entendemos como importante ponto de partida a contextualização política e econômica da reestruturação do capital, a partir da crise de 2007 nos países desenvolvidos, cujas repercussões trouxeram mudanças efetivas nas economias periféricas, em especial, na vida de milhares de trabalhadores por todo o continente latino-americano.

A crise mundial do capital não se trata de uma simples fase de transformações. A conjuntura que se coloca a partir desse processo, para fazer com que ele ‘apareça’ como decisivo para operar grandes transformações nas economias dos países, com base na extração absoluta e relativa da mais valia, além da indução esquizofrênica a um pensamento individualizado e meritocrático, mostra-nos que a ofensiva neoliberal está aí para afirmar, mais uma vez, na história da humanidade, que o capitalismo é a melhor forma de organização econômica da sociedade. Contrariamente a esse pensamento tendencialmente hegemônico, de que esse modo de produção (capitalismo) é o melhor para as sociedades, intentamos nesse texto discutir quais as implicações que a ofensiva neoliberal, orientada pelo capital, traz aos trabalhadores de modo geral e em particular, aos da educação a partir da deflagração de mais um golpe parlamentar na América Latina.

1 – O avanço da ofensiva neoliberal e a coroação do Golpe parlamentar de 2016

¹ Doutora em Educação pela UFSCAR – SP. Docente na Área de Políticas e Gestão da Educação da Universidade Estadual de Londrina –Pr. silvalves@uel.br

² Doutora em Educação Escolar UNESP – Araraquara – SP. Docente na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Foz do Iguaçu. julia_malanchen@hotmail.com

Compreender a ofensiva neoliberal contemporânea nos remete necessariamente a buscarmos a relação de suas raízes históricas. O neoliberalismo é um modelo econômico que, segundo Harvey (2008), se torna uma ideia dominante por meio de sensações, instintos, valores, desejos, conceitos e figuras. Nada mais apropriável para uma época como a que vivemos, em que se valoriza tanto as sensações e emoções como forma de dominação humana e sedimentação de uma ideologia que se quer dominante.

Os discursos geralmente são carregados de uma retórica comovente e ‘preocupada’ com a humanização e emancipação dos sujeitos. Mas será mesmo que o neoliberalismo (modelo fundamentado na propriedade privada, na liberdade individual e no livre mercado), preocupa com a “dignidade” no sentido coletivo? (HARVEY, 2008).

Observa-se que as lutas por liberdade de expressão, de escolhas de representantes políticos ou mesmo pela defesa da democracia são jargões bastante utilizados para dois pesos no Brasil. Harvey (2008, p.15), afirma:

Nenhum modo de pensamento se torna dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos.

Com base nessa premissa, percebe-se que o modelo político brasileiro, majoritariamente sustentado pelas práticas liberais, consoma seu aparato ideológico a partir da indução de discursos emotivos e sensacionalistas, de modo a alcançar ‘corações e mentes’ desprovidas de autocritica e de uma leitura politizada de mundo. Mais que isso, há o uso indiscriminado (e por vezes, pretencioso) da ideia de dignidade e liberdade humana como condição para a emancipação.

Os defensores do modelo neoliberal, desde Hayek e Friedmann, sustentam que esses dois elementos são importantes para que os indivíduos não se submetam a regimes autoritários ou ao intervencionismo do Estado. Aliás, é com base nesses preceitos que ao longo das últimas quatro décadas no Brasil, observamos um reordenamento da burguesia em torno de práticas mobilizadoras, com forte alusão a esses valores, de modo que visualizamos no cenário político recente de golpe parlamentar no Brasil, a própria classe trabalhadora, nas ruas, defendendo o projeto de sociedade da burguesia, ou seja, há em tudo isso o reflexo claro da incompreensão da luta de classes e de todas as consequências desastrosas que esses posicionamentos trarão à sobrevivência da própria classe trabalhadora.

A evocação a esses dois importantes elementos proporcionaram à burguesia brasileira consolidar estratégias de aproximação da população de baixa renda de modo a fazer com que essa classe social reiterasse nas suas práticas, ideológicas e de consumo, o discurso da burguesia (NEVES, 2005).

Não é novidade que a adesão aos princípios do livre mercado nos países periféricos traria sérias consequências aos trabalhadores. O fato citado acima é apenas uma das graves implicações da nova estratégia de reordenamento burguês no Brasil.

As massas populares são utilizadas para fazer levantamentos que não convertem em ações populares, pelo contrário, voltam-se para defesas de pautas e projetos que desqualificam as condições objetivas da própria classe a que pertencem (na maioria das vezes, a classe trabalhadora não tem compreensão sobre o próprio pertencimento), atacando, em primeiro lugar, a garantia de direitos sociais como saúde e educação.

A ascensão do neoliberalismo no Brasil ganha contornos mais nítidos na gestão do governo FHC (1995–2002). Esse período foi marcado por conexões muito mais complexas, que operavam sistematicamente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, políticas de ataque a todas as formas de direitos sociais conquistados. Parte desse projeto internacional também fora introjetado no Brasil por meio das privatizações, das isenções de impostos, de incentivo ao empreendedorismo, do contínuo enxugamento da participação do Estado na promoção de políticas públicas, entre outras ações. Todas essas iniciativas com um claro objetivo de “valorar a dignidade humana e a liberdade” a partir do incentivo à competitividade e à abertura do mercado brasileiro para as especulações internacionais e conseqüentemente para o investimento externo. (HARVEY, 2008).

É com essa perspectiva econômica que o Brasil adentra nos acordos internacionais por meio de empréstimos à altas taxas de juros, que nem sempre retornaram na forma de bens ou serviços para a sociedade. Pelo contrário, tal situação era constantemente utilizada para justificar que os investimentos nas áreas sociais não eram possíveis, em razão de que em momento anterior tivemos que “honrar” as dívidas, especialmente aquelas advindas dos empréstimos ao FMI no início dos anos de 1990 (SHIROMA, 2002).

Em 2003, com a chegada à presidência da república do candidato Luís Inácio Lula da Silva, advindo do Partido dos Trabalhadores (PT) e em sintonia com parte da esquerda, o projeto político do governo eleito era esperado como uma reviravolta na economia brasileira. No entanto, logo de início, já ficou explícito que ao alcançar esse espaço de poder político, não era possível governar sem acordos congressistas. Foi então que, em nome da tentativa de criação de uma política econômica mais equitativa, o governo Lula lança mão do projeto das bases e se coloca parceiro de grupos oportunistas da política brasileira, fato esse, que seria (no futuro/presente) objeto de sucessivas tentativas de destruição de sua vida política e sindical.

A política econômica do governo Lula, segundo Paulani (2008), passa a ser contraditoriamente marcada pela valorização financeira. O capitalismo, sob novos ordenamentos jurídicos, orientava os países (especialmente os periféricos) a se adaptar à sua volátil forma de se reestruturar a cada período de recessão econômica. A busca pela valorização do capital esbarrava-se política e ideologicamente com o projeto de ampliação de políticas públicas sociais a tal ponto que o poder avassalador do capital modificava substancialmente o projeto político de governo do Partido dos Trabalhadores.

O Estado brasileiro passa executar a doutrina neoliberal sobre todas as instituições e, esse modelo passa a dominar a própria forma de pensar e fazer política. Com esse arcabouço, dissemina-se no país, a necessidade de diminuir o tamanho do poder do estado na promoção de serviços à população. Institui-se a ideia de que o pri-

vado é mais eficiente e que, portanto, precisa criar condições objetivas para que essa esfera ganhe espaço na sociedade. Na direção de crítica a esse projeto, Paulani (2008) explicita qual era o projeto neoliberal para o Brasil, que adentrava também no governo do presidente Lula.

As regras, normas e regulamentações de toda ordem que o Estado impunha ao funcionamento do mercado tinham de ser abolidas ou reduzidas ao máximo possível, para que a concorrência gerasse seus frutos em termos de maior eficiência e recuperação dos lucros. Era preciso restringir o Estado às suas funções mínimas: diligenciar pela manutenção das regras que permitem o jogo capitalista e produzir os bens públicos por excelência, ou seja, justiça e segurança. Finalmente, a crise que comprimia as margens de lucros tinha de ser amenizada com redução de gastos com pessoal e flexibilização da força de trabalho, uma vez que as garantias sociais conferidas a esta última tornavam-se agora um custo insuportável e inadmissível. (PAULANI, 2008, p.118).

A pregação neoliberal era de que o país necessitava revigorar a economia a partir da “libertação do mercado” das amarras fiscais gerenciadas pelo estado até então. Ainda nas palavras de Paulani (2008):

[...] o capital financeiro só funciona adequadamente se tiver liberdade de ir e vir, se não tiver de enfrentar, a cada passo de sua peregrinação em busca de valorização, regulamentos, normas e regras que limitem seus movimentos. (PAULANI, 2008, p.116).

No campo das políticas públicas de educação o projeto neoliberal atacou o sentido histórico do papel da escola pública, justificando a necessidade de revisar sua inserção social, passando-a a parceira na execução de serviços destinados à população carente e, permitindo dessa forma, a abertura para o mercado das grandes corporações educacionais privadas de agir na formação dos profissionais da educação, bem como junto ao Ministério da Educação através de proposições da sociedade civil organizada na forma de organizações não governamentais. Entra em cena, a partir de então, o que Neves (2005) denominou como a nova pedagogia da hegemonia.

Especificamente quanto a educação escolar, foi um momento de difusão da ideologia da qualidade total, da transformação dos dirigentes em gestores educacionais, do começo do sucateamento da educação superior pública e da transformação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), de órgão contestador de políticas oficiais, nos anos finais da ditadura militar e nos anos de abertura política, em instrumento difusor das políticas neoliberais para a educação básica (NEVES, 2005, p.92).

As reformas educacionais, implementadas ou conduzidas pelo governo Lula, iam na direção de uma formação humana ajustada ao modelo econômico vigente, que pautaria a secundarização do histórico papel da escola pública para dar lugar ao cidadão participativo e colaborador do desenvolvimento social da nação.

As reformas educacionais brasileiras já implementadas ou em processo de implantação viam do ponto de vista técnico, a formação de um homem em-

preendedor e do ponto de vista ético político, à formação de um homem colaborador, características essenciais do intelectual urbano, nos marcos da hegemonia burguesa. Esse intelectual urbano de novo tipo a ser formado pelo sistema educacional sob a hegemonia burguesa na atualidade deveria apresentar uma nova capacitação técnica, que implique em uma maior submissão da escola aos interesses e necessidades empresariais e uma nova capacidade dirigente, com vistas a “humanizar” as relações de exploração e de dominação vigentes (NEVES, 2005, p. 105).

A vitória do Partido dos Trabalhadores, primeiro com Lula e depois com Dilma Rousseff na presidência, sinalizava a possibilidade de iniciar um movimento contra hegemônico ao capital, no entanto, com o passar do tempo, foi mais um partido que operou nas engrenagens do capital. O neoliberalismo tornou-se uma prática de governo, difícil de ser demolida com a forma de organização do sistema político constituído no Brasil (ANTUNES, 2006).

O que se visualiza em todo período de governabilidade do Partido dos Trabalhadores, seja com Lula ou Dilma, é uma tentativa de conciliar as forças do capital, tentar controlá-lo ingenuamente, por meio da aplicação de uma política econômica que faz jus ao crescimento, mas que paralelamente oferece subsídios sociais para amenizar a miséria, encobrindo a luta de classes como elemento fundante do modelo de sociedade que estamos imersos. Cabe aqui lembrar a importante análise de Chesnais (2009) não se controla o capital, é ele com seu poder de circulação que controla as relações e a produção das pessoas.

Mais recentemente, no governo da presidenta Dilma (PT), observamos que, na contramão da economia mundial, que vinha se esfacelando desde a grande crise econômica de 2007 que afetou substancialmente os Estados Unidos e a União Europeia³, o Brasil continuou garantindo direitos básicos à população como o salário mínimo e os programas sociais de distribuição de renda, ainda que com todas as pressões internas e externas de um país em desenvolvimento (POCHMANN, 2010).

Cedo ou tarde a agressividade do poder do capital em derrubar qualquer obstáculo progressista social que pudesse impedir sua circulação total chegaria à população menos favorecida brasileira. No Brasil, essa estratégia necessitaria de certa legalidade. Como abrir as portas para o mercado internacional com um perfil de governo progressista? Impossível. Daí a necessidade de criar lastros legais para justificar a ofensiva neoliberal e formatar o projeto hegemônico do capital financeiro.

³ Segundo José Luiz Oreiro (2011), professor da Universidade de Brasília (UnB), a crise financeira de 2008 foi a maior da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929. Começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros, a crise financeira se espalhou pelo mundo todo em poucos meses. O evento detonador da crise foi a falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008, após a recusa do Federal Reserve (Fed, banco central americano) em socorrer a instituição. Essa atitude do Fed teve um impacto tremendo sobre o estado de confiança dos mercados financeiros, rompendo a convenção dominante de que a autoridade monetária norte-americana socorreria todas as instituições financeiras afetadas pelo estouro da bolha especulativa no mercado imobiliário. (em artigo publicado no jornal Valor, 13-09-2011). Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/1005340/serie-especial-sobre-crise-economica>

Para tanto, apoiar-se no sistema político, historicamente favorável aos interesses privados, seria o caminho mais rápido e seguro. A roupagem legalista para derubar o estado e conseqüentemente todos os entraves que viessem a impedir a circulação hegemônica do capital somente foi possível com o aparato institucional do legislativo e do judiciário que temos. Ainda que simbolizem um caráter representativo, o legislativo e o judiciário brasileiro portam-se como parte de uma burguesia nacional que, mais tem contribuído para preservar o *status quo* na sociedade do que efetivamente primar pela elaboração e fiscalização da garantia de direitos sociais universais.

Com esse cenário, vivenciamos entre os anos de 2013 a 2016 toda estruturação política e legal de destituir a política econômica e social que a presidenta Dilma Rousseff vinha implementando no país, desde o governo Lula. Grandes grupos econômicos, ligados ao agronegócio, aos industriais e até às congregações religiosas se uniram para impedir o avanço econômico das massas populares, que há pouco tempo haviam conquistado o poder de consumo de bens materiais e que até pouco tempo atrás eram específicos para a burguesia brasileira. Tudo isso significou, uma ameaça ao poder e ao espaço que essa burguesia ocupou por tantos anos. Obviamente que outros fatores se somam a isso, mas tal perspectiva, apenas insultou a organização de uma frente parlamentar, aliada ao discurso da legalidade, para que o movimento em favor do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT) se concretizasse em maio de 2016.

A burguesia brasileira não suportou o processo de democratização (ainda que frágil) de direitos sociais que os governos do Partido dos Trabalhadores conduziram por doze anos de governabilidade nesse país. A ruptura com esse processo de conquistas sociais, especialmente para a população de baixa renda, significa um movimento de retrocesso que está trazendo conseqüências incorrigíveis para a classe trabalhadora, além de colocar o estado a serviço, explicitamente, dos interesses de grandes grupos privados.

A orquestração do golpe parlamentar no Brasil em 2016 não ocorreu sem o manto protetor e legalizador do judiciário, que por sua vez, não é e nunca foi neutro. Além deste, temos também o papel da mídia na coroação do golpe com a imagem de uma entidade “não partidária”, mas que ao fundo, mostra-se insultadora do emocional da classe média conservadora, como forma de contribuir para a incorporação de um discurso travestido de “vontade geral”, mas que, na verdade, assume os interesses de um grupo minoritário que mantém a concentração das maiores riquezas no país (SOUZA, 2015).

A corrupção e sua vagueza conceitual é sempre o mote que galvaniza a solidariedade “emocional” das classes médias, que se imaginam moralmente superiores às outras classes, e confere respeitabilidade moral e política a esses assaltos à soberania popular. Como já dissemos acima, a corrupção, definida seletiva e arbitrariamente, é a única forma de transformar os interesses mais privados em supostos interesses universais. A imprensa é fundamental neste processo, posto que é necessário “legitimar” o assalto ao princípio da soberania popular como única fonte que permite vincular legalidade e legitimidade do regime democrático e representativo. Como a soberania popular

consagrada no voto é a única fonte de legitimidade do poder moderno em todas as suas dimensões, inclusive das regras consagradas institucionalmente, a imprensa conservadora sempre teve que fazer estripulias de contorcionista chinês para deslegitimar a única fonte de todo o Direito e de toda a vida democrática moderna. Para isso sempre foi e ainda é necessário insuflar o público conservador cativo [...] Na verdade é uma vontade de meia dúzia de endinheirados que manipulam sua tropa de choque de uma classe média infantilizada que se autoidealiza (SOUZA, 2015, p. 257).

Observa-se que, nesse movimento de conluio para garantir a abertura à livre circulação e acumulação do capital para uma pequena parcela da sociedade, o judiciário atua como tribunal político na defesa dos interesses de grupos que se pretendem hegemônicos no país. Sobre o papel do judiciário na coroação do golpe contra o governo de Dilma Rousseff parece claro em mais uma análise de Jessé de Souza (2015):

O candidato perfeito, para ocupar o lugar vazio deixado pelos militares, surge no aparato de órgãos de controle do governo e do judiciário criados pela constituição de 1988 que reúne ambigualmente não apenas a tentativa de universalizar direitos, mas, também, a desconfiança da política – criada por meios pseudo-científicos entre nós como vimos – e a necessidade de se instaurar um novo “poder tutelar” de modo a resguardar os interesses do 1% mais rico e poderoso. Esses órgãos não apenas recrutam seus quadros prioritariamente na classe média conservadora e moralista. Todos os interesses e ideais dessas corporações – como alguns dos mais altos salários da república, além de benesses e privilégios de todos os tipos aliados ao prestígio social, especialmente na sua classe de origem, reservado aos que lutam contra a corrupção – ganham com o projeto de substituir as forças armadas como uma nova instância do poder moderador da pseudo-democracia brasileira. São os órgãos de controle como o TCU, MP e Polícia Federal, aliados aos “Juizes justicheiros”, incensados pela mídia conservadora como os novos “heróis do povo” (leia-se classe média conservadora), como os novos representantes da “vontade geral” (ou seja, os interesses econômicos do 1% mais rico); supostamente “acima da política”, que são os novos candidatos a incorporar o poder moderador da pseudo-democracia tutelada brasileira. [...] Mudam-se as vestes e as fantasias, moderniza-se o golpe, substitui-se o argumento das armas pelo argumento pseudo-jurídico, amplia-se a aparência de “neutralidade”, sai de cena a baioneta e entra no palco da ópera bufa a toga arrogante e arcaica do operador jurídico, mas preserva-se o principal: quem continua mandando de verdade em toda a encenação do teatro de marionetes são os mesmos 1% que controlam a riqueza, o poder e instrumentalizam a informação a seu bel-prazer (SOUZA, 2015, p.260–261).

O desfecho do golpe recai com força e violência, além de todas as implicações, para a classe trabalhadora de baixa renda ou assalariada, e também sobre a classe média que alienada das condições objetivas, repousa seu discurso na retórica burguesa. A condução golpista de Michel Temer ao governo é o resultado do acirramento da luta de classes no país. Representa a manobra mais arдил da burguesia brasileira em conservar seu espaço no poder político, reestruturando dessa forma sua hegemonia

que outrora se mostrou ameaçado pelas políticas sociais dos governos do Partido dos Trabalhadores.

2. Os ataques aos direitos sociais e as implicações do Golpe para a educação

Desde a chegada de Michel Temer à presidência, pela via do golpe parlamentar e ancorado nas ações do judiciário, assistimos a um espetáculo de ataques aos direitos humanos, conquistados secularmente no país. Suas ações iniciais, ao chegar ao mais alto cargo da república, mostraram exatamente a que veio esse governo e quais suas perspectivas de governabilidade.

Um dos seus primeiros encaminhamentos como governo interino foi destituir importantes secretarias e ações que viabilizavam a garantia dos direitos humanos representados por meio de programas sociais. A sinalização dessa iniciativa é a de que os direitos humanos sociais não são e não serão prioridades desse governo. Basta recordarmos as iniciativas na composição dos ministérios: não havia inicialmente mulheres, não havia negros. Tratou de cortar verbas para setores sociais e ampliou o poder de repressão dos órgãos controladores ligados ao aparelho do estado. Isso significa que as ações desse governo, ainda que interinamente, podem resultar em sérias consequências para os trabalhadores de modo geral e especificamente para os movimentos sociais e associações científicas.

No conjunto desses movimentos de luta em favor de uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada, destacamos a importância do Ministério da Ciência e Tecnologia na gestão e produção de conhecimentos e pesquisas que contribuam para o desenvolvimento científico do país, colaborando e desenvolvendo pesquisas relevantes, que retornam para a sociedade na forma de bens e serviços que facilitam e melhoram a vida das pessoas. Uma das iniciativas primeiras desse governo foi extinguir esse ministério com a justificativa de que se tratava de um órgão caro ao país. Que, portanto, havia necessidade enxugar custos.

Além disso, propôs concomitantemente, a junção do Ministério da Educação com o Ministério da Cultura. Ambos, embora historicamente aliados na formação educativa e cultural da sociedade brasileira, mantinham suas especificidades, bem como orçamentos específicos para o desempenho de suas ações governamentais.

É interessante notar que os ajustes e cortes, com a justificativa de controlar gastos, somente foram direcionados para secretarias ou órgãos que, historicamente, desempenharam papel importante para a sobrevivência de uma nação. Saúde, educação, ciência e tecnologia, nos parecem não estar na agenda desse governo, ou, ao menos, com essas iniciativas, parece-nos demonstrar que não possuem relevância, podendo ser extintos ou readequados sem que a população participe das decisões seja por meio de seus representantes legítimos ou pelos meios históricos de plebiscitos ou voto popular.

Tudo isso nos remete a explicitar que o governo interino de Michel Temer, traz consigo um retrocesso substancial à formação das novas gerações, especialmente quando se trata de educação e saúde.

As áreas de educação e saúde viraram pauta de análises de grandes jornais da mídia que ajudou a consolidar o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Interessante notar que até a coroação do golpe essas duas áreas tinham muito pouco espaço no debate jornalístico. O que se percebe de todo esse movimento é uma tentativa de construir um consenso em torno dessas áreas de que a melhor forma de resolver seus problemas é privatizando os serviços que até em então são de competência dos estados e municípios em parceria com a União.

Não desacreditamos que educação e saúde estão sucateadas e que necessitam de reestruturações na gestão de recursos pelo poder público, no entanto, deflagrá-las à própria sorte do ávido poder do mercado, é deliberar pela sua extinção enquanto um direito público social, garantido na Constituição de 1988. Mais que isso, é induzir a população a uma prática que já tem sido naturalizada em nosso país que é o pagamento duplo pelo usufruto dos direitos sociais garantidos historicamente.

No campo da educação os ataques desse governo recaem, majoritariamente, sobre a gratuidade do ensino, do fundamental ao superior. Os discursos que circulam na mídia e que convencem a muitos, vão na direção de construir um consenso em torno de uma “vontade geral” de que é preciso rever o papel das universidades públicas porque estas acolhem somente ricos. Com esse discurso introduzem no ideário raso de uma grande massa alienada que há necessidade, então, de introduzir o pagamento de mensalidades. Tal encaminhamento, sem analisar o contraditório, destrói toda a conquista dos movimentos sociais pela criação e ampliação de vagas para escolas públicas, negros e portadores de necessidades especiais.

No pacote de “inovações” para cortar gastos públicos e reestruturar o papel da escola e da universidade na sociedade, o governo propõe, por meio de emenda constitucional, de Medida Provisória e projetos de Lei, mudanças que afetam e afetarão o futuro das próximas gerações destruindo as garantias sociais previstas em lei até o momento.

Observamos que as conquistas em torno de um projeto de educação pautado nos conteúdos escolares, sistematizados historicamente, por meio de uma teoria curricular, passou a ser atacado em detrimento de uma formação sustentada pelo viés mercadológico e pragmático.

Atacar a escola pública e seu currículo “obsoleto”, segundo essa concepção, nos parece mais uma das armadilhas do capital para desconstruir a função social da escola pública e construir um consenso em torno da necessidade de privatizar esse serviço. Na verdade, mostra-se como mais uma estratégia de incutir no ideário da população que o setor privado é mais eficiente. Com isso, assistimos ao avanço dos grandes grupos educacionais privados que vão aos poucos pautando o tipo de educação que se deseja para o país bem como o perfil de homem para essa sociedade.

Nesse ataque aos direitos sociais, de modo geral, vamos assistindo ao desmantelamento da educação com a aprovação da PEC 55/2016 que entre os retrocessos, institui a desvinculação de receitas da União para essa esfera, o que significa que

não teremos condições de cumprir as metas do Plano Nacional de Educação aprovadas recentemente no ano de 2014.

Essa proposta de emenda constitucional mostra-se aviltadora em vários aspectos, inclusive com a própria manutenção da educação como direito público social garantido na Constituição de 1988. Ao desvincular receitas dessa área, da saúde e da previdência, o governo está a sinalizar o recrudescimento do modelo neoliberal de governabilidade, por meio do atendimento majoritário dos interesses dos grandes grupos econômicos e privatistas que não se contentaram com a abertura democrática e com a ampliação dos serviços e programas sociais estendidos e ampliados para a classe trabalhadora e que necessitam reaver esse poder para coroar o ordenamento burguês.

3. As tarefas da classe trabalhadora para a resistência ao Golpe

As tarefas da classe trabalhadora são inúmeras nesse contexto de resistência e de enfrentamentos. No entanto, pensar estratégias e táticas exige primariamente repensarmos qual projeto de sociedade se deseja para o país. É com esse compromisso que devemos repensar a democracia e o seu significado para a população, bem como o elemento que legitima esse tipo de democracia que vivemos no Brasil.

Obviamente que repensar o projeto de sociedade que queremos passa necessariamente pelo desvelamento dos projetos políticos em disputa no país. Há que se considerar os avanços conquistados pela esquerda, conduzida em grande parte pelas ações dos governos petistas, no entanto, cabe também uma autocrítica que, mesmo com avanços no campo das políticas sociais, esses governos não garantiram a governabilidade sem ser partícipes de conluios que ao fim decretaram sua execução sumária por meio da coroação do golpe no início do ano de 2016.

As consequências políticas e sociais causadas pelo golpe, afetarão significativamente a classe trabalhadora que majoritariamente utiliza os serviços públicos como único meio de sobrevivência. Saúde, educação e previdência, alijados a partir da aprovação da PEC 55, e do PL 34/2016, serão a coroação do golpe, um verdadeiro retrocesso das conquistas sociais após o período de redemocratização da sociedade e da aprovação da Constituição de 1988.

O horizonte de lutas se mostra intransponível na medida que observamos as tentativas diárias de desconcentração dos serviços públicos por meio de medidas e emendas constitucionais. No entanto, cabe frisar que essas tentativas ao mesmo tempo em que encontram eco e terreno forte para se expandir, também encontra resistências importantes. Há que se destacar a criação da Frente Brasil Popular, cuja junção de movimentos sociais e sindicatos, tem como objetivo defender os direitos conquistados e a melhoria de vida com a garantia de condições de vida, emprego, salário, aposentadoria, moradia, saúde, educação, terra e transporte público (FRENTE BRASIL POPULAR).

Ainda no âmago dos debates recentes sobre toda a conjuntura, precisamos destacar o papel social e formador da escola pública, que embora apresente dificuldades metodológicas no acompanhamento das demandas contemporâneas, há que se considerar que ainda é a única instituição formal de educação capaz de transmitir os

conteúdos escolares sistematizados historicamente. Parece-nos válido que, em meio a desconstruções teóricas tão caras para os trabalhadores, precisamos recuperar a função histórica da escola como espaço de apropriação da cultura elaborada. Que esses conteúdos possam ser incorporados e ao mesmo tempo ganhe sentido às lutas políticas mais amplas, de modo a rompermos com o estigma dos discursos reducionistas e simplistas sobre a formação dos trabalhadores.

Consideramos que uma tarefa imprescindível para a classe trabalhadora será o levante popular por uma nova constituinte, cuja pauta deverá passar pela reestruturação do sistema político brasileiro como ponto de partida para novas e necessárias mudanças que coloquem o país novamente na linha de desenvolvimento social, que garanta ao povo o direito de decidir sobre os rumos do país.

Considerações Finais

Em tempos de desordem sangrenta, onde nada de novo há no rugir das tempestades, lembramos os versos de Maiakovski como uma ilustração do contexto político que vivemos. A tempestade, advinda com a retração de políticas sociais e o achatamento de direitos públicos básicos, somados a um conluio da burguesia, capitaneado pelo legislativo, executivo e judiciário, contribuíram significativamente para o desmonte do que se balizava como democracia no Brasil.

No rugir dessa tempestade, os direitos sociais como saúde, educação, emprego, renda, previdência social, foram surrupiados pelos interesses do capital, que de tempos em tempos, encontra, em suas crises cíclicas, a resposta mais ajustada para continuar esse modelo de sociedade excludente. Não é nova tal estratégia. No entanto, é preciso reiterar que esses períodos de crise política e econômica, são resultantes de um processo muito mais amplo e complexo do capitalismo financeiro, que “acostumado” a acumular, não aceita a divisão da produção social do trabalho.

Nesse sentido podemos afirmar que a obra de Marx está perfeita ao sintetizar o processo de alienação que se apoderou da sociedade no século XXI, tendo em vista que:

[...] quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; quanto mais valores cria, tanto mais sem valor, tanto mais indigno ele é; quanto mais elaborado é seu produto, tanto mais disforme é o trabalhador; quanto mais civilizado é seu objeto, tanto mais bárbaro é o trabalhador; quanto mais rico espiritualmente se faz o trabalho, tanto mais desespiritualizado e ligado a natureza fica o trabalhador. [...] Certamente o trabalho produz maravilhas para os ricos, porém produz privações para o trabalhador. Produz palácios, porém para o trabalhador produz choupanas. Produz beleza, porém deformidades para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, porém lança uma parte dos trabalhadores a um trabalho bárbaro, e converte em máquinas a outra parte. Produz um espírito, porém gera a estupidéz e cretinice para o trabalhador (MARX apud SAVIANI & DUARTE, 2012, p.22).

Compreendemos, portanto, que o enfrentamento necessário da classe trabalhadora, diante de um contexto tão adverso, passa necessariamente pela capacidade de reorganização da esquerda brasileira, pautada num projeto de educação que possa articular o resgate histórico da função social da escola pública, como espaço privilegiado e legítimo para a formação de crianças, jovens e adultos a partir de uma base científica que objetive uma formação *omnilateral* e emancipadora do gênero humano.

Os partidos identificados como de esquerda, necessitarão de uma resignificação na sua atuação, começando por um intenso trabalho de autocrítica e revigoração da base sindical. Para tanto, há necessidade de uma formação político-teórica que primeiramente recupere o sentido da luta de classe em espaços estratégicos como escolas, movimentos religiosos, movimentos de artistas populares, enfim, pessoas que estejam dispostas a construir um novo projeto de sociedade tendo como horizonte a sociedade socialista.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Uma esquerda fora de lugar – O governo Lula e os descaminhos do PT**. São Paulo: Autores Associados Ltda., 2006.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998.
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- NEVES, Lúcia W.(org). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.
- OREIRO, José Luís. Origem, causas e impacto da crise. **Jornal Valor Econômico** – CADA – BRASIL – 13/9/2011.
- PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: PAULANI, Leda. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, Editorial, 2008.
- SAVIANI, Dermeval & DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In. DUARTE, Newton & SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Autores Associados, Campinas – SP, 2012.
- SHIROMA, Eneida Oto. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo, LeYa, 2015.

ATRAVÉS DA JANELA: O SIGNO DO GOLPE NO PRIMEIRO TURNO DE VOTAÇÃO DA PEC 55

*Aléxia Rádua Franco
Diva Souza Silva
Franise Hilbig de Andrade
Rafael Duarte Oliveira Venancio
Vanessa Matos dos Santos
Vinicius Durval Dorne*

*Da janela lateral do quarto de dormir
Vejo uma igreja um sinal de glória
Vejo um muro branco e no vôo um pássaro
Vejo uma grade e um velho sinal*

*Mensageiro natural, de coisas naturais
Quando eu falava dessas cores mórbidas
Quando eu falava desses homens sórdidos
Quando eu falava deste temporal*

Você não escutou

(Fernando Brant / Lô Borges, Paisagem da Janela)

Introdução

As imagens, materialidade significativa, (re)atualizam em discurso os sentidos constitutivos da história. Desta forma, em vez de compreendidas meramente como decalque ou representação da realidade, a tomamos como enunciados constitutivos da própria realidade, da qual são um recorte, mas também sua extensão, um vir a ser.

Assim, no dia 29 de novembro de 2016, a foto de Gisele Arthur (figura 1), divulgada na página do *Facebook* do Mídia Ninja – coletivo de mídia alternativa – tornou-se objeto de compartilhamentos, comentários, discussões e interpretações, principalmente nas redes sociais digitais. A imagem foi feita no momento em que se discutia, dentro do Congresso Nacional, em regime de primeira votação, a Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC 55), antiga 241 – que congela os gastos federais pelos próximos 20 anos, ao estipular que as despesas públicas devem ser limitadas à taxa de inflação do ano anterior –, e, externamente, movimentos sociais e sociedade civil organizada protestavam contra a PEC e o governo do presidente Michel Temer. A movimentação preocupou os parlamentares que, num primeiro momento, impediram os protestantes de acompanharem a votação nas galerias do Senado e, posterior-

mente, ordenaram que a Polícia Militar e a Polícia Legislativa, que faziam um cordão de isolamento no local, dispersassem os manifestantes com gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral.

Figura 1: Foto de Gisele Arthur, de dentro do Congresso Nacional, Brasília/DF, 29/11/2016



Fonte: Divulgação/Mídia Ninja/Facebook¹.

A fotografia, produzida no saguão interno do Congresso, mostra convidados e políticos em um coquetel no local e, do lado de fora, através da janela, o confronto entre Policiais e manifestantes. É sobre essa imagem – que não cessa de nos interrogar (e incomodar) no exato momento em que enuncia as oposições entre quem está dentro e quem está fora, a calma e a agitação, os políticos e o povo –, que levantamos a seguinte problematização neste trabalho: “Como a foto de Gisele Arthur, publicada pelo Mídia Ninja no dia 29 de novembro de 2016, coloca em circulação diferentes (re)significações sobre o par ‘político–povo’ e sobre o ‘Congresso Nacional’?”.

Para tanto, nos valem das discussões metodológicas da Retórica Geral do Groupe μ (1982), em especial do conceito de *metassemema*, bem como das proposições da Análise do Discurso francesa (AD), com as questões concernentes ao sujeito–discurso–história. A proposta é observar como o objeto de análise aciona/reatualiza uma rede de memórias que coloca em oposição/assimilação políticos e povo, e como o Congresso é, nesse jogo polissêmico, (des)entendido como “casa do povo”.

A imagem signo do golpe² e suas condições de produção

¹ Disponível em:

<<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164308700393950.1073741828.164188247072662/771201106371370/?type=3&theater>>. Acesso em: 01 dez.2016

² Tomamos o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff como um golpe de Estado por considerar a não existência de provas e argumentos legais contra ela, bem como por ter sido a maneira encontrada

A imagem aqui denominada como o “signo do golpe” foi produzida pela jornalista Gisele Arthur, que estava no Congresso Nacional para acompanhar a votação do projeto de medidas contra a corrupção, na Câmara dos Deputados, no dia 29 de novembro de 2016. No mesmo dia, acontecia a entrega do prêmio “Selo de Participação Legislativa”, promovido pela Câmara em homenagem às entidades que contribuem com proposições e ideias para o Legislativo; a votação da PEC 55 no Senado e a manifestação popular contra esta e outras medidas do governo Temer, na esplanada dos Ministérios.

A fotografia surge no entrecruzamento destes vários eventos. Segundo entrevista concedida ao site UOL, um dia após a imagem ter viralizado na Internet, a jornalista explica que fez o clique quando se dirigia ao “cafezinho da Câmara”, de onde pretendia registrar as manifestações populares que ocorriam fora do Congresso. Ao descer uma escada que dá acesso ao Salão Nobre da Casa, onde acontecia o coquetel de entrega dos troféus do “Selo de Participação Legislativa”, ela observou, pela janela do salão, as bombas de gás lacrimogêneo sendo lançadas contra os manifestantes contrários a votação da PEC 55 e tirou a foto: “Dei dois cliques com o celular. A foto nem é boa”³.

Assim que Gisele Arthur postou a fotografia em seu *Twitter*, a imagem passou a circular rapidamente por outras contas desta mídia social digital, bem como no *Facebook*, acompanhada de legendas como: “Retrato do Congresso: alheio a agruras e lutas do Br (*sic*) real, alguns confraternizam, enquanto manifestantes são reprimidos do lado de fora”⁴; “Enquanto uns tomam bomba outros confraternizam dentro do congresso. Já passou da hora disso acabar! Ninguém tem o direito de violentar manifestantes”⁵. Nestas mídias sociais digitais, a imagem recebeu milhares de curtidas, comentários e compartilhamentos, mas foi na página do *Facebook* do “Mídia Ninja – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação” que ocorreu o maior número de interações: foram registradas 14.076 curtidas, 14.177 compartilhamentos, 746 comentários⁶.

A história do “Mídia Ninja” se associa ao período de acirramento das tensões e manifestações populares contra atos, medidas e políticas governamentais que desembocaram no golpe contra a democracia no Brasil, do qual a fotografia de Gisele Arthur se transformou em um signo desse momento sócio-histórico e político brasileiro.

pela oposição de tomar o poder que não havia conquistado de maneira legítima nas urnas em 2014. Esse posicionamento se solidifica na presente subseção que se debruça sobre essa conjuntura histórico-política.

³ Entrevista concedida por Gisele Arthur a Fausto Carneiro, colaborador da UOL, em 30 de novembro de 2016. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/01/voce-deve-ter-visto-essa-foto-da-manifestacao-mas-nao-e-bem-o-que-parece.htm>>. Acesso em: 21 dez.2016.

⁴ Twitter da deputada Maria do Rosário. Disponível em:

<<https://twitter.com/mariadorosario/status/803742903310938114>>, e retuitado pela cantora Fernanda Takai, disponível em

<https://twitter.com/FernandaTakai/status/803744585138716673>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

⁵ Página do facebook do Mídia Ninja. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164308700393950.1073741828.164188247072662/771201106371370/?type=3&theater>>. Acesso em: 23 dez.2016.

⁶ Ibid.

Os conteúdos produzidos por esta “rede de comunicadores que produzem e distribuem informação em movimento, agindo e comunicando [...], [e cuja] pauta está onde a luta social e a articulação das transformações culturais, políticas, econômicas e ambientais se expressam”⁷ começaram a ganhar repercussão a partir dos protestos de junho de 2013, que tinha como reivindicação inicial a luta contra o aumento do valor da passagem do transporte público⁸. Em vários municípios do Brasil, essa pauta somou-se a outras como o combate à corrupção e projetos de lei em votação no Congresso Nacional⁹. Os protestos foram, na maioria, organizados por meio de convocações em redes sociais digitais e tinham palavras de ordem como: “o gigante acordou”, “basta de corrupção”, dentre outras.

No ano seguinte, 2014, ano de eleições presidenciais e de Copa do Mundo de Futebol no Brasil, novas manifestações vieram à cena¹⁰, tendo como foco divulgado a revolta contra o ‘abuso de gasto de dinheiro público com estádios, infraestrutura padrão FIFA’, dentre outros. Forças políticas e midiáticas conservadoras, em meio aos reflexos de uma crise financeira mundial que batia às portas da economia nacional, começaram a sinalizar a necessidade de mudança nos rumos da política nacional, associando a “luta contra a corrupção” à luta contra os governos petistas de Lula e Dilma, como se estes tivessem inaugurado a corrupção no Brasil.

Em 5 de outubro de 2014, aconteceu o primeiro turno das eleições e, em 26 de outubro, o segundo turno reelegera Dilma Rousseff para presidente do Brasil com mais de 54 milhões de votos. Seu opositor, Aécio Neves, obteve 51 milhões de votos¹¹. Configurou-se, assim, a eleição presidencial mais acirrada do país, com uma porcentagem de 51,64% para Rousseff contra 48,36% para Neves. Tal resultado evidencia um país dividido e alimentado pela dualidade promovida por muitos líderes de partidos e por projetos políticos ou muito conservadores ou muito libertários. A esquerda tenta se unir e se mobilizar para garantir a governabilidade de Rousseff que estava ameaçada o tempo todo por rumores de *Impeachment*¹², Operação Lava Jato¹³, inviabilização de pautas do governo na Câmara e no Senado, concessões e acordos que desestabilizavam o Estado Democrático de Direito.

O ano de 2015 é marcado por vários protestos, quase que exclusivamente antigovernamentais, que seguiam as questões de ordem que antecederam as eleições: ‘Fim da corrupção; Renúncia ou *impeachment* de Dilma Rousseff; Prisão dos respon-

⁷ Apresentação do grupo registrada em sua página do facebook. Disponível em:

⁸ Disponível em: <>. Acesso <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/o-protesto-de-17-de-junho-de-2013> em: 11 dez. 2016.

⁹ Protestos no Brasil em 2013 Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/785/vai-ter-protesto-4383.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

¹¹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_2014>. Acesso em: 12 dez. 2016.

¹² Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,atos-pos-eleicao-estimulam-movimentos-sociais-a-articularem-frente-de-esquerda,1612095>>. Acesso em: 12 dez. 2016

¹³ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Lava_Jato>. Acesso em: 12 de dez. 2016.

sáveis pelo Petrolão; Reforma política¹⁴. Por fim, 2016 continua envolto em protestos, polarização esquerda/direita, intolerância, muitas vezes amplificada pela mídia de massa, cujas notícias foram cada vez mais contrapostas pela “mídia livre”, que dava visibilidade a acontecimentos ignorados pelos tradicionais jornais e redes de televisão, e ampliava os espaços para a participação de seus espectadores, que podiam interagir como produtores e comentaristas de notícias.

Até o mês de setembro do ano de 2015, havia 37 pedidos de *impeachment* protocolados na Câmara dos Deputados contra a presidente Dilma Rousseff. Em um embate político, o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitou um deles e deu início ao processo no dia 02 de dezembro de 2015. Em 12 de maio de 2016, após aprovação pelo plenário do Senado Federal da abertura de processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff (PT), a mesma foi afastada do mandato e substituída interinamente pelo seu vice Michel Temer (PMDB), que formou um governo provisório composto por representantes de grupos contrários ao governo de Rousseff. Em 31 de agosto de 2016, a presidente foi cassada¹⁵ pelo Senado Federal com 61 votos favoráveis e 20 contrários, e substituída definitivamente por Temer. Conforme registra- do por Boff:

O processo de *impeachment* foi parar no Senado. Este promoveu a destituição da Presidente Dilma por crime de responsabilidade fiscal. Os principais juristas e economistas, além de notáveis testemunhas nas oitivas e os relatórios oficiais de várias instituições, negaram rotundamente a existência de irresponsabilidade¹⁶.

Dois dias depois do afastamento de Dilma Rousseff do cargo, por acusações de crimes de responsabilidade fiscal, o Congresso Nacional aprovou lei que beneficia o governo Michel Temer e torna o que então eram “pedaladas fiscais” em procedimento permitido pelo governo federal. A Lei 13.332/2016, sancionada e publicada no Diário Oficial da União, no dia 02 de setembro de 2016, flexibilizou as regras para abertura de créditos suplementares sem necessidade de autorização do Congresso. Crédito suplementar é um reforço a uma despesa já prevista na lei orçamentária¹⁷.

Assim se consolidou institucionalmente o Golpe travestido de *Impeachment*¹⁸. Saviani (2016), no Encontro da Educação pela Democracia, já havia afirmado

¹⁴ Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_antigovernamentais_no_Brasil_em_2015%E2%80%932016>. Período: 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro de 2015 março, abril e julho de 2016 Acesso em: 12 dez. 2016.

¹⁵ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Processo_de_impeachment_de_Dilma_Rousseff>. Acesso em: 13 dez. 2016.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.jb.com.br/leonardo-boff/noticias/2016/09/05/golpe-de-1964-e-de-2016-o-mesmo-golpe-de-classe/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2016/09/02/apos-impeachment-senado-transforma-pedaladas-fiscais-em-lei/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

¹⁸ Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-golpe-de-Estado-de-2016-no-Brasil/4/36139>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

que o golpe iria se consumir, não por meio do exército, mas pela enunciação da corrupção e da quebra da institucionalidade democrática, porque todas as instituições da república “... Judiciário, Ministério Público, a própria OAB, Parlamento, Partidos Políticos, toda a grande mídia (televisiva, escrita e falada) encontram-se conspurcadas e obcecadas...¹⁹”.

Logo nos primeiros dias do governo Temer foi elaborada e apresentada para votação pelo Legislativo Federal, a Proposta de Emenda Constitucional – PEC que previa cortes de gastos, principalmente na saúde e na educação, envolvendo os trabalhadores e a população mais pobre. Os políticos acusados de envolvimento com propinas e corrupção apoiaram a rápida aprovação da PEC (nomeada de 241 na Câmara dos Deputados e renomeada como PEC 55 no Senado²⁰), atendendo os interesses mercadológicos e privatistas do grande capital, em troca de serem “protegidos” em caso de eventual acusação pela operação “Lava Jato”.

Esse é, portanto, o contexto sócio-histórico e político constitutivo da produção da imagem em análise: no primeiro turno da votação da PEC 55 no Senado, milhares de integrantes de movimentos sociais de todas as regiões do Brasil foram à Brasília para ato pacífico de resistência à aprovação da PEC, o qual, com a repressão Policial, foi transformado em uma guerra²¹, filmado, televisionado, com edições da grande mídia contrapostas às da mídia livre e alternativa. Neste dia, apesar de todas as manifestações e repressões que aconteceram do lado de fora do Congresso Nacional, 61 senadores votaram a favor da PEC 55 e apenas 14 contra.

No momento dessa escrita, no dia 13 de dezembro de 2016, saiu o resultado do segundo turno de votação da PEC 55 no Senado, sendo aprovada com 53 votos favoráveis e 16 contrários, apesar de pesquisas evidenciarem que mais de 60% da população era contra o projeto de emenda constitucional²². A pressa para finalizar o processo de votação evidencia uma estratégia de impedir que a população pudesse compreender melhor a proposta, bem como garantir os acordos que se estabeleceram há tempos para cumprir o Golpe de Estado jurídico-midiático-parlamentar, e por que não mercadológico, que intensifica a cisão entre o povo e o Congresso, enunciada na fotografia de Gisele Arthur.

¹⁹ Disponível em: <www.vermelho.org.br/noticia/278668-1_2_de_abril_de_2016._A_crise_politica_atual_-_uma_grande_farsa>. Acesso em: 13 dez. 2016.

²⁰ PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 55, de 2016 – PEC DO TETO DOS GASTOS PÚBLICOS. Ementa: Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

²¹ Isso faz-nos voltar a uma questão feita a Chauí (2016) pela Revista Cult: “Pensando na materialização da violência, que espaço resta ao diálogo nesse momento condicionado à truculência? Ela responde: nenhum”. Afirma ainda que acredita que a desobediência civil seja necessária. Disponível em: <www.revistacult.uol.com.br/home/2016/02/sociedade-brasileira-violencia-e-autoritarismo-por-todos-os-lados>. Acesso em: 16 dez. 2016.

²² Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/13/politica/1481626966_020324.html>. Acesso em: 17 dez. 2016

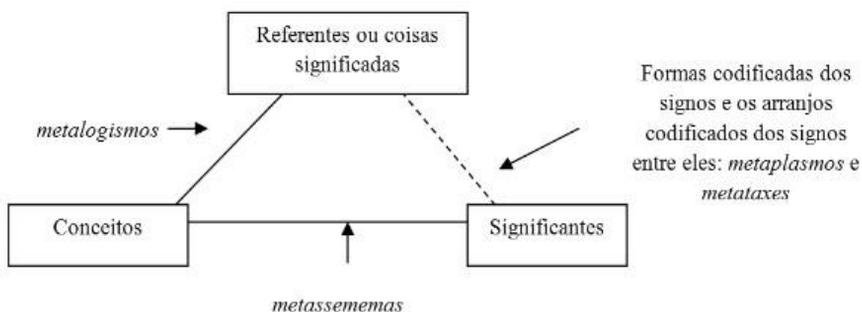
A Retórica Visual e a Análise do Discurso francesa: aspectos teórico–metodológicos

O campo da Retórica é fundante nas ciências da linguagem ao buscar uma determinação dos sentidos para além do mecanismo lógico–dialético. No entanto, tal condição não é exclusiva das enunciações e dos enunciados calcados nas palavras. As imagens possuem sua própria retórica. Tal como descrito em trabalhos anteriores (VENANCIO, 2012; 2015), o desenvolvimento das pesquisas do Groupe μ nos leva ao estudo da imagem a partir de sua divisão sêmica. Dentro do amplo campo conceitual da Retórica Geral do Groupe μ (1982), encontramos o conceito de *metassemema*:

[...] um *metassemema* é uma figura que substitui um semema por um outro, é dizer que ele modifica os grupos de semas do grau zero. Esse tipo de figura supõe que a palavra é igual a uma coleção de semas nucleares, sem ordem interna e sem assumir a repetição (GROUPE μ , 1982, p. 34).

Dessa forma, eles estão no nível semântico, nos *tropos* da retórica clássica. Representam, assim, as figuras com mudança de significado, sendo que, entre elas, as mais conhecidas são a metáfora e a metonímia. Na atualização proposta pelo Groupe μ do Triângulo de Ogden–Richards (figura 2), os metassememas são postos no eixo linguístico entre os conceitos (o discurso, as ideologias) e os significantes (parte visual ou gráfica do signo) em contraposição aos referentes ou às coisas em si que são significadas pelos conceitos.

Figura 2: Triângulo de Ogden–Richards proposto pelo Groupe μ



Fonte: VENANCIO, 2015, p. 106

No entanto, como eles são formados? Para entender isso, devemos começar pela condição sêmica. O conceito de sema foi elaborado por Eric Buysens enquanto a menor unidade de significação possível. Para ele, “a palavra sema designará qualquer processo convencional cuja realização concreta (chamada ato sêmico) permite a comunicação”. Dessa forma, “o sema é apenas a parte funcional do ato sêmico, e a

ação perceptível só é ato sêmico se for a realização de um sema” (BUYSENS, 1974, p. 55).

Essa diminuta unidade de análise proporciona uma teia conceitual que nos envolve na busca pelos sentidos retóricos postos pela imagem:

O semema, por sua vez, é composto por semas, sendo cada um desses uma característica única do semema. Enquanto elemento da forma do conteúdo, o semema, no campo da significação, opera a mesma função que o significante possui enquanto elemento da forma da expressão. Logo, tal como definimos anteriormente, o metassemema é a substituição de um semema por outro causando mudança de significação. É nesses termos que operam as metáforas (VENANCIO, 2015, p. 105–106).

Os metassememas articulam a mudança de significação entre si através da condição chamada “invariante retórico”. Tal condição é melhor compreendida nos estudos sobre o signo visual do Groupe μ onde encontramos quatro modos de apresentação dessa invariação. São elas:

(1) o modo in absentia conjunta (IAC): as duas entidades são conjuntas – ou seja, que ocupam o mesmo lugar do enunciado, por substituição total de um pelo outro; (2) o modo in praesentia conjunta (IPC): as duas entidades estão conjuntas em um mesmo lugar, mas com substituição parcial apenas; (3) o modo in praesentia disjunta (IPD): as duas entidades ocupam lugares diferentes, sem substituição; (4) o modo in absentia disjunta (IAD): uma só entidade é manifestada e a outra é exterior ao enunciado, mas projetada sobre este (GROUPE μ , 1993, p. 245).

Tais invariantes podem ser demarcadas através do seguinte quadro:

Quadro 1: Os quatro modos do invariante retórico metassêmico dos signos visuais

Campo/ modo	In absentia conjunta (IAC)	In praesentia conjunta (IPC)	In praesentia disjunta (IPD)	In absentia disjunta (IAD)
Linguístico	Tropos	<i>Portemanteauword</i>	Comparações, rimas	Provérbios
Visual icônico	Tropos icônicos	Interpretações icônicas	Emparelhamentos icônicos	Tropos icônicos projetados
Visual plástico	Tropos plásticos	Interpretações plásticas	Emparelhamentos plásticos	Tropos plásticos projetados

Fonte: GROUPE μ , 1993, p. 245

Dessa forma, buscamos identificar na fotografia produzida por Gisele Arthur (figura 1) uma cadeia de significantes que nos possibilita compreender como a ima-

gem coloca em circulação diferentes sentidos e significados acerca da relação ‘político–povo’, bem como as implicações sócio–político–ideológicas dos *metassememas* da fotografia dentro do contexto maior do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ascensão ao poder de Michel Temer e seus atos em seis meses de governo.

Assim, identificamos na imagem em análise 10 metassememas tal como podem ser vistos na figura 3:

Figura 3: Metassememas da foto de Gisele Arthur



Fonte: Elaboração própria

Elencamos os metassememas no quadro 2 de acordo com os seus modos do invariante retórico, seu significante e o conceito trabalhado:

Quadro 2: Esquematização dos metassememas da foto de Gisele Arthur

Metasemema	Modo	Significante	Conceito
1	IAD	Repressão policial com bombas de gás	Ação ideológica contra exterioridade
2	IPC	Manifestantes em fuga	Exemplificação da exterioridade
3	IAC	Seguranças, do lado de fora, próximos à janela	Posicionamento ideológico da interioridade através da proteção da interioridade na exterioridade
4	IPC	Convidado observando a situação e usando o smartphone	Atuação midiática não-tradicional que esconde o ambiente de produção da imagem
5	IPC	Convidado observando a situação e comendo	Condição voyeurística da interioridade em relação à exterioridade
6	IAC	Aparato midiático (Refletor)	Atuação midiática tradicional da interioridade
7	IPC	Convidado observando o ato da fotografia	Condição voyeurística da interioridade em relação ao ato enunciativo
8	IPC	Convidada comendo e conversando	Exemplificação da interioridade
9	IPC	Convidado observando o ambiente interno	Condição voyeurística da interioridade em relação à interioridade
10	IAD	O ponto de vista da fotógrafa	Condição de produção do ato enunciativo

Fonte: Elaboração própria

Com tal delimitação, é possível analisar como a fotografia se configura como um enunciado que se inscreve *pela* e *na* história, a partir da perspectiva da Análise do Discurso francesa (AD), com recorrências a Michel Foucault. Tal corrente teórico-metodológica, embasada na tríade sujeito–língua–história, busca compreender como os discursos se constituem e significam historicamente, para além da superfície do texto (conteúdo) e das intenções dos sujeitos produtores.

Desta forma, a AD trabalha com os enunciados produzidos e colocados em circulação, na relação que estabelecem com a história e, nesse esteio, com todo um campo discursivo (FOUCAULT, 2008a) que possibilita e constitui o próprio enunciado. Considerando que é *pela* e *na* linguagem que os homens se constituem, bem como edificam e (re)significam a (sua) história, trata-se de compreender como o discurso é fruto de um agrupamento de enunciados materializados na/pela língua:

[discurso é] [...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; [...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (FOUCAULT, 2008a, p. 133).

Assim, o discurso não é compreendido por Foucault (2008a) como atos de fala, pronunciamento político, frase, mas como agrupamento de enunciados que, entendidos como uma função enunciativa, dependem de um referente, de uma posição sujeito, de uma materialidade e de um campo discursivo, e que, num dado sistema de dispersão, inscrevem-se em certa regularidade.

Para a AD, sobremaneira, não cabe interrogar os enunciados (superfície material em que os discursos se materializam) quanto ao “que” eles querem dizer (prerrogativa da análise de conteúdo), mas como eles se constituem em dadas condições de produção, como significam historicamente e, por fim, como colocam determinadas significações em circulação na sociedade. Destarte, para além da intenção do sujeito que produziu e permitiu a existência dos enunciados, há de se interrogar a opacidade da linguagem, que não é o resultado de uma relação direta entre pensamento e mundo, mas o próprio trabalho do homem com a língua diante da história. É esse movimento, de descrever os enunciados quanto a sua constituição e interpretá-los a partir da perspectiva da AD e da pergunta discursiva (“Como tal fotografia coloca em circulação diferentes (re)significações sobre o par ‘político–povo’ e sobre o ‘Congresso?’”) que realizamos nosso empreendimento de análise, apresentado a seguir.

Interloquções e tessituras possíveis

Na perspectiva de compreender quais sentidos são colocados em circulação pela/na imagem – objeto de análise – a respeito do par “político–povo” e do “Congresso”, buscamos interrogá-la a partir de 10 metassememas que, ainda que pequenas unidades de análise, propiciam observar a tessitura das significações que a constituem e, não obstante, a estendem aos sujeitos.

O primeiro metassemema traz como significante a repressão Policial aos manifestantes com gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. Essa unidade de análise, discursivamente, enuncia uma luta pelo/com o “corpo”: entendido por Foucault (2007) como a materialidade do homem, fragmento/fragmentado de/em um espaço que se relaciona com os espaços dos objetos, sujeitos, enunciações, construídos por uma linguagem em cujo fio se encontram os discursos (ainda que em sua totalidade, inacessíveis, mas ali presentes). Os manifestantes, para além de suas individualidades, são a presença não quista de um corpo incessante que luta, resiste e, por isso, (in)de-sejado. Os corpos dos manifestantes do lado externo do Congresso demarcam a presença de um corpo que “é” e “ocupa” um espaço, signo de presença que transita pelas fronteiras de (i)legitimidade de ali se fazer presente: o legítimo de estar e fazer-se espaço do/com o povo, ilegítimo por ser discursivizado pelo “outro” (deputados, senadores, Policiais, pessoas contrários ao movimento) como o corpo–povo que atenta contra o próprio povo.

Busca-se silenciar o corpo inquietante naquilo que lhe está mais à espreita, sua materialidade: totalmente atingível, superfície de circunscrição de marcas. Bombas, gás, tiros, chutes, socos buscam (de)marcar lugares autorizados para esses corpos; no limite de seus usos, transformam a pele em signos indiciais de onde estiveram e o que sofreram, ícones da finitude do próprio corpo, símbolos de um corpo que também é instrumento e, na mesma medida, condição de possibilidade para o saberes e suas resistências. Conceitualmente, o metassemema simboliza, assim, a ação ideológica que demarca a oposição interno/externo e a luta contra aquele que está na exterioridade, o outro indesejado.

Não obstante, o metassemema 2, que remonta aos manifestantes em fuga, é a (re)atualização do corpo que se constitui na relação com o outro, que busca se potencializar com o outro que ali se faz presente. Se, a princípio, a fuga demarca a expulsão, a dispersão, o suposto “desaparecimento” dos sujeitos, a materialidade do corpo o coloca em outro lugar em que também é/pode ser instrumento de luta: o “não-estar-ali” é, nessa perspectiva, um “também-estar-ali”, mas em outro lugar. Ressaltamos, assim, como a “fuga” se efetiva não somente como signo de medo, rendição, vitória dos que a provocam, mas como possibilidade outra para o corpo em deslocamento garantir sua plenitude para um retorno ou para novas frentes de ocupação. Deste modo, essa superfície pode colocar sua finitude à prova – e, assim, imolar-se para outros corpos estarem ou voltarem ali (um dia) – ou fugir do que assola o corpo para, mesmo marcado, ser a existência que torna possível o regresso.

Nos dois metassememas, o corpo-povo é confrontado com o corpo-polícia, materialidade e extensão de um corpo-Estado não unificado, personificado, mas constituído de tantos outros corpos. O corpo-polícia é o que tentaria, assim, manter a existência e produtividade de um corpo-Estado que não existe em uma materialidade única e que é, também, constituída pelo/no corpo-povo, ou seja, presenciamos o corpo-povo ser atacado pelo próprio corpo-povo-Estado, de tal forma que o Estado que seria do/para o povo não o é, pois ali o povo não se pode fazer presente. Essas significações, sobremaneira, colocam em suspenso “o que é”, “para que serve”, “a quem serve” e “quem faz” o Estado: ora o povo é chamado a ser Estado (ao votar, pagar impostos, trabalhar, produzir, consumir etc), ora lhe é negado esse lugar e o corpo-povo passa a ser marcado, atingido pelo corpo-polícia.

Nesse percurso da leitura imagética, deparamo-nos com o metassemema 3, que retrata os seguranças do Congresso, no lado externo do local de onde a fotografia foi produzida, procurando garantir a integridade física de quem está no lado interno e observando os acontecimentos que correm aos olhos: o confronto entre os manifestantes e os Policiais. Os seguranças de costas constituem-se, assim, – tal como os Policiais – instrumentos de vigilância e proteção do Estado, principalmente em relação ao povo. Os braços cruzados retomam significações de indiferença e, ao mesmo tempo, de superioridade a quem é olhado e vigiado: eles, então, já não são mais os sujeitos do povo, mas funcionam como uma dobra do Estado que se utiliza do corpo social para proteger-se do próprio corpo social. Contradição do sujeito segurança que, alçado do povo, cumpre a tarefa de contra ele se voltar: o Estado invisível, novamente, se corporifica em um outro. Não obstante, esses sujeitos exercem e são o corpo dos parlamentares e convidados presentes no interior do local; um corpo como prova que presentifica os parlamentares e convidados que não estão ali fora para dialogar, confrontar, se inquietar com os manifestantes. Vislumbramos a demarcação da divisão “Estado” e “povo” na presença desse sujeito outro (segurança) que, em uma contradição que lhe constitui, não é nem totalmente “Estado” nem “povo”. Em termos conceituais, esse metassemema evidencia o posicionamento ideológico dos sujeitos que se encontram no espaço interno (a interioridade) enquanto sujeitos protegidos em relação ao outro que está na exterioridade. O corpo-Estado escolhe, assim, a quem proteger e a quem atacar.

O metassemema 4, por sua vez, repõe a discussão sobre formas de registro dos acontecimentos na contemporaneidade além de, por extensão, questionar a atuação da imprensa neste contexto. É possível observar, nesta focalização da imagem, que uma pessoa se posiciona do lado interior do ambiente e, com uso de um dispositivo móvel, faz o registro do que se passa do lado exterior. A transparência do vidro permite que o sujeito observe a situação e sinta, simultaneamente, o estar não–estando. Numa vertente mais crítica e discutindo a questão da pobreza da experiência na modernidade, Benjamin (1985, p.117) afirma que “não é por acaso que o vidro é um material tão duro e tão liso, no qual nada se fixa. É também um material frio e sóbrio. As coisas de vidro não têm nenhuma aura. O vidro é em geral o inimigo do mistério. E também o inimigo da propriedade”. A transparência e assepsia do vidro não permitem que se deixe rastros. A fronteira entre interior/exterior parece diluída porque, embora o corpo foucaultiano esteja inacessível, os olhos conseguem alcançar o que se passa do outro lado do vidro.

O sujeito que observa se coloca em posição de destaque pois, além de ser um observador privilegiado porque partilha de um espaço que não está acessível a todos (o acesso é um dos mecanismos de perpetuação das desigualdades entre os que vigiam e os que punem), também é aquele que registra os fatos numa situação de segurança. Em artigo publicado em 2014, Agamben refletia sobre a situação de estado de segurança na Europa. De acordo com o filósofo italiano, “o Estado em que vivemos hoje na Europa não é um Estado de disciplina, mas – segundo a expressão de Gilles Deleuze – um ‘Estado de controle’: ele não tem por objetivo ordenar e disciplinar, mas gerir e controlar”. O controle, neste caso, prejudica a construção da própria democracia porque cerceia o exercício de cidadania das pessoas. Aquilo que não pode ser controlado deve ser expurgado e, para isso, aqueles que foram eleitos pelo povo garantem mecanismos de coerção desse mesmo povo. Assim, em uma atuação midiática não–tradicional – ou não voltada originalmente para fins midiáticos, em termos de mídia de massa – o observador–fotógrafo volta seu olhar apenas para o ambiente externo, retirando a fotografia de seu ambiente ou contexto de produção.

Já a mulher destacada no metassemema 5 observa a multidão e come, aparentemente, de forma despreocupada. Salutar destacar aqui que o ato de comer deixou de ser, há muito tempo, apenas uma necessidade de cunho físico e biológico para assumir outros valores ligados à questão do prazer, da estética e até mesmo da dinâmica social. Comer é um hábito atravessado pela cultura, algo que foi verificado por Lévi–Strauss (2006). Ao analisar os hábitos à mesa, o autor descortina processos que ensejam formas de linguagem (a forma de se sentar à mesa, a posição, a aceitação de um indivíduo pelo grupo). A mesa retangular – e a posição ocupada pelo patrono da família – deixava a hierarquia social muito clara e evidente.

No caso deste metassemema, é possível compreender que existe a demarcação clara de um não–pertencimento da mulher que come com relação ao grupo de manifestantes que ela observa. O comer demarca aqui, uma vez mais, a posição de superioridade da observadora (mesma situação verificada no metassemema 9). No caso do homem focalizado no metassemema 9, o processo acontece de forma inversa: ele define sua participação e pertencimento ao grupo por meio da atitude de comer e pelo

compartilhamento do espaço comum. É possível verificar que não há mesas ou cadeiras na imagem. Todos partilham do mesmo local e, juntos, observam – como *voyeurs* – os outros, aqueles que estão do lado de fora e não participam da comensalidade que acontece no interior daquele espaço, reforçando a oposição interioridade/exterioridade: espaço ocupado para celebrar a “maior articulação entre a sociedade civil organizada e o Congresso Nacional” por meio do prêmio “Selo de Participação Legislativa”.

Do lado externo, membros da sociedade civil que não foram convidados a celebrar por não o fazerem conforme os limites desejados pelo Parlamento – estudantes secundaristas e universitários, professores e servidores técnico-administrativos, trabalhadores e participantes de sindicatos e movimentos sociais como o Levante Popular da Juventude, o Juntos, a UNE – União Nacional dos Estudantes, a UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, a POVO SEM MEDO, o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, a RUA – Juventude Anticapitalista, a Frente Brasil Popular, o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Internamente, aqueles que, sob o controle do Parlamento, representam entidades que apresentaram maior número de sugestões de propostas de leis complementares e ordinárias, de emendas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); que tiveram êxito na aprovação de maior número de sugestões no plenário da Comissão de Legislação Participativa – CLP; que realizaram atividades consideradas relevantes à sociedade brasileira; que tiveram o maior número de participantes em audiências públicas ou seminários que sugeriram à CLP, quais sejam: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore; Associação Comercial da Vila Planalto; SOS Segurança Dá Vida; Associação Socioambiental “Carona Legal”; Federação Nacional dos Policiais Federais – FENAPEF; Instituto Oncoguia; Associação dos Juizes Federais; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – UNALGBT.²³

Com relação ao metassistema 6, cujo significante é um refletor, é importante ressaltar que se trata de um aparelho tradicionalmente utilizado em produções de imagens (estáticas ou em movimento). O objetivo do aparato midiático é iluminar aquilo que se quer mostrar, ressaltando suas formas e nuances para que os traços fiquem evidentes e possam ser percebidos pelo espectador/observador. Ao lançar luz sobre algo, ilumina-se a cena, angula-se o olhar e, conseqüentemente, define-se o que deve ser visto, bem como os sentidos que se devem atribuir. Em outros termos: ao destacar ou não determinados aspectos do acontecimento, a iluminação é constitutiva de sentidos e conduz leituras e interpretações acerca do que está sendo mostrado (ou não).

A existência de um aparato dessa natureza na cena fotografada demonstra a tentativa de produzir um cenário, um ambiente, um espaço e uma percepção. O visível corresponderia apenas àquilo que estivesse no foco de luz. Por outro lado, é salutar destacar que a dimensão do invisível (ou escuro) desempenha tanta importância quanto a dimensão do visível. Assumindo uma perspectiva fenomenológica, “ver”, para

²³ Conforme site da Câmara dos Deputados, Comissão Legislação Participativa. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/ordemdodia/ordemDetalheReuniaoCom.asp?codReuniao=45911>. Acesso em: 23 dez. 2016.

Merleau-Ponty (2007), é algo maior que simplesmente a consideração da visão biológica. Merleau-Ponty estabelece que a visão é um pensamento porque, em sua concepção, os sentidos podem ser captados de diversas formas, mas são “formados” e “significados” por meio do pensamento. Um cego, por exemplo, pode conhecer o mundo a sua volta por meio do tato, do sentir. Assim, os sentidos podem ser captados pelo tato, mas é o pensamento que dá forma ao que se sente por meio das mãos e do tato. Da mesma forma, a visão é um pensamento porque, mesmo quando a pessoa se olha no espelho, o que vê é apenas um reflexo. A semelhança que existe entre ela e sua imagem corresponde a uma denominação exterior, que pertence aos domínios do pensamento. Da maneira análoga, a luz neste caso nada agrega.

O metassemema 6 demonstra, portanto, a tentativa de se construir uma cena, mas o destaque maior deve ser dado justamente ao invisível, em direção de onde a luz não chega. Neste caso, a dimensão invisível fala muito mais alto. E, não por acaso, o distanciamento em relação ao interior e ao exterior transforma, mais uma vez, as pessoas do exterior em seres invisíveis porque é praticamente impossível delinear seus rostos, expressões e traços. Em contrapartida, a proximidade dos que se localizam no interior, em torno do refletor (a iluminação), permite que se delinieie seus traços, roupas, expressões. Tem-se, aqui, a instauração daquilo que Baitello Junior (s/a) chamou de visibilidade que gera invisibilidade, em que o processo de autorreferência faz com que o mundo ao redor seja ignorado.

O metassemema 7 é a própria denúncia das condições de produção da fotografia, explicitado pelo metassemema 10. Ele funciona como uma espécie de *punctum* da interioridade que denuncia a reflexão proposta pela fotógrafa. Roland Barthes (1984) nos coloca que o *punctum* é algo da fotografia que nos fere, aquilo que comprova a “copresença” do outro, seja o sujeito ou objeto fotografado, seja aquele que observa a ação do fotógrafo. O homem que olha e sorri discretamente para a fotógrafa, flagra a ação e coloca-se como cúmplice. Esse sujeito-observador da interioridade está de costas para o que acontece do lado de fora e volta-se, diferentemente dos outros que estão na sala, para observar quem observa e registra. Ele denuncia o caráter do real e nos incomoda, mesmo não sendo parte ou síntese do significado articulado. Essa situação demonstra uma espécie de consciência da dualidade ideológica construída na oposição interioridade/exterioridade. É o momento em que se evidencia a condição da fotografia enquanto “signo do golpe”, tal como posto pelo título do presente trabalho.

No metassemema 8, identifica-se uma das metáforas mais evidentes da condição ideológica da interioridade e da relação de oposição interior/exterior desta análise. Recordando o mundo quasi-referencial do país dos espelhos criado pela história de Alice no País das Maravilhas, verifica-se, na janela, a fronteira especular entre, de um lado, o povo que luta politicamente e, de outro, o povo que desfruta. Esse metassemema pode ser lido como diametralmente oposto ao metassemema 2, representando o principal desafio da condição política atual: enquanto o metassemema 2 nos diz *lute*, o metassemema 8 nos diz *relute*, aceite. Ao aceitar, esse sujeito é, também, aceito pelo corpo-Estado que, do lado de dentro, alimenta e protege aqueles que receberam o reconhecimento por participarem ativamente da elaboração de Leis pelo Parla-

mento que, como afirmado anteriormente, impõe seus próprios mecanismos de controle.

Já no metassemema 9, além daquilo que fora mencionado na análise do metassemema 8, é possível ressaltar a condição de *voyeurismo* acerca da interioridade sem o menor interesse pela exterioridade. A tal situação, podemos lembrar do *flanêur* de Baudelaire que fora mencionado por Benjamin (1985) enquanto símbolo da modernidade. Seu olhar desengajado e desinteressado, enquanto come, pode ser comparado ao do grupo de pessoas do metassemema 8. Sob o controle do Parlamento que os alimenta e protege ao mesmo tempo em que estimula positivamente um tipo de engajamento que interessa ao corpo-Estado, esses sujeitos se assemelham mais a objetos de composição de cenário que observadores propriamente ditos, pois compõem o espaço da interioridade como figuração e não como participantes dos acontecimentos.

Por fim, é no metassemema 10 que se escancara a condição de produção da imagem enquanto ato enunciativo. As condições de produção são constitutivas e determinantes dos discursos, tais como as características inerentes ao tipo de discurso, de texto produzido ou mesmo a conjuntura sócio-histórica em que se processa. Para que algo seja designado como condição de produção de um discurso ou de um tipo de discurso, segundo Eliseo Verón (2004, p. 52) é preciso que tenha deixado rastros no discurso. Em outras palavras, é preciso mostrar que, se mudam os valores das variáveis postuladas como condições de produção, o discurso também muda.

No caso específico da fotografia em análise, trata-se do trabalho de uma profissional que, por outras circunstâncias, estava posicionada, diferentemente de muitos outros fotógrafos, do lado de dentro do Congresso Nacional no momento do confronto entre os manifestantes e a polícia. Seu ângulo de visão, o cenário montado no Salão Nobre para premiação que estava sendo celebrada, as atitudes dos observadores-participantes do coquetel e, em especial, a violência com que os manifestantes foram recebidos e dispersados pela polícia configuram – junto da própria conjuntura mais alargada do momento sócio-histórico-político do Brasil apresentado no início desta análise – algumas das condições de produção da imagem.

Importante ressaltar que a fotografia é um enunciado coerente calcado em pequenas metáforas e metonímias dentre as quais elencamos aqui nove. No entanto, no décimo metassemema, não temos mais enunciado, mas sim enunciação, ou seja, o ato mesmo de produzir um enunciado. Recordamos a reflexão sobre a linguagem feita por Octavio Paz (1972, p. 9): a de que o mundo não se apresenta mais como uma realidade que devemos nomear, mas como palavra que devemos decifrar.

Gisele Arthur construiu, espontaneamente, um pequeno *rébus* acerca da condição política do Brasil por meio de sua fotografia. Em sua imagem-síntese, há aqui uma condição posta de reflexão e de forte denúncia sobre a atuação política popular e dos seus representantes. Tal como uma antítese dos quadros de René Magritte, Gisele Arthur usa a condição da exterioridade e da interioridade enquanto contexto geral enunciativo para desvelar a cisão estabelecida e não uma possível união. O povo e o Congresso Nacional são separados pela janela, criando mundos à parte.

Toda fotografia reproduz uma cena, faz crer, mas também simboliza, produzindo sentido a partir de esquemas preexistentes, mobilizando saberes e projetando

expectativas do leitor/espectador. Ao ser colocada em circulação nas redes sociais digitais pela fotógrafa, a imagem objeto desta análise foi apropriada pelos usuários que, a partir dela, começaram a produzir novas (re)significações e discursos outros a ela associados, remontando memória e história. Segundo Meunier e Peraya (2008), a imagem é fonte de participação, sendo que a comunicação icônica realiza-se da indiferenciação entre imagem e realidade exterior e entre sujeito–espectador e mundo imagético.

Ao ser compartilhada e comentada milhares de vezes, a fotografia de Gisele Arthur foi ganhando novos sentidos e significações, sendo ironizada através da criação de *memes* inspirados na imagem ou mesmo comparada a fatos históricos como a invasão do Palácio de Versailles e a queda da monarquia francesa, à queda da Bastilha, à política do pão e circo do Império Romano e até à queda do Muro de Berlim. As comparações, muitas vezes indignadas, podem ser exemplificadas por comentários como: “Se não tem pão, que comam brioches”; “Se continuar desse jeito, a corte ainda pode perder a cabeça”; “Bebendo champanhe enquanto pessoas são atacadas por defender direitos constitucionais básicos”.

Portanto, essa imagem histórica é um enunciado que produz sentidos para além dela própria, mas também em sua relação com o contexto sócio–histórico e político do Brasil e a participação ativa dos usuários das redes sociais digitais, cada vez mais coprodutores e cogestores de seu próprio consumo midiático.

Considerações finais

(Re)pensar o papel e a presença do corpo social na política em sua relação com o(s) político(s): é essa a força pujante que nos interpelou e nos moveu no curso desse (con)texto. A fotografia de Gisele Arthur anuncia em sua materialidade significativa um paradoxo nacional: o do distanciamento (social, físico, simbólico) entre o corpo–Estado e o corpo–social. Desta forma, somente ao perscrutar pelas formas de constituição, as condições de produção e as relações determinantes que estabelece (e a partir das quais se constitui) com a história, que a fotografia objeto de estudo e análise deste artigo pode se (re)significar. É esse o movimento – fruto do batimento entre descrição e interpretação (FOUCAULT, 2008b) – que buscamos realizar. Movimento em que a fotografia deixa de ser somente signo icônico de uma suposta relação direta entre o mundo e linguagem para ser compreendida como um enunciado histórico e que, portanto, só existe e significa pela/na exterioridade.

Assim, ao visualizarmos os dois palcos de ação presentes na imagem – o das pessoas dentro do Congresso, enquanto ocorria a primeira votação da PEC 55, e dos manifestantes do lado de fora que protestavam contra os encaminhamentos dados para a pauta/questão –, as significações em torno do que “é” e “pode” o povo na/com a política, bem como do “papel” e “dever” do Estado (e conseqüentemente de todos seus atores, processos e instrumentos) para com esse mesmo povo, não cessa/cessou de nos inquietar.

A fotografia de Gisele Arthur (re)atualiza um discurso histórico que demarca uma cisão, oposição e confronto entre os interesses do Estado e os do povo e que, não

obstante, denuncia a própria contradição constitutiva desse Estado: que só existe *para* e *pelo* povo, mas que por vezes não se faz *com* o povo. O Congresso deixa de ser um espaço que deveria ser do povo (ou pelo menos que deveria defender os interesses do povo) e passa ser um território outro, distante, ocupado por privilegiados escolhidos (que ironia!) pelo próprio povo, que debatem, discutem, aprovam questões da/para a sociedade.

É nesse jogo parafrástico que a presente fotografia se (de)marca como um signo do Golpe do Estado contra a população. A sociedade é aquela que se faz presente e se corporifica do lado externo do Congresso, que luta, resiste e combate contra um corpo–Estado invisível (de políticos que ali já não se fazem presentes) e ao mesmo tempo material (Policiais, seguranças). O Estado toma corpo nos seguranças que tudo olham e que são a barreira contra o próprio povo (dado que esses funcionários também são parte do corpo social) para que não entrem no local; nos Policiais (que marcam, punem, confrontam, dispersam os corpos dos manifestantes); nos convidados (que na calma interna daquele lugar–outro, tomam café, falam animosidades, fotografam com distanciamento esse referente tão distante e tão próximo); e na fotografia (que ocupa lugar privilegiado de olhar a partir de dentro, de cima, e não no meio e nem com os manifestantes).

O olhar da fotografia que capta um instante fulcral da democracia brasileira também merece uma reflexão, posto que: “o observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos... algo que apresenta consequências altamente perigosas” (FLUSSER, 2011, p. 24–25). É importante refletir sobre isso porque também a própria Gisele Arthur participava daquele cenário, daquele espaço, daquele ambiente cercado de privilégios quando fez a imagem em análise. Sua posição não é tão diferente daquelas verificadas pelas pessoas que comem e observam a manifestação através do vidro. A imprensa que teria condições de contribuir para a disseminação da informação e propiciar o exercício da cidadania, não raro, se furta de sua função social primeira. O jornalismo fica reduzido a mero registro daquilo que ocorre. A reflexão necessária fica relegada a alguns poucos que se dedicam a isso. Ademais, as formas de produção do conteúdo (neste caso a imagem) não é totalmente acessível a todos.

Por fim, consideramos que uma imagem é, assim como reflete Frédéric Lambert (2006), uma sucessão de atos: os atos de quem a produz, constrói, inventa, seja um autor individual ou coletivo (o fotógrafo); depois os atos daqueles que a mostra, que confere à imagem um sentido no espaço público; por fim, os atos de quem a olha, modela, recupera, se apropria, isto é, os atos da instância de reconhecimento. As imagens possuem, ainda, uma dimensão política: configuram-se como um ato de memória, de engajamento, de inserção social, de moral. Assim, a imagem é também construção discursiva e social. As fotografias colocadas em circulação, seja nos meios de comunicação tradicionais, seja nas redes sociais digitais, implicam os destinatários na medida em que os interpelam e os chamam à responsabilidade, à reflexão e, por vezes, à ação. É o que a imagem produzida por Gisele Arthur, enquanto ato político e social, provocou ao ser posta em circulação.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Como a obsessão por segurança muda a democracia**. Le Monde Diplomatique Brasil Nº 78 / Janeiro 2014.
- BAITELLO JUNIOR, Norval. **O olho do furacão**. A cultura da imagem e a crise da visibilidade. Sem ano de publicação. Disponível na biblioteca virtual do CISC. Disponível em: <<http://goo.gl/rWxj5l>>. Acesso em: 09 dez. 2016.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BUYSSENS, E. **Semiologia & comunicação lingüística**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1974.
- FERREIRA, Giovandro Marcus. Análise da imagem na imprensa: um percurso em busca da discursividade na fotografia. In: MATTOS, Sergio (org). **Comunicação plural**. Salvador: UFBA, 2007. pp. 73–91.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Annablume, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008a.
- _____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 26. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008b.
- GROUPE μ . **Rhétorique générale**. Paris: Seuil, 1982.
- GROUPE μ . **Tratado del signo visual**. Madrid: Cátedra, 1993.
- LAMBERT, Frédéric. L'image en actes : L'engagement du regard et les conditions de ses interdits. In : Les interdits de l'image. **2º Colloque International ICONE-IMAGE**, Obsidiane–Les Trois P., 2006. pp. 97–108.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **A origem dos modos à mesa – Mitológicas 3**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- PAZ, Octavio. La máscara y la transparencia. In: FUENTES, Carlos. **Cuerpos y ofrendas**. Madrid: Alianza, 1972.

MEUNIER, Jean–Pierre; PERAYA, Daniel. **Introdução às teorias da comunicação**. Tradução Giselle Unti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A crise política atual** – uma grande farsa. Disponível em: <www.vermelho.org.br/noticia/278668-1_2_de_abril_de_2016>. Acesso em: 07 dez. 2016.

VENANCIO, R. D. O. “Anime e a poética da luta: metáforas e anagramas em Cavaleiros do Zodíaco”. **Culturas Midiáticas**. v. 5, n.2. João Pessoa:–UFPB, 2012.

_____. “Incríveis carros de corrida e seu movimento–cristal: poética da imagem automobilística de Géo Ham”. **Rumores**. v. 9, n.17. São Paulo: MIDIATO–ECA–USP, 2015.

VERÓN, Eliseo. **De l’image sémiologique aux discursivités**. Le temps d’une photo. Paris: Hermès, n. 13–14, 1994a. pp. 45–64.

_____. **Fragments de um tecido**. Trad. Vanise Dresch. São Leopoldo (RS): Editora Unisinos, 2004.

PARTE III
O GOLPE PARLAMENTAR E SEUS IMPACTOS NA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A CRISE POLÍTICA NO BRASIL, O GOLPE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA RESISTÊNCIA E NA TRANSFORMAÇÃO

Dermeval Saviani¹

O processo consumado em 31 de agosto de 2016, que golpeou a democracia brasileira, resultou num surpreendente, ainda que de certo modo previsível, retrocesso político. Sim, considero esse retrocesso, contraditoriamente, ao mesmo tempo previsível e surpreendente. Referi-me ao caráter de certo modo previsível porque a reviravolta política que estamos vivendo tem a ver com a profunda crise, de caráter estrutural, que afeta globalmente a sociedade atual marcada pela forma metabólica do capital, o que se evidencia na desmontagem do chamado “Estado do Bem-Estar” nos países europeus culminando, agora, com a vitória de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, porém, essa reviravolta política no Brasil não deixa de ser surpreendente porque jamais poderíamos pensar que nossa democracia, conquistada a duras penas após 21 anos de ditadura empresarial-militar e que parecia consolidar-se na vigência da Constituição de 1988, viesse a sofrer um duro golpe provocando um retrocesso político de proporções inimagináveis.

Como ponto de partida de minha análise procurarei caracterizar a crise política atual. Para situar o papel da educação indicarei, num segundo momento, a forma como a educação foi posta em posição estratégica na construção da democracia na sociedade moderna na qual ainda estamos vivendo. Feita essa caracterização abordarei, por fim, o tema específico referente ao papel da educação na resistência e na transformação dessa situação de crise que atravessamos.

1. A crise política no Brasil atual

A crise política que se abateu sobre o Brasil foi justificada em nome do combate à corrupção e, por meio da insistente repetição dos diversos meios de comunicação, induziu a população a acreditar que foi o PT que, ao chegar ao governo, instalou uma verdadeira quadrilha empenhada na apropriação privada dos fundos públicos. Mas a verdade é bem outra. O erro do PT foi, ao assumir o governo, não ter tentado desmontar o esquema que já existia e do qual se serviam todos os partidos que chegavam ao poder. Ao contrário, para assegurar uma base de apoio no Congresso sem o que não conseguiria governar, o PT lançou mão do esquema que já se encontrava em funcionamento muito antes de ter surgido o Partido dos Trabalhadores.

¹ Professor Emérito da UNICAMP, Pesquisador Emérito do CNPq, Coordenador Geral do HISTEDBR e Professor Titular Colaborador Pleno do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP.

Portanto, o apelo à luta contra a corrupção não passa de uma grande farsa. Como afirmou em entrevista disponível no Youtube o ex-presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal, Armando Coelho Neto, essa polícia, nas duas gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso entre 1995 e 2002, estava desapercehida e carecia de autonomia. Em contrapartida, a gestão Dilma aprovou treze normas que aparelharam a Polícia Federal e lhe deram autonomia, assegurando-lhe condições de atuar fortemente na investigação, em especial nos casos de corrupção envolvendo desvio de recursos públicos. Mas ele constata que, na verdade, não se está lutando contra a corrupção. Se isso estivesse ocorrendo outras operações estariam em curso. A Operação Zelotes, por exemplo, está abafada porque nela estão envolvidos grandes personagens da política, grandes empresas e bancos, grupos de comunicação, à testa a Rede Globo, num grande escândalo intermediado pelo Banco HSBC que, por conta disso, acabou se retirando do país. Na própria Operação Lava-Jato as delações trouxeram à baila nomes do PSDB e de outros partidos que, no entanto, são blindados. Registre-se que o PSDB era um partido de centro que enveredou para a direita assumindo a defesa dos interesses externos, em especial dos Estados Unidos.

A conclusão do ex-presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal é que o que está em curso não é uma luta contra a corrupção, mas uma guerra contra o governo e o PT. Bresser-Pereira, por sua vez, que foi um dos mais importantes ministros do governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, tem evidenciado em várias entrevistas, também disponíveis no Youtube, o ódio dos endinheirados contra o PT e, num dos últimos vídeos ele afirma que nos governos de Lula e Dilma os pobres ficaram menos pobres e os ricos mais ricos, sendo que a classe média foi a menos beneficiada. Daí, o cultivo do ódio da classe média contra o PT, ódio incentivado com a insistência da mídia que diariamente, repetindo à exaustão, se dedica a esmiuçar denúncias não comprovadas contra Dilma, Lula e o PT. E isso é muito perigoso porque está em curso uma onda fascista que se manifestou explicitamente com saudações nazifascistas e incitação ao armamento da população, como o fez o deputado Jair Bolsonaro, um ex-militar que pauta suas ações pela defesa da Ditadura Militar com homenagens aos torturadores da época da ditadura. É um quadro muito preocupante que nos faz lembrar da Alemanha das décadas de 1920 e 1930 com a ascensão de Hitler, apoiado pelo fanatismo que se apossou da população. Naquela situação também a Justiça se revelou draconiana com as ações da esquerda e complacente com a truculência da direita. Agora, no Brasil, está em curso iniciativas que, como observou o jurista Fábio Konder Comparato, deixa o Estado de Direito em frangalhos, com violações de normas constitucionais.

A situação é muito grave porque todas as instituições da República (Judiciário, Ministério Público, a própria Ordem dos Advogados do Brasil, as entidades empresariais tendo à frente a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP, Parlamento, Partidos políticos, toda a grande mídia televisiva, escrita e falada) encontram-se conspiradas e obcecadas com o único objetivo de destruir o PT e impedir Lula de voltar a se candidatar. E, para isso, não têm pejo em violar as normas jurídicas relativas aos direitos mais elementares, inclusive dispositivos constitucionais.

Sim, o que ocorreu no Brasil é um golpe. Claro que o impeachment está previsto na Constituição não podendo, pois, por si mesmo, ser caracterizado como golpe. Mas quando esse mecanismo é acionado como pretexto para derrubar um governo democraticamente eleito sem que seja preenchida a condição que a Constituição prescreve para que se acione esse mecanismo, ou seja, a ocorrência de crime de responsabilidade, então não cabe tergiversar. O nome apropriado nesse caso não é outro. É, mesmo, Golpe de Estado, pois a Constituição não será respeitada, mas violada. E nenhuma das alegações apresentadas para justificar o impeachment caracteriza crime de responsabilidade. Aliás, Dilma sequer está sendo investigada ao passo que a Comissão do impeachment tem mais da metade de seus membros em investigação e, no conjunto da Câmara, 302 deputados encontram-se na mesma situação. A farsa está, pois, escancarada: um bando de corruptos julgando e condenando uma presidenta que não cometeu crime algum. E, como a oposição ensandecida, engrossada pelo PMDB, conseguiu maioria para aprovar o golpe, restaria ao Supremo, cumprindo seu papel de guardião da Constituição, evitar esse desfecho. Mas o STF, por um lado, tem lavado as mãos sugerindo que a decisão cabe ao Senado Federal, órgão do Poder Legislativo que é autônomo, não cabendo ao Judiciário interferir. E, por outro lado, quando instado a se manifestar decidindo sobre ações a ele encaminhadas, tem sistematicamente negado as iniciativas da defesa da presidenta Dilma. E no âmbito do Parlamento o golpe se consumou em 31 de agosto quando o Senado Federal, em seção presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, aprovou o impedimento cassando o mandato presidencial de Dilma Vana Rousseff. Diante desse fato podemos concluir que o Estado Democrático de Direito deixou de existir no Brasil, vitimado por um Golpe de Estado jurídico-midiático-parlamentar.

Como sabemos, democracia é um regime político baseado na soberania popular. Ocorre que a mesma sociedade moderna que erigiu o povo como soberano se constituiu dividindo o povo em duas classes fundamentais: uma, quantitativamente menor, constituída pelos detentores dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho concentrados no capital; e outra, amplamente majoritária, constituída pelos detentores apenas de sua força de trabalho e obrigados, nessa condição, a pôr em movimento sua força de trabalho com os instrumentos e os meios de produção dos detentores do capital. Os primeiros, por deterem o poder econômico, detêm, também, o poder político. Em consequência, eles têm a iniciativa de indicar os candidatos aos cargos públicos. Nessas circunstâncias, a possibilidade de indicação de governantes sintonizados com os interesses populares é bem pequena. Assim, enquanto os membros dos grupos dominantes procuram eleger os melhores candidatos, de seu ponto de vista, os membros das camadas populares não podem escolher os melhores, segundo seu ponto de vista, porque estes raramente conseguem se candidatar. Assim, eles acabam tendo de buscar eleger os menos piores.

O quadro descrito põe em evidência o caráter formal do regime democrático que se instalou nos diversos países no contexto da implantação e consolidação da sociedade moderna. Isto significa que o regime democrático se caracteriza pela igualdade e liberdade formais de todos os membros da sociedade superando, assim, tanto a divisão da sociedade em castas como os governos autocráticos. A democracia formal

é, então, insuficiente porque necessita evoluir na direção de sua transformação em democracia real. No entanto, embora insuficiente, ela é necessária enquanto um conjunto de regras que devem ser respeitadas por todos como garantia dos direitos dos cidadãos. Em consequência, a quebra da institucionalidade democrática abre as portas para toda sorte de arbítrios.

No Brasil o regime democrático esteve sempre em risco dada a especificidade da formação social brasileira marcada pela resistência de sua classe dominante em incorporar a população trabalhadora na vida política, tramando golpes sempre que pressente o risco da participação das massas nas decisões políticas. Daí o caráter espúrio de nossa democracia alternando a forma restrita, quando o jogo democrático é formalmente assegurado, com a forma excludente em que a denominação “democracia” aparece como eufemismo de ditadura. É assim que transitamos de uma democracia ultra restrita com eleições a bico de pena na República Velha (1889–1930) para o sufrágio universal com a admissão do voto das mulheres em 1932, seguido da modernização do Estado Novo (1937–1945) sucedido pela democracia restrita de caráter populista (1945–1964) que, quando ameaçava ampliar-se, foi objeto de tentativas de golpe. Assim ocorreu com Getúlio Vargas, que foi conduzido ao suicídio em 1954. Com Juscelino Kubitschek quando se tentou impedir sua posse em 1955 e com João Goulart que foi deposto por um golpe militar apoiado pelo empresariado em 1964 e justificado pela defesa da democracia que, de fato, excluiu deliberada e sistematicamente os setores populares do jogo político. Vivemos, então, 21 anos de ditadura militar (1964–1985), situação que vitimou também outros países da América Latina. Esses foram golpes de força que recorreram às Forças Armadas com o apoio da CIA, a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, o que, aliás, foi confirmado pelo então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon que afirmou posteriormente, em entrevista: “Era uma ação da CIA. Um dos objetivos seria suprir literatura sobre a economia liberal, para contestar a enorme quantidade de literatura de esquerda”.

Agora a estratégia mudou na direção da desestabilização seguida de destituição, por via parlamentar, de governos populares. Essa iniciativa vem sendo posta em prática em diferentes países, especialmente onde os Estados Unidos têm interesses econômicos ou politicamente estratégicos. Daí as mobilizações ocorridas em países como a Tunísia, Egito, Líbia (a chamada “primavera árabe”), assim como na Rússia e Ucrânia. Na América do Sul, após o Paraguai, os alvos imediatos são o Brasil e a Venezuela, não por acaso dotados de grandes reservas de petróleo, esboçando-se movimento semelhante na Bolívia e no Equador, sendo que na Argentina a vitória da direita nas eleições tornou desnecessário o recurso ao golpe jurídico-parlamentar.

É nesse contexto que ocorreu no Brasil, em 31 de agosto de 2016, o golpe mediante o qual o Senado destituiu Dilma Rousseff da presidência da República. Ao desrespeitar a Constituição depondo uma presidenta que não cometeu crime, quebrou-se a institucionalidade democrática. Sem crime a presidenta, na vigência do regime democrático, só poderia ser julgada pelo próprio povo no exercício de sua soberania.

Em todo esse episódio cumpre registrar a coragem e coerência da Presidenta Dilma que não se dobrou às chantagens, pressões e ameaças de seus opositores. Vem, pois, a propósito a reflexão de Marcelo Zero trazendo à baila o caso de Sócrates em analogia com o caso Dilma. Lembra ele que os acusadores de Sócrates não conseguiram demonstrar qualquer ato criminoso. E Sócrates recusou a solução do pagamento de uma multa porque isso equivaleria a admitir a existência de um crime não cometido. Preferiu a cicuta. Igualmente Dilma recusou a renúncia, pois isso também significaria a admissão de crimes não cometidos. Preferiu suportar a injustiça até o fim. E Marcelo Zero completa: “Sócrates foi grosseiramente injustiçado. Ao condená-lo, Atenas condenou a sua democracia”. E podemos concluir: Dilma foi grosseiramente injustiçada. Ao condená-la, o judiciário, a grande mídia e os parlamentares condenaram a democracia brasileira.

O julgamento no Senado Federal teve todos os ingredientes de uma farsa montada para dar a impressão de que se tratava de um ato que respeitava as regras do jogo do Estado Democrático de Direito, assegurando a ampla defesa da acusada. De fato, ela compareceu às 9:00 horas na sessão de seu julgamento no dia 29 de agosto, apresentou seu depoimento por 45 minutos e permaneceu até pouco antes da meia-noite respondendo a todas as perguntas dos senadores esclarecendo todos os fatos e provando tecnicamente a inexistência do crime de responsabilidade a ela imputado, embora isso nem fosse necessário, pois, como se sabe, juridicamente o ônus da prova cabe aos acusadores. Estes, todavia, em nenhum momento chegaram a apresentar qualquer prova. Ao contrário, vários dos senadores afirmaram explicitamente que não se tratava de crime de responsabilidade, mas que votariam a favor do impeachment “pelo bem do Brasil” alegando que a crise econômica teria sido provocada pelo governo da presidenta. Chegaram, ainda, a afirmar que o impedimento da presidenta era “exigido pelas ruas”. Ora, como registrou a repórter Luiza Villaméa numa reportagem da Revista *Brasileiros* (n. 109, agosto de 2016, p. 26–38), as manifestações pró-impeachment foram organizadas por entidades financiadas com recursos americanos, o que é eloquentemente ilustrado com o caso de Kim Patroca Kataquiri, que se tornou colunista da Folha de S.Paulo. Ele acabou por largar o curso de Economia na Universidade Federal do ABC “para se dedicar integralmente ao Movimento Brasil Livre (MBL)” (p.29). E o que é o MBL? “É um movimento derivado do *Estudantes pela Liberdade* (EPL), a filial brasileira da americana *Students for Liberty*, financiado pela Atlas Network” (idem). Enfim, todos os institutos e movimentos que vêm se mobilizando tendo em vista golpear a democracia no Brasil recebem recursos de fontes como o “Cato Institute e a Charles Koch Foundation, vinculadas à família Koch, uma das mais ricas do mundo, com vastos interesses no setor petrolífero” (idem). Eis aí o que eles, os golpistas, chamam de “a voz das ruas”! Só se se trata da “Wal Street”! Mas não das ruas do Brasil.

Fazendo ouvidos moucos a todos os argumentos apresentados, a maioria qualificada dos senadores consumou a usurpação da soberania popular na qual se baseia o regime político democrático. O clima de farsa foi tal que, apesar da desfaçatez dos acusadores, certo constrangimento não deixou de se manifestar, o que levou os senadores a não aprovar a perda do direito de exercer funções públicas por 8 anos, pena

também prevista na Constituição para os casos em que, de fato, tivesse havido o crime de responsabilidade.

Consumado o golpe quebrou-se a institucionalidade democrática e passamos a viver uma verdadeira escalada de arbítrio com constantes violações dos direitos dos cidadãos ao arrepio do que dispõe a Constituição. Nesse contexto perdeu vigência o Estado Democrático de Direito e nos encontramos num verdadeiro Estado de Exceção. Vejamos alguns fatos:

1. O juiz Sérgio Moro afirmou que uma situação excepcional exige medidas excepcionais e vem agindo sem levar em conta a presunção de inocência e o direito de defesa previstos na Constituição.

2. O Tribunal Regional Federal da 4ª região (Porto Alegre), para onde seguirão em grau de recurso as sentenças proferidas por Moro declarou, em decisão acordada numa votação de 13 votos a 1, que em tempos excepcionais as decisões judiciais não precisam observar as leis.

3. O juiz Alex Costa de Oliveira, da Vara da Infância e Juventude (pasmem! Juiz da Vara da Infância e Juventude!) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em decisão prolatada em 30 de outubro de 2016, autorizou o uso de técnicas de tortura para convencer os estudantes a desocupar as escolas. Entre as técnicas estão restrição ao acesso de familiares e amigos, inclusive que estejam levando alimentos aos estudantes; e o uso de "instrumentos sonoros contínuos, direcionados ao local da ocupação, para impedir o período de sono" dos adolescentes. O juiz ainda ressaltou que tais medidas devem ser mantidas, "independentemente da presença de menores no local". E afirmou: "Autorizo expressamente que a Polícia Militar (PM) utilize meio de restrição à habitabilidade do imóvel, tal como, suspenda o corte do fornecimento de água, energia e gás (...) restrinja o acesso de terceiro, em especial parentes e conhecidos dos ocupantes".

4. Em São Paulo a polícia, sem autorização judicial, também adotou os referidos métodos de tortura, conforme depoimento de alunos atingidos. Para se constatar a truculência e os atos arbitrários da polícia paulista pode-se ver o vídeo "Lute como uma menina", com mais de uma hora de duração, disponível no Youtube.

5. Invasão pela polícia, armada de fuzis, no último dia 4, da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema-SP, chegando com dez viaturas a pretexto de deter uma pessoa sem, no entanto, a ordem judicial de prisão. Chegaram, pularam a janela e entraram apontando as armas e a Secretaria de Segurança do estado de São Paulo, com o respaldo do governador, divulgou a versão de que eles teriam sido puxados para dentro das janelas e agredidos, o que motivou sua reação. No entanto, as câmaras de segurança da entrada da escola registraram a truculência dos Policiais e o modo como acondicionaram seus fuzis para pular a janela da guarita e entrar nas dependências da escola, em cujo interior se encontravam estudantes de 36 países, inclusive dos Estados Unidos e do Canadá, em aulas de vários cursos que a Escola ministra regularmente em convênio com universidades e órgãos internacionais como a UNESCO. Tal operação expressa a tendência de criminalizar os movimentos sociais, no caso o MST, que mantém a referida Escola Nacional.

Todas essas arbitrariedades vêm sendo acobertadas por versões divulgadas pelas autoridades que invertem o sentido dos fatos, com a cumplicidade da grande mídia que não apenas transmite como verdadeiras as versões falsas, mas esconde os fatos reais. E a população, de modo geral, acreditando nas versões divulgadas, fica alienada diante da grave situação que estamos vivendo. Por esse caminho vai se escancarando o estado de ditadura e, o que é pior, uma ditadura com a participação do próprio judiciário, o que significa que os atingidos não terão a quem recorrer. Enfim, é preciso resistir a essa escalada do arbítrio antes que seja tarde demais.

2. A educação como exigência da construção da democracia na sociedade moderna

A sociedade moderna se constituiu a partir do desenvolvimento contraditório da sociedade feudal. Nesta, as relações sociais se assentavam na propriedade privada da terra colocando em oposição os senhores feudais como classe dominante e, como classe dominada, os servos que se encontravam vinculados à terra. Nessa condição, eles deviam cultivar a terra produzindo para satisfazer às próprias necessidades e também às necessidades de seus senhores. Era, pois, uma sociedade cuja produção estava voltada para o consumo. E para produzir os objetos requeridos pela estrutura da sociedade feudal como os instrumentos de trabalho, os meios de locomoção e as condições de moradia foram constituídas as corporações de ofício que reuniam os artesãos. Eis aí, em termos simplificados, a estrutura da sociedade feudal. E sobre a base concreta desse conjunto das relações de produção se elevou a superestrutura jurídica e política representada pela nobreza e pelo clero que estabeleciam as normas que regulavam o funcionamento dessa forma social.

No âmbito dessas relações feudais de produção foi se desenvolvendo a capacidade produtiva dos servos e artesãos provocando o aumento progressivo de excedentes. Dessa forma, as trocas que antes eram residuais, foram se tornando cada vez mais frequentes fazendo com que as grandes feiras de troca que antes eram esporádicas acabaram por se tornar permanentes dando origem às cidades onde viviam aqueles que se dedicavam ao comércio, às trocas. Essa mudança do eixo da produção, do consumo para as trocas, do campo para a cidade e da agricultura para a indústria acabou por determinar o surgimento de um novo modo de produção com uma nova estrutura social: o modo de produção capitalista com a sociedade de mercado.

Consequentemente, as relações sociais feudais impulsionaram o desenvolvimento das forças produtivas sociais conduzindo-as à geração de bens para além do atendimento às necessidades de consumo. E, ao atingir o estágio de generalização das trocas, de formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações sociais feudais transformaram-se no seu entrave. Isso porque, com os servos vinculados à terra e com os artesãos vinculados às corporações, como reorganizar a produção voltando-a para as necessidades de troca? Abriu-se, então, uma era de revolução social liderada pela nova classe em ascensão, a burguesia. Pela revolução burguesa os servos foram arrancados do vínculo com as glebas e os artesãos do vínculo com as corpora-

ções e transformados em trabalhadores livres. Surgiu, assim, o modo de produção capitalista. E sobre o conjunto das relações que constituem a estrutura da sociedade capitalista levantou-se toda uma imensa e complexa superestrutura representada pelas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, em resumo, pelas formas ideológicas.

Aí está a base da constituição das relações sociais específicas do modo de produção capitalista: proprietários livres que se defrontam no mercado; de um lado, o capitalista que detém a propriedade dos meios de produção; de outro lado, o trabalhador (o proletário) que detém a propriedade da força de trabalho. Nessa condição eles entram em relação de troca e celebram “livremente” um contrato mediante o qual o capitalista compra a força de trabalho adquirindo, assim, o direito de se apropriar de tudo o que o trabalhador é capaz de produzir; e o trabalhador, por sua vez, vende sua força de trabalho em troca do salário que lhe permite sobreviver.

Eis aí o atributo de liberdade da sociedade capitalista. É uma sociedade livre porque baseada na relação entre proprietários que dispõem livremente de seus bens: os meios de produção, do lado capitalista e a força de trabalho do lado proletário. Nesta nova forma social, inversamente ao que ocorria na sociedade feudal, é a troca que determina o consumo. Desde a troca que precede a produção consubstanciada no contrato de compra e venda da força de trabalho, até a relação de compra e venda dos bens produzidos que possibilita, nos mercados, o acesso dos membros da sociedade ao consumo desses bens.

Vê-se, assim, que a organização social em que vivemos assumiu suas feições características com a consolidação do poder burguês e a consequente formulação de sua visão de mundo: o liberalismo. Trata-se de uma concepção ideológica sistematizada a partir de três categorias-chaves: propriedade, igualdade e liberdade. A sociedade seria, pois, composta de proprietários igualmente livres que entram em relação de troca. Diferentemente da sociedade feudal em que seus membros (senhores feudais, clero, camponeses, artesãos) pertenciam a castas organizadas com base em laços de sangue e uma suposta origem divina, portanto, sem mobilidade entre si, os membros da sociedade burguesa compõem classes que se originam da posição que assumem no processo de produção podendo, pois, haver mobilidade entre elas.

A consolidação dessa nova forma de sociedade ocorre a partir da Revolução Francesa e se consuma com a derrubada da Comuna de Paris. Gramsci observou que os germes da Revolução Francesa só se realizam plenamente quase um século depois, com a queda da Comuna de Paris, em 1871, pois é nesse momento que o novo, a ordem burguesa, triunfa ao mesmo tempo sobre o velho, o Antigo Regime, e o novíssimo, a revolução socialista preconizada pelos trabalhadores. Nessa nova situação a burguesia se torna não apenas classe dominante, mas também classe hegemônica. E o signo da hegemonia consiste em que sua visão de mundo, o liberalismo, transforma-se em senso comum, ou seja, a ideologia burguesa passa a ser compartilhada pelo conjunto da sociedade. E a forma política posta em posição dominante nessa nova organização social é a democracia, entendida como o regime baseado na soberania popular. O soberano, então, deixa de ser o rei, o monarca e passa a ser o próprio povo a quem cabe escolher os governantes. Mas, para exercer a soberania, para se tornar go-

vernante ou, pelo menos, para ser capaz de escolher e controlar quem governa, os membros da população precisam ser educados. A escola surge, então, como o grande instrumento de construção da ordem democrática difundindo-se a ideia da “escola redentora da humanidade” sob cuja égide desencadeia-se a campanha pela escola pública, universal, obrigatória, gratuita e laica viabilizada, em cada país, pela organização do respectivo sistema nacional de ensino.

Nesse novo contexto a educação assume uma função explicitamente política. A escola passa a ser entendida como um instrumento para transformar os súditos em cidadãos, portanto, um instrumento de participação política, a via efetiva para se implantar a democracia. Tratava-se de uma proposta que representava os anseios não apenas da classe dominante, mas também da classe dominada. Eis aí o caráter hegemônico da burguesia: seus interesses são expressos de modo a abarcar também os interesses das demais classes; a ideologia liberal se torna consenso. Isso, porém, não ocorre de forma tranquila, linear, mas de maneira contraditória, conflituosa.

Ora, se a participação política das massas configura um interesse comum a ambas as classes (dominante e dominada), ao se efetivar acaba por colocá-las em confronto de vez que os interesses específicos de uma e outra são inconciliáveis em última instância. A expectativa dos representantes da classe dominante era que o povo, uma vez alfabetizado, apoiaria seus programas de governo. Isto, porém, não se deu. Depois da euforia iluminista em torno do lema da *escola redentora da humanidade* difundiu-se nas primeiras décadas do século XX “a convicção de que apesar da alfabetização universal não resulta tão simples implantar, de verdade, as formas democráticas de governo” já que a *educação do soberano* resultava algo bem mais complicado do que parecia. Daí a percepção de que “nem sempre ‘um povo ilustrado escolhia bem os seus governantes’ e que se davam casos de povos instruídos, alfabetizados, que, apesar de tudo, [...] seguiam a demagogos, aceitavam tiranos e caudilhos, e deixavam de lado os melhores programas de governo, que se lhes ofereciam em cartilhas bem impressas” (ZANOTTI, 1972, p. 44).

Obviamente, os tais “programas de governo” eram “os melhores” do ponto de vista dos interesses dominantes. As camadas dominadas não se identificavam com os referidos programas. E, já que, pela sua posição subalterna não constavam representantes de sua classe como candidatos, elas buscavam, dentre as alternativas propiciadas pelas várias frações da classe dominante em luta pela hegemonia, aquela que acenasse com algum espaço que permitisse a manifestação de seus interesses. O povo, portanto, tendia a eleger para governantes aqueles que não eram considerados os melhores candidatos do ponto de vista da classe dominante. Daí a conclusão: “Algo, em síntese, não havia funcionado bem. Algo não havia saído como se esperava. Algo tinha sido mal feito, talvez” (idem, p. 46). E, para corrigir o que se entendia que não estava funcionando bem, surgem periodicamente movimentos pela reforma da escola que, fundamentalmente, desempenham o papel de recomposição dos mecanismos de hegemonia da classe dominante, hegemonia ameaçada pela crescente participação política das massas. Nessas condições a sociedade moderna, ao mesmo tempo em que espera e exige da escola a formação para a democracia traduzida no objetivo da for-

mação para o exercício da cidadania, inviabiliza essa tarefa impedindo a escola de realizá-la.

Mas então, como explicar essa situação paradoxal da educação que, em lugar de contribuir para a construção e consolidação da democracia torna essa tarefa praticamente impossível? Penso que a razão desse fenômeno deve ser buscada na estrutura da sociedade burguesa que deslocou o eixo do processo produtivo do consumo para a troca convertendo-se numa imensa engrenagem produtora de mercadorias.

Conforme esclarece Marx (1968, p. 81), as formas de conversão dos produtos do trabalho em mercadorias “já possuem a consistência de formas naturais da vida social” antes que os homens procurem apreender o seu significado, a eles escapando inteiramente o caráter histórico dessas formas que, ao contrário, eles consideram imutáveis. A mercadoria se torna misteriosa ao encobrir as características sociais do trabalho humano. O caráter misterioso da mercadoria se liga, então, à opacidade das relações que caracterizam a sociedade capitalista, o que resulta na contradição entre os objetivos proclamados e os objetivos reais, os primeiros mascarando os segundos.

A função de mascarar os objetivos reais por meio dos objetivos proclamados é exatamente a marca distintiva da ideologia liberal, dada a sua condição de ideologia típica do modo de produção capitalista que introduziu, pela via do “fetichismo da mercadoria”, a opacidade nas relações sociais. Com efeito, nas sociedades escravista e feudal as relações sociais eram transparentes já que o escravo era, no plano da realidade e no plano da concepção, de fato e de direito, propriedade do senhor; e o servo, por sua vez, estava submetido ao senhor e devia servi-lo também de fato e de direito, real e conceitualmente.

Diferentemente, na sociedade capitalista defrontam-se no mercado proprietários aparentemente iguais, mas de fato desiguais, realizando, sob a aparência da liberdade, a escravização do trabalho ao capital. Instala-se a cisão entre a aparência e a essência, entre o direito e o fato, entre a forma e a matéria (ou o conteúdo).

Considerando que o trabalhador, se não vender sua força de trabalho ao capitalista, não terá como sobreviver, ele na verdade não tem escolha. Ou ele vende sua força de trabalho ou simplesmente vai morrer (sobra-lhe apenas a alternativa da delinquência, ou seja, enveredar pelo caminho do crime). Isso significa que, enquanto o capitalista é livre na aparência e na essência, de direito e de fato, formal e materialmente, o trabalhador é livre apenas na aparência, no plano do direito e no aspecto formal. Essencialmente, de fato e materialmente, ele é escravo.

As cisões mencionadas expressam o caráter contraditório da ideologia liberal, contradição que é ao mesmo tempo a sua força e a sua fraqueza.

É a sua força porque é mediante esse mecanismo que ela se converte em expressão universal, apresentando-se como representativa de todos os homens. Por essa via, a classe que lhe dá sustentação – a burguesia – formula em termos universais os seus interesses particulares o que a torna porta-voz do conjunto da humanidade logrando, com isso, a hegemonia, isto é, a obtenção do consenso das demais classes em torno da legitimidade de sua direção.

Mas é também a sua fraqueza, uma vez que o carácter universal foi obtido ao preço de uma concepção abstrata de homem que, embora histórica, não se reconhece como tal, buscando justificar-se a-historicamente.

A contradição entre o homem e a sociedade contrapõe o homem enquanto indivíduo egoísta e o homem enquanto pessoa moral, isto é, como cidadão abstrato. Por isso os direitos do cidadão são direitos sociais que cada indivíduo possuirá sempre em detrimento de outros. Eis como a sociedade burguesa faz com que todo homem encontre noutros homens não a realização, mas a limitação de sua liberdade (SAVIANI, 2016, p. 209–210–*passim*).

Fica esclarecido, aí, o paradoxo referente à cidadania. O cidadão autônomo, sujeito de direitos e deveres, consciente e participante ativo na vida da sociedade é o homem abstrato, o “verdadeiro” homem. O cidadão real é o homem em sua existência sensível, o indivíduo “egoísta”, que é adaptado, submisso à sociedade burguesa tal como se encontra constituída.

Vê-se, então, que a noção de educação básica, geral e comum esconde a divisão entre o “indivíduo egoísta independente” e a “pessoa moral, cidadão do Estado” (Cf, MARX, s/d., p. 31–37). Essa contradição inscrita na estrutura das relações sociais fornece o fundamento objetivo para a formulação de raciocínios igualmente coerentes e plausíveis que conduzem a conclusões contrárias, configurando a situação paradoxal que caracteriza a educação escolar gerando expectativas contraditórias em relação ao papel da escola na construção e consolidação da ordem democrática.

3. O papel da educação na resistência e transformação da situação de crise em que vivemos atualmente no Brasil

Do que foi exposto no tópico anterior, podemos concluir que a formação para o exercício da cidadania já pode ser considerada uma função clássica da educação escolar, pois vem sendo apregoada desde o início do século XIX. No entanto, no Brasil a descontinuidade da experiência democrática tem afastado periodicamente a discussão dessa questão. Para ficarmos na história mais recente, cumpre recordar que o processo político se caracterizou, nas décadas de 1960 e 1970 pela vigência de regimes autoritários manifestando-se, no conjunto dos países da América Latina, os sintomas da crise do regime democrático.

Com o desgaste dos regimes autoritários sob controle militar a partir do final da década de 1970 ocorre um processo chamado de abertura democrática. Assim, se no período autoritário a educação foi despojada de sua função de formação para a participação política, limitando-se ao papel de preparar recursos humanos para o desenvolvimento, com a abertura política passou-se a discutir mais intensamente não apenas a questão da democratização da escola, mas também a importância da educação no processo de democratização da sociedade. Buscou-se, assim, recuperar a função clássica da educação enquanto formação para o exercício da cidadania contrapondo-se ao contexto do regime militar quando essa preocupação caíra no esquecimento ao se promover a despolitização da educação, definindo-se como seu papel principal a preparação funcional de recursos humanos para o mercado de trabalho. Mas essa ten-

dência que vinha se desenvolvendo na direção da consolidação da institucionalidade democrática desde o início dos anos oitenta do século XX rompeu-se agora no Brasil com o desfecho do golpe jurídico–midiático–parlamentar que provocou a quebra da institucionalidade democrática liquidando o Estado Democrático de Direito.

A atual conjuntura se constitui, pois, num momento grave que estamos vivendo no qual a educação é desafiada duplamente: por um lado, cabe-lhe resistir, exercendo o direito de desobediência civil, às iniciativas de seu próprio abastardamento por parte de um governo que se instaurou por meio da usurpação da soberania popular sobre a qual se funda o regime político democrático. Por outro lado, cumpre lutar para transformar a situação atual debelando a crise e assegurando às novas gerações uma formação sólida que lhes possibilite o pleno exercício da cidadania tendo em vista não apenas a restauração da democracia formal, mas avançando para sua transformação em democracia real.

No Brasil o atual governo, resultado de um golpe parlamentar, já vem tomando iniciativas na direção do que chamei de abastardamento da educação. A par de medidas como cortes no orçamento, intervenção no Conselho Nacional de Educação destituindo os anteriores e nomeando novos membros sem consulta, congelamento do orçamento por 20 anos, fim da vinculação constitucional dos recursos para educação e saúde, estamos assistindo no presente momento à discussão provocada pelo açodamento do governo golpista ao encaminhar proposta neoconservadora de reforma do ensino médio por Medida Provisória. As reações a essa medida intempestiva vêm se multiplicando tanto no âmbito da sociedade civil como no próprio parlamento no qual já foram protocoladas 567 emendas à Medida Provisória. Não sendo possível me reportar aqui às muitas manifestações, vou me referir apenas à Nota do Fórum Nacional de Educação emitida em 22 de setembro último afirmando taxativamente que “o governo Temer erra no método e no processo, restritivos e impeditivos do debate e do encaminhamento adequado sobre a matéria nas redes e sistemas de educação e, também, erra no conteúdo e suas repercussões no país, o que gerará mais atrasos e retrocessos em face da necessária formulação e implementação de medidas consistentes e bem fundamentadas para o Ensino Médio”. E, na sequência, levanta 23 pontos negativos ordenados pelas letras do alfabeto.

Um sinal emblemático da intervenção nos próprios conteúdos e na forma de funcionamento do ensino é o movimento denominado “Escola sem partido” que surgiu no âmbito da sociedade civil, se constituiu como uma ONG (Organização não governamental) e agora se apresenta na forma de projetos de lei na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em várias Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais do país.

O referido projeto é chamado por seus críticos de “lei da mordaza”, pois explicita uma série de restrições ao exercício docente negando o princípio da autonomia didática consagrado na legislação e nas normas relativas ao funcionamento do ensino. A motivação dessa ofensiva da direita com a consequente investida sobre a educação tem um duplo componente.

O primeiro é de caráter global e tem a ver com a fase atual do capitalismo que entrou em profunda crise de caráter estrutural, situação em que a classe dominan-

te, não podendo se impor racionalmente precisa recorrer a mecanismos de coerção no plano da sociedade política combinados com iniciativas de persuasão no plano da sociedade civil que envolvem o uso maciço dos meios de comunicação e a investida no campo da educação escolar tratada como mercadoria e transformada em instrumento de doutrinação.

O segundo componente tem a ver com a especificidade da formação social brasileira marcada pela resistência de sua classe dominante em incorporar os de baixo, no dizer de Florestan Fernandes, ou as classes subalternas, na expressão gramsciana, na vida política, tramando golpes sempre que pressente o risco da participação das massas nas decisões políticas. Daí o caráter espúrio de nossa democracia alternando a forma restrita, quando o jogo democrático é formalmente assegurado, com a forma excludente em que a denominação “democracia” aparece como eufemismo de ditadura. É essa classe dominante que agora, no contexto da crise estrutural do capitalismo, dá vazão ao seu ódio de classe mobilizando uma direita raivosa que se manifesta nos meios de comunicação convencionais, nas redes sociais e nas ruas. Nesse contexto, se aprovado o projeto da escola sem partido todo o ensino, incluída a formação dos professores, estará atrelado a esse processo de destituição da democracia como regime baseado na soberania popular, colocando o país à mercê dos interesses do grande capital e das finanças internacionais.

Diante desse quadro volto a advogar a resistência ativa que implica dois requisitos: a) que seja coletiva, pois as resistências individuais não têm força para se contrapor ao poder dominante exercido pelo governo ilegítimo e antipopular; b) que seja propositiva, isto é, que seja capaz de apresentar alternativas às medidas do governo e de seus asseclas. Nos termos do enunciado do tema proposto para este texto, os dois requisitos correspondem ao duplo papel da educação: de resistência, o primeiro, e de transformação, o segundo.

Nesse processo de resistência contamos com uma teoria da educação, a pedagogia histórico-crítica, cujo entendimento das relações entre educação e política é diametralmente oposto àquele esposado pela autodenominada “escola sem partido”.

À primeira vista, considerado em si mesmo, o enunciado “escola sem partido” é uma obviedade. Claro que a atividade educativa é distinta e, mesmo, incompatível com a atividade partidária. Por isso eu próprio, no livro *Escola e democracia* (SAVIANI, 2012, p. 87), considero que, sendo uma relação que se trava entre antagônicos, a política supõe a divisão da sociedade em partes inconciliáveis devendo, necessariamente, ser partidária. Inversamente, a educação, por ser uma relação entre não antagônicos, supõe a união e tende para a universalidade não podendo, portanto, ser partidária. A prática política se apoia na verdade do poder, enquanto a prática educativa se apoia no poder da verdade. E a verdade, a ciência, não é desinteressada. No entanto, a classe dominante não se interessa pela verdade, pois isso evidenciaria a dominação que exerce sobre as outras classes. Em contraposição, a classe dominada tem todo interesse que a verdade se manifeste porque isso põe em evidência a exploração a que é submetida, engajando-a na luta de libertação. É esse o sentido da frase “a verdade é sempre revolucionária”, o que explica por que a classe efetivamente capaz de

exercer a função educativa em cada etapa histórica é aquela que está na vanguarda, a classe historicamente revolucionária.

Em contrapartida, o movimento “escola sem partido” proclamando que a educação escolar estaria sendo aparelhada pelos partidos de esquerda, de orientação marxista, especificamente pelo PT, está, de fato, se propondo a impedir que os estudantes, nas escolas, tenham acesso aos conhecimentos objetivos de caráter científico e à verdade histórica alinhando-se, dessa forma, com os partidos de direita, portanto, com os interesses dominantes.

Diferentemente, o entendimento da pedagogia histórico-crítica sobre as relações entre escola e política é aquele que está sucintamente expresso no capítulo quarto do livro *Escola e democracia*, denominado “Onze teses sobre educação e política” (idem, p. 81–90). Ali mostro que educação e política são práticas distintas, mas inseparáveis entre si. Assim, embora não exista identidade entre educação e política (tese 1), toda prática educativa contém, inevitavelmente, uma dimensão política (tese 2), assim como toda prática política contém, inevitavelmente, uma dimensão educativa (tese 3). Só é possível compreender a dimensão política da educação na medida em que se explicita a especificidade da prática educativa (tese 4), do mesmo modo que só é possível compreender a dimensão educativa da política na medida em que se explicita a especificidade da prática política (tese 5).

Ora, a especificidade da prática educativa define-se pelo caráter de uma relação que se trava predominantemente entre contrários não antagônicos (tese 6), o que significa que se trata de uma relação de hegemonia alicerçada na persuasão, no consenso, na compreensão. Por sua vez, a especificidade da prática política se define pelo caráter de uma relação que se trava entre contrários antagônicos (tese 7) sendo, pois, uma relação de dominação alicerçada na dissuasão, dissenso, repressão. Assim dispostas, as relações entre educação e política dão-se na forma de autonomia relativa e dependência recíproca (tese 8), realizando-se diferentemente conforme as variações históricas de sua manifestação, o que nos permite constatar que as sociedades de classe se caracterizam pelo primado da política ocorrendo, em consequência, a subordinação real da educação à prática política (tese 9).

Ora, é essa a situação em que nos encontramos, pois a sociedade capitalista em que vivemos é dividida em classes com interesses antagônicos. Esta é a razão do primado da política. Uma vez que a relação política se trava fundamentalmente entre antagônicos, nas sociedades de classes ela se constitui na prática social fundamental. Nessas condições, obviamente a dependência da educação em relação à política é maior do que a da política em relação à educação. Daí a subordinação da educação diante da política. Se as condições de exercício da prática política estão inscritas na essência da sociedade capitalista, as condições de exercício da prática educativa estão inscritas na essência da realidade humana, mas são negadas pela sociedade capitalista, não podendo realizar-se aí senão de forma subordinada, secundária. Por aí se pode entender o “realismo” da política e o “idealismo” da educação.

De fato, acreditar que estão dadas em nossa sociedade as condições para a realização plena da educação é assumir uma atitude idealista. Inversamente, nesta sociedade é realista quem considera a política como a prática dominante à qual se subordi-

na a educação. Mas se trata de uma subordinação histórica e, como tal, não só pode como deve ser superada. E, superada a sociedade de classes cessa o primado da política e, em consequência, a subordinação da educação (tese 10). Assim, chegado o momento histórico em que prevalecem os interesses comuns, a dominação cede lugar à hegemonia, a coerção à persuasão, a repressão desfaz-se, prevalecendo a compreensão. Então estarão dadas as condições para o pleno exercício da prática educativa.

Assim, como conclusão necessária das dez teses que explicitam como se dão historicamente as relações entre política e educação segue-se que a função política da educação se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica (tese 11). A importância política da educação reside, enfim, no cumprimento de sua função própria que consiste na socialização do conhecimento. E, especificamente no caso da escola, sua importância política reside no cumprimento de sua função própria: a socialização do saber elaborado, sistemático, assegurando, às novas gerações, a plena apropriação das objetivações humanas mais ricas representadas pela produção científica, filosófica e artística.

Impõe-se, pois, a conclusão: na sociedade de classes, portanto, na nossa sociedade, a educação é sempre um ato político, dada a subordinação real da educação à política. Dessa forma, agir como se a educação fosse isenta de influência política é uma forma eficiente de colocá-la a serviço dos interesses dominantes. E é esse o sentido do programa “escola sem partido” que visa, explicitamente, subtrair a escola do que seus adeptos entendem como “ideologias de esquerda”, da influência dos partidos de esquerda colocando-a sob a influência da ideologia e dos partidos da direita, portanto, a serviço dos interesses dominantes. Ao proclamar a neutralidade da educação em relação à política, o objetivo a atingir é o de estimular o idealismo dos professores fazendo-os acreditar na autonomia da educação em relação à política, o que os fará atingir o resultado inverso ao que estão buscando: em lugar de, como acreditam, estar preparando seus alunos para atuar de forma autônoma e crítica na sociedade, estarão formando para ajustá-los melhor à ordem existente e aceitar as condições de dominação às quais estão submetidos. Eis por que a proposta da escola sem partido se origina de partidos situados à direita do espectro político com destaque para o PSC (Partido Social Cristão) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) secundados pelo DEM (Democratas), PP (Partido Popular), PR (Partido da República), PRB (Partido Republicano Brasileiro) e os setores mais conservadores do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Como se vê, a “escola sem partido” é a escola dos partidos da direita, os partidos conservadores e reacionários que visam manter o estado de coisas atual com todas as injustiças e desigualdades que caracterizam a forma de sociedade dominante no mundo de hoje.

À vista, pois, do caráter reacionário do movimento denominado “Escola sem partido” é preciso evitar a aprovação do projeto de lei que pretende torná-lo obrigatório em todas as escolas do país. A luta contra o projeto de lei deve ser travada mostrando que se trata de uma aberração, pois fere o bom senso, vai na contramão do lugar atribuído à escola na sociedade moderna e nega os princípios e normas que compõem o aparato jurídico vigente no Brasil sendo manifestamente anticonstitucional.

Fere o bom senso, pois retira dos professores o papel que lhes é inerente de formar as novas gerações para se inserir ativamente na sociedade, o que implica trabalhar com os alunos os conhecimentos disponíveis tendo como critério e finalidade a busca da verdade sem quaisquer tipos de restrição.

Vai na contramão da sociedade moderna que no final do século XVIII forjou o conceito de escola pública estatal, de caráter universal, obrigatória, gratuita e laica e buscou implantar, no século XIX, os sistemas nacionais de ensino como instrumentos de democratização com a função de converter os súditos em cidadãos. É esta a condição para a existência das sociedades democráticas mesmo sob a forma capitalista e burguesa que proclama a democracia como o regime baseado na soberania popular. E o povo, para se transformar de súditos em cidadãos, isto é, para ser capaz de governar ou de eleger e controlar quem governa, deve ser educado. Para esse fim é que foi instituída a escola pública universal, obrigatória, gratuita e laica.

Em consonância com esse significado histórico da escola a Constituição vigente no Brasil define como finalidade da educação o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ora, o preparo para o exercício da cidadania tem um significado precipuamente político, o que torna o projeto “Escola sem partido” manifestamente anticonstitucional.

A resistência ativa é, pois, indispensável como estratégia de luta por uma escola pública livre das ingerências privadas balizadas pelos interesses do mercado. Nessa fase difícil que estamos atravessando, marcada por retrocesso político com o acirramento da luta de classes lançando mão da estratégia dos golpes parlamentares visando a instalar governos ilegítimos para retomar sem rebuços a agenda neoliberal, resulta imprescindível combatermos as medidas restritivas dos direitos sociais, entre eles, o direito a uma educação de qualidade, pública e gratuita, acessível a toda a população. Essa foi e continua sendo, agora de forma ainda mais incisiva, a nossa luta. A luta de todos os educadores do Brasil.

Referências:

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. Karl. **A Questão Judaica**. Rio de Janeiro, Achiamé, (s/d.)

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, Autores Associados, 2012.

_____. Dermeval. **A lei da educação (LDB): trajetória, limites e perspectivas**, 13ª ed., revista, atualizada e ampliada com um novo capítulo. Campinas, Autores Associados, 2016.

ZANOTTI, Jorge Luis (1972). *Etapas históricas de la política educativa*. Buenos Aires, Eudeba.

REFORMAS EDUCACIONAIS EM TEMPOS DE GOLPE OU COMO AVANÇAR ANDANDO PARA TRÁS¹

Paulino José Orso

No atual momento em que vivemos, presenciamos uma profunda crise do capital. Trata-se de uma prolongada crise de superacumulação e de superprodução. E a solução, do ponto de vista do capital, passa pela explosão das atuais relações de produção existentes, de tal modo que possa se libertar das amarras e imprimir um novo processo de acumulação. Isso, porém, não ocorre de forma harmônica, nem pacífica. Ao contrário, pressupõe muitos conflitos e muita violência para gerar instabilidade, provocar a destruição das condições existentes e justificar reformas ao sabor, ao gosto e de acordo com as necessidades do capital. Nisso se insere tanto o golpe econômico, político, midiático e judicial, como o desferido contra os direitos sociais conquistados com muita luta e, dentre eles, contra a educação, que é transformada em mercadoria e utilizada como uma das formas de resolver parte da crise do capital.

De antemão, deixamos claro que só se compreende a educação em suas condições atuais no contexto do golpe “iniciado” em 2016, que plantou Michel Temer no poder, mas que se completa com uma sucessão de outros golpes, expressos na PEC 241/55, que congelou os salários por 20 anos, na Reforma do Ensino Médio, da Previdência, na terceirização, na Reforma Trabalhista e Política, que em seu conjunto, configuram-se como um ataque sem precedente contra a classe trabalhadora. Neste artigo, porém, nos ocuparemos mais especificamente da educação.

Convenhamos, o momento em que vivemos, no Brasil e no mundo, não deixa espaço para comemoração, seja em relação à educação ou aos direitos dos trabalhadores. Ao contrário, exige muita luta, estratégia e resistência, não para avançarmos, mas sim para, pelo menos, não retrocedermos tanto, uma vez que os ataques e as perdas já fazem parte da realidade da vida dos trabalhadores.

O atual contexto está longe de ser um “mar de rosas”, um “céu de brigadeiro”, águas tranquilas ou um berço esplêndido. A situação é tão calamitosa que chegamos ao cúmulo de que as pessoas nem se quer tem a liberdade de falar o que pensam, pois, caçam a voz, trançam a boca, amordaçam e impedem até mesmo de falar, sob pena de sofrer severas punições e sansões.

¹Texto publicado inicialmente pela Revista *Geminal* sob a denominação “Educação em tempos de golpe, ou como avançar andando para trás”. Devido a rapidez com que as mudanças têm ocorrido, sofreu revisão, atualização e algumas modificações.

² Doutor em História e Filosofia da Educação pela Unicamp, professor dos cursos de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR. E-mail: paulinorso@uol.com.br.

Isso faz com que nos encontremos num dos momentos mais tristes, terríveis e deprimentes da história, quando o capital se encontra extremamente concentrado e a violência, os conflitos, os golpes, as guerras e mortes campeiam livremente e os ataques aos trabalhadores, além de não cessar, procedem de todos os lados e por meio das mais diferentes formas.

Esse espectro se torna ainda mais temeroso e assustador na medida em que a classe trabalhadora se encontra desorganizada, com baixíssimo nível de consciência crítica e extremamente fragmentada. Consequentemente, a dimensão e a intensidade dos ataques se tornam iguais e contrários à consciência, à desorganização e desunião dos trabalhadores.

Na educação, a situação não é diferente, os ataques não dão trégua. Temos assistido um verdadeiro bombardeio. Empresários, políticos, a imprensa e, por extensão, grande parte da sociedade tecem críticas como se a educação fosse ou devesse ser um oásis num deserto.

Quem, por exemplo, não ouviu reclamações como essa: “O Ideb revela: a escola pública não vai bem”, “o Ensino Médio está ruim”, “a educação é muito teórica”, “há muita teoria e pouca prática”, “os professores não ensinam”, “em vez de ensinar, ficam doutrinando os alunos”, “estamos vivendo uma profunda crise e a escola não prepara a mão de obra para o mercado”. “Na universidade pública só estudam os ricos”.

Até parece que todos (políticos, empresários e entidades empresariais) se converteram em defensores dos pobres, da educação, enfim, que todos estão preocupados com a evasão escolar, com os índices de aproveitamento, com a qualidade do ensino, com a elevação cultural das massas...

Não vamos aborrecer ninguém trazendo aqui todos os problemas históricos da educação, que vão desde a formação dos docentes, às condições de trabalho, às salas superlotadas, à infraestrutura e os salários, à fragmentação do conhecimento, à qualidade da educação, que já são velhos e por demais conhecidos de todos. Será que ao propor reformas educacionais, quererão resolver estes problemas? Observemos alguns fatos para ver no que se traduz tamanha preocupação das elites e do governo com a educação.

Em meados de 2016, a imprensa, o governos, os políticos e parte da sociedade, fizeram um estardalhaço ao anunciar aos quatro ventos, que, em 2015, 91% das escolas públicas avaliadas no Enem tiveram resultados piores que no ano anterior e, que, 6 de cada 10 escolas públicas apontaram queda na avaliação em relação a 2014. Enquanto isso, na rede privada, apenas 17% delas teve resultado pior que no ano anterior.

Considerando-se que, em todas as escolas públicas e privadas avaliadas, a média atingida foi de 515,8 pontos, no caso das escolas públicas, das 8.732 escolas avaliadas, 7.973 ficaram com notas abaixo da média, ao passo que, das 6,266 privadas, apenas 1.067, ficaram com índices abaixo da média geral.

Segundo levantamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em 2015, o ensino médio nem se quer seguiu estagnado, pois, a média das escolas do país apresentou resultados iguais aos de 2011, com índice 3,7, portanto, bem

abaixo dos 4,3 que era a meta estabelecida. No ensino fundamental 2, que compreende do sexto ao nono ano, a média foi um pouco melhor, ficou em 4,5. Mesmo assim, permaneceu abaixo de 4,7 que era a meta prevista, que não se constitui em nenhuma excelência.

Os dados não são animadores. Pois, considerando-se que 60% das escolas públicas do país, ou 75% das de SP, não participaram do exame, e que a rede privada apresentou melhores índices, por um lado, ressaltadas as críticas, acabar com o Enem, significa reduzir as possibilidades de acesso ao ensino superior por parte dos trabalhadores, ou então, que o governo não está nada preocupado com a universalização do ensino superior, que a educação continua sendo extremamente elitista³. Ensino Superior voltou a ser uma exclusividade da classe dominante. Aos trabalhadores, os cursos técnicos, a “preparação” ou adestramento para o trabalho.

A questão é que são tomados alguns dados, que até podem ser “reais”, mas não para melhorá-los e sim para piorar ainda mais. Como diz o ditado: “Se dá para piorar, porque melhorar!?”. Há que se ficar alerta, pois, uma suposta verdade pode acabar sendo usada para legitimar uma série de golpes. Ou então, como diz Jean Wyllys (2016), “Toda mentira bem elaborada, para ser convincente, precisa começar apontando alguns fatos verdadeiros”.

Foi com base nesses dados e sob a justificativa de que a educação está ruim, que estamos atrasados em relação aos outros países e que as escolas privadas apresentam melhor resultado, que o Ministro da Educação, Mendonça Filho, afirmou que pediria urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 6840/2013 para mudança do currículo do Ensino Médio. Mas, caso encontrasse dificuldades para aprová-la, pediria ao Planalto (presidente) que a fizesse por meio de uma Medida Provisória para garantir celeridade na mudança curricular. Afinal, é urgente “modernizar” e “melhorar” a educação, não é mesmo?

Mas, qual é a forma entendida pelo governo para modernizar e melhorar a educação? Como no caso do Enem, a lei estabelecia a necessidade de participação de no mínimo 50% dos alunos na avaliação em cada escola e 60% das escolas públicas ficaram fora da avaliação e, em SP esse índice atingiu 75% delas, e no caso das particulares, apenas 23% não atingiu esse índice e ficou fora da lista divulgada, em vez de tomar medidas para estimular a participação dos alunos e aumentar o número de escolas e a qualidade da educação, inicialmente, o governo Temer pretendia elevar de 50% para 80% o mínimo de participação dos alunos no exame para que a escola tivesse o índice divulgado, numa medida aparentemente progressista. Depois, numa atitude populista, da mesma forma que retrógrada, decidiu não só acabar com a obrigatoriedade dos alunos e escolas realizarem o Enem, como também com a divulgação dos resultados das avaliações por escolas e do uso dos resultados como certificação de conclusão do Ensino Médio.

³ É importante lembrar que a avaliação do Enem é utilizada como critério para de seleção por praticamente todas as universidades federais do país e também muitas estaduais. A USP, por exemplo, selecionará 21% de seus alunos pelo Enem.

Se, apesar de problemático, o exame se constituía numa forma das escolas poderem se “auto-avaliar” e buscar medidas para tentar melhorar a aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, a qualidade da educação, a não obrigatoriedade de fazer e a não divulgação dos resultados por escolas, que aparenta ser um avanço, dado seu disfarce “democrático” e aparentemente não autoritário, revela-se extremamente nocivo à educação, porém, mostra-se coerente com um governo que açambarcou o poder, que toma decisões arbitrárias, por meio de medidas provisórias ou decretos, sem discutir com os envolvidos, avesso até mesmo ao mínimo de qualidade da educação, uma vez que poderia suscitar alguma consciência crítica e oferecer algum obstáculo e resistência aos ímpetos embusteiros do governo e da classe que representa.

Contudo, depois da imprensa tripudiar sobre os professores em função dos resultados ruins do Ideb e do Enem, e do ministro ter reunido sua equipe e o presidente Temer para anunciar a **Reforma do Ensino Médio**, feita por meio da **Medida Provisória 746/2016**, voltaram atrás e disseram que “havia se enganado”, que um número x de escolas havia ficado de fora e que, portanto, os índices anunciados não correspondiam à realidade.

Isso revela que, a preocupação não era propriamente com os resultados das avaliações, nem com a melhoria da educação, mas sim, de utilizar determinadas informações e aproveitar a oportunidade para legitimar os ataques à educação e justificar as reformas de acordo com os interesses das elites e do governo de plantão.

Vejam que a Reforma do Ensino Médio foi feita por Medida Provisória, sem qualquer discussão com os professores e com a sociedade. O recado foi enviado. Se a educação está mal e, se são os professores que ensinam ou deixam de ensinar, a conclusão lógica, líquida e certa é que a responsabilidade pela situação da educação é exclusivamente dos professores e de ninguém mais, não é mesmo? E se a responsabilidade pelo “fracasso escolar” é dos professores, é preciso tirar deles as decisões sobre os rumos da escola e não devem ser chamados para discutir, nem opinar, afinal, fazem parte do problema, não da solução.

Então, de acordo com essa mesma lógica e de acordo com o velho estilo tecnicista, inclusive piorado, pois, nem mesmo as reformas educacionais feitas durante a ditadura, foram feitas por decretos ou medidas provisórias, chamaram alguns “técnicos”, “sábios” e “expertos” para resolver os problemas da educação, cabendo aos professores e as escolas simplesmente executar as determinações superiores, sem hesitar, balbuciar e reclamar.

Então, do alto da “sapiência” e preocupação com a “qualidade do ensino”, o governo e seus ministros, decretaram: O ensino passará a ser integral..., a carga horária das escolas públicas será elevada de 800 para 1400 horas, de 4 horas diárias passará para 7 horas... Os alunos terão liberdade para escolher o curso que quiserem fazer... Não é uma maravilha tamanha preocupação com a melhoria da educação!?

Afinal, quem não é a favor da elevação da carga horária e da melhoria do ensino? Entretanto, quando passamos das aparências à essência, vemos que essa preocupação parte exatamente de quem nunca teve essa preocupação, de quem sempre combateu a escola pública e defendeu sua privatização, então, no mínimo, é hora de ficar alerta.

A transformação da educação em “escolas de tempo integral” não passa de uma grande ilusão, vendida como panaceia para os problemas educacionais. Primeiro porque se antes os recursos já eram escassos, com o congelamento dos investimentos por 20 anos, haverá muito menos para viabilizar a proposta e, segundo, porque se trata de um número irrisório diante do total das escolas existentes no país. Além do mais, só serão autorizadas a funcionar em tempo integral, as que se submeterem às exigências e determinações dos “sábios” e “expertos” de plantão, assim entendidos pelo ministério da educação.

Todavia, para entender melhor a Reforma, como mencionamos, não podemos esquecer que foi realizada por meio de uma Medida Provisória, decretada em meio a um golpe parlamentar, político, econômico, judicial e midiático sem precedente, desfechado por uma elite atrasada, mesquinha e egoísta.

Não foi por acaso que a primeira medida adotada por Temer ao assumir o governo, ainda na condição de interino, foi fazer uma “reforma ministerial”, também por medida provisória (MP 726/2016). Aliás, como não representa e não dialoga com o povo, resta o autoritarismo. Com uma só penada, dentre outros, acabou com os ministérios da Cultura, da Previdência, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, das Comunicações e do Desenvolvimento Agrário.

Voltando ao velho e antiquado patriarcalismo, essas mudanças visam deixar claro, na sua visão, quem manda, quem deve obedecer e qual é o lugar de cada um na arena social. Demonstra que cultura, igualdade de gênero, respeito aos direitos humanos e igualdade social estão fora da agenda golpista; que a propriedade privada é sagrada e intocável; que o lugar de mulher é na... (complete a frase), de que negro é no... e que às questões sociais, definitivamente não combinam com golpes, mas sim com a polícia.

Não por acaso, para Ministro da Educação e Cultura foi nomeado Mendonça Filho, do Partido Democratas (DEM), um partido que surgiu de uma metamorfose da antiga golpista União Democrática Nacional (UDN), da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e depois mudou para Partido Democrático Social (PDS), que sustentaram a ditadura, que foram sucedidos pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e, finalmente, mudou para Democratas.

Todos eles, ou sua síntese, o Democratas, sempre foram contrários à democratização e a universalização da escola pública e das políticas sociais. Além disso, o ministro também carrega em seu currículo a acusação de receber R\$ 100 mil da Camargo Correia e de receber propina da Odebrecht, investigadas na Lava Jato.

Mendonça, é graduado em administração de empresas, com curso de gestão pública na Kennedy School, Harvard (EUA), foi um dos mais ácidos críticos e combatentes das políticas públicas do governo Dilma e é um ferrenho defensor das privatizações.

Deixando claro que não só os professores, os educadores, os pesquisadores e os intelectuais brasileiros não seriam seus principais interlocutores, com se quisesse ridicularizar, caçoar e achincalhar, não custa notar que, pouco depois de assumir ministério, recebeu em seu gabinete, o ator pornô Alexandre Frota e o ex-pastor Marcelo Reis, fundador do *Revoltados Online*, um dos líderes de atos “pró-impeachment”,

que apresentaram uma pauta de reivindicações sobre educação, defendendo a escola “sem” partido, o fim da “doutrinação ou assédio ideológico” de alunos por parte de professores e a “lei da mordaga”. Sem dúvida, trata-se de um currículo e uma história nada invejável, sobretudo, quando se trata de um ministro da educação, não é mesmo!?!?

Ou seja, realiza uma mudança profunda e sem precedentes na educação com caráter ditatorial, por meio de Medida Provisória, sob orientação de “atores” e “líderes” homofóbicos, fascistas, machistas, ignorantes e preconceituosos que levam propostas, lhes dão conselhos e dizem o que deve ser feito em termos de educação, sem, no entanto, discutir com professores.

Quanto às Mulheres, aos Negros e aos Direitos Humanos, foram integrados ao Ministério da Cidadania e Justiça, cujo ministro nomeado foi Alexandre de Moraes, que, dentre os atributos que o “qualificavam” para ser ministro estava o fato de ter sido do PMDB (partido de Temer); ser afilhado do Governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB); filiar-se a esse partido; ser acusado de receber R\$ 4 milhões em propina da construtora JHSF; ser acusado de plágio em sua tese de doutorado; fazer o contrário do que defendeu em sua tese doutoral, que acastelava que quem ocupasse cargo elevado em um governo não deveria assumir função no Supremo nesse mesmo governo; ter atuado como advogado da Transcooper, uma cooperativa usada pela facção criminosa PCC para lavagem de dinheiro e na defesa do conhecido e corrupto ex-deputado e ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha por uso de documentos falsos; de, enquanto Ministro da Justiça, reunir-se com o juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava-Jato e, dias depois, antecipar ações da Polícia Federal contra integrantes do Partido dos Trabalhadores, seus adversários políticos. Posteriormente, com a morte de Teori Zavascki, foi nomeado por Temer como Ministro do STF, ficando responsável pela revisão de julgamentos dos políticos investigados pela Lava Jato e na votação do STF pelo fim do Foro Privilegiado, numa demonstração de falta de isenção e comprometimento com o governo golpista e corrupto, defendeu a manutenção do Foro Privilegiado e pediu vistas ao processo.

Mas, para entendermos a problemática da educação também precisamos considerar outras medidas, dentre elas, a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241/55 – 2016, que estabeleceu o congelamento dos gastos para os próximos 20 anos, tendo como base o Orçamento de 2016, apenas acrescido da inflação de cada ano.

Com um governo mergulhado e atolado em corrupção, representando exclusivamente o interesse das elites, Temer promoveu uma série de reformas e partiu para o ataque aos trabalhadores. Apesar disso, com um discurso cínico e ilusionista, afirmou:

Convenhamos, é muito desagradável imaginar que um governo seja [...], tão estupidificado, tão **idiota**, que chega ao poder para restringir direitos dos trabalhadores [...]. Nós queremos, por acaso, o mal do país? ... naturalmente teremos que ter sacrifícios, mas não vamos tirar direitos de ninguém. (PLANALTO, 2016).

O governo é tão “bem intencionado”, que desencadeou um ataque para “salvar o país”, os trabalhadores e seus direitos, não é mesmo!? Como se preocupam com o bem estar dos trabalhadores!? “Não vamos tirar direito de ninguém”...; “As reformas são necessárias para criar empregos”... Claro que o discurso não poderia ser outro. Nem Temer, nem Eduardo Cunha, nem os nove ministros e as centenas de políticos investigados por corrupção que integram seu governo admitem o golpe, a corrupção, a compra de silêncio de possíveis delatores, nem as tentativas de obstrução de justiça. Por isso, há que se ler sempre ao contrário. Ademais, os direitos das raposas e das galinhas não são os mesmos.

Para impedir que a população e os trabalhadores compreendessem as implicações e consequências da PEC 241, se organizassem e resistissem, o governo e sua tropa de choque no congresso, que a depender das denúncias de corrupção, de tráfico de influência e delações, sem falar dos infinitos casos arquitetados nos porões dos submundos da política e do empresariado, que não vieram e muitos nem se quer virão à tona, revelam que o Estado, parece-se mais com uma gangue que açambarcou o poder e legisla em benefício próprio, do que com representantes dos interesses populares, fez tramitar com urgência e aprovar sem discussão.

Veja que, de uma só vez, o Procurador Geral da República solicitou a investigação de nada menos que 229 políticos. Posteriormente, os donos da JBS, que gravaram áudios e vídeos comprometedores com Michel Temer, Aécio, dentre outros, afirmaram ao Ministério Público que patrocinaram campanhas eleitorais de nada menos que 1.829 candidatos, num montante que chega a casa de quase 600 milhões de reais. De acordo com Ricardo Saud, ex-diretor da JBS, no máximo 15 milhões de reais desse total, é considerado dinheiro “limpo”. “O resto tudo é propina, tudo tem ato de ofício, tem promessa. Tudo tem alguma coisa”...

O patrocínio da JBS envolve 28 partidos políticos, que conseguiu eleger 16 governadores, 167 deputados federais de 19 legendas, 179 deputados estaduais de 23 estados, além de outros, 28 senadores. Isso, porém, está longe de expressar a podridão que envolve o submundo da política; é resultado de apenas duas delações, a da Odebrecht e da JBS. Imagine que não é diferente o que ocorre em todas as instâncias de governo, federal, estadual ou municipal, em todos os locais e recantos do país, revelando que o Estado burguês não passa de uma monstruosidade e de imensa instituição criminosa.

E são esses mesmos “ilibados” senhores, que deveriam estar atrás das grades, que estão fazendo as reformas porque dizem que estão preocupados em salvar o país, a educação, a previdência, as aposentadorias e os empregos de milhões e milhões de trabalhadores brasileiros. É para rir ou chorar? É uma tragédia!

Nem mesmo as piores ditaduras do planeta ousaram congelar investimentos/salários por 20 anos. Nem os países com situação econômica catastrófica, como no caso da Espanha que já soma mais de 5 anos com taxa de desemprego superior a 20% e chegou a 27%, ou a Grécia, que está com 23,20%, mas já chegou a 28%, adotaram medida tão desastrosa, catastrófica e absurda como essa. A Zona do Euro que está com 10,10% de desemprego nunca propôs algo semelhante. Temer foi capaz de superar o próprio governo Fernando Henrique, de triste memória. Nunca antes um governo

se atreveu atacar os trabalhadores com tanta fúria, desfaçatez, cinismo e descaramento como Michel Temer. Enterrar finalmente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943 e o que resta da constituição de 1988, é a meta.

Para se ter uma noção do impacto e do retrocesso que essa emenda constitucional representa, basta ver alguns dados. Por exemplo, entre 2003 e 2014, o número de matrículas no Ensino Superior aumentou em cerca de 100%. Passou de 600 mil alunos, para mais de 1,2 milhões. O que, aliás, ainda está muito longe do necessário. Nesse período, foram criadas 214 escolas técnicas e 18 universidades e, muitas delas, no interior do país, fora dos grandes centros. Se o congelamento estivesse em vigor desde 2003, nada disso teria sido possível.

O congelamento por 20 anos, somado à terceirização, a reforma do Ensino Médio e a renegociação das dívidas com os estados, que exige que os governos eletem a contribuição previdenciária dos servidores, não concedam reajustes salariais e não realizem novos concursos públicos, significa o desmonte da escola pública, da universidade pública, o fim do Programa Ciência Sem Fronteira na modalidade graduação que de uma só vez eliminou 35 mil bolsistas, a redução dos recursos do Fies, o corte drástico dos investimentos em saúde, dos Programas Minha Casa Minha Vida e Luz Para Todos, além dos concursos públicos, atingindo a todos os trabalhadores, especialmente os mais carentes.

Trata-se de um congelamento unilateral e linear, que não discrimina áreas nem estabelece prioridades. Não importa se ocorrerá alguma catástrofe natural, um furacão, uma estiagem prolongada ou intempéries, se ocorrerá aumento na população ou alguma epidemia. “Será preciso rezar muito para que nada disso ocorra” e implorar aos deuses para que tenham piedade e clemência, pois, o governo Temer congelou os gastos e não terá recursos para combater problemas...

Ora, se não há prioridades e se tudo está congelado, não carece nem mesmo de governo, nem de administrador,... qualquer debiloide, abestalhado ou serviçal pode governar, não é mesmo!?

É o arrocho salarial, o sucateamento das instituições públicas, a institucionalização da raiva, do ódio e da violência, a perseguição declarada e aberta aos servidores públicos, a entrega dos pobres, desempregados e desamparados à sua própria sorte. É o desmonte do Estado para fins sociais e o seu fortalecimento em autoritarismo e em poder repressivo. Trata-se de um intervencionismo às avessas, com a finalidade de acabar com o que ainda resta de “público”.

Com esse quadro, não demanda de nenhum vidente para saber que vão sobrar problemas na saúde e na educação, assim como repressão... Imagine se fosse o PT que tivesse feito uma centésima parte disso!? O mundo viria literalmente abaixo. No entanto, não se vê uma única voz discordante e dissonante na imprensa, nem uma panela batendo... Ao contrário, depois de uma intensa campanha de desmoralização, o ataque ao funcionalismo, tem provocando uma comemoração desavergonhada e a imprensa trata de acobertar e azeitar todos os “mal feitos” dos golpistas, aos quais se soma.

Alguém tem dúvida de que se trata de um golpe, e mais do que isso, de um golpe de classe? Alguém tem dúvida de que se estabeleceu um conluio entre políticos,

empresários, burocratas, mídia e justiça para atacar os trabalhadores? Não foi por acaso que foi desfechado desde o alto, por uma elite branca, rica e machista. Diferente do golpe contra Collor, que foi dado pela direita e a chave do cofre só mudou de mãos, mas permaneceu com a classe dominante, o ataque atual foi dado exclusivamente contra a classe trabalhadora.

Nem Macri na Argentina serve de comparativo e equivalente quando se trata de verificar a agressividade e os ataques desfechados por Temer e seu governo contra os trabalhadores. Temer foi além. Enquanto os tarifas de Macri, que não são nenhum produto tipo exportação, nenhuma política de causar inveja a qualquer trabalhador, atingiram tanto os trabalhadores quanto os empresários, Temer quis “inovar” e ser “original”. Não esperou as eleições, nem mesmo aguardou passar o período de interinidade durante o processo de consumação do golpe travestido de “impeachment”, passou à ofensiva e começou a tomar medidas como se efetivo fosse, ou se eleito tivesse sido. Isso demonstra que o golpe não foi um ato inesperado, algo que aconteceu fortuitamente. Ao contrário, foi previamente arquitetado e planejado. Era condição para poder atacar os trabalhadores.

Foi seletivo, atacou tão-somente os trabalhadores e, dentre eles, principalmente, os servidores públicos, dada a capacidade de organização e mobilização, afinal, na iniciativa privada, os patrões já se encarregam de arrochar e impedir que os trabalhadores se unam, organizem, lutem e se defendam das agressões. Para justificar o ataque, os empresários e a mídia fizeram todo o possível para convencer a sociedade de que os direitos dos trabalhadores são um problema e que os servidores públicos são um estorvo a ser removido.

Para isso, foi necessário convencer a sociedade de que estávamos mergulhados numa profunda crise. A técnica utilizada foi a da instalação do medo, do pânico, do terror e da intimidação à moda totalitária.

Apresentando-se como “salvadores e redentores”, diziam: estamos em crise, é preciso adotar “medidas amargas” e “impopulares” para “salvar o país”. E, enquanto rapinavam os cofres públicos, afirmavam: caso essas medidas não forem adotadas e aprovadas, o governo não terá dinheiro para “honrar seus compromissos”, para garantir a educação, a saúde, pagar salários dos funcionários e aposentadorias futuras, enfim, “teremos o caos”.

Ou seja, para legitimar o(s) ataque(s) foi preciso produzir uma crise, apontar uma causa e apresentar uma solução.

1) A crise – “Os juros estão altos”, “a inflação está fora do controle”, os impostos são elevados, existe um grande número de desempregados ...;

2) A causa – “o Estado cresceu muito, é perdulário, inoperante e gasta muito”; o número de funcionários públicos é excessivo, são improdutivos, faz com que os Estados tenham que aumentar os juros subtraindo dinheiro da iniciativa privada e “não sobre dinheiro para investimentos” e geração de empregos;

3) A solução – alguém pode adivinhar? Reduzir gastos públicos, enxugar o Estado, demitir funcionários, congelar salários, fazer reforma da educação, reforma trabalhista e reforma da previdência, terceirizar, aumentar a contribuição e a idade de aposentadoria, reduzir vagas nas universidades, cortar bolsas, acabar com a obrigato-

riedade da educação básica, cortar programas e direitos sociais, sucatear e não investir em instituições públicas, privatizar...

Então, de um lado, intensificaram a campanha contra o aumento dos juros. Na divisão das tarefas golpistas, aos empresários e políticos coube fazer a crítica, patrocinar mobilizações contra o governo Dilma/PT e criar o impostômetro e, à imprensa, mostrar e reverberar a crise, como se limitasse em apenas informar de forma neutra e, além disso, atacar o crescimento do Estado, o funcionalismo e os gastos públicos. Por fim, coube aos políticos, congelar os gastos e investimentos, desmontar os programas sociais e acabar com os direitos. E, para não aumentar os juros, que atingiria inclusive os próprios golpistas políticos e empresários, transferiram toda a conta para os trabalhadores. Afinal, ninguém da um golpe em si mesmo, não é verdade!?

Mediante pretexto de representar o povo, um governo foi derrubado e outro açambarcou o seu lugar, empunhou o leme do Estado e passou a moldá-lo segundo os seus interesses, reprimindo e esmagando os trabalhadores. Trata-se de um governo do capital a serviço do capital. Veja que, dos 513 deputados federais, segundo o portal Congressoemfoco (2016), a bancada ruralista é composta e apoiada por 207 deputados, a empresarial por 208 e a das empreiteiras e construtoras por 226. E, some-se a isso, o fato de que, de acordo com a declaração de bens dos próprios políticos, nada menos “que 43% dos deputados federais eleitos em 2014 possuem estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviço ou do segmento rural”, ou seja, são patrões. Portanto, significa que, dessa vez, a classe dominante que assaltou o poder praticamente sozinha e legisla em sua própria causa.

Como afirmava Marx, isso demonstra que o “Estado não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a burguesia” (MARX, K & ENGELS, F. 1999). Ou então, como diz Engels na *Introdução à Guerra Civil em França*: o Estado “não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra (...)”.

Por isso, se os trabalhadores realmente quiserem construir uma nova humanidade não basta apenas transferir o velho aparato ideológico, bélico e militar da burguesia para as suas mãos (ORSO, 2007, p. 180).

Como diz Marx,

[...] o proletariado não pode, como fizeram as classes dominantes e suas diversas frações em suas sucessivas horas de triunfo, simplesmente se contentar em apoderar-se do aparelho estatal existente e dirigi-lo como se apresenta para seus próprios fins. A primeira condição para a manutenção do poder político é transformar a máquina existente e destruir este instrumento de dominação de classe (BARSOTTI, P. 2002, p. 159).

Para além de toda a fumaça, retórica e demagogia, quem de fato estava em crise não era a sociedade, mas sim o grande capital. Senão vejamos. Quando o PT assumiu o governo e, em vez de fazer um mandato voltado apenas para a classe dominante que sempre esteve no poder, dada sua origem do seio da classe trabalhadora, apesar de não fazer nenhuma opção de classe, de estar longe de fazer um governo revolucionário e de não realizar transformações profundas, fez um conjunto de reformas

dentro do que era possível para um governo reformista e de coalisão, com um parlamento fisiológico e corrupto.

Mesmo assim, possibilitou a criação de universidades, multiplicou vagas no ensino superior, destinou bolsas de estudo para alunos de graduação e de pós-graduação no país e no exterior, criou o PROUNI, Escolas Técnicas, o Bolsa Família e o Luz para Todos, multiplicou por mais de 4 vezes o salário mínimo, que com sua política de valorização, passou de R\$ 200,00 em 2002 e chegou a R\$ 945,80, em 2017, dentre muitas outras coisas.

Digamos que Lula, lendo as condições adversas para se fazer uma mudança radical, tendo em vista o contexto geral da América latina e do mundo, traçou como meta para seu governo, garantir no mínimo três refeições para todas as pessoas. Isto significava, garantir alimentação, saúde, moradia, condições básicas e fundamentais para sobreviver.

Então, quando falam que o Estado cresceu muito, que no país tem muitos impostos e que a mão de obra é muito cara e desestimula investimentos; quando falam que é preciso enxugar o Estado, reduzir custos e tornar o mercado mais atrativo para (o capital) que as empresas voltem a investir e gerar empregos, traduzindo, significa que vão atacar os trabalhadores, precarizar as condições de trabalho e acabar com seus direitos.

Como não poderia ser diferente, as justificativas alegadas para realizar todas as reformas são de que, em última instância, estão preocupados com os empregos, com a previdência, com a saúde, com a educação, enfim, com os trabalhadores. Não é de estranhar, porém, tamanha preocupação dos empresários e de um governo composto por homens ricos, brancos, corruptos, machistas e racistas?

Parece brincadeira! Mas, não nos enganemos. Nenhuma reforma proposta por essa linhagem tão “nobre”, quanto corrupta, tem em vista a preocupação com os trabalhadores, a não ser, para pagarem a conta. Além de se locupletarem com o suor do trabalho alheio, o que ambicionam é aumentar a extorsão.

Quem estava em crise era o capital, que, com o “crescimento do Estado”, acabou perdendo um pouco do espaço, ficando estrangulado e sem poder ocupar uma fatia maior do mercado “ocupado pelo Estado”. Com isso, como dizem, “o mercado ficou nervoso”. Diante disso, o capital / as elites, o que dá no mesmo, resolveram tramar o golpe e atacar os trabalhadores e, em especial, o funcionalismo para restabelecer “a ordem e o progresso”, ou seja, para empurrar de volta os trabalhadores para o seu estrito quadrado. É essa a forma do capital e das elites se preocuparem com os trabalhadores e de resolverem sua crise – criar e espalhar conflitos para depois se apresentar como salvadores, transferindo a conta para os trabalhadores.

Como disse o deputado Nelson Markezelli (PTB-SP), traduzindo e expressando os interesses do novo e carcomido governo, “Quem não tem dinheiro não faz faculdade” (CONGRESSO EM FOCO, 2016). Simples assim, ponto final. No bom português significa que, não só quem não tem dinheiro não vai à faculdade e não estuda, mas também não vai ao médico, não compra remédios, não compra casa, não compra comida, não compra roupas..., enfim, vai ter que roubar para viver. Aí, vem a

polícia e baixa a repressão. E, como falta educação, saúde e assistência social, ... também vão faltar presídios.

Como tem ocorrido na Argentina, no Brasil, o governo golpista quer empurrar as mais de 30 milhões de pessoas que acenderam à chamada “classe média” de volta para a “classe baixa” e as que ao menos passaram a ter direito a um prato de comida, como era o desejo do Lula, devolvê-las à miséria absoluta ou exterminá-las.

O próprio Banco Mundial afirmou que somente até o final de 2017, “3,6 milhões de brasileiros podem voltar a viver abaixo da linha da pobreza”. (UOL, 2017). Isto não é nada fortuito e acidental. Faz parte da estratégia dos golpistas de aumentar o exército de reserva para fazer pressão sobre os salários para rebaixá-los e garantir mão de obra barata e precária nos domicílios e nas empresas.

Tendo presente esse panorama, voltamos à educação e à Reforma do Ensino Médio, feita por meio Medida Provisória (MP 746/2016).

Apesar de, no lançamento da Reforma, Temer afirmar que não haverá falta de recursos para a educação, isso se constitui numa grande falácia. De acordo com a Conof (Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira) da própria Câmara dos Deputados, com a aprovação da PEC 241/2016 (PL 55) devem deixar de ser investidos anualmente na educação nada menos que R\$ 24 bilhões. Isso corresponde à diferença entre o mínimo de 18% que a constituição estabelece como obrigatório para União investir e os gastos previstos para 2017 acrescidos da inflação do ano anterior. Somando-se as perdas acumuladas nos próximos 20 anos, a educação terá um prejuízo de aproximadamente 480 bilhões de reais. Só no final de março de 2017, com o chamado “ajuste fiscal”, de uma só vez, o governo Temer cortou R\$ 9,4 bilhões da educação, reduziu o número de vagas no Pronatec e eliminou o Ciência Sem Fronteira (modalidade graduação).

Segundo o próprio governo, ou seja, não é nenhum crítico dos golpistas que está falando, quando comparado com 2016, em 2017, as universidades devem sofrer corte de até 45% dos recursos previstos para investimentos e 18% para custeio. De acordo com cálculos de reitores das universidades federais, quando comparados com os R\$ 900 milhões previstos para o setor em 2016, teremos um corte de aproximadamente R\$ 350 milhões só em investimentos nas 63 federais. (VIEIRA, 2016).

Destaque-se que, mesmo com esse montante, as universidades já passam por uma grave crise financeira, sendo forçadas a cancelar programas e contratos, deixar de pagar contas. Vejam que em 2016, as IES deveriam distribuir 50% das vagas para alunos pobres, pretos e pardos. Então, com os cortes feitos nos próximos anos, quem vai pagar a conta, quem vai “pagar o pato”, quem vai ficar de fora das universidades?

O próprio ministro Mendonça Filho afirmou que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) “não devem abrir novas vagas em 2016”. Só em 2015, ainda no governo do PT, apesar da crise, este programa garantiu a matrícula a 2 milhões de estudantes em instituições privadas.

Todavia, devido à pressão dos donos das instituições privadas, que em sua maioria apoiaram o ataque, o governo voltou atrás. Em 2015, o orçamento para o Fies era de R\$ 15 bilhões. Enquanto que o orçamento de custeio básico para todas as uni-

versidades federais do país, em 2014, foi de R\$ 2,4 bilhões. Estes dados não deixam dúvida de que o ensino público, que já não era prioridade máxima do governo anterior, com o golpista, será muito menos. Assim, com essa “política de amigos”, o governo evita uma nova quebraadeira do setor como ocorreu nos anos do governo FHC.

Além disso, dia 14 de outubro de 2016, por meio da Portaria Normativa nº 20/2016, Mendonça Filho, determinou a redução de vagas nos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino de todo o país. No caso da Universidade Aberta do Brasil, voltada para a formação de professores, o ministro já havia determinado a redução de 78% das vagas para 2017. Também determinou não só a não abertura de novas bolsas produtividade, mas a redução de 20% a 30% das já existentes (ALBUQUERQUE, 2016), comprometendo a já deficitária pesquisa realizada no país.

Aí, como porta voz do conservadorismo e do atraso, defensor da iniciativa privada e das elites, vem o jornal *O Globo*, com um editorial intitulado: “Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito”. Depois de falar que o país possui uma das mais altas taxas tributárias dentre os países em desenvolvimento, sem dizer que são os pobres que pagam impostos e que está alto porque os ricos são os que mais sonégam, diz que

Para combater uma crise nunca vista, necessita-se de ideias nunca aplicadas. Neste sentido, porque não aproveitar para acabar com o ensino superior gratuito, também um mecanismo de injustiça social. Paga quem puder [...]. Funciona assim, e bem, no ensino privado. (O GLOBO, 24.07.16).

Sim, estamos de acordo em acabar com as injustiças. Aliás, é o que mais pretendemos. Porém, se o ensino superior é injusto, porque nas Universidades Públicas, supostamente “estudam os ricos”, em vez de acabar com sua gratuidade, porque não proibir terminantemente que todos os ricos filhos de empresários, burocratas e políticos estudem nelas? Reservemo-las somente para os trabalhadores. Ok? Assim acabaremos com as injustiças.

A questão é que não querem resolver as injustiças, ou melhor, o governo Temer quer resolver de acordo com o espírito privatista da fração burguesa que açambarcou o poder num golpe travestido de impeachment. Assim, depois de ficar engavetado por 13 anos, durante os governos do PT, o Ministério da Educação Mendonça Filho, atendendo aos lobbies dos empresários da educação, resgatou o projeto já defendido durante o governo de FHC que previa a cobrança de mensalidades nas Universidades Públicas.

Em audiência com dirigentes do Proifes–Federação, no dia 16 de fevereiro de 2017, a secretária executiva do ministério da Educação (MEC), professora Maria Helena Guimarães de Castro, que presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do MEC, entre 1995 e 2002, durante o governo privatista de Fernando Henrique Cardoso e também exerceu o cargo de Secretária de Educação no governo do PSDB em São Paulo, defendeu veementemente a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais.

Eu sou de universidade, defendo a educação pública, mas acho que temos de olhar para a situação real. Não podemos criar situações incompatíveis

com o mundo que estamos vivendo, de queda de receita, de mudança no paradigma da economia do país. Nós só aumentamos em folha de pagamento. (PROIFES, 2017).

E continuou: “Aliás, nem sei ainda que países têm universidades públicas plenamente gratuitas para todos independente da situação sócio-econômica. O Brasil não pode ficar fora do mundo real”. E contrapondo-se aos que defendem a gratuidade da graduação e da pós-graduação pública e a cobrança de mensalidades, a secretária afirmou: “Ah, mas vai ser. Sinto muito, mas vamos (cobrar mensalidades)”. Para enfrentar as resistências, destacou: “E quando a maior universidade pública do país (USP) começar a cobrar, as outras vão cobrar, porque você quebra uma barreira”.

Tudo isso, reforça a tese de que as reformas na educação proposta pelo governo golpista, não tem em vista resolver as deficiências históricas da educação, mas sim resolver o problema da crise do capital.

Para piorar a situação da educação, saúde e infraestrutura, como se criou uma profunda crise para poder justificar o ataque, agora ela existe de fato, e nos encontramos num dos piores momentos em termos de investimentos nessas áreas nos últimos anos. Isso significa que a entrada em vigor da PEC 241, vai congelar o que já está muito ruim.

Em âmbito federal, no caso da ciência, o orçamento de 2013, já descontada a inflação, foi de R\$ 7,9 bilhões, e em 2016, de R\$ 4,6 bilhões. Isso significa uma perda de 40%. Para 2017, a previsão é de que fique em R\$ 5,9 bilhões. Ou seja, um verdadeiro desmonte e um retrocesso.

Some-se a essas perdas em investimentos o fato de que o governo Temer já privatizou alguns poços de petróleo e privatizará ainda outros, provocando uma redução ainda mais significativa dos recursos para saúde e educação, pois, o governo Dilma aprovou a destinação de 25% dos recursos do Pré-Sal para a saúde e 75% para a educação.

Além disso, Temer e seu ex-ministro de Relações Exteriores, também aprovaram o fim da obrigatoriedade da Petrobras participar como sócia com no mínimo 30% em todos os campos de exploração do Pré-Sal. Trata-se de um projeto apresentado pelo então senador José Serra (PSDB), que virou ministro das Relações Exteriores de Temer, que deixou o ministério sob a alegação de que estava “com dores nas costas” depois de uma série de denúncias e acusações de ter recebido propina da Odebrecht, mas que, desde 2002, já havia se comprometido com as petroleiras estadunidenses de quebrar o monopólio da Petrobras. Se a medida desagradada e prejudica o povo, a saúde e a educação da população brasileira, certamente não ocorre o mesmo com as megas empresas petrolíferas. Todavia, a despeito de todos esses prejuízos para a educação e para a sociedade, durante a sanção da MP do Ensino Médio, no dia 16 de fevereiro de 2017, Temer afirmou: “Este é o rumo que o Brasil precisa...”.

Enquanto os empresários sonegam mais de 453 bilhões de reais e o judiciário tem um aumento de até 70% em meio à dita “crise”, os ataques aos trabalhadores e, dentre eles, aos educadores aumentam e a educação e saúde sofrem perdas que chegam a mais de um trilhão de reais.

De acordo com notícias veiculadas pela internet, o próprio ministro Mendonça Filho teria afirmado que é necessário “enxugamento” de supostas regalias dos professores. (MÍDIA POPULAR, 2017).

Ao invés dos políticos e empresários corruptos que se locupletam com o Estado e sonegam impostos, a educação é que foi transformada na grande vilã do momento, a responsável pelo caos do país. No entanto, quando verificamos o tamanho da corrupção, da sonegação e que os benefícios de apenas um parlamentar equivalem ao salário de 344 professores, parece que não são os salários e as condições de trabalho dos profissionais da educação os responsáveis pela crise, não é mesmo?

Como vimos, do ponto de vista econômico, a PEC 241, por si só, já acarretará fortes prejuízos à educação e a Reforma do Ensino Médio (MP 746/2016) piorará ainda mais na medida em que estabelece uma série de mudanças, dentre elas a elevação da carga horária de aula, sem recursos para contratação de professores, investimentos em infraestrutura e formação profissional.

Portanto, mantidas as atuais condições, ampliar a carga horária de cursos e “melhorar a qualidade”, sem recursos, não significa outra coisa senão mais cobrança e responsabilidade para os professores e escolas. Ou estamos enganados? Mas, de acordo com Temer, ninguém precisa ficar preocupado, pois: “Não faltarão recursos para a educação”. E Mendonça Filho cinicamente enfatizou: tudo será feito com muita discussão e participação da comunidade; com auxílio de técnicos de alto gabarito nacional e até mesmo internacional.

Dá para acreditar nisso? Onde entra a discussão, se a reforma foi feita via MP e os professores nem se quer foram ouvidos? Por acaso os intelectuais cubanos também foram chamados para assessorá-los, uma vez que tem a melhor educação e saúde do mundo?

Mendonça Filho afirma:

Estou certo de que a reforma do ensino médio reúne os pressupostos constitucionais para figurar numa medida provisória: urgência e relevância. Qualquer matéria relacionada à área educacional é relevante. E a urgência da reforma está estampada no desempenho precário dos alunos.

A grande maioria anseia pelo respeito à autonomia dos jovens, currículo menos exaustivos e mais espaço para que o estudante defina sua trilha de formação a partir da sua vocação e da sua vontade pessoal. Esse é o debate. (SOUZA, 2016).

Assim, sob esta míope justificativa, o governo acabou por tramitar rapidamente a MP e, ao contrário do que afirmava, não possibilitou nenhuma discussão e debate.

Se o Ensino Médio já não era nenhum modelo para o mundo, a situação só tende a se agravar. Mistura tecnicismo, escolanovismo, educação tradicional, positivismo e transforma tudo no pior ecletismo e pragmatismo, ao sabor do melhor estilo golpista.

Se no plano econômico, a educação sofre um duro golpe, no plano pedagógico não é diferente. Piorar a educação e promover um verdadeiro desmonte da escola pública, patrocinar a ignorância é a meta dos reformadores. Afinal, é provável que um

povo com um mínimo de esclarecimento, jamais admitiria tantos ataques, golpes e cinismo. Todavia, se formos ensinar somente Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, é provável que os índices do Enem até melhorem. Para o atual governo, isso é que é sinônimo de melhoria da educação, numa completa formação e submissão, não adestramento para o mercado.

É o fim até mesmo de um mínimo de acesso aos conhecimentos gerais e de uma ínfima unidade na formação. Somente uma pequena parte dela será comum. Todavia, ao contrário do propagandeado ou das ilusões difundas pelo governo, o aluno não terá liberdade de escolha do curso que gostaria de fazer, nem poderá escolher a profissão a que gostaria de se dedicar. Ao contrário, será forçado a “optar”, ou melhor, acatar e submeter aquilo que a escola oferece.

Além disso, no máximo, será oportunizado o acesso a uma formação técnica de nível médio. A imensa maioria será impedida de chegar ao ensino superior e de apropriar-se dos conhecimentos científicos mais elaborados. Com o desmonte das universidades públicas, aos filhos da classe trabalhadora, restará a “opção”, quanto muito, de dividir sua vida entre o trabalho, se é que conseguirá e o “estudo” em instituições privadas, em geral, de péssima ou baixíssima qualidade, preocupadas apenas com a adaptação de sua “clientela” ao mercado.

Além do aumento da carga horária, para algumas escolas⁴, a reforma também estabelece uma Base comum – de até 1200 horas, restando 200 horas para formação específica (linguagens, matemáticas, ciências da natureza, ciências humanas e formação profissional). Com essa medida, a formação humana retroagiu a mais de 80 anos, quando foi criada a USP, que ao menos priorizava a formação humana (ainda que liberal), a escola “sem” partido da época⁵.

Como a escola terá uma base comum e depois cada uma oferecerá as ênfases nas áreas específicas, fica a cargo de cada uma definir quais ênfases ofertará. Não ofertarão todas, é claro. A maioria oferecerá apenas uma. Então, caberá aos alunos se submeterem à(s) que a escola oferecer. Só Matemática, Língua Portuguesa e inglês serão obrigatórias nos 3 anos do Ensino Médio. 60% do restante currículo deve ser definido pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular), contendo as disciplinas educação física, artes, sociologia e filosofia. Os 40% restantes serão reservados aos chamados *itinerários formativos*, em que, supostamente, o aluno poderá “escolher” qual área do conhecimento pretende estudar: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Música, nem se quer foi mencionada na nova proposta. Acaba a obrigatoriedade da língua espanhola. Arte e Educação Física ficam obrigatórias somente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. A

⁴ Veja que o propalado ensino em tempo integral se constitui numa verdadeira piada. O governo propõe que atinja pouco mais de 500 escolas, quando existem 188.673 no Brasil. Isso equivale a pouco mais de 0,5 %.

⁵ Quando foi criada a Universidade de São Paulo – USP, os liberais paulistas, para impedir que se ensinassem conteúdos diferentes do liberalismo, contrataram “eminentes professores estrangeiros”, estritamente afinados com essa ideologia e organizaram um “ciclo básico” em que todos os alunos que adentravam a universidade eram obrigados a permanecer por dois anos cursando as disciplinas das “ciências humanas”, recebendo formação humanista, leia-se, liberal, e só depois, cursariam as disciplinas específicas nas diferentes áreas do conhecimento e das especialidades. Com isso, antecipavam-se em mais de 80 anos ao Escola “sem” Partido.

formação de professores, que antes era exigido que fosse cursada nas universidades e institutos superiores de educação, agora pode ser realizada em qualquer faculdade ou mercadora de currículos.

O ensino médio passa a funcionar como no ensino superior, em sistema de crédito, ou modular. Não há mais obrigatoriedade de iniciar e concluir o curso. Além do mais, se oferecer uma ênfase em determinado conteúdo, poderá ser aproveitado no ensino superior. Muda o acesso ao Enem e ao Ensino Superior, que agora terá que se adequar à BNCC, com sua formação restrita. De um lado, habilita-se a figura dos profissionais com “notório saber” e, de outro, num completo anacronismo e retrocesso, desmonta-se toda a exigência de formação científica. Na prática institui-se o “vale tudo” e a “experiência” é elevada à condição de critério de qualificação e seleção, permitindo que qualquer um possa dar aula, bastando apenas que possua “notório saber”.

Como dissemos, da forma como foi proposta a Reforma do Ensino Médio e no contexto em que foi feita, fica claro o total desprezo ao professor. De acordo com os reformadores, não cabe a ele dar palpites, nem se meter e, muito menos, discutir, debater, propor coisa alguma, afinal, segundo a ótica do governo, ele faz parte do problema e não da solução. Participação e discussão são palavras que os golpistas abominam, apagaram e deletaram de seu dicionário.

Assim, somadas e articuladas, as medidas representam não apenas uma regressão à Educação Tradicional, pois, ela valorizava os professores, os conteúdos e a escola; nem à escola nova, que valorizava o papel ativo dos alunos. Voltamos sim ao mais elementar empirismo e a um tecnicismo piorado, pois, apesar de representar um verdadeiro desmonte da escola, ao menos defendiam a neutralidade científica. Agora, ao contrário, a despeito de supostamente valorizar a área da ciência, atacam as ciências humanas e partidariam a educação.

Para disfarçar o golpe, o Ministério da Educação tem promovido uma intensa campanha midiática para justificar a Reforma. Todavia, ao afirmar que agora os estudantes serão livres e poderão escolher o que querem estudar, o curso ou formação que querem ter, sutilmente, dá a entender que, como era anteriormente, em que os alunos, ao menos tinham acesso a um conjunto de conhecimentos gerais em todas as áreas, era autoritário.

Por um lado, a suposta liberdade apregoada pelo Ministério, além de precarizar, empobrece ainda mais a já depauperada educação. Por outro, a suposta “liberdade de escolha” não passa de uma “verdadeira mentira”. Todos são livres e podem fazer escolhas, sim, contanto que acatem e defendam o que o governo quer; todos os alunos poderão fazer escolhas, sim, contanto que “escolham”, isto é, submetam-se a aquilo que a escola oferece. Trata-se, portanto, de uma MP enganosa e “do fim do mundo”.

Mas, as escolas que foram ocupadas pelos alunos, demonstraram que “a história não é linear”. Tendo derrubado a presidente e atacados os trabalhadores, os golpistas acreditavam que ninguém poderia resistir às suas investidas. No entanto, avançaram o sinal e provocaram uma reação contrária por parte de quem menos esperavam, dos alunos, aos quais se somaram muitas escolas, universidades e núcleos de educação, que foram ocupados por estudantes, trabalhadores, professores, sindicatos e movimentos sociais populares.

Em contrapartida, o MEC, por meio do Ofício–Circular nº 27/2016/GAB/SE-TEC/SETEC–MEC, de 19 de outubro de 2016, passou a criminalizar e reprimir os estudantes e as instituições ocupadas. Determinou prazo de 5 dias para os dirigentes das instituições se manifestem formalmente “acerca da existência de eventual ocupação dos espaços físicos das instituições [...], procedendo, se for o caso, a respectiva identificação dos ocupantes”.

Se não bastasse isso, o juiz Alex Costa de Oliveira, num ato autoritário, inconstitucional, arbitrário e unilateral, autorizou até mesmo o uso de técnicas de tortura, semelhantes às adotadas pelo exército estadunidense contra os prisioneiros de guerra no Iraque, para forçar a desocupação das escolas por estudantes. O cúmulo é ainda maior pelo fato de que a medida é assinada por um juiz da Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), que supostamente deveria fazer justiça, defender as condições de educação e primar pelo respeito à infância.

No entanto, determina:

Autorizo expressamente que a Polícia Militar (PM) utilize meio de restrição à habitabilidade do imóvel, tal como, suspenda o corte do fornecimento de água; energia e gás (...) restrinja o acesso de terceiro, em especial parentes e conhecidos dos ocupantes (GOMES, 2016).

Além disso, autoriza que a polícia use “instrumentos sonoros contínuos, direcionados ao local da ocupação, para impedir o período de sono”. E ressalta que tais medidas ficam mantidas, “independentemente da presença de menores no local” e solicita a identificação dos ocupantes do local.

Então, se diante de uma medida que patrocina a ignorância e o atraso, os alunos estavam mobilizados para garantir um mínimo de qualidade da educação e evitar mais retrocesso, e um juiz, que supostamente deveria zelar e proteger os menores, faz o contrário, e determina até mesmo o uso de técnicas de tortura para evitar resistências às reformas anacrônicas, feitas por políticos corruptos, perguntamos: Será a justiça neutra? Do lado de quem ela estará? Com quem se pode contar para defender a infância e a educação?

Todavia, a repressão também se faz sentir mesmo sem ordem judicial, não, porém, é claro, sem o conhecimento e consentimento de autoridades superiores à qual a polícia está subordinada. Tanto é que as autoridades e a mídia silenciam, não divulgam nada, nem expedem qualquer explicação ou posicionamento acerca de tais atos.

Em muitos lugares a polícia tem agido, inclusive, “por conta própria”, sem autorização judicial, fazendo ela mesma a vez da justiça e se encarregado de forçar a desocupação de escolas e universidades. Se não bastasse tamanha arbitrariedade, também invadiu, sem autorização judicial, a escola de formação dos Sem Terra, a Escola Nacional Florestan Fernandes, símbolo da luta pela terra e resistência contra repressão, em defesa dos direitos.

No Rio de Janeiro, o reitor da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Roberto Leher, chegou a ser intimado a depor para “esclarecer” a campanha “Em defesa da democracia” promovida pela universidade. E, como solicitou a alteração da

data para depor em função de que na data estipulada já estava marcada a reunião do Conselho Universitário, sofreu ameaça de ser levado ao Ministério Público de forma coercitiva.

Se de um lado, o governo e a polícia intimidam, criminalizam e fazem ouvidos moucos aos movimentos estudantis, professores e movimentos populares que resistem às medidas recessivas, coercitivas e repressivas, como num estado de exceção, de outro, não só ouve e apoia, como é conivente com os movimentos “pró-impeachment” como Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Para a Rua (VPR), Revoltados On line e os empresários bilionários, as fundações e institutos que estabelecem a pauta e assessoram a reforma educacional, como Fundação Itaú, presidida por Alfredo Egydio Setubal; Instituto Unibanco, presidido por Pedro Moreira Salles (9º mais rico do país e do conselho curador do Itaú); a Fundação Lemann, de Jorge Paulo Lemann (mais rico do Brasil e 19º do mundo); Instituto Inspirare, presidido por Bernardo Gradim (47º mais rico do país); Todos pela Educação, presidido por Jorge Gerdau Johanneper (já foi o 48º mais rico do país); Instituto Natura, fundado por Antônio Luiz Seabra; Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação, presidido por Marcos Magalhães, amigo pessoal do ministro da educação. Muitos dos quais, são acusados de lavagem de dinheiro, corrupção e de possuir contas em paraísos fiscais. E, por incrível que pareça, diferentes dos estudantes e professores que resistem ao retrocesso e são criminalizados por defenderem a escola e a educação, estes empresários, além de serem vistos como colaboradores e preocupados com a educação, não são vistos como partidários. Ao contrário, são considerados como os “grandes interessados e preocupados como a educação e do país”.

Na Paraíba, em mais uma medida para retirar o poder dos professores e das escolas, a Desembargadora Maria das Graças deferiu ação que declara inconstitucional a eleição de diretores e vice-diretores escolares no Estado e no Município de João Pessoa. Garante a prerrogativa dos chefes do executivo, isto é, dos prefeitos e do governador, de indicar e aposentar qualquer pessoa que ocupe cargo comissionado, mantendo a prerrogativa de nomear pessoas de sua exclusiva confiança, num clientelismo e subserviência política, manipulando e inibindo qualquer possibilidade de resistência, liberdade, autonomia e independência das escolas. A ação, além de cancelar todas as eleições que estavam previstas, também determinou o fim do mandato dos então diretores em 31 de dezembro de 2016 e a indicação de novos diretores no início de 2017.

No caso do Paraná, a intimidação e a repressão aos alunos, professores e sindicatos que tentavam resistir ao desmonte da escola pública têm sido intensiva e extensiva. Primeiro, o governo procurou deslocar o foco das mobilizações dos alunos e professores. Em vez de dizer que as mobilizações, greves e lutas eram contra a PEC 241, contra a MP 746 e contra a negativa do governo de pagar a reposição salarial que havia se comprometido com o funcionalismo desde a greve de 2013, com o amparo da mídia, fez uma intensa, mentirosa e inescrupulosa campanha publicitária, à qual se somaram os sindicatos patronais, para deslocar as lutas como se ela se limitasse apenas a questão salarial, quando na verdade, ainda que fosse realmente um problema, ele se constitui num problema “menor” diante do que significam a PEC, a MP e os demais ataques desfechados pelo governo Beto Richa. Todavia, desse modo, utilizando a

máquina e o dinheiro público dos paranaenses, promoveu/promove uma campanha intensa e aberta para colocar a sociedade contra os professores.

Se não bastasse o massacre promovido contra os professores em Curitiba, em 2013, que resultou no ferimento de centenas de docentes, em 2016, para desmobilizar tanto professores como alunos, além do governo negar a reposição salarial, para não ter que tomar medidas para desocupar as escolas ocupadas pelos alunos, o que lhe poderia render graves problemas e um grande desgaste político devido ao fato das escolas serem ocupadas por alunos de menor idade, numa ardilosa jogada política, faz um semi ou pseudo acordo com os sindicatos para fazer com que os professores voltassem ao trabalho.

Com isso, acabou transferindo o seu problema, para os professores e alunos, colocando-os em confronto entre si. Desse modo, deslocou o seu problema, isentou-se de responsabilidade com as desocupações das escolas, determinou o desconto dos dias parados, o corte de (duas) horas atividades, a demissão de professores e a redução de milhares de postos de trabalho. Na prática, isso representou a demissão de aproximadamente 8 mil professores, o arrocho e a intensificação do trabalho.

O absurdo chegou a tal ponto que penalizou e proibiu até mesmo os próprios professores que tiveram licença para se qualificarem no mestrado, doutorado e no PDE, que é um programa de formação do próprio governo do estado, e docentes que realizaram cirurgias ou tiraram licença maternidade, de assumirem aulas extraordinárias.

Temer, por sua vez, num evento com empresários, ao criticar as ocupações de escolas por alunos, em vez de discutir as medidas com os alunos e professores, ridicularizou o movimento dizendo que (os alunos) não sabiam nem o que era PEC. E emendou:

Nós precisamos aprender no país a respeitar as instituições, e o que menos se faz hoje é respeitar as instituições. Isso cria problemas e o direito existe exatamente para regular as relações sociais. Hoje, ao invés do argumento intelectual e verbal, usa-se o argumento físico. Vai e ocupa não sei o quê e bota pneu velho em estrada para impedir trânsito. (PRAGMATISMO, 2016).

Até parece que estava falando de si próprio, que é acusado de tramar e derrubar uma presidente legitimamente eleita, sem ter nenhuma acusação de corrupção, sem ter cometido crime de responsabilidade e impôs um pacote de reformas obrigando os trabalhadores a reagirem para evitar maior retrocesso.

Sua crítica, ancorada em uma visão positivista, supõe que a sociedade se submeta e acate incondicionalmente às suas ordens, sem nenhuma hesitação e reação às suas reformas, como se realmente tivesse uma “conduta ilibada” e uma moral respeitável para fazê-las e se de fato estivesse preocupado em resolver os problemas do país.

Não se pode esquecer que Temer, além de muitas outras denúncias de corrupção e de tramas pela deposição de Dilma Rousseff da presidência da república, também foi gravado pelo mega empresário da JBS, Joesley Batista, em que ambos

aparecem acertando detalhes acerca do pagamento de propina e da compra do silêncio do ex-deputado e ex-presidente da Câmara dos Deputados, que foi cassado e preso.

Sob a alegação de que a reforma do ensino médio vinha sendo discutida “há séculos”, o governo simplesmente resolveu abortar o processo e fazê-la de forma autocrática. Por decreto, flexibilizou o currículo, acabou com a obrigatoriedade de disciplinas e conteúdos e eliminou a necessidade do diploma de licenciatura para ser professor.

Aliás, Temer parece se afinar com medidas anti-democráticas. Avesso a discussões, revela uma predileção por Medidas Provisórias e Decretos de caráter ditatorial e autoritário. Desse modo, para tornar mais grave a já difícil situação da educação brasileira, chegou a baixar o Decreto de Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, flexibilizando a Educação à Distância (EAD) e autorizando sua liberação até mesmo para o ensino nos anos finais do ensino fundamental. Todavia, devido às críticas e à pressão social, acabou sendo forçado a revogá-lo sob alegação de que havia se equivocado.

E, ampliando ainda mais o caráter autoritário e repressivo aos trabalhadores, numa demonstração de conivência, senão de conluio entre o governo Temer e STF, para evitar ou, pelo menos, inibir possíveis resistências dos trabalhadores/servidores públicos contra os ataques a seus direitos, o STF determinou que o governo desconte os dias de greve dos servidores.

De acordo com a determinação judicial, somente quando os trabalhadores não receberem o salário é que têm o direito de fazer greve sem ter descontos em seu salário.

Na educação, a flexibilização do currículo, a possibilidade de contratação de professores com “notório saber”, isto é, com ausência ou com precários conhecimentos didáticos e pedagógicos, aliados à “lei da mordaca”, impostas pelo governo, acaba com qualquer possibilidade de oportunizar um mínimo de formação humana e, muito menos, de proporcionar uma formação omnilateral.

Além disso, a famigerada e suposta flexibilização do currículo também acaba com a possibilidade de universalização dos conhecimentos científicos historicamente acumulados. Mas, não nos iludamos. A preocupação do governo é exatamente essa. Acabar com a possibilidade de oferta/acesso dos conhecimentos filosóficos, históricos, sociológicos, artísticos, que numa palavra, denominam de políticos e ideológicos.

Sua preocupação, como representante das elites e da classe dominante é reforçar apenas o ensino técnico e as disciplinas que contam na avaliação nos rankings internacionais. Diante disso, a suposta “liberdade de escolha” dos alunos, como vimos, não só não passa de uma peça de ficção, de marketing e de ilusionismo, como representa uma verdadeira degradação, uma regressão e pobreza intelectual, próprio de governos golpistas, corruptos e atrasados.

Trata-se de uma forma de apagar a memória e a possibilidade do mínimo de consciência crítica, de impedir que as pessoas pensem, entendam, reajam e lutem diante de todos os ataques, de acordo com o “novo” espírito positivista da “ordem e progresso” – uma nova forma de viabilizar a escola “sem” partido e a “lei da mordaca”, adequadas ao mercado.

Quanto às escolas particulares, em princípio, de acordo com o governo, não são obrigadas a aderir à reforma. Mas, se aumentarem a carga horária, também aumentarão as mensalidades, que já estão altas. Então, quem poderá pagar? A tendência é que os alunos das escolas privadas, retornem para o ensino público. Exigindo mais escolas, mais investimentos, mais professores, mais gastos públicos... Mas, com cortes de pessoal, com gastos congelados, vai sobrar para os professores fazerem milagres, trabalharem mais, “ensinarem melhor”, aumentarem o número de alunos por turmas, sem aumentar gastos, é claro. Isto não significa outra coisa senão a piora e o aumento da precarização das condições de trabalho. Aí terão se afastar do trabalho, procurar psicólogo e enfrentar o SUS que também está em péssimas condições e com os gastos congelados. Isto se não for extinto.

Mas, apesar da adesão das escolas particulares não ser obrigatória, uma vez definida a BNCC, elas serão forçadas a se enquadrar no mesmo sistema, em função de que a forma de Ascensão ao ensino superior elimina qualquer liberdade e terão que se submeter às exigências.

Com isso, a Reforma não atingirá somente o Ensino Médio. Indiretamente, também forçará a reestruturação e formatação do Ensino Superior e também das duas primeiras etapas da Educação básica, a educação infantil (para crianças com até cinco anos) e o ensino fundamental (para alunos de seis a 14 anos). Ou seja, a MP provocará uma mudança em toda a educação. Aliás, no próprio enunciado da MP 746, já dizia, sem qualquer discussão, que alterava a LDB 9394/96. Com isso, provoca o desmonte total da educação, sobretudo das Escolas e das Universidades públicas.

Mas, como o governo tem demonstrado que sua “especialidade” é governar via MPs e Decretos ou promovendo fisiologismo para garantir a aprovação das reformas em caráter de urgência, sem discussão com a sociedade, como fizeram com a Reforma do Ensino Médio, sem discutir, sem consultar nem ouvir os envolvidos, não custa perguntar se também pretendem formar os professores para atuar nessa nova modalidade de ensino e resolver os problemas da educação brasileira, por meio de MP.

Veja que, no intuito de supostamente combater um currículo que considerava “autoritário” por garantir que todos os alunos tivessem acesso a todos os conhecimentos científicos, contraditoriamente, consideram como progressista outro que flexibiliza o currículo sob a justificativa de que “oferece aos jovens a possibilidade de escolha das disciplinas que querem cursar”, mas o fazem de forma autoritária, sem discussão, por meio de Medida Provisória. Ora, se cabe ao aluno escolher o que fazer, então não necessita de professor, não é mesmo? Então, será esse o objetivo, acabar com a escola e o professor?

Isso significa “estabelecer uma ponte para o futuro” ou para o passado e para a ignorância? Contraditoriamente, no momento em que a humanidade já produziu conhecimentos extremamente desenvolvidos, quando necessitaríamos de mais e melhores escolas e de conhecimento mais elaborado para dar conta da complexidade dos problemas sociais, o governo anda exatamente na contramão e impõe uma reforma esdrúxula, anacrônica e atrasada.

E quando em vez de pesquisar e de ensinar, os trabalhadores são obrigados a se mobilizar, fazer greve, parar as atividades e ir para as ruas para tentar “defender” aquilo que já não se encontra bem, para tentar evitar um desastre e um retrocesso maior e ainda são reprimidos e perseguidos por fazê-lo, é porque as coisas realmente andam muito mal.

De um lado, propõe-se uma “Reforma do Ensino Médio”, uma “reforma intestina”, que não considera nem a cabeça nem os pés, isto é, que não pensa a educação no seu conjunto e, muito menos, na sociedade em que está envolvida. Produzida por meia dúzia de cérebros que se julgam “iluminados”, ou se quiser, degenerados moralmente, sem qualquer discussão com os docentes e com a sociedade, fazem uma reforma desarticulada do Ensino Superior, onde são formados os professores que atuam no Ensino Médio e desvinculada do Ensino Fundamental, de onde provem os alunos que adentram neste nível de escolarização.

Então, que esperar desses “cérebros”, senão uma reforma que se soma a outras tramas políticas e ideológicas no intuito de enganar, golpear e alienar ainda mais os trabalhadores. Alertava Temer: “... Na educação estamos dando os primeiros passos...”. Rumo a que?? Em que direção?? O precipício também é uma direção.

Não resta dúvida de que pela reforma também se expressa o caráter de classes. Aliás, por todas essas medidas o governo deixa cada vez mais claro que, para ele, existem apenas duas classes, a trabalhadora e a dominante, os capitalistas. Todavia, os trabalhadores parecem ainda não ter percebido e se dado conta disso, seguem divididos, competindo e travando batalhas fratricidas, não marchando e agindo unidos enquanto classe. Consequentemente, os ataques têm sido desfechados sem clemência. E não têm sido os trabalhadores os que têm se saído vitoriosos nessa luta.

Como dissemos, trata-se de uma reforma que patrocina a ignorância e avança rumo ao retrocesso. Não retorna se quer ao melhor ensino positivista, que estava preocupado com o desenvolvimento da ciência e com “a neutralidade científica”. Ao contrário, retroage ao pior espírito positivista, carregado de ideologia, preocupado apenas em retroalimentar a alienação, a ignorância e a manutenção dos privilégios das elites corruptas e atrasadas.

Afinal, com um grande ataque, com a derrubada de um governo e a assunção de outro, com uma sucessão de “pequenos” ataques nunca antes impetrados na história do país, a burguesia deixou explícito e evidente sua preocupação de apagar o passado e construir um mundo à sua imagem e semelhança.

A história é testemunha de que para satisfazer seus mesquinhos interesses, sejam eles de acumulação de capital, fantasias ou de vaidades, a burguesia não coloca limites à expropriação e exploração dos trabalhadores, nem à destruição e devastação da natureza e à fabricação de crises, chegando até mesmo ao extermínio dos burgueses entre si.

Em decorrência disso, se dizem que querem salvar o país, é porque querem botar a mão na chave do cofre; se dizem que estão preocupadas em “tirar o país do vermelho”, é porque, tanto quanto as raposas, estão interessadas em cuidar do galinheiro; se dizem que o Estado cresceu, que querem atrair investimentos, é porque querem atacar o funcionalismo, acabar com os direitos sociais, arrochar salários, ter-

ceirizar e precarizar ainda mais o trabalho; se dizem que educação, saúde e assistência social não serão atingidos, é porque querem transferir tudo para a iniciativa privada; se dizem que vão combater a corrupção, é porque vão tomar todas as medidas para impedir suas investigações e escondê-la; se quem nunca defendeu a escola e a saúde públicas e sempre defendeu a privatização, disser que quer melhorá-las, cuidado, querem dizer que não são para todos, que quem trabalha não precisa estudar, nem pensar e quem quiser ter acesso à educação ou necessitar dos serviços de saúde que pague por eles. Agora, se disserem que vão cortar na carne, saia da frente, porque de fato vão fazer os trabalhadores sangrar sem piedade.

Por fim, como se pode perceber, os ataques à educação não são isolados. Articulados ao teto dos gastos, da terceirização, da reforma trabalhista e previdenciária, reduzem ao mínimo as condições de vida e de trabalho, negam o presente e confiscam o futuro dos trabalhadores. A esperança é que a classe trabalhadora recobre a consciência de sua condição, assuma seu protagonismo e a direção de seu destino.

Referências

ALBUQUERQUE, D. M. **Bolsas de produtividade em pesquisa ameaçadas**. Disponível em: <<https://blogdodijaci.blogspot.com.br/2016/10/bolsas-de-productividade-em-pesquisa.html>>. Com acesso em 24.07.16.

BARSOTTI, P. **Marx, um estatista? A propósito da Comuna de Paris de 1871**. In: ORSO, P. J; LERNER, F; BARSOTTI, P. A Comuna de Paris de 1871. São Paulo: Ícone, 2002.

CONGRESSO EM FOCO. TEMER: “**Quem não tem dinheiro não faz faculdade**”, diz deputado a manifestante. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/quem-nao-tem-dinheiro-nao-faz-faculdade-diz-deputado-a-manifestante/>>. Com acesso em 20.10.16.

GOMES, Rodrigo. **Justiça do DF autoriza uso de técnicas de tortura contra estudantes em ocupações**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/11/justica-do-df-determina-uso-de-tecnicas-de-tortura-contra-estudantes-em-ocupacoes-8772.html>>. Com acesso em 26.05.17.

MÍDIA POPULAR. **É preciso enxugar regalias dos professores para equilibrar cofres de estados e municípios, diz governo federal**. Disponível em: <<http://www.midiapopular.net/news/e-preciso-enxugar-regalias-dos-professores-para-equilibrar-cofres-publicos-diz-governo-federal/>>. Com acesso em 14.02.17.

O GLOBO. **Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/crise-forca-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito-19768461>>. Com acesso em 24.07.16.

ORSO, P. J. Neoliberalismo: equívocos e consequências. In. LOMBARDI, C. [et al]. **Liberalismo e educação em debates**. Campinas-SP: Autores Associados.

MARX, K & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Apresentação José Paulo Neto. São Paulo: Cortez, 1999.

PANALTO. **Discurso do Senhor Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de anúncio de novas ações de gestão para a melhoria da saúde pública – Brasília/DF**. Disponível em:

<<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-República/discurso-do-senhor-presidente-da-República-michel-temer-durante-cerimonia-de-anuncio-de-novas-acoes-de-gestao-para-a-melhoria-da-saude-publica-brasilia-pdf>>. Com acesso em 26.04.17.

PRAGMATISMO. **Michel Temer ataca as ocupações das escolas e crítica estudantes**. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/11/michel-temer-ataca-ocupacoes-ironiza-estudantes.html>>. Com acesso em 08.11.16.

PROIFES–Federação. **Secretária do MEC defende cobrança de mensalidades**. Disponível em: <<http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/secretaria-do-mec-defende-cobranca-de-mensalidades>>. Com acesso em 25.03.17.

SOUZA, Josias de. **Mendonça Filho**: ‘Politizar o Enem foi desrespeitoso com milhões de jovens’. Disponível em: <<http://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2016/11/03/mendonca-filho-politizar-o-enem-foi-desrespeitoso-com-milhoes-de-jovens/>>. Com acesso em 03.11.16.

UOL. **Crise pode levar 3,6 milhões de brasileiros de volta à pobreza, diz estudo**. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/02/13/crise-pode-levar-36-milhoes-de-brasileiros-de-volta-a-pobreza-diz-estudo.htm>>. Com acesso em 14.02.17.

UOL. Cotidiano. **Protestos contra reformas do governo Temer ocorrem em 19 Estados e no DF**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/15/protestos-contra-reformas-do-governo-temer-ocorrem-pelo-brasil.htm>>. Com acesso em 14.02.17.

VIEIRA, Victor. **Universidades federais devem ter corte de até 45% nos investimentos**. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,federais-devem-ter-corte-de-ate-45-nos-investimentos,10000068526>>. Com acesso em 20.10.16.

WYLLYS, Jean. **As cinco mentiras do Globo sobre a universidade pública**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/as-cinco-mentiras-do-globo-sobre-a-universidade-publica>>. Com acesso em 20.10.16.

COM O GOLPE DE 2016, PARA ONDE CAMINHARÁ A EDUCAÇÃO?⁽¹⁾

José Luís Sanfêlice⁽²⁾

Quatro famílias decidiram: Basta! Fora! Os Marinho (Organizações Globo), os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras com mídias de segunda linha, como os Alzugaray (Editora Três/Istoé) e os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsky (RBS, influente no sul do país). Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontrastável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo de Dilma Rousseff, eleito por 54 milhões de pessoas em 26 de outubro de 2014.

... a internet e as redes sociais viram nascer uma vigorosa imprensa independente do império midiático. Uma teia de sites, blogs, páginas no Facebook e perfis no Twitter assumiu a contra-narrativa e denunciou o golpe e a narrativa das quatro famílias, ao lado de poucas publicações da mídia tradicional... As duas principais iniciativas de imprensa independente que atuam no ‘hard news’ (cobertura a quente dos fatos do dia, de preferência em tempo real) são o ‘Mídia Ninja’... e os ‘Jornalistas Livres’... (LOPES, 2016, pp.120 e 125).

Pela urgência do momento histórico que estamos vivendo no Brasil, face aos atropelados fatos políticos, sociais e econômicos dos últimos meses, dou início ao presente artigo encarando um pouco o nosso percurso no tempo para, na seqüência, tentar abordar, mesmo que sucintamente, os desafios contemporâneos. Entre todos os desafios gerais, que são muitos, o mais estarrecedor é o enfrentamento que temos que fazer de imediato para minimamente preservar o regime político democrático que, historicamente para nós, sempre foi tênue e, hoje, é colocado sob ataques pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, irmanados em prol de um ideário extremamente conservador, reacionário, das elites econômicas, patriarcal, xenofóbico, sexista e mesmo fundamentalista. Na verdade, um desafio que não é somente da nossa sociedade, pois como diz (LÖWY, 2016, p.61), predomina na história mundial recente o Estado de exceção. A democracia é que tem sido excepcional, uma vez que ela se constitui em peso grande para o Estado, para as classes dominantes e para o capital financeiro. A democracia atrapalha a política capitalista e tende-se, então, a reduzi-la, a tomar medidas inusitadas, mesmo que sejam os Golpes contra governos progressistas.

No quadro histórico atual, os ingredientes de nossa formação sócio-econômica passada compõem de forma exuberante na confecção das tramas de um cotidiano que é avassalador para a vida democrática dos cidadãos. Mas, lembremos: nosso “processo civilizatório”, a partir das conquistas Europeias, deu início, de imediato, ao extermínio das populações e das culturas indígenas aqui preestabelecidas. Um processo que não se esgotou e continua até hoje. Basta ficarmos atentos e veremos os

conflitos de terras que fazendeiros e o agro-negócio movem contra as reservas das terras indígenas ou os moradores trabalhadores do campo. Não são ameaças por palavras, mas ações efetivas de invasões, expulsões e assassinatos. A sociedade midiática “lamenta” enternecida e transforma os fatos em notícias nas quais invariavelmente os indígenas ou os camponeses são criminalizados. O Movimento dos Sem Terra–MST–, como no passado as Ligas Camponesas, é sempre um “assunto de polícia”. Prevalecem os interesses da expansão capitalista favorável a poucos e em detrimento da grande maioria. O que resta das lutas indígenas é a tentativa de continuar garantindo a sobrevivência e ao MST a luta por uma reforma agrária que jamais se fez⁽³⁾.

O mesmo “processo civilizatório” nos trouxe a prática da escravidão dos negros por três séculos. Os interesses econômicos das elites da época eram os de sempre, dentro da lógica do modo de produção capitalista. A escravidão adquiriu uma “normalidade moral” e impregnou “naturalmente” as mentes e as ações daqueles que dela se beneficiavam. Mas, como nas resistências indígenas, muitos ZUMBIS⁽⁴⁾ se consagraram na luta pela liberdade dos negros. Parece-me mais relevante para uma história de lutas, em celebrações atuais, o dia de reflexão da Consciência Negra⁽⁵⁾, assinalada em muitas localidades do Brasil, do que o 13 de maio da Princesa Isabel. O dia 13 de maio é a comemoração “inglória” de uma medida oficial que nem mesmo o caráter humanitário continha, uma vez que ela resultava das novas condições objetivas do mundo econômico local e mundial, à época.

O dia da Consciência Negra é a continuidade de uma resistência e luta contra uma libertação dos escravos proclamada na legislação, mas socialmente jamais efetivada. O racismo continua firme e forte nas nossas culturas e práticas sociais. A distribuição desigual das riquezas entre os grupos étnicos é uma constante em desfavorecimento dos negros. Entretanto, já existem propostas circulando para que se retire o Dia da Consciência Negra dos nossos calendários.

Qualquer projeto de construção de uma sociedade mais democrática no Brasil, passa necessariamente pelas questões umbilicais dos indígenas e dos negros. Estamos longe de conseguirmos avanços estruturais. Ficamos nas medidas paliativas ou na legislação não respeitada.

Politicamente nossas “lembranças–memórias” nos remetem a muitos golpes orquestrados por elites de plantão. Sem fazer o reducionismo a apenas aos aspectos aos quais vou me referir, penso que eles têm a seu favor obviedades de que não são inverídicos. Nossa famosa “Abertura dos Portos às Nações Amigas” (leia-se Inglaterra, “nação amiga” de Portugal), foi apenas um ato necessário para a sobrevivência basicamente da Família Real e das “Cortes”, as pressas transferidas para cá em fuga, frente às ameaças das invasões napoleônicas. Nenhum índio foi “salvo”, ou melhor, preservado por tal medida e nenhum negro libertado. E, quando da Independência política em relação a Portugal em 1822? Nada mais do que um golpe das elites locais recém surgidas, um tanto conflituosas face aos interesses portugueses e da Coroa e, diretamente subsidiadas pela diplomacia e os interesses da Inglaterra. Uma independência negociada. Até a mesma Casa Real permaneceu no trono. O imperialismo inglês passou a dominar os locais associados e nenhum índio ou negro se libertou. Eles não tiveram a sua independência. Chega a ser ridículo o imaginário grito de D. Pedro:

“independência ou morte”! Tanto quanto é ridículo o imaginário recado: avise à todas as Províncias de que estamos independentes de Portugal. Sim, sim, porém, sob o domínio da Inglaterra.

Com o desenvolvimento agrário exportador dependente ocorrido ao longo do século XIX, as elites cafeeiras mais sedimentadas, apoiadas pelos militares e com a atuação participativa de uma classe média travestida de pensamento liberal e em formação, despacharam o longo e carcomido Segundo Império. Proclamaram a República em 1889. Foi-se a monarquia e ficou o arremedo do Ideário Republicano. Uma República sistematicamente das elites ao longo do século XX. Com o analfabetismo crasso da população e os impedimentos constitucionais, se assistiu a uma sempre pouca representatividade do voto popular de fato livre. Com o voto feminino tardio, menos representatividade ainda. Some-se a tudo isso o coronelismo na política, os currais eleitorais e os votos de cabresto. Uma denominada Primeira República nada democrática e totalmente dos senhores do ‘Café com Leite’.

Claro está que a tudo que se deu como hegemônico, sempre houve resistências de indígenas, negros, imigrantes, anarquistas, trabalhadores que começaram a formar as classes operárias, camponeses, profissionais subalternos das Forças Armadas, socialistas e comunistas. O outro lado da História do Brasil é sempre considerado oficialmente uma História de insurrectos, de revoltosos, de bandidos, cangaceiros e, por conseqüência, invariavelmente “gente do mau”, passível de repressão, punição e/ou morte. Verdadeiros heróis ou heroínas populares passam a ser os bruxos e bruxas que merecem o esquecimento.

A Primeira República encerrou-se com o golpe de 1930. Mais uma vez um golpe gerenciado por uma parte das elites descontentes com outra parte delas. Elites do nordeste e do sul do país reagiram em defesa dos seus interesses econômicos desconsiderados pelas oligarquias do Café com Leite. Contaram com a solidariedade de uma burguesia industrial emergente e receberam a gloriosa identificação de sujeitos da “Revolução” de 1930. A reação da elite paulista, alijada em 1930 do poder central, com a tentativa do Movimento Constitucionalista de 1932, nada resultou em alterações estruturais. Mas, certa historiografia refere-se ao “Movimento revolucionário” de 1932 e caso São Paulo tivesse vencido, teria sido apenas e tão somente o contra-golpe das elites paulistas. O Estado Novo, um golpe dentro do golpe instaurou uma terrível ditadura. Foi o processo pelo qual Getúlio Vargas viabilizou o acerto de interesses entre as várias frações das elites, eliminou os contrários e disciplinou o povo para venerá-lo como “O pai dos pobres”. Sim, havia chegado a hora, até tardia, de se disciplinar parte das relações entre o capital e o trabalho, um direito legítimo da classe trabalhadora, agora apresentado e concedido como dádiva. Enfim, era necessário aquietar o Movimento Operário para um mais desenvolvimento avanço do capital.

A história continuou a sua caminhada e a ditadura de Vargas se tornou inconveniente face ao contexto gerado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, pela intervenção norte-americana na geopolítica mundial e por conta, internamente, de certa modernização conservadora de uma burguesia industrial emergente. E veio a reabertura política, embora nunca tivéssemos tido uma abertura real (democracia efetiva). Os cidadãos de direitos restritos foram levados a acreditarem num projeto Nacional Desen-

volvimentista que propagandisticamente se afirmava como adequado aos interesses coletivos. Lá conviveram sindicatos pelegos e sindicados representativos. Lá as greves dos trabalhadores das cidades e do campo foram se avolumando. Lá foram crescendo as Ligas Camponesas e o Movimento Estudantil com matizes de um pensamento reformista e, em alguns casos, com tendências políticas à esquerda, do ponto de vista ideológico. A inauguração da capital Brasília se tornou emblemática para possíveis novos tempos e as bandeiras reformistas foram ganhando os movimentos sociais e as ruas. E qual foi o desfecho daquela ascensão política e popular das classes trabalhadoras?

Veio o Golpe de 1964. Golpe sim, golpe civil–militar e não Revolução de 1964 como querem fazer crer aos incautos. Os fatos são cada dia mais conhecidos. O presidente eleito, Jânio Quadros, renunciou ao cargo poucos meses após a sua posse. O vice–presidente, João Goulart, também eleito por votação nominal direta, uma vez que não se fazia eleição por chapa, teve sérios problemas para assumir o cargo na forma constitucional. Elites e militares preanunciaram o golpe futuro e condicionaram a posse de Goulart a uma mudança, já golpista, que transformou o regime presidencialista vigente em regime parlamentarista. Goulart assumiu, portanto, com os poderes bem mais limitados. Entretanto, o apoio popular a Goulart o levou a retornar a uma presidência em um regime presidencialista, após plebiscito em que o resultado foi amplamente favorável pelo retorno às normas constitucionais quebradas.

O governo de Goulart passou a receber forte oposição das elites, pois a sua aproximação ao ideário das Reformas de Base, lhes parecia por demasiado um risco aos seus interesses econômicos de preservação da propriedade (latifúndios) e do capital (bancos e outros meios de produção). Para o golpe foram se aliando governadores de Estados, militares de altos escalões, industriais e empresários organizados em várias instituições por eles fundadas e mantidas (por exemplo, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais⁽⁶⁾, intelectuais, religiosos e parte significativa da reacionária Igreja Católica. O EUA que havia alimentado a Guerra Fria, junto a então União Soviética, desde o término da II Guerra Mundial, já decidira eleger a América do Sul como o seu quintal de interesses econômicos, políticos, ideológicos e de zona de segurança. Daí a sucessão de golpes militares na região. O Grande Irmão ajudou a planejar o golpe, deu assistência a uma imensa campanha golpista, infiltrou seus agentes nos movimentos sociais da época e deu garantias materiais, se entenda militar – operação Brother Sum⁽⁷⁾ –, para que tudo fosse bem-sucedido. Na verdade, os interesses norte–americanos no Brasil vinham se aprofundando com a realização de inúmeros acordos já efetuados há algumas décadas e de forma crescente. A restrita democracia do projeto nacional desenvolvimentista e populista parecia ser inoportuna aos interesses do grande capital internacional que se associou ao capital local, subalterno, porém ávido de ter as suas vantagens.

Algumas das famílias golpistas de hoje já estavam lá em 1954 contra Getúlio Vargas e prontas a derrubar Goulart em 1964.

É espantosa a simetria discursiva das máquinas de propaganda na ofensiva contra Goulart e agora contra Dilma.

O mais famoso editorial a favor do golpe em 1964 foi o do ‘Correio da Manhã’ – da família Bittencourt... O título do editorial de 31 de março tornou-se tristemente famoso: “Basta!”. Tinha sido precedido por outro, “Fora!”...

Cinqüenta e dois anos depois, o ‘Estado de S. Paulo’ publicou em 13 de março de 2016 editorial com o mesmo título, ‘Basta!’...

Com a efetivação do golpe em 31 de março de 1964 foi destituído um presidente eleito. Iniciava-se um longo período de não democracia, mesmo que fosse restrita, pois se instaurou a ditadura civil–militar do Movimento de 1964. Não terminamos ainda de contabilizar o quanto aquela ditadura mexeu com as entranhas da sociedade brasileira e há muitas feridas por serem curadas. Não vou fazer um balanço aqui do que significou a repressão, a cassação de direitos políticos, a censura, as prisões, as torturas, o sequestro de crianças que jamais retornaram aos seus pais, o estupro de mulheres grávidas ou não, os desaparecimentos de pessoas, as mortes, as invasões de lares, igrejas e escolas, os Atos Institucionais (Ais), as ações de terrorismo contra a população e todo um conjunto de muitas arbitrariedades que as ditaduras trazem consigo. Pretendia-se, com muita fúria, combater um inimigo interno à sociedade, ou seja, o cidadão e um povo na luta pelos seus direitos fundamentais. Um presidente general, me recuso a citar seu nome, chegou a dizer preferir o cheiro de cavalos ao do povo. O fato é que a ditadura não teve absolutamente nada de brando, como uma imprensa que apoiou a ditadura e foi por ela beneficiada, desejou “informar” aos nossos jovens de agora. Então, a minha geração, pelo menos aqueles que não perderam a memória, precisa repetir pedagogicamente que houve uma ditadura civil–militar atroz e que ela ainda tem os seus defensores por aí. Não faz nenhum sentido ético e humanitário solicitar o retorno da ditadura, como alguns esbravejam em passeatas⁽⁸⁾. Portanto, **Não AO ESQUECIMENTO**. Em textos anteriores tenho feito um pouco o exercício de ir dimensionando melhor aqueles tempos de trevas⁽⁹⁾.

Claro está que a tudo isso houve resistências políticas, ideológicas, de massas populares nas ruas, de segmentos progressistas da Igreja Católica, de Movimentos Sociais organizados nas cidades e no campo, de mães de presos ou desaparecidos, contra a Carestia–MCC⁽¹⁰⁾, de estudantes liderados pela UNE, de intelectuais, de artistas, de partidos colocados na clandestinidade, do movimento operário e sindical ou daqueles de armas em punho como os “subversivos” urbanos⁽¹¹⁾ e os “Guerrilheiros”⁽¹²⁾ do Araguaia. O fato é que não se registra a história de um povo pacífico, cabisbaixo, ordeiro e conformado. A ideologia de que somos um povo pacífico deixa de registrar as histórias das nossas lutas.

Quando se esgotou o ciclo viável da ditadura de fato, retomamos percursos políticos para novamente tentar construir uma democracia burguesa restrita. A Constituição de 1988 foi considerada a Constituição Cidadã⁽¹³⁾. Não se fez uma revolução para colocar fim à ditadura. Tudo foi sendo negociado passo a passo e por mais que fosse um avanço sair da ditadura, prevaleceu hegemônica a ordem social burguesa e de uma burguesia que continuou insistindo em ser sistematicamente reacionária. Mudaram-se as leis, mas nos grupos dominantes se permaneceu com a mesma mentalidade histórica que não chega nem às raias do pensamento iluminista e liberal. Não se

aceita, por exemplo, um pacto social minimamente civilizado entre o capital e o trabalho. Basta lembrar que por aqui, razões internas e externas não viabilizaram a vigência do Estado de Bem Estar⁽¹⁴⁾.

Nas tentativas de uma transição para a democracia passamos a viver o que os dicionários chamam de **era**. O “Ponto de partida de uma cronologia particular. – Período histórico que corresponde a essa cronologia. – Período caracterizado por certos fatos de civilização; idade, época. – Período marcado por um estado particular. – Tempo, época, período, em geral.” (LAROUSSE, 1999, p. 371). É com tais conotações que uso a palavra **era** para afirmar, didaticamente, que em verdade vivemos eras, ou seja, a era Fernando Collor de Melo, a era Fernando Henrique Cardoso, a era José Inácio da Silva Lula e a era Dilma Rousseff. É como se cada governo de cada um desses governantes tenha tido características próprias dentro das continuidades e descontinuidades em todo o período, ou seja, de 1990 a 2016.

Não tenho espaço para me alongar nas próximas considerações, mas faço alguns registros. Fernando Collor de Melo, o primeiro presidente eleito pelos cidadãos brasileiros após o término da ditadura civil–militar, assumiu em 1990 e sofreu o impeachment em 1992, após denúncias de envolvimento em vários processos de corrupção. A população foi às ruas vestida de preto em sinal de descontentamento para com Collor. À época eclodiu o movimento histórico dos **Caras–Pintadas**⁽¹⁵⁾. O substituto de Collor foi o vice–presidente Itamar Franco. Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência em 1995 e concluiu o seu segundo mandato em 2002. Neves (2000), em “Determinantes das mudanças no conteúdo das propostas educacionais no Brasil dos anos 90 – Período Itamar Franco” traça uma arguta análise sobre aquela conjuntura. Por sua vez, Andrade (2000), analisa “A formação do ‘cidadão–trabalhador’: educação e cidadania no contexto do ‘Novo Industrialismo’” sob a ótica das visões empresarias para a educação dos brasileiros⁽¹⁶⁾. Em tempos de liberalismo, neoliberalismo, reformas do Estado e privatização do público em nome da lógica de mercado, a tendência foi ampliar os benefícios aos interesses privados. Inclusive e, muito, na educação.

Após uma expressiva ascendência de um sindicalismo autônomo aglutinado em torno da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (17), se elegeu presidente o sindicalista e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu o cargo em 2003. Era a sua quarta tentativa de chegar à presidência e, na sequência, se reelegeu para um segundo mandato⁽¹⁸⁾.

Na era da presidente Dilma, a primeira mulher eleita para o cargo na história do Brasil, a conjuntura mundial e local sofreram várias alterações em relação aquelas apresentadas durante o governo Lula. Entretanto, dada a situação recente e complexa do período, e o avolumar–se de fatos que nos levaram ao ponto em que nos encontramos, os estudos analíticos ainda são relativamente precários na compreensão de certa totalidade. ⁽¹⁹⁾ No segundo mandato da presidente Dilma, além dos seus equívocos políticos, se organizou uma verdadeira frente anti Dilma contando com a traição do seu vice–presidente, Michel Temer, golpes parlamentares diários e apoios inusitados de uma parte do poder judiciário. Novamente parece ter havido algumas interferências do EUA que vem desestabilizando governos latino–americanos mais populares. É pre-

ciso aprofundar a investigação, mas já se sabe que os apelidados de “coxinhas”, pela juventude genericamente de esquerda, saíram às ruas repudiando bandeiras vermelhas e assumindo o verde-amarelo “de todos os brasileiros”. Amaral (2016) se dedicou a esta questão:

Condenavam os black blocs e exaltavam a polícia militar, que reprimira com violência os protestos convocados pelo Movimento Passe Livre. Suas principais bandeiras eram contra a “roubalheira” e contra “tudo isso que está aí”, paulatinamente substituídos por um simples “Fora PT”.

No rastreamento das novas lideranças juvenis identificou-se o movimento Vem Pra Rua de Rogério Chequer, ligado ao PSDB e ao senador Aécio Neves. Os ‘Revoltados Online’ passaram a pedir a volta da ditadura militar e faturaram com a venda de camisetas e bonecos. O Movimento Brasil Livre (MBL) “surgiu do nada” e assumiu a liderança do pró-impeachment. O líder público do MBL foi Kim Kataguiri, um estudante de economia de dezenove anos. Aos poucos se comprovou suas relações com os irmãos Koch, megaempresários americanos do setor petrolífero e identificados com a extrema direita. O MBL foi gerado por uma rede de fundações de direita sediada nos Estados Unidos, a Atlas Network, e usado como que uma estratégia de marca para os propósitos daquelas organizações atuarem aqui na desestabilização do governo da presidente Dilma. Muito investimento financeiro foi realizado no treinamento e cooptação de jovens, como aquele negro que aparecia na TV se dizendo ser contrário à política de cotas (AMARAL, 2016, pp. 49–54).

A mídia, formando o Partido da Imprensa Golpista – PIG, se encarregou de plantar um verdadeiro ódio na população, em especial e de novo, as chamadas “classes médias” urbanas, constituíram-se no elemento fundamental de manipulação. As chamadas **Jornadas de Junho de 2013** (20), manifestações contrárias e antagônicas de forças sociais e políticas, foram bem uma prévia do que viria pela frente.

Bem, o caminhar resumidíssimo por alguns aspectos da história do Brasil é suficiente para que nos municiemos de básicas informações que agora destaco: a) nunca houve na história do Brasil a construção de uma sociedade política que perseguisse firmemente e de maneira contínua a construção de uma democracia burguesa. Não foi assim na colonização, não foi assim no Império e não foi assim na República. Então, mesmo essa democracia limitada, porque burguesa, não é o forte da prática da vida social brasileira. Prevalece a vigência de uma sociedade conservadora e reacionária estruturalmente. Não é nem mesmo a questão de uma legislação democrática, pois embora ela possa existir, a sociedade não a executa; b) as desigualdades sociais, raciais e de gênero são impeditivas para a construção democrática e, c) os antagonismos que afloraram na luta de classes foram sempre resolvidos por golpes políticos, ditaduras e repressão. Assim, o retorno a essas práticas que se tornaram “triviais” não deve nos pegar de surpresa, embora houvesse esperanças de que elas não mais aconteceriam. De Collor a Dilma houve avanços e especialmente no transcórre do governo de Lula, com várias políticas sociais e inclusivas que despertaram a atenção do mundo. Não é irrelevante que no período se tenha tido um presidente de origem operária e, também pela primeira vez, uma mulher. Não é um fato menor que ambos tenham sido

reeleitos democraticamente. Agora, não se trata aqui de fazer qualquer defesa dos atos e ações dos dois últimos governantes, caso mereçam reprimendas legais, mas de tentar defender uma prática democrática que não pode ser rompida pelo inconformismo dos partidos e classes reacionárias que não assimilaram os resultados eleitorais.

No dizer de Löwy (2016, p.62) a esquerda ganhou eleições em vários países latino-americanos no início do século XXI como que reagindo aos desmandos das políticas neoliberais dos governos anteriores. Entretanto, há que se diferenciarem os governos de esquerda que optaram por coalizões social-liberais, “que não rompem com os fundamentos do ‘Consenso de Washington’ e conseguem adotar medidas progressistas. “O princípio básico desse tipo de governo é fazer tudo o que é possível para melhorar a situação dos pobres, com a condição de não tocar nos privilégios dos ricos...” Foi o caminho percorrido por governos do Uruguai, Chile e Brasil, antes da crise. E os governos “antilogárquicos, antineoliberais e anti-imperialistas, que colocam como horizonte histórico o ‘socialismo do século XXI’”, como Venezuela, Bolívia e Equador.

Pelos últimos acontecimentos, entretanto, lamento dizer que, no momento, estamos retornando às trevas dos desmandos que só ocorrem em situações de regimes ditatoriais. Quem viveu a ditadura imposta à sociedade brasileira pelo movimento civil-militar e imperialista de 1964 e, contra ela lutou, como muitos de nós, sabe perfeitamente do que estou falando. Viver sob o arbítrio é sempre muito desumano, pois se desrespeita os direitos fundamentais adquiridos pelas lutas sociais travadas entre as classes sociais antagônicas e decorrentes da inconcertável sociedade de modo de produção capitalista. Não tem sido fácil desconstruir o autoritarismo das estruturas herdadas dos anos da última ditadura e ainda considerando que, parte dela, se encontra encarnada nas estruturas da sociedade atual. Como exemplo verifique-se o militarismo das polícias e o Estado repressor sempre presente no constrangimento dos movimentos sociais, inclusive, nos últimos tempos, contra os movimentos e as manifestações de estudantes e professores. E hoje, em 2016,

Como na campanha do início dos anos 1960, as famílias que controlam as grandes mídias nacionais assumiram um protagonismo político decidido, sob a liderança dos Marinho. Na televisão, foram sucessivas edições do ‘Jornal Nacional’ voltadas a destruir Lula – com o objetivo de criminalizá-lo a ponto de impedir sua candidatura nas eleições de 2018, o PT e, finalmente, Dilma...

O ‘Jornal Nacional’ foi o principal instrumento da campanha, em articulação com a tropa de procuradores e delegados sob a liderança do juiz Sérgio Moro, em Curitiba. Na véspera do verdadeiro seqüestro de Lula, travestido de ‘condução coercitiva’ pela Polícia Federal em 5 de março de 2016, houve uma edição histórica do ‘JN’: quarenta minutos de massacre sistemático ao principal líder popular do país desde Getúlio Vargas (LOPES, 2016).

Enfim, “O que a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum é o ódio à democracia. Os dois episódios revelam o profundo desprezo que as classes dominantes brasileiras têm pela democracia e pela vontade popular” (LÖWY, 2016, p.66).

Assim que saiu a decisão do Senado Federal acolhendo o processo de impedimento da gestão da Presidente Eleita, D. Rousseff, em 12 de maio de 2016, o Coordenador do Fórum Nacional de Educação, Heleno Araújo, com a anuência do seu Plenário, divulgou reafirmando, em forma de Carta Aberta, a nota pública n. 39, já redigida em primeiro de abril do mesmo ano. É conveniente lembrarmos alguns dos aspectos lá contidos, pois passou a ser eminente o risco de retrocessos nos direitos sociais, com destaques para a educação:

Alicerçado em sua legitimidade institucional, o FNE dirige-se às instituições Republicanas e à sociedade brasileira para reiterar sua defesa ao direito à educação pública, gratuita, laica, democrática, de qualidade social e livre de quaisquer formas de discriminação. Em termos concretos, para o FNE, não há direitos sociais sem democracia, tampouco democracia sem a ampliação de direitos sociais, especialmente educacionais. Dessa forma, a consagração dos direitos sociais demanda o respeito incondicional ao Estado democrático de Direito e às regras do jogo democrático... O Fórum Nacional de Educação exige responsabilidade e compromisso dos (as) Parlamentares com a democracia. O FNE... defende a educação como um direito constitucional. Conforme estabelecido nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal do Brasil, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade para garantir igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de apreender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais da educação escolar; gestão democrática do ensino público; garantia de padrão de qualidade; piso salarial profissional nacional. (www.anped.org.br).

Pautando-se no Documento Final da CONAE/2014, o FNE reafirma vários princípios de garantia do direito à educação, dentre eles a diversidade como eixo central da educação e objeto da política educacional orientada para a justiça social, a inclusão e os direitos humanos.

Afirma o documento do Fórum:

Diz respeito à efetivação da educação pública democrática, popular, laica e com qualidade social, banindo o proselitismo, o racismo, o machismo, o sexismo, a homofobia e a lesbofobia e a transfobia nas instituições educativas de todos os níveis, etapas e modalidades”, como já constou no Eixo 2 da última CONAE. (www.anped.org.br).

Reafirma-se, como está apontado no Eixo 3 da CONAE/2014 a necessidade da materialização de uma política nacional de educação. Do Eixo 4 destaca-se a concepção de uma educação de qualidade tomada como uma concepção de mundo, de ser humano, de sociedade, com conhecimentos, habilidades e atitudes. Do Eixo 5 retomou-se a ideia da construção de espaços democráticos de controle social e de tomada de decisão para a garantia de novos mecanismos de organização e gestão. Uma política nacional de educação que atinja objetivos formativos, libertadores e emancipató-

rios. E, do Eixo 6 ficam registradas as exigências para políticas de valorização dos profissionais da Educação que contemplem a formação, salários justos, carreira e desenvolvimento profissional. É fulcral a questão da manutenção do piso salarial nacional para os docentes, sistematicamente desrespeitado e correndo sérios riscos quanto a sua permanência na legislação.

Enfim, mais um alerta sobre a questão do financiamento uma vez que a sua manutenção, tal e qual nos níveis atuais, de per si vem sinalizando a sua insuficiência. Sua diminuição ou congelamento será um passo a mais para as trevas. O que se exige é que se implantem as políticas aprovadas no Plano Nacional de Educação. (www.anped.org.br)

A veemência com a qual a Carta Aberta traduziu o posicionamento do Fórum, explicitava o risco antidemocrático em que o país já estava sendo mergulhado num processo de avanço das elites obscurantistas e da mídia aliada a elas e à ideia do golpe, dentro das regras da democracia burguesa e, mesmo que não houvesse provas desabonadoras contrárias a presidente transformada em ré. A Carta Aberta trouxe bandeiras antigas e novas, como os historiadores da educação têm detectado na construção da nossa historiografia educacional. Para muitos de nós, aquela situação política desconfortável, parecia ser o pior possível. Entretanto, os fatos que vieram a seguir demonstraram rapidamente que a situação poderia piorar sim.

Assim o foi, meses e meses a fio. Manchetes convocando manifestações contra o governo; vazamentos de investigações em articulação com a operação Lava Jato; editoriais, artigos, entrevistas, pesquisas. As quatro famílias, seguidas pelas demais, operaram como numa rede nacional oficial do golpe, numa articulação inédita na história do jornalismo no país – a competição, ícone maior do capitalismo e do discurso de todos esses meios, foi deixada de lado em prol de uma colaboração aberta para derrubar o governo...

Em 1964 o fantasma era o comunismo, Cuba, a União Soviética e os sindicalistas. Mais de cinquenta anos depois, enquanto os Estados Unidos celebravam a reconciliação com a ilha, a mídia brasileira continuou a usar Cuba como espantalho, somando a ela a Venezuela e substituindo ‘comunistas’ por ‘petistas; criou-se até uma expressão que evoca a sonoridade de ‘comunismo’; o ‘lulopetismo’.

A mídia das quatro famílias meteu-se numa queda de braço com a imprensa internacional na narrativa do golpe. Enquanto no Brasil alardeavam um processo constitucional de impeachment, o ataque à democracia foi denunciado em todos os principais meios de comunicação do planeta (LOPES,2016).

Não considero necessária a descrição dos acontecimentos que culminaram com o impeachment da Presidente, em 31/08/2016. São recentes e todos nós fomos afetados por eles uma vez que nas famílias e nos espaços sociais as subjetividades a favor ou contra Dilma se arrefeceram de forma incontrolável e irracional. Os cidadãos e cidadãs passaram a se odiarem, no privado e no público.

Ainda como Presidente interino, o golpista M. Temer mostrou o seu desrespeito e arbítrio para com os assuntos educacionais. As entidades ANPAE, ANPED, CEDES, ANFOPE, FORUNDIR, FINEDUCA, ABdC e ANPG, em Nota Pública de

30 de junho de 2016, reagiram repudiando a revogação, pelo governo interino, das nomeações anteriormente feitas para o Conselho Nacional de Educação. As nomeações resultavam de consulta pública junto às entidades credenciadas para apresentar nomes à recomposição da Câmara de Educação Básica e da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme a legislação em vigor.

Apesar disso,

A comunidade científica e profissional da área de educação foi surpreendida, no dia 27 de junho de 2016, por meio de Decreto, publicado no DOU n.122, de 28 de junho de 2016, SEÇÃO 2, P. 1, com ato ilegítimo, ilegal e de desrespeito ao processo democrático instituído anteriormente, pois anulou as nomeações que havia ocorrido de forma legal e democrática.[...]

Entendem (as entidades), ainda, ser esse um ato do governo interino de Temer que evidencia autoritarismo e descumprimento de normas legais e democráticas que devem balizar a vida pública e as ações políticas no campo da educação. Tal atitude amplia o golpismo ao interferir em atos legítimos da presidenta Dilma no exercício do seu cargo. A anulação do Decreto de recomposição do CNE demonstra a amplitude do Golpe institucional que estamos vivenciando no Brasil, afrontando garantias constitucionais decorrentes dos avanços democráticos e das lutas sociais que foram capazes de por fim ao Regime Militar.

O CNE é um órgão de Estado e um colegiado composto de forma Republicana, ou seja, com participação da sociedade civil organizada e, para tanto, deve ter sua autonomia assegurada, com suas atribuições e prerrogativas históricas no campo da educação, em conformidade com o Estado Democrático de Direito no Brasil. (www.anped.org.br).

Enfim, as entidades representativas de boa parte dos educadores acertadamente relacionaram a necessidade de um Estado Democrático de Direito como condição para se assegurar a educação como um direito do cidadão.

Nós sabemos quais foram os desfechos políticos do golpe e embora todas as suas consequências ainda não tenham se materializado nas ditas reformas já em andamento ou por virem. É certo, entretanto, que não há perspectivas de que as classes populares tenham algum ganho e nem que se amplie a construção de uma educação democrática.

Por isso mesmo, no campo das políticas educacionais há enfrentamentos a serem continuados e outros a serem organizados. A tendência à privatização do ensino está hoje fortalecida, seja porque o neoliberalismo a escolheu, nas últimas décadas, como a solução para o financiamento, seja porque a educação mercadoria tenha se constituído de forma crescente em um grande atrativo para o capital. Verifique-se, por exemplo, a presença dos representantes do capital na determinação das recentes políticas educacionais. Os caminhos que utilizam, para a garantia de seus interesses financeiros, nem sempre são caminhos democráticos. A proposta de reorganização escolar do Estado de São Paulo, 2015, foi autoritária, unilateral, sem diálogo e, quando da reação estudantil na luta por seus direitos, com a ocupação de prédios escolares, se tornou Policial e repressiva. E, se fica sabendo, aos poucos, que aquela reforma envolvia grandes interesses imobiliários.

O Movimento da Escola sem Partido tomou por principal inimigo o professor. Ataca diretamente esse profissional na sua liberdade acadêmica. A construção do trabalho docente seria determinada pelos interesses privados das famílias e comunidades e, em detrimento dos conteúdos públicos estabelecidos em diretrizes ou das escolhas pedagógicas das escolas e seus docentes. Acrescente-se a isso o controle ideológico, forma de censura que não viabiliza o direito a uma educação Republicana, não privada e que, necessariamente, passa pela garantia de liberdade, de diversidade e pluralismo nas escolas. Uma escola que se propõe isenta de ideologias, promove uma ideologia. Uma escola não crítica reproduz o senso comum e o confirma. Não se viabiliza, portanto, uma educação libertadora (<http://marxismo21.org/escola-sem-partido>).

A PEC 241/2016 (21) é um tiro de misericórdia em um paciente moribundo. É como tirar da veia o pouco de sangue que ali se encontrava. Se as garantias constitucionais de hoje, para o financiamento da educação, se demonstram distantes das necessidades reais, suspender temporariamente o princípio do gasto mínimo, é ignorar por completo, a agenda do PNE. Por tabela, amplia-se o campo para a privatização do ensino escolar.

E o que dizer da Militarização das escolas, como já vem ocorrendo nos Estados de Goiás, Piauí e Amazonas? O pretexto é de que se trata de uma atuação do Estado em zonas de alta vulnerabilidade social. É essa a saída correta? Uma pedagogia militar para formar o cidadão Republicano? (www.educacaointegral.org.br/noticias/especialista).

E no rol de tantos enfrentamentos a serem travados, temos que nos voltar agora para a Medida Provisória (MP) que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

Primeiro uma resistência quanto à forma. Para um tema de tamanha envergadura e essencial à educação brasileira, o melhor não é propor uma MP gestada em gabinetes. Como bem afirma a 45 Nota Pública do Fórum Nacional de Educação de 22 de setembro de 2016:

[...] convém registrar que se trata de grave equívoco, já que mudanças estruturais na educação, especialmente no Ensino Médio, são necessárias e, portanto, exigem ampla, responsável e qualificada discussão entre os (as) educadores, educandos(as), pais, mães, responsáveis, gestores (as), pesquisadores(as) em todo o país. Conseqüentemente, não pode dispensar e descuidar de ampla participação, compreensão e consenso entre entidades, movimentos e instituições. Ademais, deve considerar as dimensões de nosso país, sua rica diversidade e, também, as enormes desigualdades que ainda o caracterizam. (45 Nota Pública do Fórum Nacional de Educação). www.anped.org.br

Além da MP ignorar o acúmulo do que o campo educacional vem historicamente construindo, o seu conteúdo, analisado pelo Fórum, demonstra-se retrógrado e

conservador. Reforça a fragmentação e hierarquia do conhecimento escolar, não trata de questões basilares, condições objetivas e infra-estruturais das escolas, a profissionalização e valorização dos profissionais da educação, a relação discente-turma-docente, a inovação nas/das práticas pedagógicas, entre outros aspectos. E, são muitos os outros aspectos. A previsão é que a MP seja aprovada pelo Senado em fevereiro de 2017, mas ela é alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) movida pelo PSOL no Supremo Tribunal Federal (STF) e que recebeu parecer favorável do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot.

Bem, embora em toda análise de conjuntura se corra o risco de que quem a elabora também esteja muito próximo aos fatos que estão a ocorrer, nossa perspectiva de historiadores da educação nos permite lançar mão do passado e da leitura que fazemos das suas estruturas para encontrarmos luzes que nos ajudem a iluminar o presente. A coletânea organizada por Saviani, Estado e políticas educacionais na História da Educação Brasileira, publicada pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e Universidade Federal do Espírito Santo, dentre outras, é esclarecedora para uma compreensão das políticas educacionais ao longo da história de construção da sociedade brasileira.

No presente encerramento do ano de 2016, um novo fato é indicativo de quanto o campo educacional terá dificuldades se permanecer no governo o usurpador presidente Temer e os asseclas notoriamente corruptos e privatistas da educação que lhe dão apoio. Em Carta Aberta de 06/12/2016, Heleno Araújo Filho, coordenador do FNE, fez veementes denúncias sobre os procedimentos atuais do MEC e do atual ministro da educação para com o Fórum e os assuntos prementes da educação. É fundamental ler a nota em seu todo (www.anped.org.br/news/).

Novamente, em Nota Pública de n. 46, o Fórum Nacional de Educação (FNE) publicizou a falta de total sustentação, por parte do MEC, para garantir a organização e o funcionamento do FNE. O desrespeito à legislação vigente é frontal e os representantes do MEC não compareceram à reunião realizada em 14 de dezembro na UnB. Os presentes, inclusive a ANPED reafirmaram, entretanto, os propósitos de garantir a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE) em suas várias etapas e o processo de monitoramento do PNE. Será um jogo de braço de ferro (www.anped.org.br).

A construção da democracia, em sociedades como a do Brasil, não depende apenas de uma legislação democrática. É necessário muito mais. É preciso democratizar as mentes das elites para que elas cheguem minimamente ao ideário da democracia burguesa. Caso contrário, elas continuarão oligárquicas, patriarcais, autoritárias, machistas e golpistas. Essa é uma meta a ser conquistada pelos movimentos sociais. É preciso que os movimentos sociais eduquem as oligarquias e o Estado burguês. Sem as nossas resistências e/ou mobilizações, vamos continuar vivendo de golpe em golpe. É preciso defender a escola pública gratuita, laica de qualidade social, democrática e universal. Por um regime político democrático e de direitos sociais! No atual momento de trevas, um pequeno alento vem do movimento Frente Brasil Popular e que em sua Carta de Belo Horizonte, aprovada na Primeira Plenária Nacional realizada em 07/08/12/2016, analisa a crise atual, propõe um projeto alternativo imediato e as me-

tas de luta. Pode-se discordar de alguns elementos do texto, mas é uma tentativa solidária para com as resistências possíveis ([HTTPS://avaliacaoeducacional.com/2016/12/11/carta-de-belo-horizonte/](https://avaliacaoeducacional.com/2016/12/11/carta-de-belo-horizonte/)).

FORA TEMER. Nós precisamos ser felizes.

NOTAS.

1– O presente texto, em formato bem mais sucinto, foi apresentado na mesa-redonda de encerramento, em 21/09/2016, no Congresso de Educação do Vale do Sapucaí, CEVS, cuja temática foi: ‘Desafios à democratização da Educação no Brasil Contemporâneo’. Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, MG.

2– Professor Titular em História da Educação, aposentado e colaborador da UNICAMP. Membro do Grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR. Docente do Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí– UNIVÁS e editor da Revista Argumentos Pró–Educação. e-mail: sanfelice00@gmail.com.

3–MEDEIROS L. Reforma Agrária e lutas no campo. www.cartamaior.com.br/Coluna/Reforma-agraria-e-lutas-no-campo.html 2006. Consulta em 03/11/2016. PENA, Rodolfo F. A. Movimentos sociais no campo. <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/movimentos-sociais-campo> s/d. Consulta em 03/11/2016.

4 – www.suapesquisa.com/historiadobrasil/zumbi_dos_palmares.html Consulta em 3/11/2016.

5–www.suapesquisa.com/datascomemorativas/dia_consciencia_negra.html. Consulta em **03/11/2016**.

6– PAULA, C. Jalles. **O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais–IPES**. www.cpdoc.fgv.br Consulta em 04/11/2016.

7– SANTIAGO, E. Operação Brother Sum. www.infoescola.com/ditadura-militar/operacao-brother-sum/. Consulta em 04/11/2016.

8– Sugiro o acesso a: www.documentosrevelados.com.br/livros/brasil-nunca-mais-livro-na-integra. Consulta em 04/11/2016.

9– Por exemplo: SANFELICE, J.L. **Movimento Estudantil**. A UNE na resistência ao golpe de 1964. Campinas, Alínea, 2008. SANFELICE, J. L. O Estado e a política educacional do regime militar. In: SAVIANI, D. (org.). **Estado e políticas educacionais na História da Educação brasileira**. Vitória, EDUFES, 2010. SANFELICE, J. L. A UNE na resistência ao golpe de 1964 e à ditadura civil–militar. In: MARCO, J.; SILVEIRA, H. G.; MANSAN, J. V. (orgs.). **Violência e sociedade em ditaduras Ibero-Americanas no século XX**: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2015.

10– Ver NARLOCH, L. Movimento contra o custo de vida: o povo na praça da SÉ. <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/movimento-custo-vida-povo> Consulta em 05/11/2016.

11– Um texto elucidativo é o de MAGALHÃES, Maronilde D.B. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**. Vol 17 n. 34. São Paulo, 1977. www.cielo.br. Consulta em 05/11 de 2016.

- 12– www.pcdob.org.br. **Sobre O que foi a guerrilha do Araguaia?** Consulta em 05/11/2016.
- 13– Amplas informações se encontram em: www.camara.leg.br Consulta em 05/11/2016.
- 14– Consultar BENEVIDES, C. do Valle. **Um Estudo do Bem-Estar-Social no Brasil?** www.proac.uff.br. Consulta em 06/11/2016.
- 15– SANTIAGO, E. **Caras- Pintadas**. www.infoescola.com. Consulta em 06/11/2016.
- 16– Ver NEVES, L. M. W. Determinantes das mudanças no conteúdo das propostas educacionais no Brasil dos anos 90: período Itamar Franco e ANDRADE, F. Anício. A formação do “Cidadão– Trabalhador”: educação e cidadania no contexto do “Novo Industrialismo”. In: NEVES, L. M. W. (org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- 17– Sugiro pesquisar SOUSA, J. dos Santos. Concepções e propostas da CUT e da Força Sindical para a educação brasileira– Anos 90. In: NEVES, L. M. W. (org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- 18– www.infoescola.com. Consulta em 09/11/2016.
- 19– Recomendo o acesso a duas informações distintas: FALQUEIRO, T. Dilma, primeiro mandato: infraestrutura e política social. In: www.pt.org.br e CARLEIAL, Liana M. da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo da Dilma Rousseff. In: **Estudos avançados**, v.29, n. 85. São Paulo, 2015. www.s-cielo.br Consulta em 09/11/2016.
- 20– Cf. SANFELICE, J.L. Vandalismo ou Movimento Social?. As Jornadas de Junho (2013). In: **GERMINAL**. Marxismo e educação em debate. v. 6, n. 2, pp.04–14, 2014. <https://portalseer.ufba.br>.
- 21– a PEC 241, foi transformada em 55, para tramitar no Senado como proposta do Poder Executivo. Acabou sendo aprovada em 13/12/2016. Matéria esclarecedora é de autoria de DRUMOND, C. **Entenda o que está em jogo com a aprovação da PEC 55**. www.cartacapital.com.br Consulta em 24/12/2016.
- 22– Evidentemente eu gostaria de ter falado muito mais sobre a nossa caminhada educacional. Não foi possível. Para a apresentação no CEVS, como informado aqui em nota, apenas me concentrei nos riscos do imediato. Riscos de grandes retrocessos. Por outro lado, preparando e atualizando no possível o presente texto para sua divulgação pela NAVEGANDO, e é claro, essa é uma inserção posterior, inúmeras manifestações se apresentaram no cenário educacional sobre as reformas em pauta. Destaco as entidades, os intelectuais da educação, mas em especial o Movimento dos Estudantes Secundaristas dedicados ao “ocupa, ocupa, ocupa e resiste”. Estou acompanhando com espanto, alegria e esperanças. Será, com certeza, outro capítulo das nossas resistências.

Referências

AMARAL, Mariana. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINGS, I.; DORIA, Kim e CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?** São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 49–54.

AMARAL, Mariana. A nova roupa da direita. **Carta Capital**. www.cartacapital.com.br Consulta em 24/12/2016.

ANPED. www.anped.org.br/news/carta-aberta-do-coordenador-do-forum-nacional-de-educacao-fne-contra-pos-tura-do-mec. 07/12/2016. Consulta em 26/12/2016.

ANPED. www.anped.org.br/news/nota-publica-de-repudio-revogacao-pelo-governo-interino-das-nomeacoes-para-o-conselho. Consulta em 10/09/2016.

ANPED. www.anped.org.br/news/carta-aberta-do-forum-nacional-de-educacao-fne-23/09/2016. Consulta em 23/09/2016.

ANPED. **FNE realiza reunião em Brasília; desrespeitando regimento, Mec não garante apoio e não envia suas representações no fórum**. www.anped.org.br 15/12/2016. Consulta em 26/12/2016.

AZENHA, L. C. Irmãos Koch: partido mais secreto do mundo torra R\$ 2,5 bilhões para implantar o ultraliberalismo. **VIOMUNDO**. www.viomundo.com.br Consulta em 24/12/2016.

BATISTA, P. N. **O consenso de Washington:** a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. www.consultapopular.org.br Consulta em 24/12/2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A crise da América-Latina: consenso de Washington ou crise fiscal?** www.bresserpereira.org.br Consulta em 24/12/2016.

COSTA, A. L. M. C. Quem são os irmãos Koch? **Carta Capital**. www.cartacapital.com.br Consulta em 24/12/2016.

DOSSIÊ. **Marxismo21.org/escola-sem-partido**, out. de 2016. Consulta em 26/12/2016.

EDITORA Nova Cultural. **GRANDE DICIONÁRIO LAROUSSE CULTURAL DA LÍNGUA PORTUGUESA**. São Paulo, 1999.

FORÚM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **45 Nota Pública do Fórum Nacional de Educação**— sobre a Medida Provisória relativa ao ensino médio. Brasília, 2016. www.amped.org.br Consulta em 22/09/2016.

[HTTPS://avaliacaoeducacional.com/2016/12/11/carta-de-belo-horizonte/](https://avaliacaoeducacional.com/2016/12/11/carta-de-belo-horizonte/) Consulta em 27/12/2016.

JINKINGS, I., DORIA, K. e CLETO, M. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2016.

LOPES, Mauro. As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: JINKINGS, I.; DORIA, Kim e CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?** São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 119–125.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, I.; DORIA, Kim e CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?** São Paulo, Boitempo, 2016, pp. 61–67.

NEVES, L. M. W. **Educação e política no limiar do século XXI** (org.). Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, D. (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010.

XIMENES, S. Especialista elenca quatro principais ameaças ao direito à educação. www.educacaointegral.org.br/noticias/especialista. Consulta em 10/09/2016.

A PONTE, O GOLPE, A TRAVESSIA E O RESULTADO: NEO “DEFICIENTES CÍVICOS”

Selma Fenco¹

Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis²

O presente capítulo tem como objetivo problematizar as proposições divulgadas no pré e pós-golpe de 2016 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), à luz dos desdobramentos na política educacional e que conformam um determinado projeto de Nação. Nos referimos aos seguintes registros: “Ponte para o futuro”, de outubro de 2015, e, “A travessia social”, publicado imediatamente após o golpe de Estado consumado em maio de 2016, como sendo um projeto de governo do presidente em exercício, ambos publicados pela Fundação Ulysses Guimarães.

Uma hipótese orienta a presente análise, qual seja: as forças políticas conservadoras no país buscaram incessantemente, desde a posse do presidente Lula em 2003, retomar o poder e a continuidade de um projeto de sociedade favorecedor dos interesses do capital nacional e internacional e, conseqüentemente, da burguesia.

Para empreender esta análise, nos apoiamos na visão do Prof^o Dr^o Milton Santos e assumimos o termo “deficientes cívicos”, cunhado por ele, quando da publicação (em jornal de grande circulação) de artigo concernente às comemorações dos 500 anos da invasão do Brasil pelos portugueses. Nele a problematização central é relativa à educação em tempos de globalização, tema debatido em seus últimos anos de vida. Nesse intento discute o projeto de Nação então prevalecente no Brasil, frente às opções no âmbito da política educacional encampadas ao longo da história, as quais dedicam-se a responder às demandas dos organismos internacionais e, conseqüentemente, do capital, orientadas pelo pragmatismo e destoantes à construção do pensamento crítico e reflexivo na população em idade escolar.

Nesse sentido, o autor considera o ensino universal, igualitário e progressista, como sendo os “pilares centrais do sistema educacional” (SANTOS, 1999, s/n), os quais findam por serem substituídos por uma proposta individualista, competitiva e pragmática, aqui compreendida como atrelada aos valores caros ao capitalismo.

Este capítulo parte, portanto, das premissas do autor e busca debater os (des) caminhos da educação no país a partir das proposições apresentadas em momento de profunda crise política, por grupos políticos e representantes da sociedade civil apoiadores do golpe de Estado no Brasil em 2016.

Nesse contexto, busca-se analisar a concepção de educação expressa nos documentos “Ponte para o Futuro” e “Travessia Social”, bem como seus desdobramentos na política educacional brasileira.

¹ Socióloga, professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/FE.

² Pedagoga, Jurista, professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/FE

1. É golpe!

O golpe de Estado ocorrido no Brasil em maio de 2016 é aqui compreendido como algo tecido pelos segmentos conservadores da política partidária, há mais de uma década, a partir da ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT), mesmo que esse já tivesse abandonado diversos princípios e ideais desde sua fundação. Várias tentativas de desestabilização dos governos Lula e Dilma Rousseff foram postas em cena, logrando êxito na referida data.

Esse cenário pré-golpe ensejou a divulgação de um documento pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) “Ponte para o Futuro” em outubro de 2015, contendo um discurso salvacionista contra as supostas irresponsabilidades cometidas por um governo do qual sempre fez parte; e outro, publicado imediatamente após o golpe, “A travessia social”, pretendo programa de governo de um presidente aqui considerado ilegítimo para o exercício do poder que assumiu. Ambos são, nesta análise, compreendidos como um *revival* dos anos 1990 e remetem à recuperação de um projeto de governo interrompido, mesmo que parcialmente, a partir da posse do presidente Lula em 2003.

A devida recuperação da história que precede a chegada de um partido de centro-esquerda ao poder aponta às opções políticas instauradas por Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1995. Elas empreenderão ampla reforma do Estado e resgatar intenções presentes em marcos legais do período da ditadura civil-militar, a exemplo do Decreto-Lei 200 de 1967, com vistas a instituir um governo de caráter gerencialista, baseado na transferência da Administração Federal à iniciativa privada, já que a criação das entidades da administração indireta, como as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas (arts. 4º a 5º Lei n.º 200/67) no final da década de 1960, abriu margem para o entrelaçamento do dinheiro público à administração privada.

O então presidente objetivou transformar o Estado burocrático, compreendido e difundido amplamente como ineficiente, pesado e lento, em Estado gerencial, aventado como sinal de modernização da administração pública. Tal ideário foi implantado por Luiz Carlos Bresser Pereira, inspirando-se na teoria construída pelo governo Margaret Thatcher ao final dos anos 1970 e aplicada ao Reino Unido, realizou um movimento que faz renascer o neoliberalismo posicionando-se contrariamente aos princípios postulados no Estado do Bem-Estar Social instituído no pós-guerra, a fim de recuperar os países destruídos pela 2ª Guerra Mundial. Esse segmento propagou a ideia da ineficiência do Estado, particularmente incapaz de fazer frente a um futuro marcado pelos avanços tecnológicos os quais se mostram incongruentes frentes ao excessivo peso carregado pelo conjunto de direitos conferidos à população (HALL e GUNTER, 2015).

A premissa para tal opção política reafirmava, por um lado, o papel do Estado como o responsável pela formulação e pelo financiamento das políticas públicas; mas, por outro, reconhecia seu caráter de captador de recursos junto às empresas e ao

terceiro setor, com os quais a execução dos serviços públicos, destacadamente os de saúde e educação, seria compartilhada.

Segundo Venco (2016) nessa lógica, dois marcos são aqui destacados na transposição de tal ideário à educação pública: a incorporação da flexibilidade nas relações de trabalho; e, o ‘prestar contas’, o *accountability*, por parte do funcionalismo público, seja ao órgão contratante ou, segundo o discurso vigente, à própria sociedade. Destaque-se que a crítica aqui tecida não recai sobre qualquer forma do “prestar contas”, posto que se trata de recurso público, mas sim concerne ao talhe a ele conferido, dado que a responsabilização é individualizada e, portanto, descompromete, por exemplo, a dimensão da própria política em seus atos. Conforme Afonso:

Em grande parte dos discursos marcados por este viés político-ideológico, o significado do vocábulo *accountability* indica frequentemente uma forma hierárquico-burocrática ou tecnocrática e gerencialista de prestação de contas que, pelo menos implicitamente, contém e dá ênfase a consequências ou imputações negativas e estigmatizantes, as quais, não raras vezes, consubstanciam formas autoritárias de responsabilização das instituições, organizações e indivíduos (2012, p. 472).

A reforma do Estado possibilitou uma atuação mais direta de organismos bilaterais, como o Banco Mundial, cômugros ao movimento em defesa da administração gerencial e da maior participação da iniciativa privada nas ações públicas.

Assim, o governo FHC compreendeu que o Estado deveria primar pela agilidade baseada em sua própria eficiência e na flexibilização das organizações, medidas que lhe propiciariam maior fortalecimento.

Essa opção política logrou rapidamente o apoio massivo da mídia coadunada à propagação das ideias acerca das responsabilidades do Estado, as quais deveriam distanciar-se do que não era sua “vocaçãõ”. Assim, o Estado promoveu uma avalanche de privatizações, em especial nos setores de telecomunicações, mineração e energia, tendo como exemplos representativos a quebra da exclusividade do sistema Telebras; a desestatização da Embratel; a venda da Eletropaulo; e a privatização da Eletrobras e da Companhia Vale do Rio Doce, esta última envolvida no rompimento da barragem em Mariana, no estado de Minas Gerais, em 2015, causando um dos maiores desastres ambientais e sociais da história do país. Todavia, o discurso governamental sustentava ser equivocado compreender tais atos como uma vaga de **privatização**, pois atrelava-se ao projeto de modernização do Estado e portanto, tratava-se de **publicizar**, cujo sentido baseado em Castel (1998) é transferir a gestão pública ao setor público não-estatal: financiamento público para instituição de direito privado, concedendo ao privado, desta forma, amplas margens de lucratividade. De fato, tratou-se de um jogo de palavras propalado à população.

2. Uma educação que não atravessa a ponte

A educação é sucessivamente arena de disputa e frequentemente é conclamada a salvar o país da crise econômica e, ou, é responsabilizada pela estagnação do

avanço e do posicionamento brasileiro no cenário econômico internacional. Em um contexto de minimização dos direitos sociais, políticos e civis, a educação retorna ao centro das atenções, vez que a proposta defendida pelo governo em exercício pós-golpe intenta um projeto de Nação, o qual sustenta e visa viabilizar uma educação não emancipadora, mas que atinge dois objetivos:

a) a **formação de força de trabalho**, com vistas a responder à divisão internacional do trabalho, de forma a oferecer um contingente importante de trabalhadoras e trabalhadores com baixa qualificação e que aceitem realizar tarefas repetitivas e mal remuneradas face à crise econômica instalada.

A concepção de educação presente nos documentos, particularmente no “A Travessia social”, revela estreito diálogo com um conceito caro a Theodore Schultz (1973): o capital humano, que consagra a relação direta entre investimentos em educação e ampliação da produtividade no trabalho. Importante destacar que a visão economicista do autor, vencedor do Prêmio Nobel por ela, ignora a dimensão emancipadora dos sujeitos frente à educação.

O documento do PMDB publicado logo após o golpe coaduna com tal perspectiva, pois compreende que:

O destino e o lugar das pessoas na sociedade e na economia são definidos por seu acesso ao conhecimento. Isto torna a educação a maior e a principal política social, a que liberta o indivíduo das restrições da pobreza, da origem familiar e de sua situação na estrutura de classes (...) o nivelamento das oportunidades e a melhoria da produtividade dos trabalhadores repousa na qualidade do ensino inicial. (2016, p.15 –16).

Constata-se, então, que a ideia de uma educação instrumentalizadora ganha, cada vez mais, contornos bastante definidos.

b) A **formação política** da população, posto que sendo menos conhecedora e consciente de seus direitos e dos mecanismos políticos, torna-se mais facilmente manipulada pelo poder público apoiado pela mídia, o que pode minar focos de resistência capazes de questionar e ou ampliar as frentes de atuação política e, dessa forma, desacelerar a efetivação da nova (velha) política de caráter opressor.

Esse cenário, contudo, não é novo pois são fartos os exemplos provenientes de governos centralizadores, os quais voltaram-se às crianças, jovens e mulheres de seus respectivos países objetivando obter maior controle sobre a força de trabalho em fase de formação. Dentre eles, e provavelmente o mais emblemático, é o de Adolf Hitler, que se dedicou à produção, em larga escala, de novo material didático destinado às escolas primárias, bem como à padronização do ensino secundário com a introdução de disciplinas abordando temas como eugenia e ciência racial, de forma que a escola se tornou, após a família, a melhor forma de propagação do governo nazista:

É por meio da juventude que começarei minha grande obra educacional. Nós, os velhos, estamos gastos. Não temos mais instintos selvagens. Mas minha esplêndida juventude! Nós temos uma das mais belas do mundo. Com eles, poderei construir um mundo novo! (HITLER s/d apud DIETRICH, 2007 s/n).

Hitler também responsabilizava as mães pela educação dos filhos até os três anos de idade sob o lema dos três Ks: kinder, kirche e küch, respectivamente criança, igreja e cozinha. A mulher, para ele, era a “guardiã da raça ariana” e, portanto, incumbida de construir os valores nacionalistas junto aos filhos, e com atuação restrita aos serviços domésticos (NEVES, 2009). Estes últimos, traços que permanecem até hoje na estruturação da educação infantil alemã, posto que para esse segmento a oferta de vagas públicas é escassa e privada (VENCO, 2016).

Guardadas as devidas proporções, as interferências que a política pública educacional brasileira vem sofrendo ao longo dos anos estabelecem semelhanças às arquitetadas por outros grupos de caráter conservador, tais como: a) facilitar a implementação não democrática de uma proposta governamental; e, b) orientar, no caso brasileiro, a política de caráter neoliberal calcada na nova gestão pública. Deste modo, considerando-se um governo cujo poder é assumido por golpe, indaga-se em que medida a ele interessaria um ensino universal, igualitário e progressista.

Tais questionamentos encontram as respectivas respostas nos próprios documentos em análise.

Primeiramente – afora o novo dito popular –, a dificuldade em se atribuir um caráter democrático à conjuntura pós-golpe (2016) é oriunda não apenas dos desdobramentos político-jurídicos que embalaram o sonho dos setores conservadores da sociedade brasileira, cujo prosclênio tivera diversos protagonistas públicos, com interesses privados e político partidários, resultando na condenação presidencial por um crime inexistente e sem a consequência penal da perda dos direitos políticos; mas, em especial, por partir de uma premissa assaz desconcertante, aqui elucidada por uma das frases iniciais do documento “Ponte para o Futuro”: “Todas as iniciativas aqui expostas constituem uma necessidade, **e quase um consenso**, no país.” (p.2, 2015) (grifo nosso).

Nesta perspectiva, assumir um possível consenso contrário ao determinado pelas urnas em 2014 é diametralmente oposto a ser efetivamente democrático. O documento expressa uma noção de democracia como “sinônimo” da ditadura de maioria, e rechaça a alternância de polos de vitória e derrota pelos sujeitos que compõem um *corpus* societário (ASSIS et. al. 2010) com resultado das urnas como consequência de um contrato social previamente estabelecido.

A despeito de ter havido uma coligação partidária na composição da chapa que concorreu às eleições de 2014, é temerário, senão imprudente, afirmar que com a destituição do poder da presidenta Dilma Rousseff, a proposta que a elegeu foi mantida. Novamente a argumentação que sustenta a presente análise encontra-se nos documentos supracitados: “Nossa crise é grave e tem muitas causas. Para superá-la **será necessário um amplo esforço legislativo, que remova distorções acumuladas e propicie as bases para um funcionamento virtuoso do Estado.**”(2015, p. 5) (grifo nosso).

A tentativa de atribuir força às palavras pode ser entendido como um aviso prévio dadas as inúmeras ingerências normativas que redundaram em redução das políticas sociais a serem implementadas rapidamente, a exemplo da Lei da Terceirização, proposta em 2004 e que vem sendo amplamente discutida junto à sociedade civil

por meio de debates e audiências públicas desde 2011, mas que ganhou atenção especial da atual administração, visando um processo acelerado de aprovação ainda em 2016, conforme manifestou o Chefe da Casa Civil Eliseu Padilha (CASTRO, 2016)³.

Para o governo em exercício era premente um ataque contra um governo popular eleito em 2002 que tentou efetivar, em alguma medida e sem isentá-lo de críticas, a Carta Cidadã de 1988, afirmando ter causado danos graves ao país que devem ser sanados com a anuência da casa Legislativa, dando assim a suposta garantia do toque democrático nas medidas adotadas, já que foram eleitos de forma direta.

Em segundo plano, no contexto antidemocrático, estão as ações referentes às políticas públicas educacionais. No documento “Ponte para o Futuro”, embora a menção à educação seja bastante tímida – o vernáculo aparece apenas três vezes no texto –, a interferência é significativa pois determina uma nova política de (não) investimento e dá indícios sobre o que compreendem por qualidade da educação, pois menciona qualidade de vida vinculada ao posicionamento do país em ranqueamentos educacionais em nível internacional. De toda forma, ela estará mais presente no documento divulgado após o golpe, analisado em item específico.

2.1 – Política econômica ou austericídio?

Uma vez que o governo em exercício atrela com insistência a educação à economia, destacam-se aqui alguns aspectos. No que tange à questão econômica, embora o próprio documento indique que a melhoria da economia do país “Não será nunca obra de especialistas financeiros, mas de políticos capazes de dar preferência às questões permanentes e de longo prazo.” (2015, p.5), economistas contrários a esse pensamento produziram importante análise⁴ sobre as medidas que vem sendo tomadas, sobretudo no que se refere aos impulsos direcionados à supressão de direitos da população em nome de uma pseudoausteridade⁵, ou, em seus termos, “austericídio”, posto que tal continência leva à inanição da educação pública – e também da saúde, que não é objeto desta análise – com a implementação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016. Segundo a proposição dos correligionários do presi-

³ Cf. jornal eletrônico “Temer quer terceirização aprovada em 2016. O que muda com a medida? Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/20/Temer-quer-terceiriza%C3%A7%C3%A3o-aprovada-em-2016-O-que-muda-com-a-medida> . Acesso em 05.jan.2017

⁴ “Austeridade e Retrocesso: finanças públicas e política fiscal no Brasil” (2016). Disponível em: <http://www.ptnacamara.org.br/documentos/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>. Acesso em 05.jan.2017

⁵ O termo pseudoausteridade foi aqui adotado, pois a austeridade, nos parece, é relativa à população, mas não ao governo e demais apoiadores. As aberrações nesse sentido abrangem, conforme amplamente divulgado pela mídia, desde o gasto no abastecimento do avião presidencial e com cartões corporativos do presidente em exercício e esposa até a concessão de R\$ 100 bilhões às empresas de telecomunicações, entre outras ações. Sobre isso consultar

<http://cbn.globoradio.globo.com/editorias/politica/2016/11/07/GASTOS-COM-CARTAO-CORPORATIVO-EM-QUATRO-MESES-SUPERAM-O-1-SEMESTRE.htm>
[http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/cartao-corporativo-com-r-29-milhoes-em-seis-meses-temer-diz-que-gastos-e2%80%9Cvem-caindo-e2%80%9D/;](http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/cartao-corporativo-com-r-29-milhoes-em-seis-meses-temer-diz-que-gastos-e2%80%9Cvem-caindo-e2%80%9D/)
<http://jornalggn.com.br/noticia/gastos-com-cartao-corporativo-batem-recorde-no-governo-temer;>
<http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2016/12/19/presente-para-telepode-chegar-a-r-105-bilhoes/>
<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/12/nada-garante-que-telepode-vao-investir-mais-apos-ganhar-r-100-bi-do-governo-diz-procurador-4350.html>

dente em exercício, os investimentos em educação e saúde ficarão congelados por vinte anos, corrigidos apenas pela inflação, conforme esclarecem os economistas:

Ora, na verdade o que o novo regime propõe fazer é retirar da sociedade e do parlamento a prerrogativa de moldar o tamanho do orçamento público, que passará a ser definido por uma variável econômica (a taxa de inflação). Impõe-se uma política de redução do gasto pelo período de duas décadas e a participação democrática no processo orçamentário fica reduzida a meramente delimitar quais gastos e programas serão mais ou menos contidos. (2016, p. 51)

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2014), a renovação na Câmara dos deputados historicamente é inferior a 40%, sendo que em 2014 houve um recorde de novos eleitos atingindo 38,6%⁶. Assim, dada a importante continuidade dos parlamentares e, por derivação, a recomposição das bancadas, infere-se que possíveis alterações na citada Emenda Constitucional demandarão décadas de intenso debate e pressão popular, com vistas ao restabelecimento de patamares mais adequados de investimento nas políticas públicas.

Tal pressuposto nos leva a ponderar o tópico atinente aos investimentos para educação: evitar que futuros parlamentares tenham a prerrogativa de interferência no orçamento público seria uma remediação, para furtar-se à intervenção daqueles que serão resultados da educação que hoje querem?

De acordo com o “Ponte para o Futuro” (2015) e segundo dados do Relatório Global de Competitividade, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil perdeu:

[...] 18 posições em relação ao relatório anterior de 2014, sendo ultrapassado pelos emergentes – Rússia, África do Sul, Índia e México, o que mostra que algo muito errado está acontecendo com o nosso país nestes últimos anos (2015, p.6),

Congruente à lógica do documento, o fenômeno se deve ao aumento das despesas públicas inscrito em um contexto legislativo responsável por criar dispositivos que “tornaram muito difícil a administração do orçamento e isto contribuiu para a desastrosa situação em que hoje vivemos” (ibidem, 2015, p.7).

Segundo a compreensão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Brasil é um país que deve ser alçado ao conjunto das potências econômicas, e para tanto, é preciso “evitar aumento de impostos, salvo em situação de extrema emergência e com amplo consentimento social” (2015, p.6), de forma que a crise fiscal preveja diversas dimensões, exceto a reforma fiscal (posto que não se abarca o tema) ou a implementação do Imposto Sobre Grandes Fortunas (art. 153, VII CRFB/88).

A retórica presente nos documentos *vis-à-vis* às alterações empreendidas em 2016, relativas aos direitos da população trabalhadora e investimentos em políticas

⁶ Sobre isso ver: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/analista-do-diap-diz-que-renovacao-da-camara-dificultara-governabilidade>.

públicas, não parece desembocar no almejado espaço no cenário mundial. E, principalmente, levando a efeito ações tradicionalmente rechaçadas por exemplo, na Organização das Nações Unidas (ONU), órgão majoritariamente mantido pela, ainda, maior potência econômica do mundo, os Estados Unidos da América (E.U.A.). Tal constatação encontra respaldo, por exemplo, na declaração do relator do Conselho de Direitos Humanos, Philippe Alston, afirmando que a proposta “bloqueará gastos em níveis inadequados e rapidamente decrescentes na saúde, educação e segurança social, portanto, colocando toda uma geração futura em risco de receber uma proteção social muito abaixo dos níveis atuais.”⁷

Nesse sentido, a educação no Brasil segue a trajetória histórica apontada por Fonseca (2009) cuja análise reafirma que a compreensão sobre o que venha a ser qualidade da educação pública no país responde sistematicamente aos interesses do capital, pois conclui:

Na prática, a ação educativa deu ênfase a programas e projetos orientados pela lógica do campo econômico, dirigindo a ação escolar para as atividades instrumentais do fazer pedagógico e para a administração de meios ou insumos. A qualidade, por sua vez, foi sendo legitimada pelo horizonte restrito da competitividade, cuja medida é a boa colocação no ranking das avaliações externas. (FONSECA, 2009, p. 173)

E, ainda, a educação deve servir aos propósitos de um país que não se percebe na coletividade, conduzindo-o a não se configurar como um país promissor no cenário internacional. A despeito de algumas empresas trans e ou multinacionais possuírem filiais em solo brasileiro, estas restringem-se a relações estritamente voltadas à exploração de matéria-prima e da força de trabalho a baixo custo. Trazendo consigo a ilusão de uma competitividade, criada pelas circunstâncias das atividades econômicas, pressionam o poder público a adotar políticas educacionais direcionadas a formar futuros trabalhadores moldados conforme os interesses imediatos do capital nacional e internacional.

A pormenorização dos princípios que devem subsidiar esta educação está presente no documento “A Travessia Social”, fazendo-se presente como uma continuidade do anterior “Ponte para o futuro”, ou como forma de convencer a população e a mídia à travessia da ponte, ação que nos inspira a pensar no Auto da Barca do Inferno de Gil Vicente, no século XVI, e seus muitos discursos de convencimentos sem as devidas informações.

2.2 – Quando a ponte e a travessia não são alegoria...

Duas leis propostas à educação auxiliam a materializar estas reflexões acerca dos documentos pontuados, a saber: a Medida Provisória (MP) n.º 746/2016 que trata

⁷ Agência Brasil de Notícias. Disponível em <http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2016-12/relator-da-onu-diz-que-pec-do-teto-tera-impacto-severo-e-recomenda-debate>. Acesso em 07.jan.2017

da Reforma do Ensino Médio e o Projeto de Lei n.º 867/2015 oriundo do movimento “Escola Sem Partido” e conhecido popularmente como a “Lei da Mordaca”.

Conforme tratado anteriormente, o presidente em exercício, com o amparo das Casas Legislativas, a fim de sanar os muitos problemas do país, partindo de uma premissa de consenso presente no documento Ponte para o Futuro, aqui compreendida como equivocada, promulgou a MP n.º 746/2016 visando a Reforma do Ensino Médio. Sua justificativa se encontra no item 7 do documento “A Travessia Social” que visa “Diversificação do ensino médio, de acordo com a vocação e o interesse dos alunos” (2016, p. 16) como uma das linhas em que um programa de desenvolvimento da educação deve se pautar, mas, como já destacado: ressaltando a orientação do capital humano:

Todo o processo educativo merece a atenção e os recursos do governo, mas a porta para a diminuição das desigualdades, o nivelamento das oportunidades e a melhoria da produtividade dos trabalhadores repousa na qualidade do ensino inicial (2016, p. 16)

Uma política nacional de educação não deve eximir o Estado de seu papel formativo, cujos princípios já foram determinados na própria Constituição Federal em seu artigo 206; com destaque para parte do inciso III que trata do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

A Educação Básica, como o próprio nome diz, deve ser responsável pelo trabalho com os conhecimentos básicos acumulados ao longo da história do ser humano, de forma que não deveria haver, neste momento, espaço para uma escolha pela predileção pessoal dos estudantes, pois ainda não se tem conhecimento da totalidade do conjunto de saberes. Essa é uma das razões pelas quais o Ensino Médio de Nível Técnico não poderia prescindir das disciplinas do Ensino Médio propedêutico, de forma que o estudante o fizesse integrada ou concomitantemente, entretanto, com as mudanças normativas trazidas pela MP, ainda que estas modalidades permaneçam, a base do ensino propedêutico se perde, desviando para o ensino técnico a ênfase que outrora teve.

As intensas críticas ao dualismo presente na educação brasileira foram desconsideradas na proposição de tal Medida:

A literatura sobre o dualismo na educação brasileira é vasta e concordante quanto ao fato de ser o ensino médio sua maior expressão. [...] Neste nível de ensino se revela com mais evidência a contradição entre o capital e o trabalho, expressa no falso dilema de sua identidade: destina-se à formação propedêutica ou à preparação para o trabalho? (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p. 31).

É evidente o descompromisso com a população, sobretudo a das camadas populares que, invariavelmente, recorrem ao ensino técnico como forma de ampliar as formas de sobrevivência.

Se no caso da MP os princípios constitucionais de ensino parecem ter condições de blindar uma proposta puramente pragmática, no caso da Lei da Mordaca eles

parecem ser deturpados em nome de um propósito nada Republicano, já que as medidas previstas conduzem tanto ao caminho do pragmatismo quanto ao do moralismo.

As avaliações internacionais de larga escala têm ênfase em matemática e ciências como é o caso do *Programme for International Student Assessment* (PISA); de fato não faz sentido uma educação que trabalhe com as ciências sociais e humanas, pois esses não fazem parte do rol determinante da qualidade de ensino que se adotou, presente no documento “Ponte para o Futuro” em consonância com o item 2 do documento “A Travessia Social”, também compondo as linhas gerais de um programa para desenvolvimento da educação: “Foco na qualidade do aprendizado e na sala de aula”(2016, p. 15).

Por meio de uma lei infraconstitucional, o Projeto de Lei n.º 867/2015, pretende acrescentar princípios para o ensino nacional, desprezando não somente os já existentes, mas a própria organicidade do ordenamento jurídico, vez que os novos princípios e situações derivadas desconsideram o disposto no artigo 5º da Constituição, em especial os incisos IV, VI, VIII e IX que tratam respectivamente a) da livre manifestação do pensamento; b) da inviolabilidade da liberdade de consciência; c) da impossibilidade de privar os direitos de alguém por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política; e d) da livre expressão de atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Assim, compreende-se no presente texto que o desrespeito a direitos previstos na Carta Magna se constituem em crimes contra os direitos sociais nacionais. Portanto, de maneira indireta –, e a despeito dos inúmeros crimes cometidos contra tais direitos – não apenas são secundarizadas as disciplinas das ciências humanas, como também são aprisionadas em fortes armaduras, de forma que a proposta esteja compromissada e moldada ao “mundo do pragmatismo triunfante” em que a “a lei do interesse sem contrapartida moral supõe como corolário a fratura social e o esquecimento da solidariedade.” (SANTOS, 2009 s/n).

As constatações de Milton Santos acerca do domínio do pragmatismo e do saber prático encontram concretização ainda mais refinada do que a já iniciada e vivenciada por ele. Como ele destacou, “o saber prático tende a ocupar todo o espaço da escola, enquanto o saber filosófico é considerado como residual ou mesmo desnecessário” (2009 s/n), todavia não se trata mais de tendência e sim efetivação.

Se, em 2009, já havia o prenúncio da formação de um exército de “deficientes cívicos” o Brasil –, caso não haja a devida mobilização popular contrárias às ingerências do governo em exercício –, criará uma geração de neo “deficientes cívicos”, mas que os movimentos sociais, a educação não formal e demais instituições resistirão e combaterão avidamente.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Para uma concetualização alternativa de accountability em educação. **Educ. Soc.** [online]. 2012, vol.33, n.119 [cited 2017-01-11], pp.471-484. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000200008&lng=en&nrm=iso >. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000200008> .

ASSIS, Olney Queiroz ; KÜMPEL, Vitor Frederico. ; SPAOLONZI, A.E. . **História da Cultura Jurídica:** O Direito na Grécia. 1ª. ed. São Paulo,SP: Gen: Grupo Editorial Nacional/ Editora Método, 2010.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 5.jan.2017.

BRASIL, Decreto Lei n.º 200 de 1967. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm Acesso em 5.jan.2017.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social.** Rio de Janeiro, Vozes, 1998

DIETRICH, A.M. Narrativas orais da Juventude Hitlerista e Neonazista no Brasil: breve análise comparativa. In **Anais ANPUH.** Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/130055363_4_ARQUIVO_2dietchanpuh2011.pdf . Acesso em 5.jan.2017

FONSECA, M. Políticas Públicas Para A Qualidade Da Educação Brasileira: Entre O Utilitarismo Econômico e a Responsabilidade Social. In **Cad. Cedes,** Campinas vol. 29, n. 78, p. 153–177, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a02>

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT STIFTUNG (FES); GT de Macro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP); e Plataforma Política Social. **Austeridade e retrocesso.** Disponível em < <http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/Austeridade-e-Retrocesso-so.pdf> > Acesso em 11.jan.2017

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Ponte para o futuro.** 2015. Disponível em:http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf Acesso em 11.jan.2017

_____. **Travessia social.** 2016. Disponível em <http://www.fundacaoulysses.org.br/acervo/> Acesso em 11.jan.2017

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M., RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado:** Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2010.

FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT STIFTUNG (FES). Austeridade e retrocesso – finanças públicas e política fiscal no Brasil. Disponível em: <http://www.ptnacamara.org.br/documentos/Austeridade-e-Retrocesso.pdf>. Acesso em 11.jan . 2017

HALL, David; GUNTER, Helen M.. A nova gestão pública na Inglaterra: a permanente instabilidade da reforma neoliberal. **Educ. Soc.,** Campinas , v. 36, n. 132, p. 743–758, set. 2015 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000300743&lng=pt&nrm=iso. acessos em 15 out. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015152454>.

NEVES, Márcia. **A violência contra a mulher no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: E-papers, 2009

- SANTOS, M. **Os deficientes cívicos**. Folha de S. Paulo 2009. Disponível em
- SCHULTZ, Theodore. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- VENCO, S. A terceirização nos tempos do cólera: o amor pela precariedade na educação pública paulista. In **Argumentos pró-educação**. Vol. 1, n.3, 2016

OS DESAFIOS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO PÓS-GOLPE DE 2016

José Eduardo Fernandes
Fristiane Betanho

Introdução

O movimento da Economia Popular Solidária tem aproximadamente 30 anos. Surgiu entre 1980 e 1990, período em que as forças produtivas brasileiras foram parcialmente desmobilizadas por meio de falências e incorporações por organizações internacionais. As corporações, na tentativa de amenizar as consequências provocadas pela crise iniciada nos anos 1970, entre tantas outras que o capitalismo engendrou, passaram a adotar novas tecnologias e o resultado foi uma significativa redução de postos de trabalho e níveis alarmantes de desemprego no campo e na cidade. Somente na década de 1990 foram eliminados aproximadamente 3,3 milhões de postos de trabalho em nosso país pela reestruturação produtiva das grandes corporações (Matoso, 1999), que escolheram sacrificar os trabalhadores para sobreviver à crise.

Grande parte dos trabalhadores que perderam seus empregos nesse período não foi reabsorvida nas funções criadas pelas novas tecnologias, pois não conseguiram se "requalificar". Foi nesse contexto que grupos de trabalhadores, alguns expulsos do mercado formal de trabalho, e grupos que nunca foram incluídos, como os camponeses sem terra e os catadores de materiais recicláveis, buscaram formas de organização coletiva, aproveitando as habilidades que desenvolveram ao longo da vida (como também é o caso dos artesãos e produtores de arte popular), para criar postos de trabalho para si e renda para o sustento digno de suas famílias.

Mas formar uma organização produtiva requer recursos e conhecimentos. Então esses trabalhadores uniram-se em grupos, buscando reduzir os riscos do investimento por meio da associação de esforços. Assim, no centro desses acontecimentos, a inspiração desses grupos se dava nos princípios do associativismo, do cooperativismo e da solidariedade de classe. O primeiro Fórum Social Mundial, que aconteceu em 2001 na cidade de Porto Alegre, é ponto de partida para a organização da luta conjunta desses coletivos, projeto social que culmina na estruturação de uma abordagem crítica da economia de mercado que ficou conhecida como Economia Solidária.

A Economia Solidária ganhou status de política pública de Estado nos primórdios do Governo Lula (2003), com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), uma Secretaria Especial vinculada ao Ministério do Trabalho e do Emprego. Seu gestor foi, da criação da mesma até o golpe de 2016, o economista Paul Singer, reconhecido como o principal ícone da abordagem econômica no Brasil. Nesse período, as Organizações Produtivas Solidárias (OPS) desfrutaram de um certo

conforto, pois tinham, mesmo que de forma minimizada, como veremos mais à frente, um apoio de financiamento e suporte operacional para intervenções nas mais diversas áreas. Esse fomento foi significativo para a criação de uma infinidade de organizações de trabalhadores. Algumas conseguiram se consolidar e outras continuaram dependentes das intervenções governamentais.

No entanto, neste momento de crise política, vislumbramos que esses trabalhadores terão dois desafios monumentais pela frente para continuar a construção de suas organizações populares orientadas pela solidariedade: além de lutar para não sucumbir à cooptação fortemente financiada pelas organizações das elites nacional e internacional, também precisam resistir para superar os ataques que o golpe político de 2016 desnudou. Nosso esforço neste trabalho é refletir sobre esses desafios, trazendo para o debate a trajetória de organizações produtivas solidárias que recebem assessoramento do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da Universidade Federal de Uberlândia, e as consequências vivenciadas no momento político do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

As lutas da classe trabalhadora e suas contradições

Ao longo da história, os trabalhadores construíram ideários e condições de organização de classe como alternativas ao capital. No entanto, por mais significativos que tenham sido para seus momentos históricos, até então se mostraram capazes de resistir de forma suficientemente perene e sólida para ser de fato uma alternativa de sociedade em relação ao capitalismo.

Os movimentos de construção e reconstrução das organizações da classe trabalhadora, historicamente, são uma constante força de renovação da vontade e da energia que os trabalhadores, enquanto classe, conseguem articular, independentemente de onde se encontram. No entanto, a organização da classe trabalhadora encontra em seu caminho muitas dificuldades de construir consensos em relação à forma de organizar e executar as lutas, e mesmo em relação aos objetivos a perseguir.

Seria um equívoco afirmar que todos os caminhos são iguais e que deveríamos colocar todas as ideias e seus pensadores no mesmo balaio. Uma organização política de trabalhadores não é beatificada pelo simples fato de se posicionar do "lado esquerdo do mundo". Muitas das ações que foram concretizadas a partir da luta dos trabalhadores se mostraram desastrosas e acabaram provocando consequências difíceis de reverter, como o estímulo exacerbado do consumo, promovido durante os governos Lula e Dilma, que redundou na alienação em larga escala da massa de trabalhadores. Esses governos não promoveram mudanças significativas nas estruturas de sustentação do ideário do capital, como na indústria de produção de conteúdo e na educação, no sentido de possibilitar rupturas reais com o sistema. Assim, ao fim de seu período, o discurso da meritocracia, da naturalização das relações sociais de exploração e do lucro prevaleceram, apesar dos objetivos propagados dizerem outra coisa.

Como já refletimos (Fernandes e Previtali, 2017) a tendência, no modelo hegemônico, sempre é a de cooptar uma ideia, admitir sua importância e, no momento seguinte, utilizar táticas para subsumi-la, "torcê-la" de modo que a mesma se adapte ao

contexto das ideias hegemônicas. Um exemplo é a ideia de sustentabilidade que, quando pensada pelos movimentos sociais de preservação ambiental, indicava a necessidade de parar a degradação, mudar o rumo da produção e do consumo, mesmo que houvesse "prejuízo" econômico para empresas e países. Portanto, era muito mais amplo e tinha cunho crítico e político, como se pode ver na visão de Mészáros (2007, p. 190):

Sustentabilidade significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não somente sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, em vez de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais.

Mészáros aponta para o processo de cooptação e subsumção de ideias, diariamente praticado pelo modo de produção capitalista, quando afirma, sarcasticamente, que as determinações socioeconômicas às quais o homem médio se submete são "quase naturais". A busca do sistema hegemônico é sempre por tornar natural a exploração humana, a necessidade de produzir, de crescer, de consumir. Ouvimos isso o tempo todo, como se não houvesse outro caminho para que vivêssemos bem. E, se não existe outro caminho (é o raciocínio capitalista), mas precisamos, claro, minimizar os custos da degradação ambiental (afinal, dela vêm as matérias primas que são transformadas em riqueza pelo trabalho social), temos que equilibrar as demandas das dimensões econômica, social e ambiental presentes nas atividades produtivas (Elkington, 1997) o que significa, na prática, buscar a "conciliação de interesses".

Um exemplo de como essa "conciliação" é realizada na prática é o funcionamento do mercado de "créditos de carbono". A partir de uma conta surreal, uma empresa pode poluir no Norte do planeta se "contribuir" para que algum país do Sul preserve suas florestas, ou se uma empresa no Sul plantar florestas de eucaliptos! Como se a perda da diversidade ambiental de um local, e a consequente perda de qualidade de vida para a população daquela localidade, pudesse ser compensada com a vida de outra!

Nos Governos Lula e Dilma vivenciamos iniciativas políticas valiosas, como a tentativa de fortalecer a participação social via conselhos, a diversificação para o acesso à educação superior ou a expansão de um programa oportuno como o Minha Casa Minha Vida. No entanto, ao mesmo tempo, houve um significativo aprofundamento dos níveis de alienação da classe trabalhadora, porque quase todas as iniciativas de promoção de mobilidade social desses governos estiveram alicerçadas no crescimento do consumo.

Esses governos promoveram, em seus 13 anos no poder, uma grande inserção de trabalhadores nas universidades públicas e privadas por meio do ProUni. Foram criadas 14 novas universidades públicas e mais de 200 institutos técnicos país a fora, mas não se promoveu nenhum avanço significativo na estrutura da escola. O ensino continuou dedicado ao mercado, em vez de se voltar ao desenvolvimento do ser humano. Além disso, promoveu-se o maior crescimento da história desse país do setor privado que atua na educação (incluindo a venda de instituições para o capital estran-

geiro), por meio de financiamento público às empresas de educação, que junto ao agronegócio e aos bancos, foram os setores da economia que mais lucraram nesse período.

Esses governos, ao mesmo tempo em que incentivaram a geração de empregos, incentivaram o consumo de forma acintosa e fizeram vistas grossas à precarização do trabalho, à diminuição dos salários e à franca e sistemática desmobilização política (mas não financeira) dos sindicatos.

É fato inegável que aconteceram iniciativas sociais jamais vistas nesse país com a criação de políticas afirmativas em diversas áreas, mas ao final desse período, com a alienação em larga escala da massa de trabalhadores, culminando com o nefasto ataque à democracia representado pelo golpe de 2016, o que temos?

Avanços ou retrocessos?

A classe trabalhadora avançou na organização de setores e segmentos de luta por direitos e melhoria das condições de vida para grupos sociais. Na questão política, tivemos a criação de Ministérios e Secretarias Especiais que representaram a inclusão de pautas dos movimentos sociais na agenda pública. Nesse sentido, pode-se entender a criação da SENAES como um avanço. No entanto, a diferença do investimento destinado para a formação dos jovens pelas entidades ligadas aos trabalhadores foi imensa comparada ao orçamento do Sistema S, que se alinha às elites burguesas com orientações pedagógicas aos ideais de emancipação da classe trabalhadora.

Para exemplificar, a SENAES recebeu entre 2007 e 2015 (8 anos) R\$ 541 milhões para subsidiar projetos de Economia Solidária, que aliaram formação e infraestrutura para as OPS (BRASIL, 2015a). Por outro lado se pegarmos apenas um período fiscal do Sistema S, no caso o ano de 2010, foram destinados R\$ 21 bilhões distribuídos entre outras coisas para o bolsa-formação do Pronatec (BRASIL, 2015b). As diferenças no que diz respeito as prioridades governamentais estão mais do que escancaradas nos volumes de recursos que o Sistema S investiu nos cursos para os trabalhadores se tornarem eficientes funcionários das fazendas, usinas e indústrias do agronegócio e quanto a ES recebeu para se contrapor ao modelo hegemônico de educação profissionalizante.

Vale ressaltar que, desde o primeiro mandato do presidente Lula, estiveram em cargos de direção no Sistema S políticos como Jair Meneguelli, primeiro presidente da Central Única dos Trabalhadores, e na sua substituição o dirigente partidário Gilberto de Carvalho, que deixou a presidência do SESI junto com o governo Dilma.

Essa referência se destina alertar para alguns sinais que estavam embutidos nas políticas governamentais do PT e que nos dão uma certa ajuda para entendermos o que de fato aconteceu nesse período crítico da política brasileira. Quando associamos o processo alienador da classe trabalhadora promovido com uma falsa sensação de poder aquisitivo, o Sistema S fortalecia a ideia de competição, individualismo, da meritocracia, enfim, construções ideológicas que fortaleceram e justificaram as políticas alienadoras praticadas contra a classe trabalhadora.

Enquanto o Sistema S reforçava o discurso de garantia de emprego e empregabilidade por meio de cursos profissionalizantes, a SENAES apontava outro caminho, o da emancipação, no entanto, o Governo incentivava os cursos no sistema S, o grande operador do Pronatec. Nesse momento as Incubadoras pleitearam recursos do Pronatec para formação, no entanto esses recursos foram negados.

Durante os dois governos do PT, Lula e Dilma, os movimentos de luta pela terra que, em muitos momentos, foram importantes para a consolidação de políticas públicas voltadas para os trabalhadores do campo, foram pressionados a recuar no que diz respeito à organização das ocupações e dos mecanismos de disputa por áreas destinadas à Reforma Agrária. Pouquíssimas áreas foram concretizadas em assentamentos e o foco do governo ficou nas ações assistencialistas e de financiamento, o que gerou um grande grau de dependência das organizações produtivas do campo.

É importante ressaltar que dentro desse arcabouço de intenções políticas para o futuro do país, estava delineada uma tarefa aos ministros que passaram pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social: a geração de uma classe média no campo, aos moldes da linha adotada para os trabalhadores urbanos que ascenderam socialmente pelo consumo.

Além disso, houve um grande esforço nos governos do PT para que os agricultores familiares, principal alvo da ideia de classe média do campo, se tornassem mais eficientes como produtores de matérias primas de "qualidade" para apropriação pelos intermediários da cadeia produtiva, ofertando linhas de financiamento para incentivar a integração dos agricultores à cadeia de valor do agronegócio, em vez de incentivar a formação de cadeias produtivas solidárias, em que todos os elos da produção estariam sob controle dos trabalhadores.

Efetivamente, houve uma movimentação para cooptar e subsumir a construção da própria Economia Solidária. A disputa se deu entre grupos que mantinham seu entendimento de resistência e oposição da classe trabalhadora, e outros que defenderam ser a ES uma "alternativa" de organização dos trabalhadores, no entanto as OPS estariam subordinadas à lógica da organização capitalista e, nessa direção, sujeitas a tamponar as crises do capital, ou a sumir nos tempos de bonança. De fato, percebe-se que, quando comparamos o primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária, realizado em 2007, com o segundo Mapeamento, finalizado em 2013, houve uma redução de 2.151 OPS nesse intervalo de tempo (de 21.859 em 2007 para 19.708 em 2013), reflexo da geração de postos de trabalho e ganhos reais de salário nos governos Lula e Dilma, o que também indica a fragilidade da Economia Solidária no Brasil, que ainda não garante renda adequada aos trabalhadores das OPS, frente aos subordinados à economia capitalista.

É importante ressaltar que, mesmo com avanços, os recursos que foram destinados para fomentar a Economia Solidária país afora, não chegaram para muitos trabalhadores. A justificativa do governo era de que tinha que respeitar um processo burocrático legalista da estrutura do Estado para fomentar coletivos de trabalhadores, portanto, aqueles ainda não "legalizados", como os coletivos em áreas de acampamentos, como não eram assentados legalmente, não havia como justificar o recebimento de verba pública. Por outro lado, em nenhum momento esses governos desabastece-

ram os cofres dos instrumentos formativos ou de fomentação do empreendedorismo da classe patronal, então, perguntamos: a serviço de que esses governos Lula e Dilma estiveram esse tempo todo, dos avanços e conquistas para a Classe Trabalhadora ou da administração responsável, Republicana e democrática do capital?

Na prática, podemos perceber que durante todo o período do governo Lula, os escalões técnicos do governo foram preenchidos por militantes e dirigentes dos sindicatos e organizações ligados ao PT e os aliados políticos, e alguns de legendas "não muito confiáveis" no sentido de compromissos de classe. No período do governo Dilma essa característica se manteve, mas com um aprofundamento dos cargos para os aliados não confiáveis.

Mesmo com as possibilidades de termos dentro da máquina do governo pessoas que, em tese, estariam do lado das demandas históricas dos trabalhadores, como a luta pela Reforma Agrária, os assentamentos diminuiriam sensivelmente. As disputas entre correntes políticas, que deveriam se alinhar na perspectiva do projeto do governo, a despeito das diferenças ideológicas, transformaram-se em "empoderamento" político do dirigente que ocupava o cargo que, com isso, buscava tirar vantagem para sua agremiação política, em detrimento dos interesses de outras agremiações e até mesmo do próprio projeto político do governo.

Claro que muitos avanços que tivemos nesse período se devem a pessoas que jamais desviaram um milímetro das intenções que os levaram a assumir o cargo de confiança nos governos Lula ou Dilma, mas infelizmente a contribuição dessas pessoas não foi suficiente para transformar os avanços em regra.

Como superar o golpe?

Chegamos ao final de um ciclo político em que a estratégia de poder engendrada nas correntes majoritárias do Partido dos Trabalhadores fracassou, deixando um rastro desastroso para a esquerda brasileira de supostos envolvimento em esquemas de corrupção, maculando um dos maiores patrimônios morais da classe, que é a relação de confiança que se tem entre o quadro político e as suas bases.

Para as organizações produtivas solidárias participantes das atividades do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps/UFU), as consequências desse período desastroso da nossa "democracia" já estão aparecendo, e o preço cobrado por esse período de aparente bonança já se mostra muito alto.

No momento do golpe estávamos assessorando duas áreas de ocupação na cidade de Uberlândia. Seus processos de desapropriação e assentamento junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se arrastavam desde 2008. Em um deles, não havia conflito entre o proprietário da terra e os ocupantes. Havia um entendimento do proprietário em entregar as suas terras para o programa de Reforma Agrária, mas o processo não caminhava porque existia sempre um entrave burocrático, um documento que faltava ou precisava ser validado de alguma forma. O processo foi se arrastando até que, na última semana como presidenta deste país, sabendo que o *impeachment* era inevitável, Dilma assinou os documentos para o assentamento das famílias que estavam ocupando essa área.

Inócua seria a atitude do governo federal, pois uma das primeiras ações do governo golpista foi cancelar todos os atos da ex-presidenta, tornando nulo, no primeiro momento, tudo o que foi feito naquelas últimas semanas. As lideranças de ambas as áreas tiveram que buscar os novos ocupantes das estruturas de poder responsáveis pelo processo de desapropriação e pagamento das terras e reiniciar as negociações.

O fato é que, se as pessoas que estavam trabalhando dentro da estrutura do governo antes do golpe já tinham o entendimento de que era viável e possível fazer a desapropriação das fazendas para a Reforma Agrária, por que não o fizeram cinco anos antes? Trâmites? Desembaraços? Interesses?

Enfim, no momento em que relatamos este fato, ainda não aconteceram as desapropriações, e as quase 200 famílias que estão ocupando as duas fazendas vivem na incerteza e na desesperança. Uma disputa política oportunista se abateu nas relações e se tornou ainda mais difícil manter a tranquilidade entre as famílias de trabalhadores, que apenas desejam um lugar para poder plantar alimentos e viver com dignidade.

Em relação às OPS de coleta seletiva, percebemos esse processo de cooptação e subsunção foi realizado, ao mesmo tempo, por organizações patronais, governos municipais e empresas privadas. Essas entidades buscaram engendrar "parcerias" com as OPS, bastante desiguais em relação aos benefícios alcançados pelas partes. Os entes públicos conseguiram resolver a adequação dos municípios à política de resíduos sólidos em relação aos recicláveis, no entanto sem alterar as regras do poder estabelecido: a empresa de coleta de lixo recolhe os materiais recicláveis, mediante paga da prefeitura, e os entrega aos catadores. Ao mesmo tempo em que mantém a remuneração dos grupos econômicos estabelecidos, são afastados os catadores do contato com a população, assim perdem apoio e referência social de seu trabalho.

Outro movimento que se observou foi o fomento à competição entre as OPS pelos materiais e pela consolidação de redes de apoio de empresas e comercialização direta. Assim, além da já conhecida exploração dos atravessadores, ainda se adicionou a deformação das características de solidariedade dentro e entre as OPS, que passaram a disputar "parcerias" e as referências junto a empresas que adquirem diretamente os materiais para reciclagem.

Neste momento podemos sentir vindo à tona toda a despolitização gerada nos últimos 13 anos. O individualismo sendo a característica predominante nas lideranças políticas, a desunião aflorando, as disputas internas dos movimentos dos trabalhadores se acirrando, praticamente um salve-se quem puder.

Todo o poderio financeiro que os governos Lula e Dilma destinaram ou viabilizaram para a classe patronal está, agora no pós-golpe, com suas miras apontadas para a organização da classe trabalhadora. Neste momento de crise, de recessão, com um desempenho do PIB negativo pelo segundo ano consecutivo, já podemos perceber que o discurso da meritocracia está sendo empunhado pelas elites e donos das instituições de ensino privado, no sentido de formar uma massa de "mão de obra" para superar a crise por meio da formação profissionalizante e compartilhar as contas dessa crise.

Vivenciamos essas experiências de formação profissionalizante adestradora em massa e a exaltação da meritocracia como remédio para a crise do capital nas décadas

de 1980 e 1990, e agora estamos enfrentando mais uma vez esse avanço das forças burguesas sobre a classe trabalhadora. No entanto, neste momento temos nossos sindicatos de certa forma desacreditados. Nossa organização política está desorientada, sem a existência de um leque de lideranças de esquerda com capacidade de unir e representar o pensamento crítico, e se desenvolver longe da sombra das lideranças do passado. Some-se a isso, o financiamento público condicionado à PEC 50 (do Fim do Mundo), aprovada no Senado no crepúsculo de 2016, entre outras maldades que o governo prepara para desmontar a rede de proteção social e acabar com os investimentos em organizações dos trabalhadores, e tem-se o tamanho do desafio a enfrentar.

Isso não significa que não devemos lutar pelos recursos do Estado, ao contrário, dado que tais recursos são oriundos, majoritariamente, dos impostos e das contribuições dos trabalhadores. Portanto devemos exigir investimentos nas áreas prioritárias para a classe trabalhadora, e nos opor com veemência a qualquer uso de recursos públicos para beneficiar a burguesia. Devemos resistir e continuar a ocupar os conselhos gestores, devemos participar de todas as fases do ciclo das políticas públicas. Devemos exigir políticas autogestionárias, devemos ser parte essencial do processo de decisão das alternativas que serão adotadas como conteúdo das políticas públicas, devemos fazer parte das comissões responsáveis pela implementação e também por sua avaliação.

Mas temos que nos organizar para ir para além dos recursos do Estado. Se o Estado e, portanto, as políticas, são fruto da luta de classes, e se a classe vencedora produz a agenda, não podemos nos colocar à mercê das mudanças de maré, como a produzida com o golpe de 2016.

Por isso, entendemos que é necessário acrescentar o adjetivo Popular à economia solidária – portanto, Economia **Popular** Solidária (EPS), dado que é imprescindível, neste momento, evidenciar a gênese classista das organizações fundadas a partir desses ideais, e avançar em políticas públicas emancipatórias de geração de trabalho e renda, que devem ser desenvolvidas com ênfase na autonomia e libertação em relação às dependências criadas e mantidas pelo Estado e longe das retóricas, alicerçando a organização de classe em nossa *práxis*.

O *slogan* do governo Lula afirmava ser o Brasil "Um país de Todos", só que chegamos ao paraíso, sentamo-nos à mesa e, ao final do jantar, descobrimos que havia uma conta amarga a pagar e, depois dos serviços forçados de lavar a louça, tínhamos que voltar para a periferia política, e a pé.

Essas experiências políticas devem nos servir para uma crítica profunda, a fim de que possamos sair desse momento tão ruim para a classe trabalhadora, com novas possibilidades, principalmente de rupturas revolucionárias. Os trabalhadores, unidos, precisam criar condições objetivas para poder viver independentemente do Estado e, constituindo alternativas efetivamente viáveis, demonstrar que existem outras formas de organização para além daquelas impostas pelo modelo hegemônico e, assim, caminhar para a conquista das emancipações humanas.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **'A "engenharia da cooptação" e os sindicatos no Brasil recente.** Jornal dos Economistas, n. 268. Rio de Janeiro, Nov. 2011.

AVILA, R.I.; Conceição, J.S. Injustiça fiscal à brasileira: eis o gráfico da desigualdade. **Carta Capital.** Internet <http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/injustica-fiscal-a-brasileira-eis-o-grafico-da-desigualdade> 2016 acesso em 16/01/2017

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas Digital da Economia Solidária.** Brasília: SENAES/MTE, 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avanços e desafios para as Políticas Públicas de Economia Solidária no Governo Federal 2003/2010.** Brasília: SENAES/MTE, 2012.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business.** Oxford, UK: Capstone Publishing Ltd., 1997.

FERNANDES, J.E.; PREVITALI, F.S. Resistência da Classe Trabalhadora: lutas e contradições no ambiente da Economia Popular Solidária. In: FERNANDES, J.E.; BETANHO, C. (orgs.) **Economia Popular Solidária – nosso Sul: a transformação pela Solidariedade.** Uberlândia: Navegando, 2017.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução.** Clube de Autores, 2009.

BRASIL. Economia e Emprego. **Economia Solidária beneficia 275 mil pessoas no País.** Internet <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/09/economia-solidaria-beneficia-275-mil-pessoas-no-pais> acesso em 14abr2016.

BRASIL. Educação. **Sistema S receberá R\$ 187 milhões destinados ao Pronatec.** Internet <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/02/sistema-s-recebe-r-187-milhoes-destinados-ao-pronatec>

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Biotempo, 2007.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SOBRE OS AUTORES

Dermeval Saviani

Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1966) e doutorado em Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1971). Em 1986 obteve o título de livre-docente; em 1990 foi aprovado no Concurso Público de Professor Adjunto de História da Educação da UNICAMP; e em 1993 foi aprovado no Concurso Público de Professor Titular de História da Educação da UNICAMP. Atualmente é pesquisa e desenvolvimento, ensino da Universidade Estadual de Campinas e professor aposentado da Universidade Estadual de Campinas. É Professor Emérito da UNICAMP, Pesquisador Emérito do CNPq e Coordenador Geral do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil; (HISTEDBR). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia e História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação brasileira, legislação do ensino e política educacional, história da educação, história da educação brasileira, historiografia e educação, história da escola pública, pedagogia e teorias da educação.

José Claudinei Lombardi

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1976); Mestrado em Agronomia, Área de Concentração: Sociologia Rural, pela Universidade de São Paulo (1985); Doutorado em Educação, Área de Concentração: Filosofia e História da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (1993); Livre-docência em História da Educação na Faculdade de Educação da Unicamp; é Professor Titular em História da Educação na Faculdade de Educação – Unicamp. Foi Secretário de Educação de Limeira, SP, de janeiro de 2013 a janeiro de 2015. É Professor Titular na Universidade Estadual de Campinas. É bolsista de Produtividade em Pesquisa – Nível 2 – do CNPq. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Marxismo e Educação; Pedagogia Histórico-Crítica; e História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa em educação; história da educação brasileira; história, trabalho e educação; e historiografia da educação. É autor e organizador de várias publicações no campo de pesquisa referida, como: História e História da Educação. O debate Teórico-Metodológico Atual; Globalização, pós-modernidade e educação; história, filosofia e temas transversais; Capitalismo, trabalho e educação; A Escola Pública no Brasil: história e historiografia; Ética e Educação – reflexões filosóficas e históricas; Marxismo e educação – debates contemporâneos; O Público e o Privado na história da educação brasileira; Educação e Ensino na obra de Marx e Engels; Embates Marxistas: apontamentos sobre a pós-modernidade e a crise terminal

do capitalismo. É coordenador executivo do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil; (HISTEDBR).

José Luís Sanfelice

Bacharel e Licenciado em Filosofia (1971), Mestre em Filosofia da Educação (1978) e Doutor em Educação (1985) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Livre Docência em História da Educação (2001) e Professor Titular (2006) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde atuou como docente de 1981 a 2012. Aposentado e Professor Colaborador da UNICAMP 2013–2016. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR e membro do Conselho Editorial da Revista HISTEDBR on-line. Foi Diretor Associado e Diretor da Faculdade de Educação da UNICAMP no período de 1988 a 1996. Atua em História da Educação, História das Instituições Escolares e Política Educacional. É docente e Coordenador do Curso de Mestrado em Educação e Editor-Chefe da Revista Argumentos Pró-Educação na Universidade do Vale do Sa-pucaí – UNIVÁS, em Pouso Alegre(MG), desde agosto de 2014.

István Mészáros.

Graduado em Filosofia na Universidade de Budapeste, onde foi assistente de György Lukács no Instituto da Estética. Ministrou aulas na Universidade de Turim e nas Universidades de Londres (Inglaterra), St. Andrews (Escócia) e Sussex (Inglaterra), além de na Universidade Nacional Autônoma do México e na Universidade de York (Canadá). Professor Emérito de Filosofia. Membro da Academia Húngara de Ciências. Pesquisador Emérito da Academia de Ciências Cubana, em 2006. Recebeu o Premio Libertador al Pensamiento Crítico, em 2008, concedido pelo Ministério da Cultura da Venezuela, por sua obra O desafio e o fardo do tempo histórico.

Ricardo Antunes

Ricardo Antunes é Professor Titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Foi Visiting Research Fellow na Universidade de SUSSEX, Inglaterra. Recebeu o Prêmio Zeferino Vaz da Unicamp (2003) e a Cátedra Florestan Fernandes da CLACSO (2002) e a Medalha (Comenda) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) (2013). Publicou recentemente *The Meanings of Work (Essay on the Affirmation and Negation of Work)*. Leiden/Boston: Brill/HM Book Series/FAPESP, 2013. Publicado também nos EUA (Haymarket Books, Chicago, 2013), Itália (Jaca Book, 2006 e Punto Rosso, 2016), Portugal (Almedina, 2013), Índia (Aakar Books, Delhi, 2015) e Argentina (Herramienta, 2013, 2a. edição), a partir da edição original publicada pela Boitempo; *Addio al lavoro? Trasformazioni e centralità del lavoro nella globalizzazione* (nova edição revista, atualizada e ampliada), Edizioni CaFoscari, Veneza, 2015, publicado também na Espanha, Argentina, Colômbia e Venezuela, a partir da edição original publicada pela Cortez, dentre vários outros livros. Coordena as Coleções Mundo do Trabalho (Boitempo) e Trabalho e Emancipação (Expressão Popular).

Giovanni Alves

GIOVANNI ALVES é professor da UNESP–Marília, livre–docente em teoria sociológica, professor–colaborador do programa de pós–graduação na UNESP–Marília e professor permanente do Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, pesquisador do CNPq com bolsa–produtividade em pesquisa. É um dos líderes do GPEG – Grupo de Pesquisa? Estudos da Globalização? Inscrito do diretório de grupos de pesquisa do CNPq; e da RET – Rede de Estudos do Trabalho(www.estudosdotrabalho.org). É autor de vários livros e artigos na área de trabalho, sindicalismo, reestruturação produtiva, precarização do trabalho e saúde do trabalhador. Home–page: www.giovannialves.org.

Selma Venco

Socióloga, mestre e doutora em educação pela Universidade Estadual de Campinas, com doutorado–sanduíche na Université Paris X, Nanterre. Foram realizados dois pós–doutoramentos: IFCH, no departamento de sociologia; e Laboratoire Genre, Travail et Mobilités, Univeristé Paris X Docente na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisadora associada do Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (CRESPPA). O trabalho docente na educação básica é foco de pesquisa desde 2010, integrante do Grupo de Pesquisa NETSS, Estudos do Trabalho, Saúde e Subjetividade. É vice–presidente do Centro de Estudos Educação e Sociedade – CEDES – e membro permanente do Conselho Científico do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU.

Carlos Lucena

Cientista Social pela Puccamp. Mestre em Educação pela Puccamp. Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Pós–doutor em Educação pela Ufscar. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPQ. Pesquisador do Histedbr. Professor Associado IV na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, atuando na graduação, mestrado, doutorado e pós–doutorado em educação. Coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Formação Humana – Histedbr – . Editor–Chefe da Editora Navegando Publicações. Desenvolve pesquisas nas áreas de Trabalho e Economia da Educação, investigando as mediações entre a mundialização do capital e a formação dos trabalhadores.

Raquel de Almeida Moraes

Professora Associada 4 da Universidade de Brasília. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (1985), doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e pós–doutorado em Filosofia da Educação pela Univer-

sidade de Haifa (2004). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia, História e Política educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: informática na educação, educação a distância, formação de professores, linguagem e democracia, métodos de pesquisa em educação e educação comparada. Entre as suas obras, destacam-se: *Informática na Educação*, *Rumos da Informática na Educação Brasileira*, *Linguagens e Interatividade na Educação a Distância*, além de artigos publicados em periódicos, livros e capítulos tratando dos seguintes temas: *Informática na Educação*; *Proformação*; *Linguagem Crítica na Educação*; *Concepção de Tecnologia em Anísio Teixeira*; *Mídias e Educação*; *Educom*, *Eureka* e *Gênese*; questão de raça/etnia; educação a distância e formação de professores na globalização; consciência e materialismo dialético, comunicação emancipadora e contra-hegemônica; Gramsci e a cultura. É líder, na UnB, do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, HISTEDBR, um dos GTs do HISTEDBR nacional, sediado na Unicamp, com a liderança de Dermeval Saviani e José Claudinei Lombardi.

Fabiane Santana Previtalli

Graduada em Ciências Sociais (UNESP/Araraquara,1992), Mestre em Sociologia (UNICAMP,1996), Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP,2002), Pós-doutora pela (UNL/Portugal, 2014, apoio Capes). Professora Associado II no INCIS/UFU, membro do Programa de Pós-Graduação em Educação – FACED/UFU (Capes 5) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – INCIS/UFU. Membro do Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais – NUPECS/UFU e Coordenadora do Laboratório de Ensino de Sociologia – LESOC/UFU. Coordenadora o Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e sociedade – GPTES/UFU. Membro do HISTEDBR, GT Trabalho, Educação e Formação Humana (PPGED/UFU) e do Grupo de Pesquisa Metamorfoses do Mundo do Trabalho (IFCH/Unicamp). Investigadora no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa –IHC/UNL, junto ao Grupo de Pesquisa História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPQ – nível 2.

Cilson César Fagiani

Doutor em Educação (PPGED/UFU, apoio Fapemig – 2016). Doutorado Sanduíche na Universidade Nova de Lisboa, Portugal (Apoio Capes: 2013–2014). Licenciado e Bacharel em Ciências Biológicas (UFscar –1991). Técnico-administrativo em Assuntos Educacionais (UFU: 2006–2013). Coordenou projetos de extensão envolvendo escolas de educação básica municipal e a Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência como coordenador pedagógico na educação básica e profissional e como professor nos ensinos: Fundamental, Médio, EJA e Superior. Tem experiência em laboratório de ensino e pesquisa. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPTES/UFU) junto a Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação (PPGED/UFU). É investigador no Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC/FCSH/UNL), Portugal. É membro do Grupo de Pesquisa História Global do Trabalho e dos

Conflitos Sociais (IHC/FCSH/UNL). Atualmente faz pós-doutorado na Universidade de São Paulo na Faculdade de Educação (Apoio CNPq) e é integrante do corpo docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Uberaba.

Lurdes Lucena

Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Pedagogia pela FCJP. Mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Ex-Assessora Educacional do Município de Macapá, estado do Amapá. Professora Formadora do Curso de Aperfeiçoamento em Libras da Universidade Federal de Uberlândia. Professora Formadora do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Uberlândia, em Ead. Pesquisadora e membro do Grupo de Pesquisa em Estudos da Linguagem, Libras, educação Especial e A Distância e Tecnologias- GPELEDT da Universidade Federal de Uberlândia com apoio do MEC/SECADI/FNDE. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Formação Humana pelo CNPQ. Professora Colaboradora do Mestrado Profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia. (UFU)

Robson Luiz de França

Pós- Doutor em Política Educacional pela Universidade Federal da Paraíba e Universidade de Portugal – PT (2010). Doutor em Educação na Linha de Políticas Públicas pela Universidade Júlio Mesquita Filho – UNESP/Araraquara (2002). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (1997). Especialista em Tecnologias para Educação a Distância (2009). Especialista em Direito Educacional (2010). Especialista em Supervisão e Administração Escolar (1994). Bacharel em Direito (2009). Graduado em Pedagogia UNI–BH (1990). Professor Associado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia atua do Programa de Pós-Graduação em Educação na Linha de Pesquisa em Trabalho, Sociedade e Educação – TSE e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Curso de Tecnologias, Comunicação e Educação, Mestrado Profissional. É membro do Grupo de Pesquisa em Trabalho, Educação e Formação Humana – Histedbr – . Participa também como Pesquisador do Centro de Investigação em Educação – CIE da Universidade da Madeira – Funchal em Portugal e desenvolve estudos e pesquisas sobre Currículo e formação profissional, Trabalho e educação, cidadania, direito, educação e trabalho.

Patrícia Villen

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui Licence Philosophie – Université Paris 8 – Saint Denis, Mestrado em Filosofia Prática e Relazioni Umane – Università Ca Foscari di Venezia, especialização no Master sull'Immigrazione. Fenomeni Migratori e Trasformazioni Sociali – Università Ca Foscari di Venezia e Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professora substituta na Universidade Federal de Uber-

lândia e faz estágio de pós-doutorado no Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Antonio Bosco de Lima

Possui graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Pires (1983), graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bernardo do Campo (1988), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1995), doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e pós-doutorado pela UNICAMP na área de concentração História, Filosofia e Educação (2012). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Uberlândia e coordena o Grupo de Pesquisa Estado, Democracia e Educação (GPEDE).

Luiz Bezerra Neto

Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo com mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, pós-doutorado pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor da Universidade Federal de São Carlos atuando na graduação e na pós-graduação. Membro de corpo editorial da Revista Eletrônica de Ciências da Educação ? RECE e da Revista de Educação – REVEDUC. É coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo? GEPEC e coordenador do curso de pedagogia da terra da UFSCar.

Flávio Reis dos Santos

Pós-Doutor e Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (PPGAS/UEG). Professor Convidado nos cursos de Graduação em Pedagogia da Terra e de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação do Campo; Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Escolar; e, Pós-Graduação Lato Sensu em Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação da Universidade Federal de São Carlos. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo da Universidade Federal de São Carlos (GEPEC/HISTEDBR/UFSCar). Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Rural no Brasil da Universidade Estadual de Goiás (NEPERBR/GEPEC/UEG).

Sílvia Alves dos Santos

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Londrina (2008). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (2004). Atualmente é professora na Universidade Estadual de Londrina. Coordena Grupo de Pesquisa em Educação e Marxismo na Universidade Estadual de Londrina.

Júlia Malanchen

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/Cascavel é mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC na linha de Educação, História e Política e Doutora em Educação Escolar pela UNESP– Campus de Araraquara/SP. Atuou como docente no curso de pedagogia da Unioeste/Cascavel, no curso de pedagogia da Ufsc e Uenp. Atualmente é docente no curso de pedagogia e no Programa de Pós-graduação em Ensino – Mestrado – na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Foz do Iguaçu. Tem experiência na área de Educação, como professora da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino fundamental, assim como Pedagoga e coordenadora pedagógica do ensino fundamental e Coordenadora na Secretaria Municipal de Educação de Cascavel. Coordenou o processo de elaboração do currículo para a Rede Pública municipal de Ensino de Cascavel. Coordena o projeto de extensão (2015–2016) para pedagogos da Região de Foz do Iguaçu com o título: Fundamentos teóricos e metodológicos da Pedagogia Histórico–crítica.

Aléxia Pádua Franco

Professora Adjunta da Faculdade de Educação e do Centro de Educação à Distância da Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil. Professora Permanente do PP-GED/UFU (Programa de Pós-Graduação em Educação) e orientadora de Mestrado na linha de pesquisa "Saberes e Práticas Educativas". Professora do PPGCE/UFU (Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação e orientadora de pesquisas na linha "Mídias, Educação e Comunicação". Possui graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (1990), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (1998) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2009). É membro do GEPEGH (Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de História e Geografia) e da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH). É vice-coordenadora do GT de Comunicação e Educação da ANPED CO (Associação Nacional de Pós-GRaduação e Pesquisa em Educação – regional Centro–Oeste) e Coordenadora Geral Adjunta da UFU junto a UAB.

Paulino José Orso

Doutor em História e Filosofia da Educação pela Unicamp, professor dos cursos de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná

Diva Souza Silva

Graduada em Pedagogia (1995). Mestre em Comunicação Social – UMESP (2002). Doutora em Educação – UFMG (2010). Professora Adjunto – Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Experiência na área de Formação de Professores, Didática,

EaD, Educação Matemática, TICs e Metodologias. Pesquisas na área de Saberes docentes, Formação de Professores, EaD e Educomunicação.

Ivanise Hilbig de Andrade

Jornalista, Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo realizado Doutorado Sanduíche na Université Paris 2 – Panthéon Assas, França, entre 2013 e 2014. Mestre em Estudos de Linguagens, área de concentração Linguística e Semiótica, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Unigran (Centro Universitário da Grande Dourados). Atualmente é professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), integrante do Grupo de Pesquisa Interfaces Sociais da Comunicação: Tecnologias, Políticas e Culturas (UFU), do CEPAD/UFBA (Centro de Estudos e Pesquisa em Análise do Discurso) e do CCDC/UFBA (Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania). Sócia da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Autora do livro–reportagem: Na Rota do Gasoduto – A exploração sexual de Crianças e Adolescentes em Mato Grosso do Sul, como projeto de conclusão do curso de graduação e vencedor do V Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo (ANDI), em 2010.

Rafael Duarte Oliveira Venancio

Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia, onde atua no Curso de Jornalismo e no Programa de Pós–Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação (FACED/UFU). Doutor em Meios e Processos Audiovisuais pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Possui também o mestrado em Ciências da Comunicação e graduação em Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo, todos também pela ECA/USP. É coordenador do Grupo de Pesquisa ESPORTÍDIA – Estudos Analíticos de Esporte, Jogos e Mídia (FACED/UFU), do Projeto de Extensão Arquibancada UFU: Projeto de Redação Esportiva Jornalística do Desporto Universitário em Mídias Sociais; e do Projeto de Pesquisa Triângulo do Futebol: Culturas e Comunicações Esportivas sobre a prática futebolística no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba financiado pela FAPEMIG (2016–2019).

Vanessa Matos dos Santos

Docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em regime de dedicação exclusiva com atuação também no Programa de Pós–Graduação Interdisciplinar em Tecnologias, Comunicação e Educação (PPGCE). Atuou também na Especialização em Mídias na Educação (UFU). Presidente do Conselho Curador da

Fundação Rádio e Televisão Universitária de Uberlândia (RTU). Possui graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004), mestrado em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2007) e doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Araraquara com estágio doutoral no exterior realizado na Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) em Madrid (Espanha).

Ana Elisa Spaolozzi Queiroz Assis

Possui graduação em Pedagogia pela PUC–Campinas (2004), mestrado em Educação pela PUC–Campinas (2007), graduação em Direito pela PUC–Campinas (2009) e doutorado em Educação pela UNICAMP (2012). Atualmente é professora MS 3.1 da UNICAMP, Coordenadora Associada do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP (gestão 2016–2017), pesquisadora do Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional – LaPPlanE, bem como do Laboratório de Gestão Educacional – LAGE, ambos da Faculdade de Educação da UNICAMP, e do Laboratório de Ensino de Redes Técnicas e Sustentabilidade Socioambiental – FLUXUS da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da UNICAMP. Foi professora convidada da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO/Argentina junto à Área de Estudios Latinoamericanos – ADELA (2014), bem como da Unidad de Pedagogía Universitaria y Didáctica del Derecho da Universidad do Chile (2016).

José Eduardo Fernandes

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (2015), especialista em Gestão da Produção pela Universidade Federal de São Carlos (2010) e Graduado em Gestão de Marketing pela Universidade Paulista (2006). Atuou como Consultor na área de gestão de marketing e negócios, trabalhando com organizações do primeiro, segundo e terceiro setores nas áreas de Gestão de Marketing e Comunicação, com foco nas ações estratégicas de planejamento e execução de projetos. Atua no ensino superior conjugando atividades de ensino, pesquisa e extensão em cursos de graduação e pós-graduação, com ênfase em gestão estratégica de marketing, formação para o trabalho, construção e aplicação do conhecimento (método) e gestão para organizações produtivas solidárias. Atua como pesquisador dos Programas desenvolvidos pelo Cieps/Proex/UFU.

Cristiane Betanho

Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia na Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN). Coordenadora do bacharelado em Administração Pública a distância, curso ligado ao PNAP – Programa Nacional de Formação em Administração Pública. Coordenadora do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários – Cieps/PROEXC/UFU. Professora do quadro permanente do Programa de

Pós-Graduação em Gestão Organizacional, na linha Gestão Pública, da Fagen/UFU. Linha de pesquisa: O mundo do trabalho e os Movimentos de Resistência da Classe Trabalhadora: relações políticas, sociais, educacionais e econômicas.

Marcos Roberto Lima

Graduado em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, Mestre em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP. Doutorando em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP, integrante do grupo de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). É PEB II efetivo vinculado à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Pesquisador com bolsa CNPq.

Esperamos que esse livro contribua para o debate político e filosófico sobre a educação. Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

Título A crise da democracia brasileira
Organizado- Carlos Lucena; Fabiane Santana Previtali e
res Lurdes Lucena
Revisão Lurdes Lucena
Páginas 314
Formato A5
1ª Edição Junho de 2017

Navegando Publicações
CNPJ - 18274393000197



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

A coordenação nacional do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil—HISTEDBR –, coletivo nacional de grupos de pesquisa e pesquisadores, acompanhando a manifestação de várias organizações científicas e acadêmicas, manifesta sua preocupação com o agravamento da crise política, jurídica e econômica e suas graves consequências para a vida da maioria da população. Acompanhamos o processo de democratização de nosso país, após anos de autoritarismo, arbítrio e repressão. Por mais que a democracia formal numa sociedade dividida em classes seja exercida preferencialmente em benefício de uma classe, trata-se de um regime que possibilita a todas as forças políticas e sociais a plena mobilização social, a manifestação de suas opiniões e a luta em defesa das mais diferentes bandeiras. Nesse processo, as forças hegemônicas assumem o controle político, sempre temporário, através de processos eleitorais para a escolha de seus representantes nas diferentes instâncias do poder de Estado. [...] Testemunhamos o agravamento cotidiano dessa crise e de sua polarização. É fundamental que o Estado de direito prevaleça e que os princípios constitucionais sejam restabelecidos para que não ocorra novo retrocesso político em nosso país.

José Claudinei Lombardi
Marcos Roberto Lima